

RESENHAS DA LITERATURA RECENTE DE NÃO-FICÇÃO

A VIDA ESTÁ DIFÍCIL. LIDE COM ISSO.

Narrativas da crise mundial
em transição histórica

**FERNANDO
NOGUEIRA DA
COSTA**

BLOG CIDADANIA & CULTURA
[HTTPS://FERNANDONOGUEIRACOSTA.WORDPRESS.COM/](https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/)

© Blog Cultura & Cidadania – 2019

Fernando Nogueira da Costa

COSTA, Fernando Nogueira da
A vida está difícil. Lide com isso.
Narrativas sobre a Crise Mundial em Transição Histórica.
Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2019.
301p.

1. História 2. Metodologia. 3. Economia. 4. Política.
I. Título.

330
C837a

Sumário

PREFÁCIO	5
Parte I - ERA UMA VEZ (CRISE FINANCEIRA)	12
<i>Narrativa sobre a Crise do Sub-Prime para a Rainha</i>	13
<i>Narrativa do Mito da Poupança</i>	18
<i>Narrativa da Alavancagem Financeira com Endividamento</i>	23
<i>Narrativa de Alavancagem Financeira com Emissão de Ações</i>	24
<i>Narrativas sobre Mercado de Ações</i>	26
<i>Narrativas sobre Bolha de Ativos</i>	29
Narrativa das Ilhas em Arquipélago	31
Narrativa do Choque Real	33
Narrativa da Bolsa de Carros Usados	35
Narrativa do Racionamento do Crédito	38
Narrativa da Inerência da Instabilidade	41
Narrativa do Esquema da Pirâmide de Charles Ponzi	43
Narrativa das Posturas Financeiras	48
Narrativa do Modelo dos Dois Preços	50
Narrativa do Excesso de Crédito	52
Narrativa do Big Bank e do Big Government	54
Narrativa da Armadilha da Liquidez	55
Parte II - TODOS OS DIAS (METODOLOGIA ECONÔMICA)	58
<i>Estória do Antropocentrismo</i>	59
<i>Estória do Individualismo Metodológico</i>	62
Estória sobre a Passagem do Individualismo para o Holismo Metodológico	64
Estória do Confronto entre o Individualismo Metodológico na Economia Neoclássica e na Escola Austríaca e o Coletivismo Marxista e Keynesiano	67
<i>Estória de Preferências Sociais e Comportamentos Altruístas</i>	72
<i>Parábola de Formigas e Homens</i>	76
<i>Estória do Debate entre Individualismo e Holismo</i>	83
<i>Estória da Economia para a Prosperidade Inclusiva</i>	86
<i>Estória da Neuroeconomia</i>	93
<i>Estória da Teoria Integral de Tudo</i>	97
<i>Estória da Física Social</i>	101
Estória da Teoria Computacional do Comportamento	104
Estória do Uso de Grandes Dados (Big Data)	108
<i>Estória da EconoFísica</i>	111
Parte III - ATÉ QUE EM UM DIA (TRANSIÇÃO HISTÓRICA)	118
<i>História do Amanhã</i>	119
História da Transição de Humanos para Homo Deus	123
Transição da Previsão do Passado à Previsão do Futuro	127
História do Futuro Político	131
<i>História do Futuro: Desemprego Tecnológico</i>	133
História do Futuro: Destruição Criadora de Novas Atividades Ocupacionais	137
História do Futuro: Concentração da Riqueza e Ditadura Digital	143
<i>História das Redes, Hierarquias e Luta pelo Poder Global</i>	146
História do Presente: Era Interconectada	150
História das Redes do Passado	152
<i>História do Efeito de Rede</i>	154

<i>Era da Inteligência Artificial</i>	157
<i>Era das Máquinas de Previsão</i>	158
Parte IV - POR CAUSA DISSO (POLÍTICA)	168
<i>Fim da Era do Machismo</i>	169
<i>Era da Morte das Democracias</i>	175
Fim da Era dos Freios e Contrapesos à Polarização Sectária Extrema	179
<i>Era de Revolução Tecnológica e Fim da Democracia</i>	181
<i>Era do Populismo</i>	186
<i>Era do Povo contra a Democracia</i>	190
Era de Conflito entre Democracia e Liberalismo	195
<i>Era do Neofascismo</i>	200
Era da Democracia contra Fascismo.....	202
Era da Desinformação em Redes Sociais (Feicebuque & Uotzap)	205
<i>Era da Mente Americana Mimada</i>	210
Era da Ascensão e Queda do “Politicamente Correto”	213
Era de Polarização Político-Ideológica	218
<i>Era da Morte da Verdade</i>	223
Era da Pós-Verdade.....	225
<i>Era Pós-Políticas Identitárias</i>	227
<i>Era de Reenquadramento Mental para Mudança Social</i>	235
Era da Disseminação da Estrutura Mental de Direita	237
Era do Mito Iluminista dos Liberais de Esquerda.....	241
Era de Ideias Progressistas na Esquerda.....	243
Parte V - FINALMENTE (POLÍTICA PARA EVITAR POLARIZAÇÃO DESTRUTIVA)	251
<i>Conto da Automação e Inteligência Artificial: Pós-Trabalho</i>	252
Conto da Redistribuição Tecnológica e Redistribuição Social.....	255
<i>Conto sobre Capitalismo para o Povo</i>	258
Conto sobre Capitalismo da Meritocracia contra Capitalismo de Compadrio	262
Conto sobre Igualdade de Oportunidades e (e não “ou”) Igualdade de Resultados.....	264
Conto sobre Financiamento: Concorrência versus Relacionamento	267
Conto sobre Populismo	270
Conto Pro Market, Não Pro Business	271
<i>Conto sobre Salvar o Capitalismo contra os Capitalistas</i>	275
<i>Conto do Terceiro Pilar</i>	278
Conto da Razão da Importância da Comunidade	281
Conto dos Efeitos do Comércio e da Revolução Tecnológica na Comunidade	286
Conto do Nacionalismo Cívico com Restauração do Pilar Comunitário	288
Conto do Localismo Inclusivo na Comunidade	291
<i>Conto do Flow: A Psicologia da Felicidade</i>	293
BIBLIOGRAFIA	297
SOBRE O AUTOR	301

PREFÁCIO

“Não podemos provar absolutamente estar errado quem nos diz a sociedade ter chegado a um ponto de virada por já termos visto nossos melhores dias. Mas assim disseram todos os que vieram antes de nós, e com o mesmo motivo aparente. (...) Em qual princípio nos baseamos, quando não vemos nada além de melhorias antes, e só podemos esperar nada além de deterioração diante de nós?”

(Thomas Babington Macaulay, historiador britânico e membro do Parlamento em 1830).

No primeiro de uma série de Diálogos TED do curador Chris Anderson com Yuval Noah Harari, autor de *Sapiens, Homo Deus, 21 Lições para o Século 21*, este disse:

“Para enfrentar a mudança climática, precisamos de lealdades e compromissos adicionais em um nível além da Nação. Isso não deve ser impossível, porque as pessoas podem ter várias camadas de lealdade. Você pode ser leal à sua família, à sua comunidade, e ao seu país, então, por que você não pode também ser leal à humanidade como um todo? É claro, há ocasiões quando fica difícil o que colocar em primeiro lugar, mas a vida é difícil. Lide com isso.” (Risos da plateia)

No Brasil, há uma expressão popular: “a vida é dura para quem dá mole”. Virou um refrão da letra de música da dupla caipira Zé Mulato & Cassiano:

Quem dá em medida justa

quem deve sempre paga com juros

a vida é dura pra quem é mole

a vida é mole pra quem é duro.

Eles prosseguem: “nesse mundo os problemas existem, mas nenhum deles sem solução; por pior que a gente esteja, sempre pode ajudar um irmão; não adianta viver reclamando, nem chorar o aperto da cinta; vá enfrentar o diabo de pé, verá que não é feio como se pinta”.

Ver se a vida é tão difícil “como se pinta” é a motivação para organizar este livro. Ao enfrentar o desafio de fazer leituras e resenhas de muitos livros de não ficção contemporâneos, o conhecimento adquirido a respeito da

transição vivenciada na atual crise mundial nos permite viver senão melhor pelo menos mais consciente de nosso papel social.

Quatro pilares sustentam uma vida com sentido:

1. *Pertencimento*: ter relacionamentos afetivos cultivados nos quais nosso valor é reconhecido por ser quem somos e também valorizamos os outros por suas virtudes;
2. *Propósito* (meta, objetivo): usar nossos pontos fortes para servir aos outros com trabalho não alienante e novos conhecimentos;
3. *Transcendência*: ir além de nós mesmo, pairar acima da rotina cotidiana e nos sentirmos conectados a uma realidade maior;
4. *Contar / compartilhar histórias pessoais*: a nós mesmos, sobre nós mesmos, com a criação de uma narrativa a partir dos eventos da nossa vida para trazer luz e entender como nos tornamos quem somos - e controlar nosso ego.

As narrativas econômicas e a visibilidade das metáforas prevalecem nas mentes. Humanos são contadores de histórias. O cérebro humano recorre às narrativas para tomar decisões. Pretendemos neste livro recuperar algumas delas, recentemente memoráveis.

Interpretar para transformar. Hoje, com a maior produtividade resultante da nova revolução tecnológica, o mundo se depara com a oportunidade de adotar um novo modo de produção e de vida. Este poderá ter menor jornada semanal de trabalho alienante e maior tempo para trabalho criativo, para compensar o maior ciclo de vida profissional ativa.

Este é o propósito de organizar e sintetizar essas narrativas publicadas sobre a atual crise mundial em transição histórica: colaborar para a tomada de consciência a respeito de *o que se passa no mundo*. Aparentemente, ele está muito conturbado.

Como dito, o título inicial deste livro veio da sentença: “*A vida é difícil. Lide com isso.*” Pensando um pouco mais (e melhor), coloquei-me a dúvida sobre o verbo. “Ser” expressa o predicado de apresentar-se em determinada condição ou situação, permanente ou temporária. Daí surgiu a minha dúvida: *a vida é difícil ou está difícil?*

Se é, ela é permanentemente difícil. Mas já tivemos, socialmente, tempos de bonança com relativa calma, especialmente após um período

terrível como a II Guerra Mundial. A época do “*baby boom*” foi a da minha geração, nascida em seguida. Foi uma fase próspera, a da sociedade afluyente. Este adjetivo designou o produtor e o consumidor materialmente mais ricos.

Com o predomínio da socialdemocracia e do Estado de Bem-Estar Social, nos países avançados, houve a massificação do Ensino Superior, do financiamento habitacional e do crédito ao consumidor. A emergência da classe média de renda parecia leva-la até o “paraíso do consumo” para lá ficar de modo permanente. Prometia-se também: “a classe operária vai ao paraíso”.

Nos países atrasados ou subdesenvolvidos, a “*american way of life*” era o modelo de felicidade mundana. O pacto social era a expansão do capitalismo espriar empregos para todo o mundo. Os gastos dos capitalistas determinariam a oferta de empregos, além, é claro, o que eles mesmo ganhariam. Os trabalhadores gastariam todo seu ganho. Teriam de se capacitar, profissionalmente, para haver alguma sobra de renda do trabalho intelectual para o investimento financeiro.

O problema veio, porém, quando se rompeu esse pacto. Constatou-se a oferta e a demanda por empregos serem independentes. Raramente houve o pleno emprego para todo o mundo mesmo com a globalização do capitalismo.

A demanda por emprego e renda é função de fatores demográficos. As mudanças demográficas se relacionaram ao aumento da produtividade agrícola e, portanto, à maior oferta de alimentos. Quando bem alimentado, o ser humano tem o sistema imunológico fortalecido, resistindo melhor a doenças e vivendo por mais tempo. Como a taxa de natalidade, regida por outros fatores, se manteve elevada até ocorrer o processo de urbanização. O resultado foi o aumento do número de seres humanos vivos.

Por volta de 1930, a população mundial atingiu 2 bilhões de pessoas, sendo 100 milhões na Europa. Demorou a ocorrer nos países subdesenvolvidos o avanço na saúde pública como nos desenvolvidos, mas as grandes descobertas do século XX, nessa área de conhecimento, como a penicilina, as vacinas, os antibióticos, a assepsia das mãos e dos ferimentos, acabaram por diminuir, bruscamente, o índice de mortalidade. Como a natalidade não foi reduzida, até as pílulas terem sido aprovadas para uso contra conceptivo, em 1960, o resultado foi a explosão do crescimento demográfico - e da demanda por emprego. Atualmente, existem cerca de 7,5 bilhões de habitantes em nosso planeta.

Muitos países se beneficiaram do *bônus demográfico*. Ele foi o resultado da redução da taxa de fecundidade, quando as famílias passaram a ter menos filhos, e da diminuição da mortalidade, quando as pessoas passaram a viver

mais. Durante algumas gerações, aumentou a proporção de pessoas em idade de trabalhar (entre 15 e 64 anos) em relação à população dependente, crianças e idosos. O aumento da renda familiar por causa do trabalho do casal e a queda relativa das despesas com menos filhos propiciou maior fonte de financiamento para o crescimento econômico.

Isso ocorreu até a grande geração do *Baby Boom* ter iniciado sua aposentadoria. Somada à maior longevidade humana, gerou a *crise do regime de repartição* - geração ativa paga a aposentadoria da geração inativa - da Previdência Social. A mudança de proporção entre uma e outra levou à sua crise. Por exemplo, no Brasil, em 2017, existia 1,8 trabalhador da ativa para cada inativo segurado na Previdência Social. Mas a tendência histórica é de queda nessa proporção.

Esse fenômeno demográfico é estrutural, isto é, vai mais além uma boa ou má conjuntura de crescimento econômico. Para a vida parecer inteiramente formada ou tomada por dificuldades, ela teria de apresentar a predominância dessa má condição atual por toda a eternidade.

O verbo “ser” se aplica em sentido absoluto, sem atribuir nuances ou colocar em relação determinada com outras épocas. A vida, no entanto, é complexa. Emerge das interações entre os entes materiais e as entidades ideais ou abstratas do universo. O passado inclui tudo *o que foi*, e o futuro, tudo *o que será*. O presente não é para sempre.

Por isso, a vida *está* difícil. Mas ela pode ter sua essência conhecível graças ao pensamento. A existência é observável com o uso dos sentidos físicos. Chama-se *ontologia* à parte da Filosofia cujo objeto estuda das propriedades mais gerais do ser humano, apartada da infinidade de determinações capazes de qualificá-lo, particularmente, mas ocultando sua natureza integral. Ela versa sobre *o que é*: um componente de um sistema complexo interativo com os demais. Para os empiristas, só aquilo experimentado por nós realmente é. Os normativos imaginam *o que poderia ser*.

Então, troquei o verbo “ser” na sentença do título por seu caráter absoluto, sem especificação ou delimitação de tempo, espaço ou circunstância. Ao adotar o verbo “estar” sugiro a vida encontrar-se, em certo momento ou lugar, transitoriamente, difícil. Daí ela apresenta certa condição física, emocional, material, profissional etc., não permanente. Reconheço estarmos em uma fase de transição histórica, em uma dependência de trajetória caótica, quando nos afastamos das condições iniciais sem saber ainda para onde iremos. Mas estamos passando também um ciclo adverso

recessivo, depois de um ciclo expansivo e antes da retomada do crescimento sustentado.

Conhecimento é ter ideia ou a noção de alguma coisa. É o saber, a instrução e a informação. Também inclui descrições, hipóteses, conceitos, teorias, princípios e procedimentos.

O conhecimento é dividido em uma série de categorias:

1. conhecimento *sensorial*, comum entre humanos e outros animais;
2. conhecimento *intelectual*, o raciocínio lógico no pensamento do ser humano;
3. conhecimento *filosófico*, ligado à construção de ideias, conceitos e teorias;
4. conhecimento *científico*, hipóteses baseadas em testes ou provas.

Robert Shiller, ganhador do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 2013, proferiu um discurso presidencial na 129ª reunião anual da American Economic Association, no dia 7 de janeiro de 2017, em Chicago. Denominado *Narrative Economics*, passou a ser uma referência para debate entre os economistas.

Ele analisa a epidemiologia das narrativas relevantes para as flutuações econômicas. O cérebro humano sempre esteve muito sintonizado com as narrativas, factuais ou não, para justificar ações contínuas, até mesmo ações básicas como gastar em consumo ou investir. As histórias motivam e conectam as atividades a valores e necessidades profundamente sentidas. As narrativas “se tornam virais” e se espalham por todo mundo com impacto econômico.

Xavier (2015) diz: “a mais antiga forma humana de troca de experiências tornou-se a quase-novidade para o interesse despertado em gente de variadas profissões”. Ele apresenta quatro definições de *Storytelling*:

1. *definição pragmática*: é a técnica e a arte de elaborar e encadear cenas, dando-lhes um sentido envolvente de modo a captar a atenção das pessoas e ensejar a assimilação de uma ideia central.
2. *definição pictórica*: é a técnica e a arte de moldar e juntar as peças de um quebra-cabeça, formando um quadro memorável.

3. *definição poética*: é a técnica e a arte de dar pinceladas narrativas, pintando quadros imaginários repletos de significado.
4. *definição instrumental*: é a técnica e a arte de manipular uma ferramenta de comunicação estruturada em uma sequência de acontecimentos capaz de atingir nossos sentidos e emoções.

“O clique deflagrador da revitalização do *storytelling* acontece quando o mundo digital se estabelece definitivamente entre nós, trazendo novas conexões, novas oportunidades de expressão, novos poderes, novas incertezas: uma realidade onde todos se tornam geradores de conteúdo e unidades de mídia ao mesmo tempo.”

Milhares de histórias disputam um lugar na memória das pessoas, buscando ser lembradas, admiradas, compartilhadas, multiplicadas. “A riqueza de informação cria uma pobreza de atenção”. Aqui destacarei narrativas capazes de trazer à tona a emoção e criar conexões. Essa base emocional motiva a tomada de decisões econômicas.

É permitido o uso a palavra “história” tanto para a narrativa ficcional quanto para a factual. “Estória” (*story*, em inglês) talvez não seja suficiente para destacar “a íntima complementaridade entre realidade e ficção na revelação da verdade”.

Aqui, buscarei apresentar o modo como conhecimento de uma determinada cultura se torna *popular*: através de narrativas e/ou estórias. O roteiro a seguir, organizando a literatura dispersa, será o do mito universal ou “a jornada do herói”: era uma vez - todos os dias - até que em um dia - por causa disso - finalmente.

Embora possa ser lido nessa sequência tradicional de contar estórias, adotada desde a *Poética* de Aristóteles, o Sumário com hiperlinks facilita o leitor em busca de determinada narrativa para ilustrar a tomada de determinada decisão em uma dada situação de crise ou perplexidade com um mundo aparentemente irreconhecível. Mas inteligível, isto é, pode ser apreendido pelo intelecto, senão pelos sentidos.

O *alter ego* - um segundo eu - será o economista em busca de conhecimento da razão da vida estar difícil. Ele busca escutar e contar estórias. O cérebro humano recorre às narrativas, inclusive às sem compromisso com a verdade, para racionalizar o comportamento.

Falácia da Conjunção diz respeito à compreensão intuitiva para histórias “consistentes” ou “plausíveis”, isto é, contadas de maneira

impressionante e vívida, mesmo não se não forem verdadeiras. A verdade é o todo. Estórias em narrativas econômicas são reducionistas.

Parte I -
ERA UMA VEZ
(CRISE FINANCEIRA)

Narrativa sobre a Crise do *Sub-Prime* para a Rainha

No dia 5 de novembro de 2008, a rainha Elizabeth II da Inglaterra, durante uma visita à *London School of Economics*, perguntou: “Por que ninguém se deu conta?”. Então, um professor deu a ela uma explicação sobre a razão da crise financeira. Ela classificou de “horrível”. A crise ou a explicação?!

“A cada etapa, as pessoas contavam com as outras e cada um pensava que fazia o que era preciso fazer”, explicou-a de maneira simplória o economista. Ele se utilizou do individualismo metodológico. Sem uma visão holista, ele não disse na década de 2000 ter sido o início do enfraquecimento do neoliberalismo, com a retomada dos investimentos públicos nos setores estratégicos de infraestrutura. Isto já ocorria na China, sendo um dos motores de seu crescimento, depois da Revolução Cultural maoísta e com as reformas realizadas por Deng Xiaoping.

Dentre essas reformas, destacam-se as modernizações nos setores da agricultura, indústria, comércio, ciência, tecnologia e na área militar. Durante seu governo, a China passou por uma grande abertura diplomática, inclusive com formação de seus quadros governantes no exterior. Em 1979, Xiaoping foi o primeiro líder chinês a visitar os Estados Unidos. Buscando atrair investimentos diretos estrangeiros, tendo como contrapartida a transferência de tecnologia, Deng criou diversas Zonas Econômicas Especiais, onde empresas estrangeiras podiam se instalar, caso tivessem parceria com empresas chinesas. A integração produtiva e comercial entre a China e a América - a primeira produzindo, exportando e financiando, a segunda consumindo, tendo déficit comercial, e se endividando - foi a ponto de ser denominada de *Chimérica*. A China atingiu um crescimento econômico sem precedentes.

O Euro tornou-se a moeda oficial da maioria dos países da União Europeia a partir de janeiro de 2002. A economia mundial passou por um dos maiores períodos de prosperidade e estabilidade da história a ponto de, em 2004, todos os países terem crescido, em simultâneo, de maneira inédita. Ninguém queria quebrar o equilíbrio precário onde os norte-americanos consumiam e o resto do mundo os financiava.

Essa bonança durou até meados de 2007, quando foi desencadeada a crise do crédito hipotecário de alto risco nos Estados Unidos. A bancarrota de um “banco grande demais para falir”, em setembro de 2008, colocou em risco sistêmico a economia de vários países, principalmente as dos desenvolvidos. Os países emergentes, entre os quais o Brasil, entraram em recessão após

explodir a “bolha de *commodities*” em setembro de 2011 pela queda da demanda agregada mundial e a desaceleração do crescimento da China.

Ex-post, como se diz na profissão, muitos economistas oportunistas se tornaram “engenheiros de obra-feita”. Uns disseram apenas “não avisei”? Outros faturaram a fama de vidente. Mas qualquer professor bem-informado já dava aulas sobre a bolha imobiliária desde quando ela substituiu a bolha Nasdaq no início da primeira década do milênio. Presenciei uma reunião de banqueiros de todo o mundo, no fim de março de 2005, onde o economista-chefe do *Institute of International Finance* (IIF), a associação global do setor financeiro, anunciou a explosão da bolha imobiliária norte-americana ocorreria em futuro breve, talvez até o fim daquele ano.

Qual narrativa econômica ficou na memória popular?

Possivelmente, assim como seus súditos, a rainha da Inglaterra só entendeu a crise depois de assistir o programa de TV britânica *The Last Laugh - Subprime Crisis*, encontrado em: <https://www.youtube.com/watch?v=ahCcg2NoR9s>

John Bird e John Fortune, dois excelentes comediantes, encenam a entrevista de um banqueiro de investimento em plena crise do *subprime* norte-americano.

- George Parr, você é um banqueiro de investimentos.
- Eu sou sim.
- E como tal, tem seus dedos para tomar o pulso do mercado financeiro.
- Sim, com certeza sim.
- Tem havido muita turbulência, muita volatilidade no mercado...
- Sim.
- Bem, o que tem causado isso?
- Bem, você tem de lembrar duas coisas sobre O Mercado. Primeiro, ele é composto por pessoas muito finas e sofisticadas com alguns dos melhores cérebros do mundo. E a segunda coisa a ser lembrada é os mercados financeiros, para usar a expressão comum, serem movidos por sentimentos...
- O que significa isso?

- O ponto é... Digamos as coisas estarem indo bem no mercado e, então, uma destas muito finas e sofisticadas pessoas diz: “Meu Deus! Algo horrível vai acontecer! Estaremos perdendo tudo! Meu Deus, o que é que vamos fazer?!”

- Devo saltar pela janela?

- Exatamente! Vamos todos saltar pela janela! Vender! Vender! Vender!

- Precisamente.

- Alguns dias depois, esta mesma pessoa calmamente diz: “Sabe, acho que as coisas estão indo muito bem”.

- E todo mundo reage como?

- “Eu concordo com você. Acredito que estamos ricos!”

- Estamos ricos. Compre! Compre! Compre!

- Sim. Compre! Compre! Compre! E isso é o que nós chamamos de “sentimento do mercado”.

- Sim... Bem, certamente estamos exagerando um pouco, não?

- Eu não acho. Em agosto, quando a bolsa de valores caiu em Londres, uma conhecida consultoria, a *State Streets Global Markets*, emitiu uma declaração dizendo: “Os participantes do mercado não sabem se compram pelo rumor e vendem pela notícia, se fazem o contrário, ou se fazem as duas coisas, ou nenhuma a depender de como o vento estará soprando”. [risadas]

- Este é o tipo de análise “rigorosa” pela qual se paga enormes salários.

- Exatamente. E alguns dias mais tarde, quando os mercados subiram um pouco, o CEO da ABM Ambro Morgan disse: “Voltamos aos dias felizes!”

- Bem, não há preço para esse tipo de sabedoria madura...

- Certamente. Essas pessoas recebem milhões em bônus...

- Quais são as causas da instabilidade do mercado? Principalmente na América, onde se concedeu uma grande quantidade de créditos hipotecários, para pessoas que não os podiam pagar, para comprar propriedades hoje com queda drástica de valor?

- Sim. Este é o chamado “mercado *sub-prime*”.

- Como funciona isto?
- Bem, imagine um homem negro desempregado de camiseta regata sentado em uma varanda caindo aos pedaços em algum lugar no Alabama. Aí vem um homem e pergunta: “Você gostaria de comprar esta casa antes que ela caia? Eu te empresto o dinheiro”.
- E o homem que diz isso é um banqueiro?!
- Oh, não, não, não. Ele é um vendedor de hipotecas. Sua renda depende do número de hipotecas que ele arranjar.
- Então, seu julgamento para arranjar hipotecas é completamente objetivo?
- Completamente objetivo. Sim. Com certeza, sim, sem conflito de interesses.
- E o que acontece depois?
- Esta dívida é comprada por um banco e empacotada em Wall Street com um monte de outras parecidas...
- Sem entrar em muito detalhe sobre o que é isso na realidade?
- Sem entrar em nenhum detalhe. Não. Isso é muito chato! Então, isso é levado para Wall Street e algo extraordinário acontece! De algum modo, esse pacote de dívidas deixa de ser um “pacote de dívidas” e começa a ser chamado de Veículo de Investimento Estruturado...
- Um SIV?
- Um SIV, exatamente.
- Sim, entendo. Então, alguém como você vai e o compra...
- Sim. E então ligo para alguém em Tóquio e digo: “Olha, eu tenho esse pacote. Você quer compra-lo?” Ele pergunta: “O que tem nele?” Eu respondo: “Eu não tenho ideia.” Ele pergunta: “Quanto quer por ele?” Eu digo: “100 milhões de dólares.” Ele diz: “Tudo bem.” E é isso. Este é O Mercado.
- Presumidamente, este tipo de coisa pode acontecer várias vezes com o mesmo pacote.
- Provavelmente sim.

- E, cada vez que se faz, você ou alguém como você ganhará uma comissão por isso...

- Sim. Você não pode querer que eu faça isso de graça! É um trabalho duro!

- Em vista do fato de nestes pacotes há um monte de dívidas agregadas, o que há neles de atraente para os investidores?

- Bem, é porque todos esses “*hedges funds*” têm nomes muito bons...

- Você quer dizer: são de empresas responsáveis.

- Não. Não. Não tem nada a ver com reputação. Eles realmente têm nomes muito, muito bons. Vou te dar um exemplo: havia uma empresa americana muito conhecida chamada *Bear Stearns* que possuía dois desses fundos multimercados especializados em hipotecas. Eles perderam muito dinheiro. O valor da cota baixou tanto a ponto de a *Bear Stearns* anunciar a necessidade de colocar 3,2 bilhões de dólares em um dos fundos para tentar mantê-lo à tona.

- US\$ 3,2 bilhões?!

- Sim. E mesmo assim, os investidores perderam dinheiro e tiveram de abandonar um deles. Mas um desses fundos era chamado de Fundo Estratégico de Alto Nível e o outro de Fundo de Influência de Crédito Estruturado de Alto Nível.

- Isto soa muito bem. Parece muito confiável!

- Esta é a magia do mercado. O que começou como alguns milhares de dólares para um homem desempregado se tornou o Fundo de Influência de Crédito Estruturado de Alto Nível.

- Eu gosto como soa.

- É bom. Soa muito confiável. Tem boas palavras. Tem palavras como “Alto”...

- “Alto” é bom. Melhor do que “Baixo”.

- E “Estruturado” é outra boa palavra.

- Muito boa!

- “Reforçado”...

- Adoro “reforçado”! Eu compraria qualquer coisa com “reforçado”!
- Sim. Seria diferente se você dissesse: Fundo do Negro Desempregado de Regata...
- Sim, porque alguém poderia suspeitar de algo. Apesar destes nomes muito plausíveis, a realidade é que as pessoas prestadoras desse dinheiro foram incrivelmente estúpidas...
- Não, não. O que é estúpido é alguém perguntar quanto dinheiro essas casas realmente valem. Se não tivessem feito esta pergunta, as coisas seguiriam como sempre... Mas, infelizmente, essa pergunta foi feita...
- Mas agora dizem que a crise pode se transformar em um colapso financeiro. Isso pode ser evitado?
- Pode ser evitado desde que os governos e os bancos centrais nos devolvam, isto é, a nós, especuladores financeiros, o que perdemos...
- Mas isso não é recompensar a ganância e a estupidez?
- Não. Não. É recompensar o que o primeiro-ministro chamou de “ingenuidade do mercado”. E não queremos esse dinheiro para investir, mas sim só para seguir comprando e emprestando, como se nada tivesse acontecido, sem pensar muito sobre isso.
- Sim, mas se continuar ruim e você não receber esse dinheiro, o que acontecerá?
- Bem, então, aí seria outro *crash*. E eu diria o que as pessoas como eu sempre dizem: “não somos nós que sofremos, mas sim seu fundo de pensão.” [vaia]
- Muito obrigado, mr. George Parr. Foi um prazer.

Narrativa do Mito da Poupança

A crise financeira afetou todo o mundo no fim da primeira década do novo milênio. Atif Mian, Professor de Economia, Políticas Públicas e Finanças na Universidade de Princeton, pertence ao grupo *Economists for Inclusive Prosperity*. Em breve pesquisa, publicada em janeiro de 2019, diz ter havido uma grande mudança estrutural no mercado financeiro norte-americano desde os anos 80. Nos Estados Unidos, o crédito se tornou muito mais barato em relação ao custo do passado.

Ele discute como aumento dos excedentes financeiros dentro da economia resultaram em uma expansão na oferta de crédito. Enquanto houve demanda agregada, esse crédito potencial se efetivou e financiou amplamente os componentes da demanda final na economia real ou produtiva.

Essa crescente dependência de “demanda por crédito” levanta algumas questões políticas. Mian (2019) discute a importância da equidade e do crescimento socialmente inclusivo, sistema de tributação justo e partilha de riscos na criação de um sistema financeiro capaz de promover a prosperidade com estabilidade.

Pergunta o economista heterodoxo: os crescentes superávits financeiros, ou “o excesso de poupança”, destacadamente a da China, como diagnosticam alguns economistas ortodoxos, expandiram a oferta total de crédito para a economia ao provocar a redução da taxa de juros de longo prazo no processo? O que provoca o aumento da oferta de crédito?

O modelo didático convencional de intermediação financeira diz o crédito em longo prazo ser usado predominantemente para financiar o investimento real. O setor bancário empresta os fundos para empresas executarem seus investimentos planejados e, em seguida, capta o lastro em fundos excedentes dos poupadores depositantes. Então, o crédito é usado para financiar o lado da oferta, isto é, a capacidade produtiva da economia, mas é direcionado por sua demanda.

Evidências empíricas coletadas por Mian (2019) sugerem um número relativamente pequeno da fração do aumento do crédito ter ido para financiamento da produção. Por exemplo, apesar do grande aumento na criação de crédito, a taxa de investimento não subiu. A taxa de investimento bruta média dos EUA foi 22,5% de 1947 a 1979 e 21,8% de 1980 em diante.

Outra evidência também está em desacordo com a ideia de o crédito adicional ter se dirigido para aumentar a produtividade do capital. O crescimento norte-americano não se tornou mais elevado após 1980.

Além disso, há fortes evidências de o crescimento da produtividade ter abrandado significativamente ao longo da última década e meia. Se o crédito adicional não tiver entrado no financiamento da produção, então a outra possibilidade é o crédito ter sido usado cada vez mais para financiar a demanda por consumo final (e não o intermediário das empresas não-financeiras) e a compra de imóveis usados.

Há, de fato, evidências robustas para apoiar essa visão. Mian (2019) mostrou a maior parte do aumento do crédito desde 1980 ter sido usado para

financiar déficits financeiros de famílias fora do top 1% de renda e riqueza. O crescimento concentrado no endividamento do governo e das famílias sugere a demanda agregada ser cada vez mais dependente de criação desse suporte com base no crédito.

A dependência de lastrear sempre a criação de crédito é uma consequência natural de uma maior parcela de renda, devido ao aumento da desigualdade, estar sendo economizada. A propensão a consumir dos mais ricos é menor. Suas sobras de renda são depositadas no sistema bancário e virão *funding* potencial para lastrear novos empréstimos.

Na visão do *mainstream*, a condição de equilíbrio geral para a economia real implica em, quando uma fração maior da renda não é gasta, ou seja, é poupada, a maior “poupança”, isto é, o corte voluntários de gastos para colocar o padrão de vida abaixo da renda líquida recebida, deve ser canalizada de volta à economia real (ou “produtiva”) como investimento ou demanda do consumidor. Na ausência de tal canal, a economia real será forçada a se contrair - ou não crescer tão rapidamente - para equacionar de maneira equilibrada a oferta e a demanda agregada na economia real.

Não se deve confundir, como faz Mian (2019) este fenômeno de “armadilha de poupança” como o por vezes referido como “armadilha de liquidez” na literatura keynesiana. Na Narrativa dos Fundos de Empréstimos, realizada por economistas neoclássicos, juros é um prêmio pela renúncia ao consumo. Na Narrativa da Preferência pela Liquidez, adotada por economistas keynesianos, juros é um prêmio pago pela renúncia à liquidez.

Na narrativa econômica neoclássica, juros é uma compensação pela “espera” (abstenção do consumo) ao deixar de dispor de dinheiro no presente. Há renúncia de parte do consumo presente para fazer poupança e adquirir condições de aumentar o consumo futuro através do investimento em capacidade produtiva. Logo, a taxa de juros é determinada, conjuntamente, pela poupança (oferta de fundos) e pelo investimento (demanda de fundos). Logo, a poupança e o investimento agregados se equilibram por meio da taxa de juros.

Juros seria assim um fenômeno real por oferta de poupança depender, de um lado, da parcimônia em função de desejo de maior consumo futuro, e de outro lado, da demanda de capital por razão de ganância, motivadora da adoção de inovação tecnológica para aumentar a produtividade. Ambas seriam virtudes individuais.

O otimismo é a atitude mais valiosa pregada pelos professores da fortuna - e pelos autores de autoajuda financeira. Eles não oferecem

garantias de seu dinheiro de volta. Afinal, se não deu certo, a culpa é sua por não se esforçar suficientemente no ensinamento.

Através da prece, da parcimônia, do esforço, da honestidade, da coragem, da perseverança e de outros atributos admirados da ética protestante, ascenderiam à riqueza material. Essencialmente, a pregação segue sempre a mesma fórmula: um infeliz triunfa sobre a adversidade aplicando as regras da Bíblia. Um acaso o ajuda em sua ascensão, mas a inferência divina é porque ele a merece, afinal, trabalha duro, reza muito, tem pensamentos puros e uma atitude mental positiva.

Dada essa pregação religiosa como inspiração para o mito da poupança, os neoclássicos apelam para a Lei de Say. Dizem não importar se a renda é poupada ou gasta: o que é produzido é vendido, se não para o consumo, então, para o investimento.

De acordo com a teoria neoclássica, a função de um banco é a de apenas servir de intermediário entre o poupador e o investidor. Um banco, simplesmente, captaria um depósito de um cliente, o poupador, e emprestaria este valor para um investidor.

Neste modelo abstrato, os bancos atuam como intermediários financeiros neutros. Sua atividade, restrita a essa função, seria apenas transferir poupança de um indivíduo para outro gastar em seu lugar, concedendo então um crédito não inflacionário.

Na narrativa holista keynesiana, o sistema bancário opera de maneira muito distinta daquela idealização neoclássica. Em vez de atuarem só como canalizadores de poupança para investimento, os bancos possuem o privilégio legal e exclusivo de “criar dinheiro do nada”. O crédito *ex nihilo* se refere à expressão latina *ex nihilo nihil fit*: “nada surge do nada”. Ao emprestarem este dinheiro e cobrarem juros sobre ele, os bancos possuem a concessão da Autoridade Monetária para, enquanto sistema, criar dinheiro de forma digital: a concessão de empréstimos multiplica depósitos na rede bancária. Há interação entre o multiplicador monetário e o de renda, porque esta se amplia, e vai sendo depositada.

O sistema bancário cria dinheiro em várias rodadas de empréstimos nas quais vão multiplicando depósitos em simultâneo. Os adeptos da Lei de Say abominam esse processo de multiplicação da “moeda invisível”, porque tais depósitos multiplicados e registrados não vieram da bendita “poupança”. Crédito se trata apenas de dígitos eletrônicos acrescidos às contas dos tomadores de empréstimos. Nenhum “dinheiro poupado” está sendo transferido de uma conta para outra.

Essa capacidade de criar crédito bancário *ex nihilo* gera contínuo aumento da quantidade de dinheiro bancário na economia. Tem como consequências, de acordo com essa teoria pré-keynesiana, a inflação de preços e os ciclos monetários.

Os ultraliberais insistem em defender a validade da Lei de Say, inclusive em uma economia monetária. Essa “lei” estabelece a oferta criar sua própria demanda, impossibilitando uma crise geral de superprodução. Então, se alguém enxerga uma capacidade produtiva ociosa, durante uma Grande Depressão, ela é ilusão de ótica.

De acordo com quem pratica o autoengano com a fé cega na convergência para um “equilíbrio macroeconômico”, a soma dos valores de todas as mercadorias produzidas será sempre equivalente à soma dos valores de todas as mercadorias compradas. A dedução dessa crença é a economia de livre-mercado ser perfeitamente auto regulável, não exigindo a intervenção estatal.

A Lei de Say constitui o pilar da narrativa econômica da Escola Austríaca. Keynes questionou seriamente a sua validade nas condições de economia de endividamento bancário. Rigorosamente, a Lei dos Mercados aplicar-se-ia tão somente a uma economia baseada no escambo, isto é, uma economia não-monetária de trocas diretas de mercadorias.

Nas condições de uma economia monetária de produção (codinome para a economia capitalista), contudo, a intermediação da moeda cria sempre a possibilidade de adiamento das decisões individuais de compra, interrompendo as vendas. Isto causa uma retração da demanda agregada, podendo resultar em depressão econômica. Há, nesse caso, uma potencial oferta agregada com capacidade produtiva não utilizada. Ficam máquinas ociosas e trabalhadores desempregados por deficiência de demanda efetiva.

Os ultraliberais reduzem tudo isso - milhões de desempregados e excesso de liquidez nos bancos - a mera questão de preços. Um processo de deflação corrigiria o problema? Ora, nesse caso, os consumidores estarão sempre adiando o consumo enquanto aguardam preços menores no futuro.

Alegam os defensores da Lei dos Mercados (ou Lei de Say) se a demanda não for criada apenas pela oferta, isto é, pelo trabalho-produção-e-venda, passando a crescer por causa do crédito, independentemente da renda recebida pelos consumidores, então os mercados jamais serão eficientes e tenderão ao equilíbrio. Além da plena ocupação da capacidade produtiva, a expansão do crédito provocará uma verdadeira inflação.

Por tudo isso, os ultraliberais abominam a concessão de crédito aos consumidores. Estes não podem antecipar a futura capacidade de pagamento. Se a Lei de Say fosse imperativa, o capitalismo sem alavancagem financeira não teria chegado nem ao século XIX.

Narrativa da Alavancagem Financeira com Endividamento

A maior descoberta holandesa foi uma revolução financeira no século XVII: para se conseguir dinheiro a melhor maneira é lidar diretamente com o próprio dinheiro, em vez de acumulá-lo, indiretamente, através da negociação de bens e serviços. Os holandeses exploraram o percurso direto para a riqueza através do manuseio do dinheiro, de modo a controlar seu fluxo e direcionar parte dele diretamente para sua própria conta bancária.

A técnica de usar o dinheiro dos outros - *alavancagem financeira* - é o segredo do negócio capitalista. É inspirado na junção da revolução financeira com a revolução industrial de elevação da produtividade na produção de mercadorias em escala massiva para compra-e-venda.

É possível apresentar um exemplo simples de uso de recursos de terceiros. Caso você tenha 100 mil reais para investir em imóveis, você encontra um terreno em algum lugar, por exemplo, no limite de uma cidade do interior em expansão, uma área onde os valores dos imóveis estão subindo, por exemplo, 25% a cada dois anos. Aí você aplica o seu dinheiro para acumular mais.

Com recursos próprios, você encontra um terreno à venda por 100 mil reais e investe todo o seu dinheiro nele. Dois anos depois, você o vende por R\$ 125.000. Você ganha 25% do seu capital inicial.

Com recursos de terceiros, isto é, dos outros depositados em bancos, em vez de um terreno de 100 mil reais, você pode comprar uma casa de 400 mil reais. Você coloca os seus R\$ 100 mil de entrada na casa e toma emprestados os 300 mil reais restantes de um banco. Após dois anos, a casa teve também uma valorização de 25%, tal como o terreno. Ela passa a valer 500 mil reais. Você a vende, amortiza o empréstimo (e paga os baixos juros) ao banco e sai do negócio com aproximadamente 200 mil reais, descontados esses juros. Em vez de realizar meros 25%, você dobrou o seu dinheiro, ganhando 100% ao usando o dinheiro dos outros.

Alavancagem financeira diz respeito a obter a mesma valorização do ativo com a tomada de um empréstimo de capital de terceiros, dando muito maior escala na compra desse ativo. No exemplo, até dobra o capital próprio, ou seja, obtém uma rentabilidade de 100% sobre o próprio capital em caso de

juro zero. O limite do juro a ser pago tem de ser inferior à rentabilidade patrimonial apenas com capital próprio para valer a pena.

Os juros, impostos e taxas de corretagem podem ser cobertas por valorização superior. A desvantagem desse investimento com uso de recursos de terceiros é envolver um grau maior de risco. Se o mercado imobiliário local se desvalorizar, enquanto você estiver no meio do investimento, ele deixa você endividado. Ou você suporta esta dívida até o mercado melhorar a cotação do imóvel ou vende seu investimento, realizando um prejuízo.

Ao contrário da pregação da parcimônia virtuosa, ficar muito rico sem correr riscos é virtualmente impossível. Todos os muito ricos, se não tiveram a fortuna herdada, tiveram de abrir mão de absoluta prudência e segurança. Ficar muito rico, por exemplo, com fortuna acima de 100 milhões de dólares, sem abrir mão do emprego assalariado no setor público com estabilidade garantida é impossível sem um comportamento corrupto ou aético.

Narrativa de Alavancagem Financeira com Emissão de Ações

Para usar o dinheiro de outras pessoas em benefício próprio é preciso tomá-lo emprestado para sua alavancagem financeira. Além do endividamento, existe outra maneira: usar o mercado de ações, captando dinheiro via participação acionária.

Precisa-se de dinheiro para implementar uma ideia de um negócio relativamente promissor. Pode tomar emprestado ou pode conceder participação acionária. Procura alguns endinheirados, apresenta a ideia, e convence a eles arriscarem algum dinheiro como associados no empreendimento.

Os investidores vão se tornar coproprietários do negócio juntamente com o proponente ainda em uma empresa de capital fechado. Se o negócio tiver sucesso, cada um colherá sua participação proporcional nos lucros. Se o negócio fracassar, cada um perde seu dinheiro. O ganho do fundador é sem colocar muito dinheiro no negócio ficar com direito à sua participação acionária ao realizar todo o trabalho de gestão. Os outros são simplesmente os capitalistas investidores.

Desse modo, o grupo fundador lança o seu negócio através do uso do dinheiro de outros acionistas. Se o empreendimento for bem-sucedido, chega o momento quando os sócios vão querer colher alguns ganhos de capital em dinheiro. Para tanto, pode abrir o capital da empresa para outros acionistas. Pode desmembrar as ações originais em milhares de ações com um valor

equivalente e vender parte minoritária das ações pela cotação atribuída pelo mercado a partir do preço de lançamento.

O grupo fundador segura algumas ações em tesouraria com o objetivo de as usar no lugar do dinheiro para pagar na compra de outras companhias menores para o seu empreendimento em crescimento. O arranjo acionário interno da nova corporação é projetado de maneira o grupo manter a metade das ações. O resto é oferecido ao público por preço aceitável para cada ação. Deduzindo as comissões dos corretores e outros custos, a corporação termina com novo capital de giro e estabelece um novo valor de mercado elevado para a companhia e para a sua participação acionária nela. Antes da abertura de capital e aquisição de outras, ela era apenas uma organização pequena de valor duvidoso – na realidade, sem nenhum valor de mercado conhecido.

Após, a *holding* passa a ser proprietária de milhares de ações avaliadas no mercado de balcão e por flutuações subsequentes na bolsa de valores. Os sócios podem vendê-las a qualquer momento propício e cair fora do negócio como milionários ou partir para adquirir outras companhias, por exemplo, no ramo de cervejarias, companhias grandes, internacionais, algumas maiores em relação à própria original. Para comprá-las, oferece as ações da própria companhia como pagamento ou coloca as ações como garantia para os empréstimos.

Quanto mais alto o valor de mercado, mais valiosas seriam essas ações para seus propósitos. Para elevar o preço de mercado, as companhias adquiridas, antes independentes e representadas pelo “valor contábil”, podem passar a valer aquilo cujos investidores acreditam ou esperam (ou rezam) para ela valer no futuro. Divide a *holding* em empresas independentes para criar ações para elas, vender algumas destas ações para o público, e deixar o mercado inflar o seu valor. Todo o negócio custa quase nada além do gasto puramente administrativo e burocrático envolvido em emissões de ações.

Se o preço das ações de uma grande concorrente é baixo o suficiente de maneira poder comprar uma participação acionária controladora relativamente barata, é possível tomar empréstimos para sua aquisição, usando as próprias ações em forte alta para dar suporte ao seu crédito. Para se livrar da dívida, transfere-a para os livros contábeis da companhia adquirida. Divide a comprada em corporações separadas ao longo das linhas de produtos naturais da empresa. O dinheiro obtido pela venda pública de suas ações pode ser suficiente para pagar toda a dívida transferida originalmente para os livros contábeis da companhia comprada - e dividida. Adquire uma empresa gigantesca sem usar, no fim das contas, dinheiro da própria *holding*.

A tática do brasileiro de fazer aquisições alimentadas por dívida, seguidas por um corte implacável de custos para pagar pelo próximo “takeover”, encalha quando os investidores se assustam com o enorme endividamento. Aí as cotações são punidas na bolsa de valores.

Narrativas sobre Mercado de Ações

A Narrativa do Mais Tolo é conhecida como a crença do investidor quando compra um determinado ativo supostamente valorizado e acredita poder o vender no futuro com maior valorização. Ele espera encontrar um investidor ainda “mais tolo” capaz de o comprar. Dedução da narrativa: não se compra um ativo por o preço corresponder ao justo valor fundamentado, mas sim pela expectativa de revendê-lo por valor mais alto.

A Narrativa do Mais Tolo é comum em cenário especulativo com viés de alta, onde há um movimento predominante de força compradora. Por exemplo, no período anterior à explosão da “bolha da internet”, ocorrida no início de 2000, quando empresas de internet ainda obtinham um lucro pequeno, chegaram a valer bilhões de dólares por pressuposta valorização futura - e não pela distribuição efetiva de dividendos. Há distinção entre duas formas de operação na bolsa de valores: uma se baseia nos dividendos esperados e outra especula quanto à variação futura dos preços das ações.

Essa narrativa é similar à Narrativa do Concurso de Beleza utilizada por Keynes, no capítulo 12 da *Teoria Geral*, para ilustrar o comportamento especulativo dos investidores na bolsa de valores. A comparação é feita entre o investidor profissional na bolsa de valores e o participante do concurso para eleger, dentre uma centena de fotografias, os seis rostos mais bonitos.

No concurso, o prêmio é atribuído àquele participante cujas preferências mais se aproximam da seleção representativa da opinião média do conjunto dos participantes. Deste modo, a diretriz a ser seguida pelo participante não é a sua preferência, mas sim escolher as fotografias representativas da imaginada opinião média dos demais participantes do concurso. Por sua vez, todos eles se deparam com a mesma situação.

Portanto, torna-se irrelevante quais são, subjetivamente, os rostos mais bonitos, quando todos os participantes compartilham esse raciocínio. Ele visa antecipar a opinião média do conjunto de participantes, ou seja, um exercício de empatia coletiva. Em analogia, os rostos mais bonitos do concurso correspondem, no mercado financeiro, às ações a serem compradas por se acreditar a opinião média dos investidores também imaginar serem elas a serem compradas.

Os julgamentos buscam adivinhar o que a opinião média considera a opinião média. Keynes propôs este ser o comportamento dos analistas de mercado e gestores de fundos de investimentos. Estes agentes são, de maneira paradoxal, “racionalmente irracionais” ao lidarem não com fatos, mas sim com boatos ou rumores.

Ao fugir de mercado notoriamente arriscado por inflar uma bolha descolada dos fundamentos da empresa, do setor de atividade e mesmo da macroeconomia, mas com firme e contínua valorização de todas as ações, o investidor se considera tolo. Isto por não levar em conta a sugestiva Narrativa do Mais Tolo: sempre haver alguém comprando papéis já sobrevalorizados, como prova os mesmos estarem ainda se valorizando em processo de retroalimentação.

Na Narrativa do Concurso de Beleza, o jurado sincero com sua preferência selecionaria as genuinamente bonitas sob seu ponto de vista. Mas ele seria considerado um excêntrico, não convencional e dissidente da opinião especializada ou mesmo pública. Curiosamente, o vencedor do prêmio por se aproximar da opinião média é considerado pelos demais players um excêntrico distinto deles. Quem for perdedor não terá misericórdia por parte do vencedor por os considerar previsíveis - e equivocados.

Afinal de contas, a Narrativa do Senso Comum Defensivo sugere ser melhor errar copiando erros de outros a tentar acertar na verdade contra a opinião dos demais. No primeiro caso, você assim como os outros é uma vítima de acontecimentos coletivos. No segundo caso, você é um incompetente - e será despedido.

Dedução dessa narrativa: os gestores oportunistas continuam a tomar decisões em conjunto com O Mercado, mesmo sua opinião pessoal, no íntimo, sendo contrária à opinião predominante. Se o gestor contrariar o mercado e acertar é tido como mero sortudo, mas, caso erre a previsão, é considerado irresponsável.

O que faz o preço das ações oscilarem na bolsa? Tudo em economia é reduzido a um único e exclusivo movimento, devido à Lei da Oferta face à Demanda. Em ainda maior reducionismo, apenas à demanda, porque a oferta de papéis é considerada fixa (ou dada) em um corte temporal, isto é, no presente. Então, se aumenta a demanda, ou seja, o número de compradores de determinada ação, então aumenta a cotação da empresa. Se diminuirmos os compradores, seu valor de mercado cai.

Se o mercado é muito pulverizado e movimenta um valor expressivo, cada “voto” individual é insignificante. Em consequência, seria mais

interessante tentar “votar” no papel já valorizado pelos “demais tolos” - e não em sua avaliação dos fundamentos!

A Teoria dos Jogos mostra as chances de você obter melhores resultados via tentativa de adivinhar qual ação será selecionada pela maioria do grupo. Avaliar a opinião a ser predominante faz sentido, dada a premissa de a cotação se movimentar por demanda aquecida face à dada oferta.

No mercado de ações, se alguém pesquisar e achar um papel com ótimos fundamentos microeconômicos, setoriais e macroeconômicos, mas com baixa liquidez por ninguém o comprar, então, dependendo do montante comprado por ele, poderá até provocar uma pequena elevação na cotação. Mas se ninguém mais o comprar, é impossível a alta persistir. Na outra ponta, poderá até aparecer vendedores para aproveitar a oportunidade e se livrar do “mico”. Com essa oferta maior, começará a diminuir a cotação até aparecer algum comprador, pagando um preço inferior ao anterior. Isso levaria ao comprador inicial um custo de oportunidade temporário a não ser ele mesmo o comprador de mais dessas ações com expectativas dela pagar maiores dividendos.

O interessante da Narrativa do Concurso de Beleza é ela também explicar um comportamento comum de acordo com a Narrativa do Efeito Manada. No curto prazo, muitos *traders* ficam atentos ao movimento do volume de alguns papeis, principalmente daqueles não possuidores de muita liquidez. Eles sabem: ao entrar um volume grande de dinheiro para comprar nesses papeis, haverá forte movimento: inicialmente para alta, depois poderá se reverter para baixa.

Se investidores utilizam análise fundamentalista para concluir se uma empresa pode ou não ser uma boa compra, para valorização futura, outro passo é os preços sinalizarem isso para essa opinião predominar e contaminar as análises grafistas. Superando a *linha de resistência* (níveis máximos atingidos em certo período), ao contrário da *linha de suporte*, formada pelos níveis mínimos, a compra tende a ser de uma grande maioria, então, a demanda por papeis aumenta, fazendo o seu preço aumentar.

A análise técnica, baseada em gráficos de barra representativos do índice da bolsa de valores, é Psicologia Social aplicada ao mercado. Seu objetivo é identificar tendências e mudanças no comportamento da multidão, isto é, massa de investidores cujo comportamento coletivo comanda os preços. O Mercado corresponde à soma dos desejos, medos e expectativas dos participantes individuais - e institucionais.

A análise técnica, cujo algoritmo pesquisa a volatilidade de cotações face aos padrões do mercado de ações, prognostica as probabilidades de

acerto, mas não o curso real dos eventos. Essa narrativa tem pouco fundamento teórico além da afirmação de, em preços das ações determinados pela oferta e procura, a experiência passada ser a única fonte de dados para prognóstico do futuro.

Há uma arbitrariedade na convenção projetiva ao supor a situação atual continuar a existir no futuro, exceto quando houver indicações claras em contrário. Viés de Resultado ou Falácia do Historiador se refere à nossa tendência de avaliar decisões com base no resultado – e não com base no processo anterior à decisão. “Profecia reversa” é julgar o processo a partir da linha-de-chegada.

É um tipo especial de “ilusão de ordem”. Os eventos raramente ocorrem como se espera, mas a necessidade de a mente humana acreditar em ordem racional de causa-e-efeito se impõe.

Baseia-se na crença, totalmente sem fundamento teórico face à quebra de regularidade, provocada por mudanças estruturais, de a história se repetir. Na verdade, se faz uma “previsão da história” a partir de uma dada hipótese do historiador e extrapola uma repetição ordenada dessa história imaginada para se prever o futuro. Ela permitiria, sem nenhuma mudança em sua regularidade, previsões corretas.

O Mercado, embora reverenciado com letras maiúsculas como um ser sobrenatural, onipotente, onisciente e onipresente, é “o que é”, isto é, o resultado de múltiplas decisões descentralizadas, descoordenadas, desinformadas uma das outras e conflitantes. O Mercado não é “o que deveria ser” racionalmente.

Dedução da Narrativa do Concurso de Beleza: é uma analogia com o mercado de ações. O critério de compra, utilizado pelo investidor, não é exclusivamente o dele. Quando cada qual imagina como os outros podem pensar, não só extrapolando sua própria opinião para os demais, como faz a expectativa racional, cria-se uma dinâmica coletiva de profecia autorrealizável. As decisões se influenciam mutuamente e podem mudar o resultado antes esperado. Isso é considerado “risco” no mercado de capitais.

Narrativas sobre Bolha de Ativos

Teoricamente, se certas unidades de dispêndio da economia, como o governo ou as famílias abaixo do top 1%, estão dispostos a incorrer em déficits maiores, a economia pode continuar a crescer até o pleno uso de sua capacidade produtiva. Contudo, como a economia continua a depender da

criação de crédito para apoiar e efetivar a demanda, torna-se cada vez mais difícil fazê-lo.

Se o endividamento familiar e o público se acumulam, há necessidade de a taxa de juros cair abaixo da taxa de crescimento do PIB, para manter a exigência de serviço da dívida manejável, isto é, abaixo dos rendimentos privados e da arrecadação fiscal. Senão, eleva o grau de fragilidade financeira dos endividados.

A redução na taxa de juros tende a elevar os preços dos ativos, como ações e imóveis. Porém, em situação de “armadilha de liquidez” não há valores capazes de incentivar compras de ativos de investimento, ou seja, expandir a capacidade produtiva de modo as famílias se empregarem mais facilmente.

A dependência de uma taxa de juros cada vez menor para servir o maior estoque de dívida tem um limite nominal. Em algum momento, torna-se difícil para a taxa de juros declinar mais sem adicionar algum custo. Primeiro, existe a restrição natural de limite inferior ao zero na taxa de juros nominal. Depois, e talvez mais importante, juros muito baixos introduzem outros problemas prejudiciais para a economia em geral.

Por exemplo, os mercados de ativos são mais propensos a bolhas de ações ou imóveis, quando a taxa de juros básica estiver muito baixa. Torna-se cada vez mais difícil financiar planos de pensão e fundos de seguridade “Vida e Previdência” com anuidades suficientes sem a capitalização de uma renda fixa suficiente para o equilíbrio atuarial.

A combinação de dívida elevada e maior probabilidade de bolhas faz o setor financeiro ficar mais frágil. Baixas taxas de juros também podem inibir o crescimento da produtividade, devido à maior realocação do capital em direção ao aumento da concentração de mercado por fusões e aquisições de ativos existentes em lugar de criação de ativos novos. Concentra o valor apropriado em favor de maior poder de mercado quando o valor agregado está praticamente estagnado.

Dado a vida estar difícil por causa dessa crise financeira. O economista precisamos aprender lidar com ela. Primeiro, escutando narrativas e as interpretando. Existem dois modelos keynesianos “iguais e opostos” a respeito da instabilidade financeira. Um, elaborado pelo pós-keynesiano Hyman Minsky, cabe ser adotado em ciclo de *boom e crash*, sendo o excesso de crédito uma explicação adequada para o inflar e o desinflar de bolhas de ativos. Outro, divulgado pelo novo-keynesiano Joseph Stiglitz, explica o contrário, isto é, o racionamento do crédito. É mais oportuno seu uso durante a estagnação econômica.

O economista em seguida examina quais são as diferenças existentes entre essas linhas de pensamento keynesianas, particularmente, entre o Modelo de Racionamento de Crédito do Stiglitz e a Hipótese de Instabilidade Financeira de Minsky. Ambas narrativas mostram como os atos individuais sofrem de limitações sistêmicas ao contrário da narrativa neoclássica.

Para entender a narrativa novo-keynesiana, dentro do *mainstream*, é necessário compreender antes a evolução dessa linha predominante no pensamento econômico. Os novos-keynesianos criticam a segunda e a terceira das três premissas básicas dos modelos neoclássicos determinantes da tendência ao equilíbrio:

1. *racionalidade*: os agentes econômicos maximizam suas funções de utilidade e lucro, isto é, agem racionalmente;
2. *flexibilidade*: os mercados livres, inclusive o mercado de trabalho, tendem para o equilíbrio, por causa do atomismo, isto é, a concorrência entre agentes econômicos sem poder de controle de mercado torna preços e salários flexíveis;
3. *simetria de informações*: todos os agentes têm informação perfeita e jamais se enganam.

No modelo neoclássico, em longo prazo, com preços flexíveis e sem falhas dos mercados, ou seja, com atomismo e informações simétricas, o produto sempre estaria em seu nível potencial. Este seria determinado pelas condições da oferta, ou seja, o estoque de fatores de produção: trabalho, capital, terra e tecnologia. As flutuações da demanda repercutiriam sobre o nível dos preços, sem afetar a quantidade produzida.

Teorias monetaristas e novo-clássicas mantêm essas hipóteses de racionalidade e de preços flexíveis, mas questionam a de informações perfeitas para todos agentes. As flutuações são decorrentes de informações incompletas. Por exemplo, o ciclo monetarista decorre de os trabalhadores esperarem *ex-ante* aumento nos salários relativos e constatarem *ex-post* queda dos salários reais. Isso ocorreria devido à ilusão monetária, provocada, no curto prazo, por uma expansão da oferta de moeda.

Narrativa das Ilhas em Arquipelago

De acordo com a formulação econométrica original da curva de Phillips, taxa de desemprego menor pode ser obtidas através de política monetária expansionista às custas de inflação dos salários nominais. Supondo-se os salários serem uma componente importante dos custos, os resultados destas

políticas seriam também a inflação de preços. Daí surge a ideia de existir uma escolha [*trade-off*] entre o desemprego e a inflação.

Milton Friedman, guru dos monetaristas, sugere essa escolha existir apenas no curto prazo, enquanto o aumento no emprego for um resultado da percepção equivocada dos trabalhadores quanto ao verdadeiro efeito inflacionário dessa política. Ele desenvolve uma hipótese alternativa, onde faz distinção entre os efeitos em curto e em longo prazo de mudanças não antecipadas na demanda agregada nominal.

Supondo uma aceleração não antecipada da demanda agregada nominal, ela será vista por cada um dos produtores como uma demanda favorável e inesperada de seus produtos. O produtor, em um ambiente de frequentes mudanças na demanda relativa de diferentes bens, não saberá se esta mudança lhe é específica ou não. Será, então, racional responder a ela procurando produzir mais para vender por o que ele percebe ser um preço de mercado acima do esperado anteriormente.

Ele estará disposto a pagar um salário nominal maior em relação ao pago antes, para atrair trabalhadores adicionais. O salário real relevante para o produtor é o salário em termos do preço de seu produto e ele percebe este preço estar mais elevado. Para os trabalhadores, a situação é diferente: o que importa é o poder de compra dos salários, não sobre o bem específico produzido por eles mesmos, mas sobre todos os bens da cesta básica de consumo. Tanto eles quanto seus empregadores tendem a ajustar mais vagarosamente seu conhecimento dos preços em geral - porque é mais difícil, segundo Friedman, obter informações a respeito do nível geral dos preços em comparação ao bem específico precificado pela própria empresa.

Consequentemente, um aumento nominal dos salários pode ser interpretado pelos trabalhadores como um aumento do salário real, provocando, assim, um incremento na oferta de emprego - a narrativa monetarista até esse ponto é inteiramente neoclássica. A partir daí há uma quebra de informações perfeitas para todos e o uso da ideia de expectativa adaptativa. Os empregadores têm informação correta sobre seu preço-chave, mas os empregados não sabem ainda os preços dos produtos a serem comprados. De início, em termos de preços médios futuros previstos, imaginam seus salários reais estarem mais altos.

Porém, esta situação é temporária: basta a taxa de crescimento da demanda agregada nominal e a dos preços continuarem crescer, logo as expectativas se ajustarão à realidade. Quando isso ocorrer, o efeito inicial desaparecerá, podendo mesmo se inverter, durante algum tempo, porque trabalhadores e empregadores se encontram imobilizados por contratos

inadequados. Finalmente, o nível de emprego voltará ao anterior, isto é, antes da suposta aceleração não antecipada na demanda agregada nominal.

Para explicar essa “sutileza” do raciocínio monetarista, o economista costuma explicar: os salários reais serão mais baixos expressos em termos da média de preços futuros quando efetivados. Para isso, usa a narrativa de uma ilha no arquipélago.

É como se tudo acontecesse em uma economia formada por várias ilhas, cada qual com uma firma e um segmento do mercado de trabalho. Todo dia os trabalhadores de uma mesma ilha determinam, através de um leiloeiro, o salário nominal e o nível de emprego. Se um trabalhador deseja saber o nível de salário em uma ilha vizinha sem telecomunicações entre elas, para conhecer seu salário relativo, ele deve desocupar-se e perder algum tempo “remando” até ela para se informar. Observe a quebra de uma premissa neoclássica: as informações não circulam perfeitamente.

Suponha o governo desse arquipélago resolver ampliar a demanda agregada, através de uma política monetária expansionista ou “frouxa” e/ou de uma política fiscal “mal financiada”, ou seja, via emissão monetária. É como um helicóptero do Banco Central sobrevoasse o arquipélago, lançando sobre ele “papéis pintados” pela Casa da Moeda. Caso o excesso de papel-moeda caísse sobre todas as ilhas, provocariam aumentos de preços e salários nelas. Acontece, porém, os trabalhadores de cada ilha não perceberiam os salários de todo o arquipélago (a economia global) terem se elevado. Com o pressuposto maior salário nominal, estariam dispostos a ampliar a oferta de emprego, abandonando a preferência pelo lazer, ou seja, “balançar-se em rede sob palmeiras de uma paradisíaca ilha da fantasia”.

Somente um tempo após, quando recebessem os maiores salários nominais e remassem para outras ilhas, nas horas vagas, seja para adquirir os outros bens de sua cesta básica de consumo, seja para se informar sobre os salários relativos face aos das demais ilhas, eles teriam conhecimento do nível geral de preços. Constatariam, então, nem os salários reais esperados terem sido os efetivados nem seus salários estarem relativamente mais elevados - e eles mais ricos em relação aos seus colegas. Desapontados, cessaria a *ilusão monetária*: eles reduziram a oferta de emprego e, assim, o nível de produto também cairia. Esta é a narrativa monetarista.

Narrativa do Choque Real

O Monetarismo I de Milton Friedman é superado pelo Monetarismo II da Escola Novo-clássica. O primeiro adota *expectativas adaptativas*, formadas a partir da experiência passada, com ênfase maior para os períodos mais

recentes. Com taxas de inflação crescentes e esse modelo de formação de expectativas, os salários reais perderiam sempre na disputa com o crescimento dos preços.

O segundo destaca *expectativas racionais*: supõe todos os agentes econômicos terem o mesmo modo de entender a economia. Este corresponderia à estrutura verdadeira de seu funcionamento. Imodestamente, dizem ser esse conhecimento o produzido pelos próprios economistas novo-clássicos. Assim, qualquer choque monetário exógeno tem seu efeito perfeitamente antecipado por todos os agentes na economia.

Para o neoliberalismo típico dos adeptos dessas correntes de pensamento ortodoxo, a instabilidade econômica ou inflacionária seria decorrente de choques inesperados de política econômica. Para a escola das expectativas racionais, as flutuações econômicas decorreriam de o nível de preços efetivo desviar-se de o nível de preços esperado. Logo, variações previstas na oferta da moeda não afetariam a produção, apenas as mudanças imprevistas o fariam. Ao surpreender os agentes, o governo mais desestabiliza em vez de estabilizar a economia.

A literatura teórica novo-clássica define credibilidade como o grau de confiança do público quanto à determinada política econômica quando, de fato, tal mudança de diretriz realmente ocorreu. Para ter credibilidade, a política deve ser consistente, a cada estágio, com a informação pública a respeito dos objetivos e restrições enfrentadas pelo Banco Central. O público não acreditará em uma política anunciada se achar ela ser incompatível com os objetivos correntes dos seus condutores.

A credibilidade pode ser concebida como a velocidade com a qual o público reconhece certa mudança nos objetivos dos condutores de política monetária logo quando passa a efetivamente ocorrer. Este conceito de credibilidade parece apropriado quando a política é discricionária e os objetivos dos condutores, conhecidos somente por eles, ou seja, não anunciados, estão em constante mudança.

Essa caracterização de credibilidade sob descrição ou arbítrio e informação assimétrica difere da credibilidade como reputação. De acordo com esta última concepção, o fortalecimento do condutor de política monetária, quanto à “ancoragem das expectativas inflacionárias”, depende da probabilidade subjetiva correntemente atribuída ao evento.

A política monetária não é totalmente divorciada do processo político geral, sendo parcialmente sensível aos desejos do Presidente da República, Congresso, e principalmente comunidade financeira. Nesta abordagem novo-clássica, o comportamento do Banco Central em termos de objetivos políticos,

ou seja, prevenir a inflação em relação a estimular a economia, depende da influência relativa sobre ele dos lobbies pro-crescimento (representando todos os desempregados) e dos lobbies contra a inflação acima de tudo, seja no governo, seja no setor privado.

Narrativa da Bolsa de Carros Usados

A corrente novo-keynesiana constrói uma narrativa com base em fundamentos microeconômicos da macroeconomia para explicar a rigidez de salários e preços. O termo *novo* em lugar de *neo*, para descrever a evolução no *mainstream*, distingue essa corrente de pensamento econômico mais recente daquela surgida após a II Guerra Mundial e denominada de *síntese neoclássica*, isto é, entre a microeconomia neoclássica e a macroeconomia keynesiana. Este velho keynesianismo é usado também como contraposição pelo novo-classicismo.

A narrativa novo-keynesiana destaca os fundamentos microeconômicos do ciclo ao incorporar:

1. imperfeições de mercado e
2. rigidez de preços e salários.

Justifica assim as oscilações da demanda afetarem, principalmente, o produto e o emprego. Por exemplo, com a queda da demanda agregada, o ajuste se fará via desemprego e não por queda dos preços.

A rigidez de preços decorre de externalidades das decisões individuais e problemas de coordenação entre os agentes. Logo, a recessão é gerada por os agentes não conseguirem coordenar suas ações em torno da redução dos preços.

Os novos-keynesianos destacam os contratos de trabalho de longo prazo não serem renegociados, simultaneamente, a cada flutuação da demanda agregada. Os salários estão predeterminados por período significativo de tempo via contratos implícitos, salários eficientes de mão-de-obra treinada e custos decorrentes de alteração de cardápio com risco de perda de clientela. Assim, as variações da demanda agregada ocasionam variações na produção e no emprego (em quantidade) e não, imediatamente, nos salários (e/ou preços).

Enquanto a teoria convencional atribuía às taxas de juros o papel de promover as compensações [*clearing*] no mercado de crédito, essa economia da informação enfatiza a possibilidade de racionamento ser feita via

quantidade (e não por preço), mesmo em situação de pressão de demanda por concessão de mais crédito. A contribuição teórica de Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel em Economia, foi demonstrar, via cadeia assimetria de informações-seleção adversa-risco moral, o racionamento quantitativo representar a situação de equilíbrio no mercado de crédito.

A informação assimétrica cria problemas no sistema financeiro de duas maneiras:

1. antes da transação ser completada: seleção adversa;
2. depois da transação ser completada: risco moral [*moral hazard*].

Seleção adversa ocorre, no mercado financeiro, quando os potenciais tomadores de crédito mais próximos de produzirem um resultado indesejado - maus riscos de crédito - são os mais prováveis selecionados. Quando credores têm problema na determinação de se o potencial devedor é *bom risco*, ou seja, se tem boa oportunidade de investimento com baixo risco, ou, alternativamente, *mau risco*, ou seja, se tem pior projeto de investimento com alto risco, eles optam por fazer *racionamento do crédito*.

A narrativa usual é a da “bolsa de carros usados”. Quem leva seu carro lá, supostamente, não tem melhor avaliação, no mercado “oficial” das concessionárias de automóveis. Os negociantes da “boca” sabem disso e daí subavaliam o automóvel.

Os banqueiros adotariam, supostamente, atitude semelhante: imaginam quem busca crédito com taxa de juro extorsiva já está “enforcado”, isto é, bastante endividado em outros bancos concorrentes. Dada a divisão de trabalho entre o setor bancário e os diversos setores de atividade, as informações são assimétricas: os bancos desconhecem as especificidades das múltiplas empresas não-financeiras. Considerando o risco, os bancos determinariam o preço do crédito capaz de refletir a qualidade média das firmas emissoras de títulos de dívida. Seria então um custo acima do justo valor de mercado (o valor presente da esperada corrente de rendimentos) para firmas de alta qualidade, mas abaixo do justo valor de mercado para firmas de baixa qualidade.

Os proprietários ou os gerentes de firmas com projetos de investimento de alta rentabilidade patrimonial com alavancagem financeira, obviamente, conhecem essa possibilidade de os juros esmagarem a esperada margem de lucro. Avaliam seus títulos de dívida, caso emitidos, serem subavaliados. Não desejarão colocá-los no mercado. Logo, muitos projetos com valor presente do lucro líquido positivo não serão empreendidos com alavancagem financeira.

As únicas firmas dispostas a ofertarem seus títulos de dívida serão as firmas com projetos de baixa qualidade. Elas sabem os preços de seus títulos financeiros, se estiverem cotados pela avaliação média do mercado, estarão com cotações acima de seu justo valor.

Há situações, porém, cuja pressão da demanda por crédito é incapaz de induzir os ofertantes a aumentarem as taxas de juros como forma de “racionamento capitalista” pelo preço do crédito. Resultam de:

1. a heterogeneidade no grau de risco dos demandantes de crédito e
2. a dificuldade e os consequentes custos dos ofertantes de crédito para discriminar entre potenciais devedores “os bons” e “os ruins”.

A assimetria de informações entre potenciais credores e tomadores de empréstimos pode fazer um aumento na taxa de juros gerar impacto negativo tanto sobre a composição do *pool* de solicitantes de crédito (o efeito da *seleção adversa*) como sobre o comportamento destes em relação a riscos (o *efeito incentivo* ou o efeito do *moral hazard*), depois de contratado o crédito.

O problema da *seleção adversa* surge porque, dadas as diferentes probabilidades de *default* dos clientes e o custo para o credor as conhecer, o aumento na taxa de juros de empréstimo como resposta à pressão de demanda por crédito induz os solicitantes mais avessos a riscos (e talvez dispendo de projetos de melhor qualidade) a não tomarem crédito. Remanesce entre os demandantes, portanto, apenas aqueles clientes com maior probabilidade de inadimplência.

A elevação da taxa de juros, caso algum agente esteja disposto a pagar, pode atuar como instrumento de “detecção” de mau cliente para o credor. Caso o credor tivesse plena informação sobre os projetos, esse problema não ocorreria.

O problema do *moral hazard*, por sua vez, consiste no incentivo das elevadas taxas de juros dos empréstimos criarem para os tomadores de crédito, tendo recebido os fundos, disporem-se a correr maior risco. Dadas as características dos contratos de empréstimos - obrigações de pagamentos futuros previamente fixados e independentes do retorno do projeto, e responsabilidade limitada em caso de falência -, os devedores, sobretudo em situações de dificuldades financeiras, têm poucos incentivos para evitar riscos excessivos.

Na hipótese de sucesso do projeto, recebem todo o lucro acima dos juros devidos, enquanto na hipótese contrária de fracasso, suas obrigações são restritas aos recursos contratados. Os custos da inadimplência não

crecem significativamente. Esse problema não ocorreria se os contratos fossem completos e o credor pudesse monitorar (e controlar) com baixo custo a execução do projeto pelo devedor.

O *risco moral* surge como resultado de informação assimétrica, pois há carência de conhecimento por parte do credor sobre as atividades do devedor. Ele ocorre, no mercado financeiro, após o crédito ser concedido, quando o credor é sujeito ao azar do devedor engajar-se em atividades indesejadas (“imorais”), sob o ponto de vista do prestador, porque elas aumentam a probabilidade de calote. O tomador de empréstimo tem incentivo a investir em projeto com alto risco no qual ele se dá bem, caso o projeto tenha sucesso, mas o credor torna-se mais tolerante com a perda, dispondo-se ao refinanciamento se o projeto falhar.

O risco moral pode também ocorrer porque é altamente custoso para o credor preveni-lo, mesmo quando ele está plenamente informado a respeito das atividades arriscadas do tomador de crédito. Este é o caso de situações quando o Banco Central evita intervir em certo banco para evitar risco de instabilidade sistêmica.

Narrativa do Racionamento do Crédito

Outra especificidade de economia com informações imperfeitas diz respeito à interferência do grau de endividamento dos solicitantes de crédito sobre a disponibilidade de capital próprio. Quanto maior a alavancagem [*leverage*] do devedor, maior a despesa com obrigações financeiras e, portanto, maior o risco de *default*. O maior endividamento incita o devedor, ademais, a adotar comportamento do tipo *moral hazard*.

O *racionamento do crédito em volume* pode constituir solução ótima para o credor se, em sua avaliação, qualquer prêmio adicionado sobre a taxa de juros pode não compensar o incremento no risco de *default*, ensejado pelo aumento no grau de endividamento. Em lugar de racionar pelo aumento da taxa de juro, raciona pela quantidade, ou seja, “racionamento socialista” (via fila: quem estiver na frente compra) em vez de “racionamento capitalista” (via preço: quem for rico compra).

Dentre os instrumentos capazes de reduzirem o problema do risco moral nos contratos de dívida estão:

1. comprometimento maior de recursos próprios no patrimônio líquido para diminuição do grau de alavancagem financeira do cliente;
2. monitoramento da execução do projeto;

3. aplicação de cláusulas restritivas;
4. fiscalização por parte dos intermediários financeiros, especialmente dos bancos.

Para evitar o racionamento quantitativo, os fornecedores de capital poderiam contornar esses problemas de natureza informacional por meio de exigências de garantias ou de margem mínima de autofinanciamento. Todavia, argumenta Stiglitz, esses recursos também podem engendrar efeitos de seleção e de incentivo adversos. A partir de certo ponto, o aumento no nível exigido de garantia pelos credores rebaixaria os retornos dos empréstimos.

Contratos mais completos, contemplando inúmeras contingências e punições, de modo a inibir os tomadores de empréstimos correrem riscos exagerados, são custosos. Pressupõem a existência de infraestrutura jurídica desenvolvida para assegurar seu cumprimento: legislação adequada, precisão nas regras de responsabilidade, pronta execução das decisões judiciais, etc.

Mesmo em situação de excesso de demanda por crédito, Stiglitz demonstra a taxa de juros afetar diretamente a qualidade do empréstimo e, assim, o retorno do credor. Preços têm efeitos na seleção e em incentivos. “O resultado comum da teorização econômica, de preços ‘equilibrarem’ os mercados, é específico ao modelo - e não é propriedade geral dos mercados. Desemprego e racionamento de crédito não são fantasmas”.

O financiamento via lançamento de ações, se comparada ao endividamento bancário ou ao lançamento de títulos de dívida direta (debêntures), pode potencializar os problemas de incentivo adverso. Os diretores podem ter conflitos de interesses com os acionistas da empresa, razão pela qual podem “competir” com os lucros retidos (e diminuição de dividendos), para elevação do autofinanciamento.

Bancos podem ter vantagens vis-à-vis ao acionista típico para monitorar os diretores da empresa, pois:

1. dispõem de mais informações sobre a situação das empresas e
2. podem impor sanções quando necessário – não renovando, por exemplo, os empréstimos.

Há a possibilidade de a captação de fundos no mercado de ações induzir os investidores potenciais a desconfiarem e concluírem:

1. ou a empresa não apresenta perspectiva favorável, senão estaria disposta a assumir o risco incremental de dívida maior,

2. ou não conseguiu crédito demandado aos bancos, supostamente, melhor informados sobre a situação financeira de seus clientes,
3. ou ainda os bancos só se disporem a lhe fornecer crédito à taxa de juros demasiadamente alta.

Essa sinalização adversa sobre a “qualidade” da empresa, ao recorrer à emissão de novas ações como fonte de financiamento, justificaria inferências dos investidores sobre eventual situação financeira frágil ou maior risco de falência da empresa. Isso provocaria queda em suas cotações. Por exigir então mais ações e diluir as participações dos antigos acionistas, poderia desestimular a captação de recursos por essa via.

Há negação da concessão de crédito mesmo com a disposição de pagar maior taxa de juros, porque há descrédito com relação a quem aceita esse maior risco. Nessa visão novo-keynesiana, a maior taxa de juros provoca então queda (e não aumento) da oferta de crédito.

Aumento nos pagamentos de juros por consumidores diminui o fluxo de vendas das firmas, logo, a diferença entre os recebimentos e os gastos. No caso das firmas, os gastos financeiros se elevam com os maiores juros. O declínio no fluxo de entradas de caixa causa deterioração no balanço patrimonial, dificultando a avaliação por parte dos emprestadores sobre a probabilidade de os clientes devedores vir a pagar suas contas.

Juros elevados afetam também o custo de oportunidade de investimento em renda variável e não em renda fixa e provocam baixa no mercado de ações. Isto implica em maior comprometimento do patrimônio líquido das empresas, para carregar o endividamento, porque os preços das ações estabelecem os valores de mercado de seus ativos, logo, do patrimônio. Por desempenhar papel semelhante ao da garantia colateral, seu declínio significa “passivo a descoberto” por não cobrir os “passivos de terceiros” e levar os emprestadores a ficarem menos dispostos a refinarciar. Também aumenta o risco moral, incentivando às firmas endividadas a fazer investimentos mais arriscados para obter maior retorno, porque elas passam a ter menos a perder.

Com quebras de instituições financeiras ou falências de empresas não-financeiras, recessão, *crash* no mercado de ativos, torna-se mais difícil distinguir entre bons e maus riscos. Com a informação assimétrica, em pânico, os depositantes retiram seus depósitos em corrida bancária, provocando contração no lastro do crédito e múltipla contração nos depósitos. Leva à bancarrota sistêmica se os depositantes não distinguirem entre os bancos solventes e os insolventes.

Os maiores bancos de varejo reagem ao aumentar a relação provisões/ créditos. A busca por segurança aumenta o “empoçamento de liquidez” neles, travando o mercado interbancário e contraindo ainda mais a cadeia empréstimos-depósitos do multiplicador monetário. Tudo isso resulta em outras quebras bancárias.

O resultado sistêmico é:

1. redução dos fundos disponíveis para empréstimos,
2. aumento dos custos de empréstimos,
3. redução no investimento,
4. declínio na atividade econômica.

Quando o mercado financeiro, tanto o de crédito, quanto o de capitais, se deflaciona, os preços dos ativos e, em consequência, os valores das garantias, oferecidas para a tomada de empréstimos com o objetivo de alavancagem de suas posições, também desabam. Os bancos credores pedem, imediatamente, para os devedores alavancados cobrirem a perda do valor da garantia. Ao não disporem de recursos para tanto, os devedores se veem forçados a liquidar suas posições, vendendo ativos de uma só vez.

Como a liquidação ocorre de maneira generalizada, não há compradores aos preços oferecidos. Os preços dos ativos despencam ainda mais. *A crise financeira é o processo de deflação de ativos.*

Narrativa da Inerência da Instabilidade

Hyman Minsky interpreta a crise financeira como resultante não de *racionamento*, mas sim de *excesso de crédito*. A instabilidade do investimento é fonte das flutuações cíclicas. Ela se deve à composição do portfólio ser realizada em estado de incerteza quanto ao futuro, por ele ser resultante de decisões descentralizadas, descoordenadas e desconhecidas umas das outras.

A principal causa da instabilidade, portanto, se deve às alterações na decisão quanto à composição e ao financiamento do portfólio de cada agente. Isto ocorre em função da chegada de novas informações e das mudanças de cenários do futuro face aos contratos financeiros efetuados em condições ultrapassadas.

Os pontos fundamentais da obra de Minsky são:

1. a inerência da instabilidade por causa das instituições e relações financeiras;
2. os processos de geração de incoerências em função de planos incompatíveis;
3. o ciclo monetário-creditício, devido às configurações incoerentes;
4. o custo de financiamento relacionado à composição passiva se desequilibra com a expectativa de retorno relacionada à estrutura dos ativos.

As fontes de instabilidade são *endógenas*, isto é, fruto das forças do mercado por:

1. consequência de “a estabilidade ser desestabilizante”, ou seja, haver reversão de expectativas após tudo ir aparentemente bem e se diminuir a exigência de margem de segurança por conta do aumento do valor das garantias;
2. inovações financeiras como reação às restrições da autoridade monetária;
3. divergências de expectativas entre tomadores de empréstimos e emprestadores.

O processo de “desestabilização da estabilidade” ocorre na expansão, quando expectativas são correspondidas e contratos, cumpridos. Há diminuição das exigências de margens de segurança. Provoca aumento do prazo das aplicações produtivas com base em endividamento de curto prazo. Com juros em queda, para elevar seu *spread* e sua massa de lucros, banco alonga empréstimos prefixados e encurta reconstrução de captação com juros pós fixados, além de elevar a escala de sua carteira de crédito.

A mudança do estado do crédito ocorre quando há risco de variação (exógena ou endógena) de juros. Preventivamente, já provoca a abreviação dos prazos de pagamentos e o aumento dos juros dos empréstimos. Aumenta a frequência de pagamentos dos devedores, visando saldar débitos à medida do vencimento. Surge maior necessidade de liquidez. Há aumento da taxa de juros da captação, ou seja, do prêmio para se abandonar a liquidez.

Mesmo sem haver choque exógeno (elevação do juro básico pela Autoridade Monetária), pode haver reversão endógena pelas forças do mercado face à maior necessidade de liquidez não ser atendida. Produz revisão das expectativas quanto ao risco do credor e do devedor em situação de menor ritmo de vendas no mercado de bens e serviços, chamado

equivocadamente de “lado real” como o lado financeiro fosse fictício ou resultante da “Era da Financeirização”.

Em fórmula, a *fragilidade financeira* ou prudência no endividamento de qualquer agente é indicada pelas relações Δ estoque de dívida / saldo de fundos próprios e/ou Δ fluxo do serviço da dívida / fluxo de receitas. Os graus de fragilidade financeira dos agentes econômicos se alteram ao longo do ciclo de crédito, desde a predominância de “protegidos” (*hedgedos*) até a de Ponzi. Estes seguem “esquemas de Pirâmide”, isto é, as novas entradas são contabilizadas como retorno. Além dessas, passa-se por postura financeira especulativa como a dos bancos. Eles se garantem pelo refinanciamento dos ativos pela captação diária de passivos.

Narrativa do Esquema da Pirâmide de Charles Ponzi

Charles Ponzi, nascido Carlo Ponzi (Lugo, 3 de março de 1882 - Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1949), foi um estelionatário italiano radicado nos Estados Unidos, conhecido por ter elaborado a maior fraude do século XX, estimada em 50 bilhões de dólares americanos. Ele emigrou para os Estados Unidos, em 1903, depois de abandonar os estudos na Universidade La Sapienza em Roma. Mudou-se para o Canadá onde foi condenado a três anos de prisão por falsificação de cheque bancário. Retornou aos Estados Unidos onde se tornou um dos maiores trapaceiros de toda a história.

Usou diversos nomes durante sua vida de trapaças: Carlo Ponzi, Charles Ponei, Charles P. Bianchi e Carl. Indivíduo de poucos recursos, como a maior parte dos imigrantes “para fazer a América”, descobriu pouco tempo depois de sua chegada, graças a uma correspondência recebida da Espanha, os selos de resposta do correio internacional podiam ser vendidos nos Estados Unidos por um preço mais alto em relação ao comprado no estrangeiro.

Assim começou o rumor sobre essa *arbitragem*: comprar onde é barato e vender onde é caro. Quem não queria ficar fora da oportunidade entregava seu dinheiro a Ponzi. Embora ele recebesse somas significativas de dinheiro e houvesse fila para lhe entregar mais, na realidade, deixou de comprar selos com o dinheiro recebido. Apenas com o fluxo de entrada dos sucessivos novos investidores, intuitivamente, pagava rendimentos de até 100% em três meses!

Charles Ponzi, um de seus codinomes nos Estados Unidos, lançou em novembro de 1919 outro esquema, com venda de notas promissórias, garantindo um juro de 40% no prazo de 90 dias. Em uma segunda fase, chegou a prometer juros de 50% a cada 45 dias. Em vez de investir o dinheiro recebido, o Sr. Ponzi usava parte do dinheiro de cada novo investidor para

pagar os juros prometidos aos investidores mais antigos, embolsando o restante.

Ponzi, muito hábil em sua lábia, declarava o funcionamento do negócio ser sigiloso por “razões competitivas”, mas fazia circular a informação extraoficial de ter a ver com negociação internacional de valores, sobretudo no caso de cupons-resposta postais. Os investidores de Ponzi não sabiam direito como o esquema funcionava, conheciam, porém, algumas pessoas aparentemente enriquecendo com isso. Gananciosamente, todos queriam ganhar o mesmo dinheiro de maneira fácil. Portanto, solicitavam voluntariamente entrar no sistema. Ponzi chegou a faturar quase 10 milhões de dólares, pagando de volta na forma de juros menos de 8 milhões.

Quanto, cerca de oito meses mais tarde, o número de novos investidores cresceu demais, chegando a cerca de vinte mil, entre os quais muitas pessoas influentes, as autoridades passaram a investigar. Então, ficou praticamente impossível continuar. O sistema começou a ruir por falta de novas adesões em número suficiente para manter o esquema funcionando. Logo depois aconteceu o colapso com a intervenção das autoridades e a criação do termo “Esquema de Ponzi”. Ponzi foi condenado a cinco anos de cadeia.

Anos mais tarde, tentou de novo um esquema parecido na Flórida, envolvendo loteamentos de pântanos, apresentados como terrenos comerciais. John Kenneth Galbraith, em seu livro sobre a crise de 1929, ironicamente, narra: “Ponzi acreditava nas vizinhanças boas, compactas: vendeu 23 lotes por acre” (...) “perto de Jacksonville” - ficavam a cerca de 100 km a oeste da cidade! “O boom [imobiliário] da Flórida foi a primeira indicação da disposição de ânimo da década de 20 e a convicção de que Deus desejava que a classe média americana fosse rica”.

Foi quando se começou a construir um mundo de simulação especulativa, habitado não por gente que precisa ser persuadida a acreditar, mas por gente que quer desculpa por acreditar. No caso da Flórida, Ponzi percebeu a afluência desse tipo de crente ser tão grande a ponto de as praias, os brejos, os pântanos e as terras cobertas de mato, tudo isso castigado por sol inclemente e varrido por “eventuais” furacões, terem valor...

A perícia de Ponzi foi lidar com a característica da obsessão especulativa, percebendo, à medida que o tempo passa, a tendência para enxergar além do simples fato dos valores crescentes em relação aos fundamentos, ou seja, as razões das quais ele depende, vai diminuindo. Não há por que não fazer isso, pois o número de pessoas compradoras na expectativa de vender com lucro continua a aumentar em ritmo tal possível

de manter os preços em ascensão. Só quando o aparecimento de compradores novos, tão essencial à realidade dos preços em elevação, declina, o impulso especulativo se dissipa.

Foi condenado de novo. O delírio de Ponzi era ele ter alcançado o sonho americano com a livre-iniciativa empreendedora. Terminou seus dias em 1949, em um hospital para indigentes no Rio de Janeiro, para onde tinha se mudado.

A narrativa sobre o Esquema da Pirâmide define todos os sistemas fraudulentos, usados para coletar dinheiro através um fluxo constante de novos participantes. A função de cada novo participante é, sinteticamente, dar dinheiro para os golpistas/recrutadores, na expectativa de cooptar novos participantes para o pagarem.

O nome do esquema deriva da forma da pirâmide: um triângulo tridimensional, ou seja, uma construção invertida: deste o topo unitário até a base grande. Se o esquema prever cada pessoa encontrar 10 novos participantes e a pirâmide começar com uma pessoa no topo, haverá 10 pessoas debaixo dela, 100 debaixo deles e 1000 debaixo destes, etc. A pirâmide envolveria mais de toda a população da terra depois de 10 andares (ou níveis), com um único golpista no topo. Veja o gráfico abaixo:

1
10
100
1.000
10.000
100.000
1.000.000
10.000.000
100.000.000
1.000.000.000
10.000.000.000

Os esquemas de “pirâmide da felicidade” funcionam por causa da ganância acima da cautela. Acreditar-se capaz de ganhar dinheiro facilmente afeta o emocional, portanto, a racionalidade e a capacidade de pensar lógica do ser humano.

Quem deseja obter muito dinheiro com um pequeno investimento, e em pouco tempo, a esperança toma conta da mente, onde a experiência e o realismo crítico deveriam estar. Os céticos passam a ser vistos como tolos incapazes de entenderem o esquema. Fazer perguntas esclarecedoras parece pouco educado e não amigável.

Com o advento da internet novos tipos de esquemas apareceram e esquemas antigos se modernizaram. Acredita-se ingenuamente na internet se poder tudo. Aparecem, quase diariamente, propostas de negócios do tipo anunciado por uma “celebridade” para dar credibilidade na exploração na ingenuidade de quem se pensa esperto. Veja o caso recente de moedas virtuais tipo “bitcoin”.

Apesar de ambos terem uma estrutura conceitualmente piramidal, existem relevantes diferenças entre a categoria dos esquemas piramidais clássicos e a das variantes de tipo “Ponzi”.

Nos esquemas Ponzi, os criadores da fraude costumam manter contato direto com todos os envolvidos. Mesmo usando os participantes como meio de propaganda e venda, eles acompanham a inclusão de cada novo participante e desenvolvem as estratégias de crescimento. Nos esquemas piramidais clássicos, normalmente, existe uma estratificação dos contatos de modo os participantes de cada nível manterem contato somente com os participantes dos níveis imediatamente acima e abaixo.

Nos esquemas de tipo Ponzi, os criadores afirmam o lucro vir, supostamente, de investimentos bem-sucedidos, sem haver um relacionamento declarado com a inclusão de novos participantes. Nos esquemas piramidais clássicos se afirma, mais ou menos abertamente, o lucro vir sob forma de comissões sobre novas entradas de capital.

Os esquemas de tipo Ponzi tem a capacidade potencial de se sustentar por mais tempo através de mecanismos de persuasão dos participantes a “reinvestir” o próprio capital ou até aumentar suas participações. Estes sistemas muitas vezes conseguem se sustentar sem necessidade de manter um grande crescimento em número de participantes. Os sistemas piramidais clássicos tendem a ficar insustentáveis e se esgotar em um período de tempo relativamente curto, devido à dependência de altas taxas de crescimento para continuarem ativos.

Nos esquemas de tipo Ponzi, os criadores mantêm o controle direto sobre todos os recursos obtidos pelos participantes, redistribuindo parte deles, de acordo com seu arbítrio, na forma de lucros. Nos esquemas piramidais clássicos, cada participante se beneficia diretamente na forma de comissões (ou outras receitas) dos recursos daqueles a quem recrutou.

Um exemplo de esquemas piramidais clássicos ocorre através de correntes de cartas. O esquema típico é uma carta (ou e-mail) com uma lista de dez pessoas (com nome e endereço e tudo). Para participar, você deve enviar pequenas quantias de dinheiro para o primeiro nome da lista. Depois tira o nome dele e acrescenta o seu no fim da lista. Depois, faz dez cópias da

mesma carta com a nova lista, onde o antigo segundo colocado virou primeiro e você aparece como último, e as envia para dez pessoas diferentes. Se você puder enviar para mais pessoas ainda melhor. A promessa é quando você virar o primeiro da lista irá receber (ou terá recebido) uma fortuna enviada por uma multidão!

Em algumas outras versões, você deve enviar a pequena quantia de dinheiro para todos os nomes da lista, antes de retirar o nome do primeiro e colocar o seu nome como último. No início dos anos 50, na Itália, começou a difusão de uma carta com o seguinte início: “Reze três Ave Maria para São Antônio...”, em seguida eram listadas todas as graças e coisas boas possíveis de acontecer para quem seguisse as instruções da carta e todas as desgraças para quem não o fizesse. Entre as instruções tinha a de fazer dez cópias (na época eram feitas à mão ou com máquina de escrever) da carta e enviá-las pelo correio, pagando o selo, para outras 10 pessoas estimadas. Essa corrente católica durou anos e ganhou o nome de “corrente de São Antônio”. Hoje, existem versões digitais deste “golpe”, com todo o sistema, o acompanhamento, os pagamentos e as listas administrados através de sites na internet.

Na crise financeira recente, tornou-se conhecido Bernard Lawrence “Bernie” Madoff (Queens, Nova Iorque, 29 de abril de 1938). Ele foi o presidente de uma sociedade de investimento com seu nome, fundada em 1960. Esta sociedade foi uma das mais importantes de Wall Street. Ele também foi uma das principais figuras da filantropia judaica.

Em dezembro de 2008, Madoff foi detido pelo FBI e acusado de fraude, tendo seus ativos congelados. Suspeita-se a fraude ter alcançado mais de 65 bilhões de dólares, o que a torna uma das maiores fraudes financeiras levadas a cabo por uma só pessoa.

Madoff, com fama de filantropo, não só enganou entidades bancárias e grupos de investimento, como também são vítimas da sua fraude fundações e organizações caritativas. Em 29 de junho de 2009, Madoff foi condenado a 150 anos de prisão por um tribunal de New York. Em 11 de dezembro de 2010 seu filho Mark Madoff suicidou-se. Em 2014, morreu o filho mais novo, Andrew Madoff, vítima de câncer.

As atividades exacerbadamente especulativas de Ponzi e demais fraudadores costumam se erigir sobre dívidas crescentes. Adotando métodos legais ou não, não cumpre o pagamento nem do principal, nem dos juros. Constrói e detona “correntes da felicidade”, “pirâmides” sustentadas enquanto novas entradas cobrem as saídas de caixas. Elas se desmoronam quando rompe algum “elo mais fraco”. Ponzi não alcançou prosperidade no

fim da vida, mas, para a posteridade, tornou-se símbolo de uma postura financeira contumaz entre agentes econômicos.

Narrativa das Posturas Financeiras

As *posturas financeiras* referem-se à combinação dos fluxos de entrada e de saída de caixa das unidades decisórias.

Na *postura defensiva*, a composição do portfólio visa, essencialmente, a manutenção da solvência, com os valores patrimoniais do ativo sendo superiores aos valores do passivo e as receitas previstas acima dos pagamentos a serem efetuados.

Na *postura especulativa*, os valores patrimoniais do ativo são também superiores aos valores do passivo, mas assume-se insolvibilidades temporárias, com as receitas não cobrindo o principal (a amortização), embora os juros das dívidas (obrigações de curto prazo) continuem sendo pagos. Os agentes, assumindo tal postura, especulam com a possibilidade de serem refinanciados.

Na *postura Ponzi*, as dívidas são emitidas para serem "roladas" - e os credores "enrolados". Os agentes têm a expectativa de, a partir de certo momento, com eventos e taxas de juros favoráveis, os fluxos de receitas cobrirem pagamentos necessários, para validação das dívidas pendentes.

São características dos passivos dos agentes:

- *hedgers*: predominam dívidas de longo prazo e fartos recursos próprios; ficam a salvo do mercado financeiro, se o mercado de bens operar como se espera;
- *especulativos*: os ativos de longo prazo financiados via obrigações de curto prazo, determinando contínua reconstrução do passivo; têm a expectativa de obter no futuro fluxo de caixa suficiente, para amortizar a dívida.
- *Ponzi*: suas dívidas crescem em termos absolutos, porque seu serviço não é atendido; os novos empréstimos necessários para pagar juros são incorporados ao principal.

Um exemplo de postura financeira Ponzi é a adotada pela Previdência Social em *regime de repartição*, aquele onde as contribuições correntes da população economicamente ativa pagam as pensões da população inativa. Essa transferência de renda é viável até fatores demográficos como o aumento da esperança de vida, a diminuição da taxa de fecundidade, o

envelhecimento da população, conjunturais como a elevação da taxa de desemprego, e/ou estruturais como o maior grau de informalidade no mercado de trabalho, provocam crescentes déficits, detonando a crise da previdência social.

Uma solução, apontada por muitos analistas do problema, é incentivar o uso do *regime de capitalização*, pelo menos na previdência privada complementar. Há dois tipos de planos de capitalização, os de *benefícios definidos* e os de *contribuição definida*. Os primeiros caracterizam-se pela fixação do valor dos benefícios a serem pagos, ficando as contribuições, tanto do empregador, quanto do empregado, como fator variável. Vice-versa, os últimos caracterizam-se pela fixação do valor das contribuições, ficando variável o valor dos benefícios futuros, na medida que dependerá da capitalização das contribuições.

Esses dois tipos de fundos de pensão diferem na distribuição de risco entre a empresa-patrocinadora e o empregado-participante. No *plano de benefício definido*, o patrocinador se compromete a pagar aos participantes pensão relacionada aos ganhos profissionais, recebidos durante suas carreiras, tal como predeterminada porcentagem do salário final, sujeita à ponderação dos anos de serviços na empresa. Então, os participantes trocam parte dos salários correntes por pensões futuras, pagas pelo fundo constituído e com capitalização à taxa média de retorno em longo prazo no mercado de capitais. As patrocinadoras arcam com o risco do investimento, pagando os benefícios compromissados, mesmo se o fundo se mostrar insuficiente. Na prática, usualmente, essa insuficiência é antecipada, quando os ativos declinam seu valor ou os passivos elevam, mantendo sempre um balanço atuarial. Nesse caso, a postura financeira da empresa patrocinadora de plano de benefício definido é *especulativa*.

A característica de compartilhamento do risco está ausente do esquema dos *planos de contribuição definida*, onde as contribuições são fixadas e os benefícios variam com os retornos do mercado de capitais: todo o risco é assumido pelo empregado-participante. No caso de *crash* na bolsa de valores, justo na véspera da aposentadoria, tal risco do plano de contribuição definida pode ser extremamente severo. Essa possibilidade, sem dúvida, dificulta a adesão dos empregados da empresa-patrocinadora. Ela propõe esse plano como parte de sua política de recursos humanos, de planejamento tributário ou mesmo de autofinanciamento. A postura financeira da empresa-patrocinadora de plano de contribuição definida é *defensiva*.

Outro *exemplo clássico de postura financeira especulativa* é a adotada, por definição, pelos bancos. Devido a sua especialização, eles descolam os prazos de suas aplicações, principalmente em empréstimos, dos prazos de

suas captações, pois têm condições de, diariamente, se refinanciar junto ao mercado financeiro.

O interesse maior nessa caracterização de posturas financeiras é verificar o predomínio de cada qual, ao longo do ciclo de crédito. De acordo com a volatilidade dos valores dos ativos, nos diversos mercados, os agentes econômicos podem assumir, mesmo involuntariamente, uma ou outra postura financeira. Depende do funcionamento dos mercados:

1. *defensiva* depende da normalidade do mercado de bens e fatores de produção;
2. *especulativa* depende da normalidade do mercado financeiro;
3. *Ponzi* depende do apoio negociado do mercado financeiro.

Narrativa do Modelo dos Dois Preços

No Modelo dos “Dois Preços”, elaborado por Minsky, se distingue:

- o *preço de demanda* P^K derivado da relação entre a demanda e a oferta de ativos de capital (K^d / K^s), sendo esta última dada, em curto prazo, e aquela função da rentabilidade, do custo de manutenção e da liquidez esperadas pelas expectativas em relação a esses atributos dos ativos;
- o *preço de oferta* P^I resultante da soma dos custos primários mais a margem de lucro: $P^I = (c + ml)$.

Quando $(P^K / P^I) > 1$, compensa investir (ΔI) em ativos novos mais baratos. Quando a oferta de moeda creditícia cresce mais em relação ao aumento da produção ($\Delta M^s_c / \Delta Y > 1$), é sinal de estar havendo elevação do valor de mercado patrimonial (Δa) e, conseqüentemente, da margem de garantia (Δmg), oferecida pelo devedor. Isso provoca reflexividade (ou “círculo vicioso”) com novo aumento da oferta do crédito (ΔM^s_c).

Com o aumento da demanda por ativos de capital (ΔK^d), face à dada oferta (K^s), o resultado é *inflação de ativos* (ΔP^K). O ganho de capital torna-se maior face à rentabilidade da produção ($\Delta a / \Delta q > 1$), ou seja, a inflação de ativos supera a inflação corrente ($\Delta P^K / \Delta P^I > 1$), devido à especulação com ativos existentes.

Quando o custo do serviço da dívida torna-se superior à rentabilidade esperada, agrava-se a *fragilidade financeira*: $(\Delta c / \Delta q^\wedge) > 1$, sendo \wedge sinal de “esperado”.

A reversão de expectativas precipita a crise financeira. Sem refinanciamento das dívidas no futuro (ΔM^s_c em $t + 1$), há deflação de ativos ($< P^K$ e $< a$) até $P^K < \text{ou} = P^I$. Aí, então, ocorre processo de fusões e aquisições dos ativos existentes (ΔK^d), isto é, em termos marxistas, “a queima do capital excedente”.

Quando, novamente, houver aumento do preço de demanda (ΔP^K) e ele torna-se superior ao preço de oferta ($P^K / P^I > 1$), haverá investimento (ΔI) em ativos novos mais baratos, em vez de comprar usados com altos valores de mercado. Logo, haverá *retomada do crescimento econômico*.

Com a inflação de ativos (ΔP^K), ocorreu maior crescimento dos preços de mercado dos ativos. O mais decisivo, na realidade, é o fluxo de rendimentos esperados pelo empreendedor.

Para examinar essa complexidade determinante do ciclo de preços dos imóveis pode-se utilizar a chamada Narrativa dos Dois-Preços, elaborada por Hyman Minsky. Assim, “preço de demanda” é a cotação de imóveis usados no mercado secundário, e “preço de oferta” é o preço de produção dos imóveis novos. É uma variável subjetiva a atribuição de um valor de mercado aos imóveis existentes. Já o preço de produção de imóveis novos é uma variável objetiva.

O preço de demanda deriva-se da relação entre a demanda e a oferta de imóveis existentes, sendo esta oferta um estoque dado, em curto prazo, e a demanda sendo uma função das expectativas de múltiplas subjetividades em relação aos atributos esperados dos imóveis: rentabilidade, custo de manutenção e liquidez. O preço de oferta é a soma dos custos primários na construção de imóveis novos e uma margem de lucro.

Quando o preço de demanda é maior do que o preço de oferta, compensa investir em imóveis novos. Se a oferta de crédito imobiliário cresce mais do que o aumento da produção e da entrega de imóveis, sinaliza a elevação do valor de mercado no mercado secundário. Consequentemente, eleva a margem de garantia com alienação fiduciária oferecida pelo devedor. Solicitação de menor margem de segurança retroalimenta nova expansão da oferta do crédito. Com o aumento da demanda por ativos imobiliários, face a uma oferta dada, o resultado é uma inflação nesses ativos, ou seja, boom em seus preços.

O ganho de capital pelo aumento do valor de mercado do existente torna-se maior do que a rentabilidade esperada da produção de novo. Nesse caso, a inflação de ativos torna-se maior do que a inflação corrente, devido à especulação com ativos existentes: os imóveis usados. Caso a inflação de ativos contamine as demais formas de manutenção de riqueza, inclusive a

financeira, elevando os juros de mercado, o custo do serviço da dívida pode se tornar superior à rentabilidade esperada, seja com o aluguel, seja com o ganho de capital com a venda do imóvel, agravando-se a fragilidade financeira do devedor que buscava maior rentabilidade patrimonial via alavancagem com recursos de terceiros.

A reversão de expectativas precipita a crise financeira. Sem refinanciamento das dívidas no futuro, há deflação de ativos, caindo em ritmos distintos, tanto o preço médio de imóveis novos, quanto o de usados, até que este se torne superior ao primeiro, valendo a pena voltar a construir novos imóveis.

Nesse período de crise imobiliária, em geral, ocorre um processo de fusões das incorporadoras e/ou de vendas/aquisições dos ativos existentes. Em termos marxistas, esta é classificada como “a fase de queima do capital excedente”. Quando, novamente, há aumento do preço de demanda (imóveis usados) e ele se torna superior ao preço de oferta (imóveis novos), volta o investimento em ativos novos, ou seja, há retomada do crescimento econômico com geração de empregos e renda.

Essa narrativa, inspirada em Hyman Minsky, leva em conta os fatores financeiros. As tradicionais Teorias dos Ciclos Econômicos focam o investimento produtivo. Embora várias delas identifiquem as causas do movimento cíclico na esfera monetário-financeira, os efeitos sobre as indústrias de instalação-equipamento desempenham um papel decisivo.

Narrativa do Excesso de Crédito

Por que, subitamente, não haveria mais atendimento da demanda por crédito por parte do sistema bancário? Haveria excesso ou racionamento de crédito segundo Minsky?

As razões para os bancos não atenderem à demanda de crédito são:

1. por o público não-bancário não mais querer adquirir ativos financeiros e “liberar” moeda para propiciar *finance* ou *fundings*;
2. por a restrição ao refinanciamento em função do aumento do risco do credor (*exposure* do banco), constatado pela análise do *credit score* do devedor: o comprometimento do faturamento mensal, acompanhado pela cobrança de títulos, com dívidas;

3. por as Autoridades Monetárias não sancionarem mais a criação de moeda bancária sobre a base tradicional de reservas e/ou elevarem a taxa de juros de referência.

A taxa de juros de referência é fixada pela Autoridade Monetária levando em conta a meta estipulada para a taxa de inflação, considerando principalmente a taxa de câmbio e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao produto potencial, ou seja, o grau de ociosidade da capacidade produtiva. Essas taxas influenciam mais a taxa de inflação.

Para os pós-keynesianos “horizontalistas”, a demanda direciona oferta de crédito. Este é problema mais de custo em vez de acesso. A oferta efetiva *ex-post* (não a potencial *ex-ante*) depende da demanda por crédito. Esta, por sua vez, relaciona-se com as condições de garantias exigidas pelos bancos para ofertar empréstimos face às avaliações de risco dos clientes. Taxas de juros baixas não implicam, de imediato, em expansão da demanda do crédito.

Taxa de juros não é o determinante em primeira instância da contratação do crédito pessoal, pois fatores diretos como os seguintes são decisivos para pessoa física:

1. necessidades básicas de consumo,
2. motivo precaução relacionado à instabilidade no emprego,
3. custo de oportunidade do capital próprio,
4. restrição cadastral e
5. prazo até a amortização final por estabelecer o comprometimento da renda mensal com prestações.

Flutuações em curto prazo da taxa de juro básica não afeta, diretamente, a demanda por crédito para pessoa jurídica. Daria maior consistência à análise de suas decisões de gastos somar outras explicações dos determinantes do investimento, fornecidas por Michal Kalecki, como a capacidade de autofinanciamento e/ou o princípio do risco crescente, a expectativa de lucro, o grau de utilização da capacidade produtiva, fatores de desenvolvimento como a demografia, e por Joseph Schumpeter, em especial, a inovação tecnológica. Entre tais explicações não keynesianas, a preferência pela liquidez não aparece.

Falar em preferência pela liquidez no sistema bancário é um equívoco. Ela não pode ser vista como inversamente proporcional às decisões de gastos, seja em investimento, seja em consumo. Se houver efetivação dessas decisões, com a demanda por crédito correspondente sendo atendida pelos

bancos, seus empréstimos movimentarão depósitos, inclusive ampliarão as reservas fracionárias.

Preferência pela liquidez *strictu sensu*, à la Keynes e não à la Hicks, só se pode falar no caso de aplicação em ativos monetários: reserva bancária em espécie, encaixe monetário dos bancos, caixa e depósitos à vista das empresas não-financeiras. Desconsiderando a retirada de papel-moeda pelo público e a exigência dos depósitos compulsórios, os depósitos à vista estão sempre circulando, no circuito monetário, ou seja, não estão retidos ociosamente.

Aplicar em títulos de dívida pública ou privada, mesmo sendo “quase-moeda”, isto é, ativos bastante líquidos, mas não plenamente líquidos como a moeda propriamente dita, não corresponde ao conceito keynesiano estrito de preferência pela liquidez. Os títulos de dívida são originários de alguma relação de débito e crédito, devido a decisões pretéritas de gastar, geradoras de emprego. Esses substitutos da moeda não possuem suas propriedades: elasticidades de produção e de substituição nulas, pois suas “produções” geraram emprego. Para essas “quase-moedas” serem retiradas de circulação, necessitaria haver corte de gastos e, ao contrário do argumento da consequência da queda da preferência pela liquidez, geraria desemprego.

Narrativa do Big Bank e do Big Government

A partir dessa Teoria da Instabilidade Financeira, a proposta pós-keynesiana seria se adotar uma política monetária tolerante com a multiplicação da moeda em conjunto com uma política financeira discricionária:

1. atitude acomodatória quanto à oferta monetária endógena pelas forças de mercado;
2. rígido controle institucional e/ou fiscalização administrativa sobre a atuação e inovações financeiras dos bancos.

Uma política monetária alternativa à ortodoxa seria usar controles financeiros seletivos (sob critério de prioridade setorial), para influenciar a alocação do crédito.

Entre outros instrumentos, sugere-se:

1. *a proposta de reserva dual*: parte em depósito compulsório, parte em crédito seletivo;

2. *a proposta de reserva suplementar*: exigência de recolhimento de certa proporção das reservas sob forma de títulos de desenvolvimento econômico;
3. *a proposta de reserva de ativo*: desloca a obrigação de reserva do lado passivo para o lado ativo do balanço, através de carteira de ativos financeiros regulamentada.

No *auge econômico*, o Banco Central deve acomodar a necessidade de liquidez real para abortar as crises financeiras. Ao dar continuidade aos processos de expansão de capacidade produtiva, os lucros serão validados, permitindo o pagamento dos compromissos. Este é o papel do *Big Bank*.

Na *crise econômica*, a visão pós-keynesiana sugere a intervenção governamental se dar via política fiscal ativa com aumento do gasto público autônomo, isto é, independentemente das expectativas pessimistas reinantes entre os empreendedores. Esse ativismo garantirá o nível da demanda efetiva, compensando eventual queda do gasto privado. Manterá também os lucros, porque as receitas tornar-se-ão superiores aos pagamentos previstos no balanço de cada agente. Este é o papel do *Big Government*.

Narrativa da Armadilha da Liquidez

Para concluir esta Introdução às teorias explicativas e às possíveis soluções para a crise financeira vigente, Atif Mian, no livro do grupo Econfip (janeiro de 2019), afirma o notável crescimento do crédito em função do seu acompanhamento por queda na taxa de juros de longo prazo, desde 1980, representar a mudança mais importante nas finanças da Era Moderna. A discussão realizada por ele destaca porque essa mudança não é sustentável, pelo menos não sem grandes danos para o crescimento econômico.

Uma confiança na criação contínua de crédito com propósito de elevação da demanda agregada, eventualmente, pode até desacelerar o crescimento econômico. Isto ocorre em situação de “armadilha de liquidez” e outros efeitos negativos de taxas de juros muito baixas.

Armadilha da Liquidez é um processo identificado por Keynes na Grande Depressão dos anos 30 no século XX. É uma situação na qual há o aumento da oferta de dinheiro, por exemplo, por “afrouxamento monetário”, com a recompra de títulos de dívida pública (“monetização”) emitidos antes para salvar “bancos grandes demais para falir”.

Bancos Centrais adotaram essa política monetária no período pós-crise de 2008. Não teve por consequência nem uma inflação nem uma queda maior

das taxas de juros. Simplesmente, provocou um incremento nos saldos monetários ociosos face à falta de decisões de gastos e à expectativa de elevação futura dos juros.

A explicação do fenômeno é, em condições normais, um aumento na oferta monetária resultaria em um aumento do preço dos títulos prefixados, porque os indivíduos procurariam adquirir esses ativos e não permanecer com moeda sem rendimentos. Isto provocaria uma tendência para queda na taxa de juros. Mas, na situação de “armadilha da liquidez”, descrita por Keynes, os indivíduos acreditam os preços dos títulos já estarem muito elevados, e certamente diminuirão, assim como as taxas de juros se encontram em níveis muito baixos, e certamente aumentarão em breve.

Assim sendo, a aquisição de títulos prefixados de imediato acarretará uma perda via “marcação a mercado” (*MtM: Market to Market*). Por isso, os investidores mantêm o dinheiro na forma líquida. Logo, a expansão da oferta monetária apenas provoca o incremento dos saldos monetários ociosos, não afetando o nível da taxa de juros.

O que pode ser feito para reduzir a pressuposta dependência de crédito para a retomada do crescimento e criar outra alternativa para alcançar essa finalidade?

Para Mian (2019), as causas profundas do crescimento secular do crédito encontram-se no surgimento de grandes excedentes financeiros na economia. Necessitariam serem canalizados através do sistema financeiro. Uma reversão da dependência excessiva de crédito para a alavancagem financeira exige os excedentes serem reduzidos a níveis mais saudáveis. São três tipos de mudanças estruturais na economia capazes de ajudar a reduzir a dependência da criação de crédito para atender um aumento da demanda agregada.

Primeiro, um crescimento mais equitativo em distribuição de renda reduzirá o excesso de “economias” (poupanças) acumuladas pelo top 1%. Como argumentado antes pelo autor, há uma relação direta entre a concentração da renda e um setor financeiro inchado. Resulta em um mal-estar socioeconômico mais amplo.

Segundo, um imposto imobiliário e/ou um imposto sobre a riqueza, conforme proposto por Piketty (2014), especialmente, são instrumentos úteis na contenção de excedentes excessivos apropriados pelos ricos. Alguma receita arrecadada com impostos sobre a riqueza imobiliária e/ou ITCMD pode ser usada para reduzir os impostos de renda para faixas de renda mais baixas. Elas têm uma alta propensão a gastar.

Em terceiro lugar, a taxaço da alta mobilidade social intergeracional. As heranças de casais inseridos no mercado de trabalho concentram riqueza na gera o de “filho único” com “sorte de berço”. Esta concentra o de riqueza   resultante dos efeitos dos excedentes financeiros acumulados, em uma “sociedade de executivos”, serem transferidos para filhos únicos.

Finalmente, políticas afirmativas e de fortalecimento da educa o pública gratuita de boa qualidade proporcionam oportunidades mais equitativas para toda a popula o obter renda. Reduz a dependência da cria o de crédito para haver a retomada do crescimento sustentado.

Parte II -
TODOS OS DIAS
(METODOLOGIA
ECONÔMICA)

Estória do Antropocentrismo

Narrativa é a exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras ou de imagens. Historiar é narrar ou contar. História é tanto a evolução da humanidade ao longo de seu passado e presente, uma narrativa com sequência de acontecimentos e fatos a ela correlatos, quanto uma sequência de ações, de acontecimentos reais ou imaginários. Refere-se a enredo ou trama com narração de eventos fictícios ou não. Neste capítulo, no lugar de *narrativas* usarei *estórias* com objetivo de transformar a Economia em uma narrativa de cunho mais popular ou acessível.

Começo com a estória do *antropocentrismo*. Essa doutrina filosófica coloca a figura do ser humano como o “centro do mundo”, relevando a importância da humanidade em comparação com as demais coisas componentes do Universo. Considerado uma Ciência do Homem, coloca os seres humanos como responsáveis por todas as suas ações, sejam elas culturais, sociais, filosóficas ou históricas.

Assim, a visão antropocêntrica defende o mundo, assim como todas as coisas nele existentes, é para o benefício maior dos seres humanos. Essa doutrina cria uma independência humana da figura divina sobrenatural, tanto de um deus onipotente, onisciente e onipresente, quanto de O Mercado divino com esses mesmos atributos logicamente incoerentes entre si: ao anunciar o futuro se perde o poder de mudar essa previsão.

Ao contrário do antropocentrismo, o *teocentrismo* consiste na ideia antagônica, segundo a qual “Deus é o centro do mundo”. Esta foi uma ideia fixa durante a Idade Média, quando a religião exercia uma influência massiva na sociedade. O processo de transição entre o teocentrismo e o antropocentrismo teve início entre os séculos XV e XVI, com o surgimento do humanismo renascentista e de outros movimentos liderados por filósofos, estudiosos e artistas.

A mudança do teocentrismo para o antropocentrismo ocorreu em correlação com várias mudanças sociais, como a substituição do modelo feudalista para o capitalismo mercantil, o início das grandes navegações, e ainda a passagem da Idade Média para a Idade Moderna. O antropocentrismo surgiu na Europa, sendo o Heliocentrismo de Copérnico e o Humanismo dois dos seus principais marcos históricos.

De acordo com Nicolau Copérnico (1473 - 1543), a Terra girava ao redor do Sol e não ao contrário, como se pensava naquela época. A teoria de Copérnico se opunha totalmente ao modelo geocêntrico característico do Teocentrismo. Este era defendido pela Igreja Católica naquele momento.

O *humanismo* foi um movimento intelectual iniciado na Itália no século XV com o Renascimento e difundido pela Europa, rompendo com a forte influência da Igreja e do pensamento religioso da Idade Média. Em um sentido amplo, humanismo significa valorizar o ser humano e a condição humana acima de tudo. Está relacionado com generosidade, compaixão e preocupação em valorizar os atributos e realizações humanas.

O humanismo destaca a racionalidade dos animais humanos sem se servir da religião, oferecendo novas formas de reflexão sobre as Artes, as Ciências e a Política. Além disso, o movimento revolucionou o campo cultural e marcou a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna. Especificamente no campo das ciências, o pensamento humanista resultou em um afastamento dos dogmas e ditames da igreja e proporcionou grandes progressos em ramos como a Física, Matemática, Engenharia e Medicina.

Iluminismo foi um movimento intelectual ocorrido na Europa do século XVIII. Ele teve sua maior expressão na França, onde havia grande desenvolvimento da Ciência e da Filosofia. Além disso, teve grande influência no contexto cultural, social, político e espiritual em diversos países. Conhecido como “Época das Luzes”, este foi um período de transformações na estrutura social na Europa, onde os temas giravam em torno da Liberdade, do Progresso e do Homem.

O Iluminismo, naquele século, foi um processo desenvolvido para corrigir as desigualdades da sociedade e garantir os direitos naturais do indivíduo, como a liberdade de expressão e a livre posse de bens. Os iluministas acreditavam ser possível descobrir um deus por meio da razão.

Iluminista é qualificação dada à ideologia desenvolvida e incorporada pela burguesia da Europa a partir das lutas revolucionárias do final do século XVIII. Não foi apenas um movimento ideológico, mas também político, destacadamente, na Revolução Francesa.

O capitalismo comercial ou mercantil vigorou dos séculos XV ao XVIII. Seu objetivo principal era o acúmulo de capital, a exploração de terras e a comercialização de bens, sempre com o intuito de enriquecimento de Monarquias Absolutistas.

O capitalismo industrial surgiu no século XVIII a partir da transformação do modo de produção de produtos manufaturados em grandes escalas. Os trabalhos artesanais passam a ser realizados pelo proletariado com uso de máquinas.

Ao contrário do senso comum entre economistas, o capitalismo financeiro não foi iniciado somente após a Segunda Guerra Mundial em

meados do Século XX. Anacronicamente, destacam mais a revolução industrial, talvez por causa do surgimento de operários capazes de se organizarem em sindicatos e partidos, e não a prévia revolução financeira, ocorrida originalmente na Holanda do século XVII.

Na verdade, se o capital financeiro corresponde a um tipo de economia capitalista onde o grande comércio e a grande indústria são controlados pelo poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras, conforme narrado por Hilferding (1911), em estudo a respeito do caso alemão, o capital dinheiro foi acumulado muito antes, destacadamente a partir da revolução financeira holandesa. Sem esse capital-dinheiro, como contratar os trabalhadores despossuídos, ou seja, “livres” para vender suas forças do trabalho?

Esta estória do antropocentrismo destaca as características do Iluminismo terem sido adotadas desde os primórdios da Economia Política no século XVIII. Até hoje, três séculos após, no início do século XXI, a Economia Pura age em defesa do conhecimento racional (poder da razão), dos direitos naturais do indivíduo (destacadamente a livre posse de bens) e da liberdade econômica (vista como a ausência de interferência do Estado nos negócios entre particulares).

O neoliberalismo contemporâneo não dá tanta ênfase na defesa de maior liberdade política como os iluministas do século XVIII contrários ao Mercantilismo e Absolutismo monárquico. Continuam apoiando a burguesia supostamente contra o Estado, mas os neoliberais deixaram de ser progressistas como eram os iluministas em favor da Revolução Francesa. Tornaram-se conservadores como o tradicionalista Edmund Burke, apavorado com a sanguinolência dita revolucionária. Ele era defensor da Monarquia parlamentarista ou constitucionalista inglesa.

Conservadorismo é a postura política e social atuante em defesa da manutenção de valores, práticas e instituições tradicionais. Em termos gerais, valoriza a tradição, a hierarquia, a autoridade e os direitos de propriedade. Tem como foco a estabilidade e continuidade, se opondo às políticas progressistas ou revolucionárias. Assim, um indivíduo conservador é alguém defensor da permanência do *status quo* ou o retorno dos valores de uma época passada.

Uma postura conservadora se apresenta em diversos ramos da sociedade, como na política, na religião, na economia, etc. Aqui, mostrarei outras narrativas econômicas revelando neste capítulo como o pensamento econômico rotineiro, adepto do individualismo metodológico, face à forte influência do passado antropocêntrico, humanista e iluminista, passa também

por transformações recentes com a adoção de um holismo metodológico. Quebra sua rotina ao enxergar a economia como um dos componentes do sistema complexo, emergente a partir de interações entre eles.

Estória do Individualismo Metodológico

O termo *Individualismo Metodológico* foi uma expressão do antropocentrismo hegemônico ao logo século XIX. Desempenhou um papel importante na história das ideias e ideologias. Tinha uma influência predominante na pesquisa em Ciências Sociais a partir de sua consolidação durante a Era iluminista até hoje.

Individualismo Metodológico deve suas origens a Thomas Hobbes (1651). Ele o modelou de acordo com o método geométrico e da mecânica com um pressuposto materialista. Encarou a sociedade como sendo a organização social resultante das interações de indivíduos mecanicamente determinados e com *drives* agressivos. Ele pode ser creditado como criador por primeiro destacar a ideia-chave do *individualismo*, seguido por outros, especialmente aqueles em busca de explicar o contrato social estabelecido entre indivíduos como a explicação da sociedade.

Durante o Renascimento, os indivíduos tomaram a tomar consciência de si mesmo como um ser apartado específico, diferenciado em relação ao comportamento da coletividade. Até em John Stuart Mill (1872), o expoente sistemático mais antigo do individualismo metodológico, as leis dos fenômenos sociais podem ser apenas as leis (ações e paixões) da natureza humana individual.

O Individualismo Metodológico também pode ser encontrado no mundo antinaturalista de Wilhelm Dilthey [1833-1911]. Segundo Dilthey (1883), cada expressão humana representa algo comum a muitos humanos e, portanto, parte do gesto objetivo ou de alguma forma de polidez. Por exemplo, toda obra de arte e escritura histórica só é compreensível porque a pessoa está expressando a si mesmo e a pessoa observadora a compreende se ambas estão conectadas por algo em comum. O indivíduo sempre experimenta, pensa, age e também compreende nesta esfera comum.

Em contraste, em Auguste Comte (1896), no fim do século XIX, uma sociedade pode ser vista como decomponível em indivíduos assim como a decomposição de uma superfície está em linhas, ou uma linha está em pontos. Considera simplória essa visão individualista metodológica.

Para Max Weber (1947), o significado subjetivo atribuído pelos atores humanos às suas ações, em suas orientações mútuas, está dentro contexto

social-histórico específico, onde o indivíduo é “o limite superior e o único transportador de conduta significativa”. Weber tentou colocar-se delicadamente entre Mill e Dilthey e enfatizou tanto a generalização causal quanto a compreensão humana autônoma chamada *verstehen*. Ele acreditava o individualismo metodológico ser o caminho mais seguro na pesquisa, exorcizando “o espectro das concepções coletivas que perdura entre nós”.

Este debate surgiu em muitas formas distintas entre os praticantes das diferentes disciplinas das Ciências Humanas, por exemplo, os debates entre filósofos de história como “sociologismo” e “psicologismo”. Durkheim (1938) acreditava no *determinismo social dos indivíduos*, onde o indivíduo é reduzido a um corpo e todos os fenômenos supraorgânicos são entendidos como sendo de origem social, em contraste com os postulados do “dogmatismo psicológico”.

Hoje, Yuval Noah Harari distingue animais (inclusive os humanos) *sencientes*, capazes de perceber pelos sentidos e receber impressões de sofrimento, e as instituições como as Nações, os bancos e as empresas, criações sem sofrimento. Ambos, animais e instituições são componentes de um sistema complexo.

Além disso, inúmeras pessoas, juntas, dão origem às “coisas” da Ciência Social. A questão reaparece, constantemente, por exemplo, em reação à teorização macroscópica de Talcott Parsons (1951) e seus seguidores e no excepcionalmente enfurecido debate provocado pela polêmica metodológica entre Friedrich Hayek (1952) e Karl Popper (1966).

No capítulo 5 da Parte II do livro de autoria de Vijay Kumar Yadavendu, “*Shifting Paradigms in Public Health: From Holism to Individualism*”, ele tenta distinguir o que é considerado o princípio central de Individualismo Metodológico de várias teses diferentes. Depois, discute como a economia neoclássica definiu sua tarefa de acordo com o Individualismo Metodológico.

A expressão “Individualismo Metodológico” foi cunhada por Joseph A. Schumpeter (1942). Ele afirmou ser uma estratégia exclusivamente científica, segundo a qual a descrição de certos processos econômicos tem um melhor começo a partir das ações de indivíduos. Influenciou Hayek (1948), Popper (1966) e muitos outros. Sua alegação era os fenômenos sociais deverem ser vistos como resultantes da ação individual humana. Popper (1966) afirmou: “nunca devemos ser satisfeitos por uma explicação em termos de os chamados *coletivos*”.

Individualismo Metodológico mostra as propriedades dos indivíduos capazes de nos permitir a compreensão de todos os fenômenos sociais. As realidades sociais, em princípio, são reduzidas para as podermos entender

somente interpretando as intenções e planos de outras pessoas. Os elementos pelos quais nós podemos reproduzi-los são sempre categorias familiares à nossa própria mente.

A referência aqui à “nossa própria mente” quer dizer certos fenômenos poderem ser interpretados com sucesso na analogia realizada pela nossa própria mente com o uso de categorias familiares ao nosso próprio pensamento. Obtemos assim, com base no conhecido, uma explicação satisfatória sobre o desconhecido observado.

O *reducionismo* é o procedimento capaz de decompor (ou reduzir) todo fenômeno complexo a seus termos mais simples. Considera-os mais fundamentais se comparados ao próprio fenômeno.

Hayek ainda escreve sobre o escopo e as limitações desta abordagem. É a única base onde podemos entender o que chamamos de *intenções* de outras pessoas ou o significado de suas *ações*. Certamente, é a única base de todo o nosso conhecimento histórico. Quando passamos a análise de homens da nossa própria espécie para a de diferentes tipos de seres, a possibilidade de encontrar o que podemos entender se torna cada vez menor.

Similarmente, de acordo com Popper: “todos os fenômenos sociais, e especialmente o de todas as instituições sociais, devem sempre serem entendidos como resultantes das decisões, ações, atitudes, etc., de indivíduos humanos, e nunca devemos estar satisfeitos por uma explicação em termos dos chamados *coletivos*”.

De acordo com essa estória do individualismo metodológico, a *sociedade* pode ser considerada o resultado de indivíduos fazerem escolhas em resposta às ações dos outros - e agir de acordo com essas escolhas.

Estória sobre a Passagem do Individualismo para o Holismo Metodológico

Segundo Vijay Kumar Yadavendu, no livro “*Shifting Paradigms in Public Health: From Holism to Individualism*”, na suposição central sobre a posição individualista não existiria *tendência social* inalterável se os indivíduos se preocupassem em alterá-la ao possuírem as informações apropriadas. Na realidade, eles podem querer alterar a tendência histórica (ou a do mercado), mas, pela ignorância dos fatos e/ou falha em resolver algumas das implicações de sua ação, não conseguem alterá-la ou até mesmo intensificá-la.

Então, o “social” é resultante daquelas tendências determinadas por fatores incontrolláveis. Pode haver explicações incompletas ou incompletas de

fenômenos sociais de larga escala (por exemplo, inflação) em termos de outros fenômenos de grande escala (por exemplo, pleno emprego). Entretanto, o economista não chega a explicações dos fundamentos básicos de tais fenômenos de larga escala até terem deduzidos por conta deles um punhado de declarações sobre as disposições, as crenças, os recursos e as inter-relações de indivíduos.

As pessoas podem permanecer anônimas e o economista apenas capturar suas típicas disposições atribuídas a elas. Assim como o mecanismo é contrastado com a ideia organicista de campos físicos, o *individualismo metodológico* é contrastado com o *holismo metodológico* ou *organicismo sociológico*.

Nesta visão holística, os sistemas sociais constituem “totalidades” pelo menos no sentido de alguns dos seus comportamentos em grande escala serem regidos por leis macro essencialmente sociológicas no sentido de serem *sui generis* e não serem explicadas como meras regularidades ou tendências resultantes de interações entre indivíduos. Pelo contrário, o comportamento dos indivíduos deveria, de acordo com o *holismo metodológico*, ser explicado pelo menos em parte em termos de tais leis, talvez levando em conta, primeiro, os papéis dos indivíduos dentro das instituições, depois, as funções das instituições no todo o sistema social.

Se o individualismo metodológico significa supor os seres humanos serem os únicos agentes no movimento da história e se o holismo metodológico significa alguns agentes ou fatores sobre-humanos estarem em ação na história, então, essas duas alternativas são exaustivas.

As explicações sobre os “fenômenos sociais de grande escala” demarcam a abordagem da Economia como Sistema Complexo para a compreensão de fenômenos sociais complexos, isto é, emergentes das interações de seus múltiplos componentes. Eles envolvem instituições, isto é, regras dessas interações, e afetam a vida de muitas pessoas. São objetos de investigação para cientistas sociais, particularmente sociólogos, historiadores e antropólogos culturais, além, é claro, economistas heterodoxos. Estes pensam “fora da caixa” (mental conservadora).

Nenhuma declaração compatível com o Individualismo Metodológico pode explicar o comportamento reflexivo grupal, onde há algum tipo de conexão física entre os sistemas nervosos das pessoas. Essa conexão faz o comportamento quase ser automático e talvez, em certo sentido, apropriado às respostas rotineiras. Tais ações habituais não são uma base suficiente para a emergência de instituições típicas de vida longa, como um banco, ou um

sistema legal ou uma igreja? Essas instituições não suportam distintas gerações humanas?

Um individualista metodológico, ao explicar um padrão populacional, depende da análise individualista, por exemplo, das regras de casamento em termos de crenças e disposições proibitivas do incesto. Mas essa existência de crenças e disposições não é desprovida de um elo com a sociedade maior. O economista não pode e nem precisa ser totalmente individualista.

O comportamento puramente automático, reflexo inconsciente ou instintivo, não tem explicação estabelecida sobre uma base puramente individualista. Existem fenômenos não-individualistas.

A individualidade parece ser temporariamente submersa sob um relacionamento físico coletivo inspirado em Psicologia de Massa. Pode entrar se submeter ao pânico das multidões ou “furor da turba”. Às vezes, o comportamento de pânico coletivo não tem causa mental individual, nem mesmo o aparecimento repentino de medo em um indivíduo em pânico.

Uma fuga da multidão do fogo, não importa ser visto como automático, poderia ser explicado em termos de sua disposição instintiva (instinto de sobrevivência) para fugir à proximidade de calor intenso e fumaça. Há razão para supor o sentido relevante de “disposição individual” ser estreito.

Pode ser deduzido dessa estória narrada *o Individualismo Metodológico ser uma prescrição para a explicação*. Quando não há supostas explicações de caráter social, os fenômenos devem contar com algumas explicações individualistas, se não forem redigidas inteiramente em termos de fatos sobre indivíduos.

No Individualismo Metodológico, todos os fenômenos sociais são analisados em termos de *o que os indivíduos pensam, escolhem e fazem*. A lógica por trás disso é as explicações dos fenômenos sociais permanecerem deficientes se a atual ortodoxia *holista* nas Ciências Sociais é seguida.

O *holismo ortodoxo* ignora o próprio agente sob o ponto de vista do mundo. Em contraste com o individualismo metodológico, ele explica os fenômenos sociais invocando o comportamento ou as propriedades de entidades irredutivelmente supra individuais, como cultura ou instituições. Na gramática holística, uma consciência coletiva *a la* Durkeim, uma infraestrutura e superestrutura marxista e/ou os hábitos institucionalistas dominam. O erro seria simplesmente trocar a “causação de baixo para cima” por uma “causação de cima para baixo”, pregando um coletivismo determinante.

Estória do Confronto entre o Individualismo Metodológico na Economia Neoclássica e na Escola Austríaca e o Coletivismo Marxista e Keynesiano

A Economia, como as outras Ciências Sociais, e a Psicologia em particular, também era fortemente influenciada pelo “cientificismo”, especialmente, da Física Mecânica. A visão mecanicista trouxe para as Ciências Naturais as possibilidades de previsão com o uso de novas ferramentas matemáticas (cálculo) de poder considerável. De todas as Ciências Sociais, seu impacto na Economia foi o maior, e isso continua a ser, embora o newtonismo do equilíbrio geral tenha passado sua hora de glória na Física.

Nenhuma outra ciência, além da Ciência Econômica, ilustra melhor o impacto do entusiasmo pela epistemologia mecanicista sobre a sua evolução. Duas grandes tendências na tradição da economia neoclássica, ou seja, o Individualismo Metodológico, liderado pela Escola Austríaca e, posteriormente, o Método da Economia Positiva, defendida pela Escola de Chicago, marcou o afastamento da *abordagem holística típica* de economistas políticos clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx.

A economia neoclássica, monopolizando os meios de comunicação e as revistas acadêmicas ranqueados, domina o debate sobre Teoria Econômica, talvez com a exceção da referência à Teoria do Desenvolvimento Econômico, elaborada pela heterodoxia latino-americana. A *mainstream* tenta analisar todos os fatos socioeconômicos a partir dos comportamentos maximizadores dos indivíduos.

Vijay Kumar Yadavendu, no livro “*Shifting Paradigms in Public Health: From Holism to Individualism*”, analisa os fundamentos metodológicos da economia neoclássica em oposição à economia política clássica.

A economia política clássica evoluiu de maneira e mecanicista em resposta direta aos desafios enfrentados capitalismo como surgiu de um passado feudal. Smith e Ricardo construíram a estrutura básica dentro da qual se analisa os problemas da Economia Política. Marx avançou para elaborar uma estrutura abrangente baseada na abordagem histórica dialética.

Os economistas políticos clássicos, portanto, analisaram os problemas do avanço das economias capitalistas em termos das forças produtivas do crescimento, por exemplo, a divisão do trabalho, o progresso tecnológico e as mudanças nos métodos de produção, e em termos da taxa de acumulação de excedente e sua distribuição entre diferentes classes sociais, ou seja, senhorios, capitalistas e trabalhadores. A investigação no campo da Economia repousava nas relações sociais e grupos sociais como os principais

impulsionadores da mudança econômica. A grande mudança, introduzida pela teoria neoclássica, se focou na *unidade de análise*.

Em Marx, o indivíduo entra na análise principalmente através de sua posição social nas relações de produção, e o mais importante: como um membro de uma classe social. Em contraste, na teoria neoclássica, a noção de classe é subordinada. Nela, a sociedade é tratada basicamente como um conglomerado de indivíduos. Os eventos sociais são vistos principalmente como resultantes das ações privadas autônomas. O coletivo é mero efeito das tomadas de decisões livres e independentes.

Hayek, um dos principais proponentes da Escola Austríaca de Individualismo Metodológico, observou: o que pode ser cientificamente observado e analisado são as ações e decisões dos agentes individuais tanto como consumidores como produtores. Assim, a unidade básica de observação e análise devem ser o indivíduo livre em sua tomada de decisão. Fenômenos sociais são os efeitos cumulativos de tais ações individuais.

Individualismo Metodológico em Economia, embora com foco nas decisões do indivíduo, tentou distinguir-se do “psicologismo”, subjetivismo e a forma bruta de utilitarismo avançado pelos pioneiros do marginalismo como William Stanley Jevons (1888). Por exemplo, incentiva o desenvolvimento de técnicas de medição capazes de quantificar utilidades e desutilidades, respectivamente, prazeres e descontentamentos, como o calor e a pressão. Isto foi adotado pelo Individualismo Metodológico através da suposição de ordenação de preferências nos pacotes de consumo por indivíduos.

A hipótese de um indivíduo preferir uma “situação” ou uma cesta de consumo a outra é perfeitamente plausível. O problema está na recusa do Individualismo Metodológico em levar em consideração os fatores sociais determinantes das escolhas viáveis abertas ao indivíduo e dos objetivos perseguidos por ele. Além disso, ignora as diferenças qualitativas surgidas em cada comportamento, devido à localização do indivíduo em um grupo social específico. Estes dois grandes problemas com a abordagem do Individualismo Metodológico limitam seu tratamento do comportamento econômico para.

Uma ilustração da influência das informações mecanicistas sobre a descrição do funcionamento da economia como um mero problema de pseudo-engenharia pode ser encontrada na Teoria do Equilíbrio Geral de Walras. Ela forneceria fundamentos teóricos sólidos para a Economia Neoclássica a ser considerada com status de uma Ciência.

Na Economia walrasiana, todos os indivíduos, sejam eles produtores ou consumidores, são tomadores de preços, ou seja, não podem influir diretamente no preço, exceto por meio de impacto sobre a demanda agregada

e curvas de oferta, e ajustadores de quantidade. Cada produtor, dada a sua dotação inicial de recursos, tecnologias viáveis e preços, escolhe seus planos de produção para maximizar os lucros. O consumidor, tendo como dados seus recursos orçamentários iniciais, mapeamento de preferências e preços, similarmente, deduz qual cesta de consumo lhe dará satisfação máxima.

Suprimentos individuais das demandas geradas através desse processo, quando agregadas, dão ao coletivo a demanda agregada e a oferta no mercado. Tais fenômenos ocorrem em cada produto e fator de produção na economia. Os preços de equilíbrio são aqueles capazes de “limpar” (clarear) todos os mercados. Tal descrição do funcionamento da economia aparentemente dá uma imagem da harmonia onde as decisões dos indivíduos são independentes um do outro. A noção de mudança ou a obtenção de um novo equilíbrio envolve uma mudança das condições iniciais dadas, muitas vezes de maneira exógena, isto é, fora das forças de mercado.

O *efeito de histerese* é completamente ignorado, ou seja, toda vez quando os preços determinados parametricamente mudam, produtores e consumidores mudam seus planos instantaneamente e de maneira independente à trajetória de suas ações passadas. Além disso, todas as decisões são reversíveis.

Tais suposições como cada indivíduo maximizar, autonomamente e/ou atomisticamente, seu objetivo, o postulado de reversibilidade, a suposição de aditividade e a ausência de efeito de histerese são imitativos do *método mecanicista* como é aplicado às partículas em movimento livre. Não há dimensão histórica.

Essa não-historicidade dá à teoria uma aparência de universalidade. Como mencionado anteriormente, a imagem da sociedade é de vigência de harmonia social, alcançada através do equilíbrio das forças do mercado interpessoal.

Em última análise, são as curvas de utilidade e as qualidades decorrentes os dados necessários e suficientes para o estabelecimento de preços correntes ou de equilíbrio. Valores vêm da escassez. A teoria capaz de traçar a origem do valor do trabalho é uma teoria desprovida de significado social. Aparentemente, nenhuma confluência de classes surge mesmo no reino da distribuição porque cada fator (terra, trabalho e capital) recebe como receita, naturalmente, o que produz para o mercado.

Mas há algumas inconsistências gritantes em tal análise. De acordo com essa visão, a qualquer momento, as dotações, a esfera de escolhas viáveis e os objetivos perseguidos são dados de modo exógeno. Isto é essencialmente

um problema de alocar recursos escassos entre usos alternativos para otimizar a satisfação de certos objetivos dados.

Mas muitos processos sociais envolvem-se em mudanças deste dado conjunto de objetivos em si e muda a distribuição de recursos através da *luta consciente*. Lutas dos trabalhadores por melhores salários, produtores com movimentos para monopolizar mercados, etc. são processos econômicos geralmente não emergentes através dos processos normais de mercado. Tais processos reais, por isso, são completamente ignorados por esta abordagem.

O contraste entre o holismo metodológico e o individualismo metodológico é, no entanto, incompleto sem mencionar Hayek e seu conceito de liberdade humana. Hayek valorizou, ideologicamente, a liberdade como a ausência de coerção. Coerção, segundo ele, se referia à interferência humana com a ação de outra pessoa.

Há uma diferença acentuada entre a atitude de Marx em relação a uma situação de desigualdade causada por “injustificados” dotes naturais/sociais e a de Hayek. Marx avançou na criação de uma Teoria da Mudança Social, onde essa distribuição inicial é radicalmente transformada através da ação política consciente. Para Hayek, o problema do totalitarismo surgiu em relação a fatos sobre determinantes das ações humanas serem tratados como coercitivos e, portanto, devem ser combatidos pelo corpo político.

As desvantagens naturais-sociais devem ser removidas, tanto de acordo com os igualitários de esquerda, quanto para os liberais conservadores, mas pregadores de “igualdade de oportunidades”. Isso significou uma rejeição liberal do direito individual a bens recebidos por acaso, ou seja, herdados pela “sorte do berço”.

No entanto, Hayek rejeitou a legitimidade de tal procedimento, afirmando as dotações naturais e sociais serem como uma loteria ao invés de uma forma de coerção. A tributação da doação e/ou herança ele acreditava ser uma violação de direitos individuais. Não haveria restrição da liberdade do coletivo pela distribuição aleatória de forças no livre-mercado, isto é, dos recursos individuais serem herdados ao acaso.

A estória individualista da Escola Marginalista e da Escola de Individualismo Metodológico recebeu um choque forte, durante a Grande Depressão dos anos 30, quando John Maynard Keynes lançou sua *Teoria Geral*, em 1936, e se tornou praticamente o *mainstream* de 1945 a 1975. Ele questionou a ortodoxia ser complacente com sua confiança cega no sistema competitivo do *laissez-faire* atomístico.

Keynes também desafiou a premissa básica do Individualismo Metodológico de o poder macrofuncional da economia ser reduzido à ação individual. A chamada “revolução keynesiana” deu margem à fundação da Macroeconomia. Ela vê a economia no agregado, indo mais além de um mero conglomerado de indivíduos autônomos.

A Escola de Chicago se opunha, veementemente, às ideias desenvolvidas por Keynes. Milton Friedman (1953), o principal expoente desta escola, reagiu contra o keynesianismo ao defender uma *metodologia de economia positiva*. Os principais pilares dessa abordagem positivista basearam-se na afirmação de a adequação de uma teoria econômica ser julgada pela validação empírica de suas previsões - e não pelo realismo de suas suposições ou premissas.

A visão de Friedman de as pressuposições não necessitarem ser realistas, para uma teoria ser viável, foi inspirado pela Física e seu *método dedutivo-racional* (e não *histórico-indutivo*). Por exemplo, a Física faz uso de suposições patentemente irrealistas como a existência do vácuo na derivação das leis dos corpos em queda.

Desenhar uma analogia entre a metodologia da Física e da Economia é, por si só, falaciosa. O que é ainda mais alarmante sobre a Economia Positivista é sua *ênfase em suposições irrealistas* e daí só fazer testes econométricos das implicações empíricas da teoria.

O próprio Friedman reconheceu o fato de observações do mesmo conjunto de dados empíricos podem ser explicadas por várias hipóteses alternativas. Ele sugeriu a escolha entre essas hipóteses ser baseada na “simplicidade” e “fecundidade”. Obviamente, envolve subjetividade e, portanto, nega a reivindicação de objetivismo da Economia Positiva.

Em segundo lugar, a função estatística ajusta-se aos dados empíricos e têm problemas próprios. De fato, existem certas funções capazes de dar bons resultados apesar de divergências entre os conjuntos de dados. Isso pode dar origem a uma espécie de empirismo indiscriminado e irracional.

O que deve ser entendido dessa estória é a função ideológica das teorias neoclássicas. Serve para conferir cientificidade à política do neoliberalismo. Apesar de seus fracassos em todos os campos, continua sendo imposto unilateralmente - e não democraticamente através da submissão de seu programa a um debate público eleitoral.

As Ciências Sociais em geral (e a Economia em particular) têm sido amplamente dominadas por visões mecanicistas e atomísticas. Isso surgiu de um erro de analogias traçadas entre as Ciências Naturais e Ciências Sociais. As

Ciências Sociais, enraizadas nas relações sociais, não podem romper com uma visão holística da sociedade. Seres individuais, localizados em certos ambientes sociais, não podem ser tratados tal como as partículas atomísticas livres da Física.

No entanto, a Economia Neoclássica, seja na forma de Individualismo Metodológico, seja na forma empirista do Método da Economia Positiva, propaga a *abordagem mecânica*, desprovida de uma *abordagem holística*, no tratamento de agentes como entidades sociais operando dentro das relações sociais. Isto não nega o valor dos atos, desejos e ações de um indivíduo, mas exige contextualizá-lo.

Estória de Preferências Sociais e Comportamentos Altruístas

O novo campo da Economia Experimental e Teoria do Jogo Comportamental tem questionado os pressupostos psicológicos do “homem econômico”, propondo uma base de comportamento empiricamente mais plausível da Economia. O reconhecimento de informação assimétrica como norma e não como a exceção tem transformado nossa compreensão de ambas as interações econômicas, tanto as centralizadas como as descentralizadas.

Outros desenvolvimentos ressuscitaram a atenção dada pelos economistas clássicos às interações sociais fora do âmbito estrito do mercado. Ocorrem através de instituições e sua evolução em longo prazo. Instituições são as restrições criadas para dar forma às interações humanas. Restrições são as “regras do jogo”. As informais são os códigos, os costumes e as tradições sociais. As formais são as regras consolidadas na lei e na política de cada País.

Samuel Bowles, autor do livro “*Microeconomia: Comportamento, Instituições e Evolução*”, apresenta uma Microeconomia moderna, descendente distante da economia de equilíbrio de Adam Smith. Recorre às novas contribuições na Economia Evolucionária, Teoria dos Jogos, Teoria das Instituições Econômicas, Economia Experimental e Comportamental, bem como a outras contribuições em Microeconomia. Mesmo porque nem todas as ferramentas de análises vieram da Economia (algumas foram tiradas da Biologia darwiniana), o manual não é restrito à disciplina. Por esse caráter multidisciplinar, o interesse do livro se expande para questões como cultura, poder, relações sociais assimétricas, redes sociais e normas.

A razão pela qual as atividades descoordenadas de indivíduos em busca de seus próprios fins, muitas vezes produz resultados a serem evitados por todos. As ações de cada pessoa afetam o bem-estar dos outros. Esses efeitos tão devastadores não estão incluídos em nenhum processo de otimização ou regra de ouro, atingidas com decisões tomadas por atores egoístas. Estes

efeitos inexplicáveis em outras áreas são às vezes chamadas de externalidades ou efeitos indiretos.

O enigma constitucional clássico pode ser colocado da seguinte forma: as regras de interação entre as pessoas tornam compatíveis todos atingirem os seus próprios fins e, ao mesmo tempo, ter em conta, adequadamente, os efeitos de suas ações nos outros?

A primeira cláusula (“perseguição de próprios fins”) simplesmente reconhece uma descentralização substancial da solução dos problemas de coordenação e torna inviável para alguém tentar ignorar as intenções individual.

O principal desafio está na segunda cláusula: quando as ações de um, inevitavelmente, afetam o bem-estar dos outros, como poderiam esses efeitos serem excelentes o suficiente para influenciar assim o comportamento do agente tomador de decisões?

Se os “outros” são nossos próximos, nosso interesse em bem-estar ou o nosso desejo de evitar sanções sociais poderia induzir-nos a tomar conta os efeitos de nossas ações neles. Um reflexo desse fato, a resposta importante para o enigma constitucional - precedente dos economistas clássicos - é o interesse pelo bem-estar dos outros ser estendido a todos aqueles com quem se interage, internalizando assim os efeitos de nossas ações sobre os outros.

No entanto, com o crescente alcance dos mercados no sentido da globalização, durante a última metade do milênio (500 anos de capitalismo), indivíduos têm vindo a interagir não só com uma dúzia, mas indiretamente com centenas de milhões de estranhos. Assim, com o amadurecimento do capitalismo e o crescimento da influência do raciocínio econômico, o ônus da boa governança passou a ter a tarefa de cultivar a virtude cívica para o desafio de projetar instituições capazes de funcionarem razoavelmente bem na sua ausência.

A Teoria do Mecanismo de *Design* e a Teoria do Contrato Ótimo entendem essa ambição. Investigam quais modelos de contratos, de direitos sobre propriedade ou outras normas sociais poderiam alcançar algum objetivo social agregado desejado mesmo quando esse objetivo não faça parte dos objetivos de qualquer um dos os participantes.

Um exemplo importante é o Teorema Fundamental da Economia de Bem-Estar. Identifica as condições sob as quais os direitos de propriedade, em mercados bem definidos e competitivos, nos levam a equilíbrios de Pareto. Uma situação econômica é ótima no sentido de Pareto se não for possível

melhorar a situação, ou, mais genericamente, a utilidade de um agente, sem degradar a situação ou utilidade de qualquer outro agente econômico.

Portanto, esse teorema oferece uma formalização do argumento de Adam Smith: dadas as condições institucionais adequadas, as pessoas, perseguindo seus próprios interesses, serão “lideradas por uma mão invisível”, capaz de levá-las a resultados socialmente desejáveis.

Procurando uma base de comportamento mais apropriada para a Economia (e demais Ciências Sociais), Samuel Bowles mantém o papel central de preferências e crenças individuais, mas para explicar como as pessoas agem, em vez disso, corrige o modelo convencional de três maneiras.

Primeiro, muitos comportamentos são melhor explicados pelas chamadas “preferências sociais”: ao escolher como agir, os indivíduos geralmente levam em consideração não apenas as consequências de suas ações para si, mas também para os outros.

Além disso, em geral, eles não só se preocupam com as consequências, mas também pelas intenções dos outros atores. Um exemplo importante de preferências sociais são *as razões da reciprocidade*. Segundo elas, as pessoas são generosas com pessoas com bom comportamento (com elas ou outras pessoas), enquanto punem quem não se comporta bem.

As razões da reciprocidade induzem a pessoas a agir dessa maneira mesmo em situações (com uma única interação) em aquelas onde generosidade e punição são comportamentos pessoalmente caros e elas não carregam a expectativa de recompensa subsequente ou indireta. Esses casos são exemplos do chamado por Bowles de *forte reciprocidade*, para distinguir este comportamento de reciprocidade com expectativa de uma recompensa futura, às vezes chamada de *altruísmo recíproco*.

Outras preferências sociais a serem consideradas são a aversão à desigualdade, a inveja (ou o aborrecimento) e o altruísmo.

Ao contrário disso, a suposição convencional é o comportamento individual ser completamente explicado pelo imprecisamente chamado de *interesse próprio*. Bowles se refere a ele como preferências auto orientadas definidas pelos resultados.

De acordo com esse ponto de vista neoclássico, nossas preocupações não se estendem aos resultados experimentados por outros ou aos processos geradores de resultados. Seu paradigma postula: “o primeiro Princípio da Economia é cada agente *agir apenas em seu próprio interesse*”.

Interesse em si mesmo é presumido pela racionalidade. Pode-se, no mundo real, ter preferências transitivas e completamente altruísta ou masoquista. Mas o egoísmo autocentrado é comumente tratado em Economia como axiomático e às vezes confundido com racionalidade. O chamado por Bowles do *Axioma do Interesse Próprio* se relaciona à crença individual de os outros também serem motivados pelo interesse próprio.

Em segundo lugar, os indivíduos são *agentes adaptativos*, isto é, *seguidores de regras*. Não é só a limitação da nossa racionalidade o enfatizado por Bowles, mas nossa limitada capacidade e predisposição para se envolver em exercícios cognitivos extremamente caros e complexos. Entre estas regras de comportamento evoluídas existem prescrições éticas. Elas governam as ações em relação aos outros, isto é, normas em redes sociais, cuja conformidade com elas é valorizada pelo ator. Então, o padrão é internalizado se apoiado por sanções sociais.

Esta abordagem contrasta com a visão onde o comportamento é o resultado de processos cognitivos de indivíduos muito exigentes, dirigidos a questões avaliativas e causais. Este ponto de vista convencional centrou-se na cognição individual. Exclui o comportamento baseado em coisas como reações viscerais (como nojo, medo ou fraqueza da vontade), hábitos ou “regras de ouro” evoluídas. Pressupõe (contra um importante corpo de evidências) os indivíduos serem treinados e predispostos a fazer inferências razoavelmente avançadas sobre o que os outros farão e sobre a maneira como o mundo funciona.

Em terceiro lugar, os comportamentos dependem do contexto em três sentidos. Pistas situacionais são usadas para determinar comportamentos apropriados em qualquer cenário dado. Além disso, avaliamos os resultados de um ponto de vista particular. Ele é o nosso estado atual ou o estado experimentado por um membro do nosso grupo de referência. Finalmente, instituições sociais influenciam o que sabemos, para fazer o que e com quais recompensas.

Como resultado da estória acima exposta, nossas motivações são formadas através do processo de transmissão cultural ou genética. Assim, nossas preferências são situacionalmente específicas e endógenas. Se nossas experiências resultarem em mudanças duradouras em nossas preferências, elas são consideradas *endógenas*, o que vai acontecer se as experiências afetam ou *a aprendizagem social* (ao longo de um período de tempo prolongada) ou *a herança genética*.

Isso pode ser comparado com as *preferências situacionais* - dependentes ou com status de dependente. Elas são invariáveis ao longo do

tempo, quando cada um se comporta da mesma maneira na mesma situação. Se as *preferências endógenas* envolvem mudanças na aprendizagem ou mudanças genéticas, o comportamento nas mesmas situações muda com o tempo.

Esta abordagem contrasta com a visão convencional. Nela, as preferências não dependem do estado atual de cada um e são invariáveis. Ou, se mudarem, apenas sob influências exógenas em relação ao problema sob investigação.

Parábola de Formigas e Homens

Alan P. Kirman é autor do ensaio, “*Comportamento individual e agregado: de formigas e homens*”. Consta da coletânea *The evolution of economic institutions: a critical reader*, editada por Geoffrey M. Hodgson e publicada em 2007.

É uma espécie de *parábola*: narrativa alegórica capaz de transmitir uma mensagem indireta por meio de comparação ou analogia. Talvez possa ser classificado também como *fábula*: curta narrativa, em prosa ou verso, cujas personagens incorporam animais, no caso insetos, agindo como seres humanos, de modo a ilustrar um preceito moral.

Os principais avanços na ciência consistem frequentemente em descobrir como os fenômenos da macro escala reduzem a seus constituintes em microescala. O conhecimento dos níveis moleculares e celulares é essencial, mas por si só não é suficiente nem completo. Efeitos complexos, como representar o movimento visual, são o resultado de dinâmica das redes neurais.

Embora as propriedades de rede sejam dependentes das propriedades dos neurônios na rede, não são, no entanto, idênticos às propriedades celulares, nem combinações simples delas. Interações de neurônios em redes é necessário para efeitos complexos. Eles são dinâmicos, não são um simples caso de automatismo mecânico.

Há duas visões concorrentes de como a economia funciona.

Uma dela é matematicamente rigorosa e internamente consistente. Nos dá uma estrutura dentro da qual podemos construir modelos abstratos e provar resultados lógico-dedutivos. Ela é o paradigma dominante. Suas desvantagens são: não ter hipóteses testáveis, ser pobre em prever e simplesmente não parece ser muito realista.

A outra visão está longe de ser completa, muitas vezes envolve técnicas de empréstimo de outras disciplinas de uma maneira *ad hoc*. Ela não produz, em geral, teoremas elegantes. No entanto, ele fornece mais visão realista da economia e oferece a promessa de ser testável contra dados empíricos.

A primeira visão centra-se na existência de estados eficientes na economia, ou seja, forças de mercado livre criam condições apropriadas ou ideais para a consecução de determinada finalidade: *equilíbrio* dos diversos planos dos agentes econômicos entre si e com a disponibilidade de recursos. Quando usado para analisar dados agregados, normalmente reduz a economia ou o setor de atividade a um agente “representativo”. Daí procede ao exame das consequências do seu comportamento de maximização intertemporal.

O segundo ponto de vista acha a economia ser melhor pensada como algo como formigueiros ou alguma outra colônia de insetos sociais, onde os indivíduos agem de acordo com regras bastante simples, com interação local apenas com outros indivíduos e informações limitadas. No entanto, os resultados agregados são coerentes e reflete em grande parte uma *coordenação ou auto-organização*, principalmente inconsciente.

Ambas as visões abordam questões muito diferentes. Na primeira visão, o desafio é ver se podemos mostrar a existência de *estados eficientes* da economia e como podemos caracterizá-los. Se alguém está olhando os dados agregados, a pergunta torna-se: "Eles podem ser razoavelmente vistos como resultante da maximização de um indivíduo representativo e eles representam um resultado eficiente?"

Na segunda visão, a questão é: “os indivíduos conseguem se organizar para coordenar suas atividades e em que medida a mecânica da interação entre os indivíduos influencia os resultados agregados?” Mais especificamente, a segunda dá muito mais ênfase à forma como a interação entre os indivíduos está organizada.

Se pensarmos nos mecanismos transmissores da interação entre instituições, então, eles desempenham um papel importante. Na primeira visão, a principal instituição considerada é O Mercado. Somente através desse ente divino, pois onipotente, onisciente e onipresente, os indivíduos anônimos podem interagir entre si.

Há um forte contraste entre as duas visões.

Por um lado, existe O Mercado a enviar sinais para indivíduos isolados. Toda a informação disponível é transmitida para estes indivíduos através dos *sinais* do mercado. Daí o resultado, sob um conjunto de hipóteses fortes, é eficiente.

Por outro lado, sob o ponto de vista do sistema de auto-organização, os agentes estão ligados a cada outro por *regras*, sejam formais, seja informais. Nem os agentes como indivíduos nem qualquer mecanismo central tem informação completa. As ligações entre agentes são formadas e reforçadas pela experiência de usuários contumazes dos links ou interconexões. A informação difunde-se pela rede e seu fluxo é regido pela forma configurada da rede. Esta pode, em si, ser vista como uma *instituição*, mas originária como resultado da *auto-organização* - coordenação entre si - dos agentes econômicos.

A segunda visão, defendida por Alan P. Kirman, tenta responder à pergunta-chave: como a miríade de desigualdade econômica individual e a diversidade de atividades, em uma economia moderna, podem ser coordenadas?

Ela é incômoda para muitas pessoas, quando elas reconhecem a economia ser vista sem “a soberania do consumidor” - ou a de qualquer indivíduo. Elas são colocadas agindo como tivessem o mesmo comportamento de “insetos sociais”.

Agentes econômicos interagem constantemente entre si de diferentes maneiras e por diferentes efeitos. Daí, de alguma forma, emerge uma certa coerência no nível agregado, desenvolvido a partir dessas interações individuais. No entanto, decepcionantemente, a economia ortodoxa tem pouco a dizer sobre isso.

Agentes econômicos comunicam entre si e aprendem com cada um dos outros. Eles também inferem informações das ações dos outros e, mais importante, na maioria dos mercados, eles negociam diretamente entre si.

Existe uma abordagem - a Teoria dos Jogos - capaz de levar isso em conta de maneira explícita. No entanto, isso está no extremo oposto da visão ideológica em defesa o mercado competitivo. Na estrutura teórica do jogo, cada jogador leva conta a ação de cada outro jogador e, além disso, sabe os outros fazerem isso. Além disso, todo indivíduo acredita os outros serem capazes de raciocinar tão bem e plenamente como ele mesmo. Isso envolve o famoso problema do “conhecimento comum” do tipo “ele sabe que eu sei que ele sabe que eu sei...”. Isso leva a dificuldades lógicas básicas, dada essa regressão infinita estar envolvida.

Em vez de atribuir esse tipo de raciocínio à capacidade racional das pessoas, cujo processo mental pode ser apropriado, em algumas circunstâncias, é mais realista modelar as pessoas como agentes de uma maneira mais modesta.

Mas isso parece ser precisamente o que o modelo econômico competitivo faz ao considerar as pessoas só reagirem a sinais anônimos do mercado. Elas não têm em conta os comportamentos dos outros indivíduos, nem de como esse comportamento extrapolado colide com eles. Agentes são presumidos estarem em conformidade com nossas hipóteses de racionalidade, mas tomam decisões racionais isoladas. Seria difícil imaginar uma vida social com este mais simples comportamento. Ainda mais importante, nada é dito sobre como a coordenação é alcançada e, em particular, quem decide e envia os sinais do mercado.

Embora o comportamento dos indivíduos seja simples, em certo sentido, não há sugestão de como esses indivíduos conseguem se coordenar.

Existem vários ingredientes necessários serem examinados no modelo padrão: a racionalidade dos agentes e seu isolamento e daí sua coordenação através do mecanismo de mercado. A visão econômica padrão não coloca muito peso no modo como as economias atingem um determinado estado. Pelo contrário, o foco da atenção está na existência de certos estados ou equilíbrios. Mas, se quisermos entender como a economia atinge um estado particular, nós temos de ter uma compreensão da organização da economia, ainda quando a organização institucional, exceto em um sentido muito “esquelético”, está ausente do modelo da concorrência.

A economia experimental sobre comportamentos nos ajuda a entender o relacionamento entre racionalidade, organização e resultados agregados. Enquanto reconhece os sujeitos frequentemente não estarem em conformidade com as suposições de racionalidade, os economistas comportamentais parecem muitas vezes coordenar e resolver até o problema de um estado coletivo particular. Infelizmente, muitos economistas experimentais egressos do *mainstream* argumentam o resultado final de toda essa interação entre agentes heterogêneos ser muitas vezes muito próximo do previsto pela economia padrão. Talvez ainda sofram de “miopia ideológica”: só enxergar o que estão condicionados a ver.

A teoria econômica padrão pinta um quadro muito diferente do funcionamento de uma economia em relação ao observado em estudos experimentais de mercados de leilão, por exemplo. Agentes negociam fora dos preços de equilíbrio, mas os negócios finais frequentemente ocorrem em preços próximos do equilíbrio. A auto-organização é assegurada pelo mercado. Ele coordena as atividades transmitindo sinais aos agentes informando-os das limitações enfrentadas.

Cada indivíduo tem preferências de acordo com as quais ele ou ela faz a melhor escolha possível, dadas essas restrições. Nada é dito sobre como o

mercado irá ajustar seus sinais e, assim, alterar as restrições dos indivíduos até suas escolhas se tornarem consistentes entre si. A organização é dada e nada é dito sobre de onde ela vem. As questões lançadas por economistas incluem: “Quais estados da economia são eficientes? E como estão estes relacionados com o equilíbrio do sistema de mercado?”

Equilíbrio significa aqui os indivíduos fazerem as escolhas planejadas por eles mesmos, dados os sinais de mercado. Essas escolhas seriam mutuamente consistentes entre si e a disponibilidade de recursos. O que acontece na economia fora de equilíbrio não é uma questão central para os teóricos do *mainstream*.

O resultado padrão é aquele no cerne de todas as recomendações em favor do sistema de livre-mercado. Dizem: os equilíbrios de mercado alcançam a eficiência ou o ótimo de Pareto. Este é um conceito desenvolvido pelo italiano Vilfredo Pareto. Define um estado de alocação de recursos onde é impossível realocá-los de modo a situação de qualquer participante ser melhorada sem piorar a situação individual de outro participante do mercado.

O paradigma básico na teoria econômica é aquele onde os indivíduos tomam decisões isoladas, utilizando apenas as informações recebidas através de sinalizações gerais do mercado, como os preços. O modelo-padrão não nega os agentes interagirem, mas eles só o fazem através do sistema de preços relativos.

De fato, uma maneira de caracterizar a hipótese dos mercados eficientes tão difundida na literatura dos mercados financeiros é dizer todas as informações, privadas e públicas, serem agregadas e refletidas no sistema de preços. Assim, nenhum agente tem interesse em procurar informações diferentes daquelas fornecidas pelos preços. A interação direta não é parte integrante do comportamento do mercado, de acordo com essa visão, uma vez que tal interação não beneficia aqueles agentes interativos.

Nesse caso, os preços de mercado são tomados como dados - e são invioláveis. Retira de cena a própria negociação do preço por parte de um vendedor e um comprador. Logo, a explicação simplória é o equilíbrio geral ser alcançado no ponto de encontro combinado entre a oferta agregada e a demanda agregada.

Em sua parábola, Alan Kirman considera outra visão do mundo, onde os indivíduos funcionam em um local limitado e a maioria de suas informações vem daqueles com quem eles interagem. Além disso, suas capacidades de raciocínio são limitadas e eles se adaptam ao invés de otimizar. Não é possível, em tal mundo, o resultado coletivo ter certas propriedades desejáveis?

O que ele descreve tem grande correspondência com a situação em um formigueiro ou em uma colmeia. Isso é muito diferente de um mundo onde, pela dotação de inteligência, indivíduos calculistas antecipam eventos futuros racionalmente.

Uma visão da economia como uma colônia de insetos sociais é um anátema para aqueles convencidos de os animais humanos, ao contrário das formigas, terem intenções conscientes a respeito de o que eles querem fazer. Embora isso seja verdade até certo ponto, também é verdade as escolhas feitas por qualquer entidade econômica serem fortemente restringidas pelo lugar onde essa entidade ocupa na estrutura econômica.

Se aceitarmos isso, somos imediatamente confrontados com um dilema. O comportamento de um indivíduo, e sua contribuição para a atividade econômica, depende do papel cumprido por ele ou ela - e não apenas de algumas características intrínsecas a cada qual. Isso significa não bastar olhar para algum “agente representativo”, a fim de entender o que vai acontecer no nível agregado. Você não imaginaria olhar para o comportamento de uma formiga representativa se você quisesse prever a evolução da atividade do seu formigueiro.

Nessa parábola, *a atividade agregada não é uma versão ampliada do comportamento individual*. A passagem do micro para o macro é mais complexa em lugar de uma simples soma de indivíduos independentes. Comportamento macroeconômico certamente reflete os comportamentos microeconômicos subjacentes, mas não tem uma forma automatizada. Se nós estamos interessados nas relações macroeconômicas relativas à reação a mudanças em variáveis agregadas não devemos partir do nível isolado do agente racional.

Essa narrativa não será bem-vinda por economistas desejosos de estabelecer a Macroeconomia sobre “micro alicerces sólidos”. Nesse caso, cada agente resolveria um problema de otimização bastante complicado, enfrentado com um bem-definido conjunto de restrições, e mesmo assim o resultado ótimo se traduziria diretamente no agregado.

A situação se torna ainda mais complicada, quanto aos comportamentos, quando os indivíduos interagem e negociam entre si. Pode muito bem acontecer nos mercados atuais, mas isso não pode interferir no agregado.

Muitas das dificuldades surgem, quando olhamos com atenção para as hipóteses subjacentes feitas sobre as preferências individuais. Elas têm sido destacadas pela introdução de considerações da Psicologia na análise econômica, reforçada pelas evidências da Economia Experimental.

Essas duas vertentes levaram ao desenvolvimento da “Economia Comportamental”, onde muitos dos pressupostos-padrão sobre os comportamentos dos indivíduos são questionados. Qualquer um poderia ir além disso e perguntar se a noção de preferências como uma encomenda ordenada sobre o consumo presente e futuro faz algum sentido.

Ainda, sem essa estrutura básica, estamos em dificuldade, porque a Ciência Econômica é construída sobre fundações de bem-estar social e, se deixarmos isso de lado, é difícil fazer declarações sobre o que é “melhorar o bem-estar” ou o que é Pareto-eficiente. Sem os fundamentos de bem-estar, os teoremas básicos da economia do bem-estar perdem sentido. Por sua vez, a justificativa básica para o mecanismo de mercado - capaz de levar a resultados eficientes - desaparece.

O ponto importante não é o bem-estar individual ser irrelevante ou inexistente, mas sim a estrutura formal imposta às preferências individuais serem muito restritivas. Quem iria brigar com a ideia de as pessoas saberem quando se sentem melhor? Dito isto, parece razoável assumir elas estarem inclinadas a avançar para situações preferenciais e não, perversamente, escolher resultados capazes de as fazerem sentir pior.

Mas não haveria a necessidade de impor uma estrutura formal às preferências? Agentes podem usar regras simples e aprender o que os torna melhores do que são. Eles podem ter limiares e quando forem atingidos, empurrá-los para reagir.

Se permitirmos *a interação e o surgimento de auto-organização*, precisamos impor menos requisitos ao comportamento individual. Indivíduos bastante simples podem, coletivamente, alcançar resultados eficientes sem nenhum deles ter um conhecimento completo de o que está acontecendo e, de fato, sem respeitar os cânones da racionalidade no sentido padrão.

De forma análoga nessa fábula, formigas individuais têm um entendimento muito limitado da organização onde existem e não têm consciência da presença de muitos dos seus companheiros habitantes do formigueiro. Porém, coletivamente, elas fornecem alimentos para as necessidades da colônia e sua reprodução.

O raciocínio padrão, questionado por Alan P. Kirman, não está confinado à Economia. Ele ouviu um entomologista explicando o comportamento das abelhas. A abelha continuará extraindo o pólen de uma flor até quando o esforço marginal necessário para obter uma unidade extra de pólen é apenas igual ao esforço necessário para voar para outra flor e obter uma nova unidade de pólen lá.

A Teoria de Forrageamento - qualquer comportamento associado à procura, obtenção e consumo do alimento por um animal - é um maravilhoso exemplo dos entusiastas pela importação por atacado de racionalidade econômica para descrever o comportamento de insetos. Há, no entanto, uma diferença importante. Os entomologistas argumentam o comportamento ideal ter evoluído e nunca sugeriram seus insetos serem dotados da capacidade consciente de fazer escolhas ótimas.

Isso é um ponto de vista amplamente desenvolvido na Teoria dos Jogos evolutivos. Tem sido usado em Economia padrão para justificar o comportamento de otimização.

Assim, esta é uma maneira de justificar a premissa de racionalidade ser fundamental na análise econômica. Outra parte da explicação é a inércia, devido à falta de alternativas. O que constitui uma boa teoria se ela não for baseada diretamente na otimização do agente?

Nessa estória, Alan P. Kirman defende uma abordagem entre o modelo padrão e o modelo de jogo-teórico completo, mas permissível de várias formas de interação, inclusive não mercantil. Há movimentos nessa direção, mas eles são, ainda, poucos em número.

Talvez a descrição mais fácil seja pensar na economia como um sistema complexo, onde o comportamento agregado é determinado pela complicada interação entre indivíduos no nível micro. As analogias com sistemas físicos, químicos e biológicos são óbvios.

A ideia do autor não é, no entanto, simplesmente desenvolver uma posição metodológica, ao longo desta narrativa, mas sim deduzir lições importantes sobre a maneira dos economistas trabalharem. Podemos aprender mais com essa pesquisa.

Nela estão fenômenos macroeconômicos ou estruturais. Eles emergem dessas interações dos componentes do sistema complexo. Não são prontamente obtidos com uma análise padronizada. Possivelmente, e mais importante, esses modelos oferecem uma maneira útil de ver como emergem o mercado, a estrutura e a auto-organização.

Estória do Debate entre Individualismo e Holismo

Julie Zahle e Finn Collin (2014) narram uma estória a respeito do grau adequado para as explicações científicas sociais focarem nos indivíduos ou nos fenômenos sociais.

O debate sobre a *dispensabilidade* gira em torno da questão de se argumentos individualistas (ou o nível individual) ou explicações holísticas (ou o nível social) podem, e devem, ser adotados dentro das Ciências Sociais.

Existem três posições básicas nesta questão:

1. *Individualismo metodológico*: as explicações individualistas devem ser avançadas e as explicações holistas podem e devem ser dispensadas.
2. *Holismo metodológico forte*: as explicações holistas devem ser oferecidas e as explicações individualistas podem e devem ser dispensadas.
3. *Holismo metodológico fraco*: não apenas explicações individualistas, mas também holistas devem ser apresentadas; nem explicações individualistas nem holistas podem ser dispensadas.

Os participantes do debate metodológico fazem uma distinção entre explicações *individualistas* e *holistas*. É concordância comum as explicações individualistas girarem em torno de indivíduos, suas crenças, ações, etc. É consenso as explicações holistas estarem centradas nos fenômenos sociais tais como organizações sociais, estruturas e afins. Além deste ponto, no entanto, o acordo cessa, pois não há um consenso geral sobre como, mais precisamente, circunscrever explicações individualistas e holistas.

Aqui estão listados alguns dos problemas discutidos:

1. Que tipos de relações e interações entre indivíduos podem e devem as explicações individualistas se referir?
2. Uma explicação realmente qualifica-se como holista se descreve as regras e normas dentro de um grupo de indivíduos?
3. As explicações individualistas só são permitidas ao se referir a indivíduos ou elas podem também descrever tipos (agrupamentos) de indivíduos?

O debate sobre a distinção apropriada entre as explicações individualistas e as holistas concentrou-se principalmente na primeira categoria. Uma razão para isso provavelmente diz respeito a como o debate evoluiu: os individualistas metodológicos optaram por concepções cada vez mais amplas de explicações individualistas. Como tal, eles trouxeram continuamente a questão da circunscrição adequada dessas explicações.

Ambas as explicações individualistas e holistas podem ser divididas em diferentes tipos. E não surpreendentemente, existem várias concepções sobre

o que constitui um tipo adequado ou satisfatório de explicação individualista ou holista.

Por exemplo, um tipo de explicação individualista altamente popular entre as metodologias individualistas são explicações informadas por modelos de escolha racional. Estes declaram como os indivíduos racionais agiram à luz de suas crenças e desejos. Outro tipo de explicação individualista consiste em relatos de ações de indivíduos por apelo às suas disposições para agir de determinadas maneiras em certas circunstâncias.

Trocando para explicações holísticas, a apresentação de Contas Nacionais em Contabilidade Social aponta para as propriedades estatísticas dos grupos. Elas têm sido muito prevalentes entre os holistas metodológicos. Essas explicações especificam como as organizações sociais trazem vários *efeitos de rede*.

Críticas às explicações informadas por Teoria da Escolha ou explicações por recurso a propriedades estatísticas não equivalem a uma refutação seja do individualismo seja do holismo metodológico como tal. Equivale apenas ao repúdio da adequação de um tipo particular de explicação individualista ou holista.

Concepções de explicações individualistas e/ou holísticas adequadas, tipicamente, vão junto com uma preferência pelo uso de uma ou várias formas de explicações.

Três formas de explicações comumente mencionadas podem ser chamadas de:

1. explicações funcionais,
2. explicações intencionais e
3. explicações causais diretas.

No passado, os holistas metodológicos frequentemente favoreciam o uso de *explicações funcionais*. Assim, eles explicaram a existência continuada de vários fenômenos sociais por referência à sua função, ou efeito, em alguma sociedade. Por contraste, os individualistas metodológicos frequentemente fazem uso de *explicações intencionais*: eles explicam as ações recorrendo às razões ou motivações dos indivíduos para fazerem essas ações.

Hoje, as explicações funcionais e intencionais são muitas vezes consideradas espécies de *explicações causais* ao ser contrastado com *explicações causais diretas*. Quando aplicada a causalidade direta das

explicações por holistas metodológicos, eles dizem, por exemplo, o aumento do desemprego ter causado um aumento do crime.

Quanto a uma descrição da disputa em si, Julie Zahle e Finn Collin dizem haver poucos proponentes de *forte holismo metodológico*. Como resultado, o debate se desenrola principalmente entre *individualistas metodológicos e holistas metodológicos fracos*.

Como ambas partes concordam quanto às explicações individualistas deverem ser apresentadas, individualistas colocam todos os seus esforços em mostrar as explicações holísticas deverem ser dispensadas, enquanto os holistas metodológicos fracos se concentram em mostrar as explicações holistas não podem e não devem ser dispensadas. Um sem número de argumentos foram oferecidos em apoio e contra essas posições.

Vale a pena registrar alguns pontos relacionados ao desenvolvimento do debate.

Às vezes, o holismo metodológico tem sido relacionado com a adoção do coletivismo ou ideais políticos totalitários. Por exemplo, Hayek e Popper desenharam essa conexão ao avançar suas opiniões em torno da década de 1950, em plena Guerra Fria. Eles viram o liberalismo como baseado em um compromisso com o individualismo metodológico e o coletivismo ou o totalitarismo como sendo sustentado por um compromisso com o holismo metodológico.

Hoje, é amplamente aceito por gente de inteligência mais refinada (e não extremista) esse argumento ser apelativo, pois não há nenhuma ligação necessária entre fazer um estudo metodológico individualista ou holista e ter uma certa orientação política. Assim, as discussões de individualismo metodológico e holismo, normalmente, ocorrem sem qualquer referência a valores políticos sob qualquer forma.

[Estória da Economia para a Prosperidade Inclusiva](#)

Suresh Naidu, Dani Rodrik, e Gabriel Zucman são os autores do texto *Economics for Inclusive Prosperity: An Introduction*. Fazem uma apresentação da organização *Econfip: Economists for Inclusive Prosperity*, lançada em janeiro de 2019.

Este esforço coletivo vai além de uma discussão de prescrições políticas específicas em diferentes domínios da Economia. A alegação deles é existirem temas e semelhanças capazes de juntos fornecerem uma visão global coerente para a política econômica apresentada como *uma alternativa genuína ao*

fundamentalismo de mercado. Isso é muito frequentemente (e na opinião deles, erroneamente) associado com a economia *mainstream*. Eles se esforçam para analisar um todo além da soma das partes.

Discutem esses temas mais amplos conectando-os às narrativas emergentes mais adiante nesse ensaio. Começam por discutir em maior detalhe a motivação por trás do projeto do Econfip e do papel possível para o uso da Economia na elaboração de *uma alternativa ao status quo*.

David Colander, Ric Holt e Barkley Rosser, em “*The Changing Face of Mainstream Economics*” (2003), também olham com maior benevolência o *mainstream*: “se alguém lê a literatura heterodoxa em economia hoje em dia, tem-se a impressão de a moderna economia *mainstream* é muito parecida com a economia de 50 anos atrás. Ela é chamada ainda de ‘economia neoclássica’ e é criticada da mesma forma como os economistas heterodoxos anteriores criticaram a economia *mainstream* dos anos 1950 ou 1960”.

Neste artigo, os coautores argumentam muito desta crítica hoje estar anacrônica porque o pensamento econômico dominante mudou. Para eles, a economia está se afastando de uma adesão estrita à Santíssima Trindade - racionalidade, egoísmo e equilíbrio - para uma posição mais eclética de comportamento intencional, iluminado por interesse próprio e sustentabilidade. O artigo desenvolve essas ideias considerando a natureza desse processo de mudança e da dinâmica sociológica pela qual a profissão de economistas passa.

Nos olhos de muitos, a virada para o neoliberalismo é, de perto, associada às ideias econômicas. Economistas líderes de correntes conservadoras, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, estiveram entre os fundadores da Sociedade Mont Pelerin. Este grupo de intelectuais foi influente na defesa de mercados livres e demonstração de hostilidade à intervenção do governo. Provaram ser altamente eficazes na reformulação do panorama político, depois 1980, para suporte intelectual da Era Neoliberal.

Desregulamentação, financeirização, dismantelamento do Estado social, retirada de direitos trabalhistas ou desinstitucionalização dos mercados de trabalho, redução na tributação corporativa e progressiva, e a busca da hiper-globalização - os culpados por trás das crescentes desigualdades - tudo de ruim parece estar enraizado nas doutrinas econômicas convencionais.

A disciplina Economia parece focar apenas em mercados e incentivos, individualismo metodológico, formalismo matemático. Além disso, a paixão dos economistas ortodoxos parece ser a identificação causal de todos os problemas na heterodoxia da profissão quando heterodoxos assessoram

governos socialdemocratas. Atuam em defesa da manutenção do *status quo*. Então, ficam no meio do caminho em direção a uma significativa reforma social da atividade econômica. Em suma, o neoliberalismo parece ser apenas outro nome para a economia *mainstream*.

Conseqüentemente muitos não-economistas veem a disciplina de Economia, senão com hostilidade direta, pelo menos como parte do problema político atual. Eles acreditam o ensino e a prática das ideias conservadoras em Economia têm de ser fundamentalmente reformados para a disciplina se tornar uma força construtiva.

Há, de fato, razões legítimas para o descontentamento com a Economia, do jeito como ela é com muita frequência praticada e ensinada. Fundações e *think tanks* conservadores monopolizaram a bandeira da Economia *mainstream*, nos círculos políticos, forçando a opinião pública existir um compromisso inversamente proporcional entre eficiência e igualdade, além de, normativamente, não ser prioridade a retomada do crescimento econômico.

Alunos incapazes de prosseguir seus cursos de graduação em licenciatura, dentro desse conservadorismo, saem pensando a Economia significar sempre “mercados sem trabalho”. Conservadores tendem a implantar a ideia de a “Economia” dar a justificativa técnica para suas políticas preferidas, enquanto os liberais de esquerda são vistos como insensíveis às exigências de prosperidade.

Mas a visão própria do grupo Econfip vai além dessa visão comum e é substancialmente diferente disso. Muitos das ideias políticas dominantes das últimas décadas não são apoiadas nem pela boa Economia nem pela boa evidência empírica. *Neoliberalismo* - ou fundamentalismo de mercado, fetichismo do mercado, etc. - é uma perversão da Economia do *mainstream*, em vez de uma aplicação.

A pesquisa econômica contemporânea está repleta de novas ideias para criar uma sociedade mais inclusiva. Mas, sobre nós, economistas progressistas, recai o dever de convencer ao nosso público sobre o mérito destas reivindicações sociais. Por isso, os economistas da Econfip embarcaram neste projeto. Eles esperam um conjunto de proposições políticas progressistas estimularem e acelerarem o trabalho dos economistas acadêmicos, tendo em vista um envolvimento sustentado no propósito de apresentar *ideias criativas para prosperidade inclusiva*.

Sob o ponto de vista dos economistas da Econfip, a economia contemporânea dificilmente canta hino de louvor aos mercados e ao egoísmo. O curso típico em Microeconomia passa mais tempo apontando as falhas de

mercado e como consertá-las em lugar de fazer apologia da mágica da competitividade expressa nos mercados. O curso típico de Macroeconomia se concentra em como os governos podem resolver problemas de desemprego, inflação, e instabilidade, em vez de ensinar o modelo “clássico”, onde a economia é auto ajustável ao se dirigir automaticamente para um mítico equilíbrio. O curso típico de Finanças gira em torno de crises financeiras, excesso de riscos e outras avarias dos sistemas financeiros.

Na verdade, o modelo de equilíbrio geral através de um padrão competitivo no qual os mercados livres são maximamente eficientes, mesmo ainda não sendo o socialmente ideal ao levar em conta as preocupações com a distribuição, é ensinado apenas em cursos introdutórios de Economia. Estudantes sérios de Economia, rapidamente, se afastam disso.

A Economia permanece um pouco insular dentro das Ciências Sociais, devido às suas predileções metodológicas:

1. individualismo metodológico,
2. abstração baseada em modelos,
3. formalismo matemático e estatístico.

Mas, em décadas recentes, economistas estudaram outras disciplinas, em abordagem multidisciplinar, e incorporaram muitos de seus *insights*. A história econômica está experimentando um renascimento, a Economia Comportamental colocou o *homo economicus* na defensiva, e o estudo da cultura tornou-se parte do *mainstream* em Economia Criativa.

Considerações sobre a distribuição de renda e riqueza estão fazendo um retorno ao centro da disciplina tal como na época da Economia Política clássica. Economistas têm estado na linha de frente do crescente estudo da concentração de riqueza, os custos das alterações climáticas, a concentração de mercados importantes, a estagnação da renda para a classe trabalhadora e a mudança de padrões na mobilidade social.

Os economistas costumam ter um viés em defesa do mercado competitivo, buscando soluções políticas, sustentadas por uma demanda por estudos precisos das falhas de mercado como pré-condição para as intervenções governamentais. Mas a Ciência Econômica nunca produziu conclusões políticas pré-determinadas.

De fato, todas as previsões e conclusões, em Economia, são contingentes: “se estas e tais condições se mantiverem, estes resultados

seguem”. A resposta para quase qualquer pergunta em economia é “depende”, seguido por uma exegese sobre *o que depende de que - e porquê*.

Além disso, a pesquisa econômica tornou-se significativamente *mais aplicada e empírica* desde a década de 1990. As publicações acadêmicas com uso de dados e análises empíricas aumentaram, substancialmente, em todos sub-campos dentro da Economia, e atualmente excede 60% na Economia do Trabalho, Economia do Desenvolvimento, Economia Internacional, Finanças Públicas e Macroeconomia.

Isso é importante porque a evidência empírica sistemática é um dispositivo defensivo na disciplina *contra prescrições políticas ideológicas*, incorporadas na teorização preconcebida. Com a inclinação da Economia para a pesquisa empírica se torna mais difícil ignorar fatos inconvenientes, quando os mercados do mundo real não se comportam como está prescrito nos livros didáticos. É mais difícil idolatrar livres mercados quando a pesquisa encontra evidência de como o comércio internacional produz grandes efeitos adversos em algumas comunidades locais, os cortes salários não reduzem o emprego, pelo contrário, reduzem a demanda agregada, ou a liberalização produz crises em vez de um mais rápido crescimento econômico - isto apenas para apontar alguns achados da literatura econômica recente.

A Economia tem seus valores universais, um conjunto de ordem superior de princípios associados à eficiência e, geralmente, presume-se ser propício um desempenho superior da economia, isto é, atividade econômica: incentivos baseados no mercado, propriedade clara de direitos privados, cumprimento de contratos, estabilidade macroeconômica, regulação prudencial, e assim por diante. Mas esses princípios são compatíveis com uma variedade quase infinita de acordos institucionais.

Cada um desses arranjos - regras do jogo - produz um resultado distributivo diferencial. E como isso contribui para a prosperidade global depende da adequação ao contexto específico conjuntural. Esta é uma receita para a análise comparativa institucional do desempenho econômico, e nenhum slogan de “resultado do mercado-livre” segue daí.

A abstração teórica em Economia Pura, com a qual os economistas percebem o complexo conjunto de instituições em Economia Aplicada também oferece ferramentas aos profissionais para ajudar a projetar alternativas em larga escala: da precisão de ajustes ao código tributário para visões completas de sociedades pós-capitalistas.

Deve o produto de um trabalho pertencer apenas à empresa, ou ao trabalhador ou uma combinação entre os dois? Talvez a empresa em si deva ser propriedade de um terceiro - uma entidade governamental local, por

exemplo - para simplesmente garantir incentivo e compatibilidade entre gerentes e trabalhadores.

A China desfrutou de taxas de crescimento econômico sem precedentes fora de tal regime de direitos de propriedade privada, mas sim sob um Capitalismo de Estado. Podemos pensar em muitas outras variantes. Por exemplo, os empregadores terem direitos de propriedade privada apenas sobre novos ativos, criados por eles por meio de ativos distribuídos entre outros reclamantes. Isso também parece loucura, a menos quando percebemos ser exatamente isso *o sistema de patentes*, dando aos inovadores propriedades temporárias sobre a nova “propriedade intelectual”.

Talvez o governo deve manter parte da propriedade das novas tecnologias, em nome do público em geral, porque a inovação depende de infraestrutura pública em P&D, subsídios públicos, ensino superior, regime jurídico, etc. As preocupações de distribuição aumentam o leque de escolhas necessárias a serem feitas. Qual entre estas (e outras) possibilidades devemos favorecer depende tanto de nossos objetivos finais e o potencial de ajuste com cada contexto.

Enquanto lidamos com novas realidades criadas pela digitalização, demografia e seus impactos nos mercados de trabalho, as perguntas sobre a alocação de direitos de propriedade entre requerentes diferentes tornam-se cruciais. Economia não necessariamente tem respostas definidas aqui. Ela não traça a distribuição justa a priori nem fornece os pesos distributivos apropriados para ponderar os retornos aos trabalhadores, empregadores e governo, além dos procedimentos processuais e das restrições deontológicas deverem ser respeitadas. Mas fornece as ferramentas necessárias para estabelecer as compensações, contribuindo assim para um debate democrático mais informado.

O mesmo tipo de indeterminação institucional permeia todos os outros domínios de política. Quais instituições do mercado de trabalho minimizam a insegurança no emprego sem comprometer a criação de emprego? Como podemos fornecer melhor proteção social sem embotar incentivos econômicos? Qual é o tipo de regulamentação financeira capaz de garantir a estabilidade financeira sem bloquear a inovação financeira? Qual tipo de regras monetárias e fiscais são melhores para uma economia aberta?

Mais uma vez, a economia não fornece uma resposta fixa a estas perguntas. Em vez disso, destaca as consequências potenciais de diferentes disposições.

Economistas têm uma poderosa maquinaria teórica capaz de lhes permitir pensar em termos abstratos sobre tais assuntos. Então, eles estão

bem posicionados para desenvolver arranjos institucionais inovadores. Vão além a variedade já considerável existente no mundo hoje.

Bem-estar ou arranjos de mercados de trabalho diferem grandemente em todo o mundo desenvolvido. Há muito a aprender pelos Estados Unidos com experiências em outros lugares. Mas a diversidade institucional plausível não se limita a práticas. *Nós podemos - e precisaremos - desenvolver novas instituições.* Nada nos mercados livres garante o crescimento ser equitativo ou a globalização ser sustentável.

Há sempre a necessidade de criar políticas e instituições para tornar possível a prosperidade inclusiva e a globalização sustentável, política e economicamente. Economistas têm a imaginação crucial para executar tal tarefa.

Os hábitos dos economistas são os culpados também pela incompreensão de *o que é Economia - e o que os economistas fazem.* Isso é agravado pela maneira como economistas frequentemente se envolvem em debates públicos. Também muitos deles acreditam, arrogantemente, suas ferramentas quantitativas e suas lentes teóricas serem as únicas consideradas como “científicas”, levando-os a descartar disciplinas mais dependentes de análise qualitativa e/ou teorização verbal.

Muitos economistas sentem necessidade ideológica de tomar o lado dos mercados, porque ninguém mais vai fazer isso. Em caso contrário, poderiam “fornecer munição aos bárbaros”, isto é, à esquerda adversária. E mesmo quando reconhecem falhas de mercado, eles se preocupam com a ação do governo tornar as coisas piores. Como resultado, muitas das advertências sensatas da disciplina são “varridas para debaixo do tapete”. E os economistas são, em geral, rotulados como “chefes-de-torcida” em favor de mercados livres e hiper-globalização.

Muitas vezes uma Economia Política ingênua entra nesse jogo, com a suposição implícita de o interesse próprio de grupos de pressão e candidatos de esquerda - os chamados “bárbaros” - apresentarem apenas um lado de uma questão política coletiva. Na realidade, todo equilíbrio de mercado, com ou sem ação pública, cria vencedores e perdedores.

Esses grupos de pressão, seja à direita, seja à esquerda, necessariamente tentam cobrar os resultados ao seu gosto. O neoliberalismo certamente alcançou seu atual poder devido aos *lobbies dos economistas neoliberais.* Políticas orientadas para o livre mercado, desde a década de 1980, quando se iniciou a Era Neoliberal com Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margareth Thatcher, foram sequestradas por seus próprios interesses especiais. Podemos ver isso, por exemplo, no corte da tributação incidente

sobre as empresas ou nos acordos comerciais ou reforma da tributação progressiva.

Uma boa política econômica não pode ser abstraída da política feita por ações coletivas em defesa de seus próprios interesses. Ela tem de ser projetada, levando seus efeitos prováveis em conta. Isso é tão verdadeiro para políticas públicas cuja meta é pretensamente tentar tirar o governo do mercado como para outras políticas, cuja execução ampliam o papel do governo.

Os economistas muitas vezes ficam muito apaixonados por sua especialização. Isso os leva a se concentrar nas consequências da eficiência na área em foco, sem se atentarem para o gasto com complicações potenciais e os efeitos adversos com implicações em outros lugares.

Um economista especialista em crescimento analisará políticas com vista a melhorar a tecnologia e a inovação sem se preocupar, por exemplo, com as consequências no mercado de trabalho. Um economista especialista em comércio recomendará a redução de tarifas e assumirá sua omissão quanto a conceber mecanismos compensatórios para os perdedores. Este seria o trabalho de outra pessoa. Um economista financeiro irá projetar regulamentos para tornar os bancos seguros, sem considerar estes poderem interagir com ciclos macroeconômicos.

Muitos acusam as falhas políticas - os excessos da desregulamentação, hiperglobalização, cortes de impostos, austeridade fiscal - possíveis de serem rastreadas para se obter um melhor raciocínio. Para ser úteis, economistas têm de avaliar as políticas na totalidade do contexto, onde e quando serão implementadas, e considerar a robustez das políticas submetidas a muitos possíveis configurações e contingências políticas.

Para sintetizar o trabalho dos economistas, se coloca pertinentemente: “o mundo real é o segundo melhor... na melhor das hipóteses teóricas”. O conceito de “*second best*” sugere, se dois ou mais requisitos para alcançar a situação econômica mais desejável não puderem ser satisfeitos, uma tentativa combinada de satisfazer os requisitos capazes de serem atendidos não é necessariamente a segunda melhor opção - e pode não ser benéfica.

Estória da Neuroeconomia

Como lidar mentalmente com a atual crise mundial em fase de transição histórica? Ciências cognitivas, em seus primórdios, foram vistas com

desconfiança por sociólogos, economistas, cientistas políticos, antropólogos e até filósofos.

Um campo emergente na Economia e capaz de nos capacitar a lidar melhor com a análise da crise atual é o das Finanças Comportamentais. É o resultado da coleta de muitos tipos de dados provenientes de dados experimentais para elaboração da Economia Comportamental e/ou da Neuroeconomia. O comportamento financeiro é, relativamente, “quase fácil” de ser estudado em ambientes naturais e experimentos artificiais. Os resultados desses estudos empíricos e laboratoriais estão permitindo o controle de hipóteses em Economia Cognitiva e a geração de novos *insights* sobre o comportamento econômico.

Riccardo Vale, autor do livro *Methodological Cognitivism Vol. 1: Mind, Rationality, and Society* (Berlim: Springer; 2012), narra sua estória: no início dos anos 90, Giacomo Rizzolatti e seus colegas, em um laboratório de Neurociência na Universidade de Parma, fez uma descoberta revolucionária. Muitos cientistas afirmam ela ser tão importante para a nossa compreensão do cérebro como o DNA foi para a célula. Eles identificaram o “*neurônio espelho*”, um tipo particular de neurônio motor do cérebro com uma dupla função, sendo responsável tanto por *nossas ações*, quanto por *nossa compreensão das ações de outras pessoas*.

Esses neurônios-espelhos têm a capacidade de serem ativados para *refletir as ações dos outros*, bem como *permitir o próprio comportamento*. Através deles, nós entendemos os mecanismos do cérebro capazes de permitir ao indivíduo entender o comportamento dos outros. Para entender a ação de outra pessoa, quando a observamos, ela ativa a mesma rede de neurônios similar à nossa quando nós mesmos executamos a ação semelhante.

O fato surpreendente é os neurônios-espelho serem diferenciados para o propósito de cada medida tomada. Neurônios ativados quando captamos algo são diferentes daqueles excitados quando fazemos outras ações.

Por que é importante começar da descoberta dos neurônios-espelho para introduzir a questão da *Neuroeconomia*? Porque uma das funções cognitivas mais importantes do comportamento econômico é *a tentativa de entender o que podemos esperar de outras pessoas*.

Na negociação, competição, cooperação e organização econômica, atuamos em relação ao pensado por nós a respeito de ações esperadas de outras pessoas. Nós tentamos entender o pensado por outras contrapartes, entrando em seu modo de pensar, a fim de prever como eles vão agir.

E como fazemos isso? Pelas últimas pesquisas, fazemos isso espelhando o comportamento de outras pessoas ao ativarmos circuitos neuronais responsáveis pelo nosso comportamento em uma ação de igual graduação.

Esse mecanismo de *leitura da mente de outro com empatia* está no coração do pensamento econômico. O conceito de equilíbrio exige os agentes corretamente preverem o que outras pessoas vão fazer. O equilíbrio ocorre quando as ações dos diversos agentes econômicos se coordenam entre si e com a disponibilidade de recursos. Essa empatia é possível, tanto por construção de *hipóteses sobre a mente de outras pessoas*, quanto por aprendizagem dos processos com base na *imitação*. Esta parece ser causada pelo mesmo tipo de redes de neurônios-espelhos.

As descobertas neurocientíficas de hoje estão “abrindo a caixa-preta” da Economia Comportamental. Estão desafiando o pessimismo demonstrado por Jevons, em 1871, quando expressou seu ceticismo sobre a possibilidade de medir os sentimentos determinantes do comportamento humano.

Esse é o *objetivo de Neuroeconomia*: usar as novas técnicas da Neurociência para identificar os mecanismos cerebrais responsáveis pela violação ou confirmação da teoria tradicional da ação econômica. Desse ponto de vista, Neuroeconomia Comportamental e a Economia Cognitiva desenvolvem suas hipóteses em paralelo:

- a *análise psicológica do comportamento econômico* nos permite identificar os erros ou os acertos confirmados da teoria econômica, e
- a *Neuroeconomia* tenta corroborar ou refutar essas hipóteses, identificando os mecanismos cerebrais responsáveis por elas.

Em sua relação com a explicação dos fenômenos econômicos, a abordagem neuroeconômica pode ser *fraca* ou *forte*.

Quando é uma *abordagem fraca*, ela está preparada para, gradualmente, reformar a teoria econômica padrão à luz das mudanças experimentais da investigação psicológica, confirmada por técnicas de análise neurocientífica. Essa *abordagem fraca* baseia-se em uma teoria dualista do problema mente-corpo. Sustenta a irredutibilidade da linguagem mental a uma Economia baseada em preferências, desejos e ações. Entre as línguas e os modelos do cérebro e da mente só pode haver *coordenação*, mas não *identidade*, ou, muito menos, *a eliminação das linguagens mentais*, isto é, o vínculo direto entre o cérebro e as línguas.

O objetivo da *abordagem forte*, por sua vez, é reavaliar Economia com base em conceitos neurais. A teoria do problema mente-corpo, sustentáculo

dessa posição, é a do tipo monista radical. Para isso, elimina qualquer referência a uma linguagem mental, herdada de um passado, quando havia ignorância a respeito de como o cérebro funciona. A única realidade causal do comportamento visível do homem é o *sistema nervoso* e os conceitos explicativos só podem derivar a partir dele.

Os neuroeconomistas (Camerer, C., Loewenstein, G., & Prelec, D.: 2005). abraçam uma *abordagem fraca ou incremental* da Neuroeconomia, acima de tudo, embora às vezes pareçam desejar uma posição menos moderada de restabelecimento neuroeconômico das funções econômicas e seus conceitos.

Diferentemente da Economia Comportamental, os neuroeconomistas não pretendem se contrastar com a Teoria da Escolha Racional, mas desejam sim ampliar seus horizontes, levando em conta variáveis antes consideradas não mensuráveis pela Economia ortodoxa. Essa é a posição de Glimcher, P. W., & Rustichini, A. (2004), de acordo com os quais o *objetivo da Neuroeconomia* é fornecer uma “explicação matemática, comportamental e mecanicista para escolhas”.

Para Neuroeconomia, o problema está em comprovar se a descoberta da base mecanicista, ou seja, a dos *modelos causais cerebrais*, “é capaz de melhorar a capacidade de explicar e prever escolhas, mantendo ao mesmo tempo a disciplina e continuando a empregar dados comportamentais”. O desafio da Neuroeconomia é, portanto, demonstrar ser possível identificar esta base mecanicista e mostrar ela aumentar nossa *capacidade de explicar e prever*.

A Neuroeconomia está mudando a forma como a pesquisa econômica é realizada. Em primeiro lugar, é uma ajuda poderosa para a pesquisa cognitiva e experimental testar empiricamente os modelos de tomada de decisão ou ação econômica. Em segundo lugar, apresenta novos problemas e questões, como os da prevalência de processos afetivos automáticos. Isso mudará profundamente os mesmos conceitos econômicos.

Um exemplo da força avassaladora da Neurociência, particularmente intrigante, é a *redefinição do conceito de livre-arbítrio* à luz de alguns dados obtido de gravações com EEG (eletroencefalógrafo) da atividade cerebral. O livre arbítrio é uma expressão teológica, introduzida por Santo Agostinho no Século V. Basicamente, representa a *liberdade de escolha e a vontade humana*.

Existem muito bem articulados argumentos filosóficos. Eles desenvolvem e definem o conceito. Um deles é o *argumento determinista*. Parte do pressuposto de todo evento na natureza ser determinado por seus

precedentes causais e, portanto, ser impossível para o ser humano, em cada escolha, não seguir uma mesma *regra costumeira*. Essa visão negativa é questionada não apenas por grandes filósofos como Kant, mas também pela nossa experiência psicológica comum.

No momento da escolha, temos *a sensação de nada a priori ter sido levado em conta para nossa escolha*. Parece existir um momento infinitesimal, quando é gerada a decisão, quando ela seria *causada por nada*. A Neurociência parece explicar essa sensação hoje com base em uma característica estrutural do cérebro humano, *a inacessibilidade de grande parte de sua atividade cognitiva*. O cérebro sempre trabalha e produz atividade psíquica - e nós não percebemos isso, inclusive durante nosso sono.

Por exemplo, através de pesquisa com EEG, como demonstrado por Libet (1985), o momento quando temos a sensação de estarmos prestes a tomar uma decisão é precedida por 300 milissegundos pela onda atividade de cérebro associada a essa decisão. Depois de outros 200 milissegundos antes do momento quando sentimos estarmos prestes a decidir, a *resposta comportamental* se manifesta. Então, o cérebro já começou a agir antes de termos a sensação de querermos agir.

Porque esta atividade cerebral não é acessível para nós, em um nível cognitivo, temos *a sensação de decidirmos livremente*. Nenhuma causa teria precedido nossa decisão, supostamente, mas não é esse o caso demonstrado pela pesquisa empírica do cérebro. Além disso, essa *sensação de livre arbítrio* é reforçada pela consciência de a nossa decisão anterior ter produzido o nosso comportamento subsequente.

A questão é complexa e pode haver muitas objeções, por exemplo, o livre arbítrio antecipa a primeira onda de atividade cerebral. O que Riccardo Vale queria sublinhar com essa estória é o impacto dos estudos neurocientíficos sobre problemas aparentemente exigentes de um longo caminho até atingir seus objetivos científicos.

A abertura gradual da “caixa preta” do cérebro proporcionará mais surpresas. Isso ajudará a mudar os antigos conceitos das Ciências Humanas, entre as quais, os da Ciência Econômica.

Estória da Teoria Integral de Tudo

Em seu livro “*A ciência e o campo Akáshico: uma teoria integral de tudo*” (2008), Ervin Laszlo afirma: “embora uma visão difundida suponha que a ciência se constitua em uma coleção de observações, medidas e fórmulas

matemáticas, ela não se resume a isso; a ciência também é uma fonte de percepções profundas sobre o modo como as coisas são no mundo. Grandes cientistas estão preocupados não apenas a respeito do *como* do mundo – *a maneira como as coisas funcionam* – mas também a respeito de *o que* são as coisas deste mundo, e do *por que* elas são da maneira como nós as encontramos”.

Infelizmente, no pensamento corrente da comunidade científica oficial, muitos pesquisadores estão, com frequência, mais preocupados em fazer com que suas equações produzam resultados bem-sucedidos em lugar do *significado* atribuído a elas. Esse não é o caso dos grandes teóricos.

A procura por uma *visão significativa do mundo* não está confinada à Ciência. Ela é, em todos os seus aspectos, fundamental para a mente humana. É tão antiga quanto a civilização, pois, sempre que as pessoas olhavam para o Sol, a Lua, o céu estrelado acima delas, e também para os mares, os rios, as cordilheiras e as florestas sob eles, elas se perguntavam *de onde tudo isso veio, para onde tudo isso está indo, e o que tudo isso significa*. No mundo moderno, grandes cientistas também fazem essas perguntas.

Essa divisão nas visões de mundo dos principais cientistas tem profundas raízes culturais. Ela reflete aquilo que o historiador da civilização Richard Tarnas chamou de as “duas faces” da civilização ocidental. Uma face é a do *progresso*, a outra a da *queda*.

A face mais familiar é o relato de uma longa e heroica jornada. Partindo de um mundo primitivo de ignorância sombria, sofrimento e limitação, se dirige até o brilhante mundo moderno de conhecimento, liberdade e bem-estar cada vez maiores. Ele se tornou possível graças ao desenvolvimento sustentado da razão humana e, acima de tudo, do conhecimento científico e da habilidade tecnológica.

A outra face é a história da queda da humanidade e de sua separação do seu estado original de unicidade com a natureza e com o cosmos. Enquanto se encontravam na condição primordial, os seres humanos tinham um conhecimento instintivo da unidade sagrada e da profunda interconexão mantida com o mundo. Mas, com a ascendência da mente racional, ocorreu uma profunda cisão entre a humanidade e o restante da realidade. O *nadir* - ponto mais baixo (a direção vertical orientada para o centro da Terra) - desse desenvolvimento se reflete na situação atual, de desastre ecológico, desorientação moral e vazio espiritual.

A civilização contemporânea exhibe tanto a face *positiva* como a *negativa*.

- Alguns expressam *a face negativa* da civilização ocidental. Para eles, o significado reside apenas na mente humana: *o mundo, em si mesmo, é impessoal, sem propósito nem intenção.*
- Outros insistem no fato de, embora o universo tenha sido desencantado pela Ciência, ele está sendo novamente *reencantado à luz das descobertas mais recentes.*

Essa última visão está ganhando terreno. Em sua linha de frente, a nova Cosmologia descobre um mundo no qual o universo não acaba em ruína, e a nova Física, a nova Biologia e as novas pesquisas sobre a consciência reconhecem: a vida e a mente são elementos integrantes do mundo, e não subprodutos acidentais.

Laszlo discute as origens e os elementos essenciais da visão de mundo atualmente emergindo nas linhas de frente das novas Ciências. Examina por que e como ela está vindo à tona não só na Física, na Cosmologia, nas Ciências Biológicas, mas também no novo campo das pesquisas sobre A Consciência.

Ele destaca a característica crucial da visão de mundo emergente: a descoberta revolucionária segundo a qual nas raízes da realidade não há apenas matéria e energia, mas também um fator mais sutil e igualmente fundamental, um fator descrito melhor como *informação ativa e efetiva*: “*informação*”.

A *in-formação*, afirma Laszlo, liga todas as coisas no universo, tanto os átomos como as galáxias, tanto os organismos como as mentes. Essa descoberta transforma o conceito fragmentado de mundo, imperativo nas ciências convencionais, em uma *visão de mundo integral, holística.*

Ela abre caminho para a elaboração de uma teoria muito discutida, mas até há pouco tempo não efetivamente realizada: uma teoria integral não apenas de um único tipo de coisa, mas de todos os tipos – *uma teoria integral de tudo.*

“Uma teoria integral de tudo nos aproximaria do entendimento da verdadeira natureza de todas as coisas que existem e evoluem no espaço e no tempo, sejam elas átomos ou galáxias ou camundongos e homens. Ela nos proporciona uma visão abrangente de nós mesmos e do mundo. Precisamos muito dessa visão científica nestes tempos de mudança acelerada e desorientação cada vez maior.”

Se a vida está difícil, necessitamos aprender a lidar com as dificuldades.

Ervin Laszlo, no livro “*A Ciência e o Campo Akáshico: Uma teoria integral de tudo*”, conta estória a respeito de sua necessidade de encontrar uma resposta na linha de frente da Ciência às perguntas sobre:

1. como os sistemas são constituídos?
2. como eles se relacionam uns com os outros?
3. como eles mudam e evoluem?

Ele entendia os princípios gerais, e a Teoria Geral dos Sistemas esclareceu-lhe sobre as relações entre sistemas e ambientes. Ainda necessitava a chave para entender como essas relações podem levar a uma *evolução integrativa* e, em seu todo, *irreversível* na biosfera, e no universo como um todo.

Para sua surpresa, essa chave foi fornecida por uma disciplina a cujo respeito ele conhecia pouco na época: *a termodinâmica do não-equilíbrio*. O especialista em termodinâmica Ilya Prigogine, russo de nascimento e laureado com o prêmio Nobel, apresentou o conceito de “estruturas dissipativas”, sujeitas a “bifurcações” periódicas, forneceu a *dinâmica evolutiva* buscada por Ervin Laszlo.

Depois de discutir esse conceito com Prigogine, seu trabalho passou a focalizar aquilo chamado de Teoria Geral da Evolução. O tipo básico de entidade povoadora do mundo transformou-se, em seu pensamento, do “organismo” e do “sistema geral” na “estrutura dissipativa”. Ela se bifurca não-linearmente em um sistema termodinamicamente aberto em evolução. *O mundo começava a fazer mais e mais sentido.*

Aparentemente, o sentido reconhecido no mundo por Laszlo também intrigava estudiosos em campos diferentes dos da teoria e da filosofia sistêmicas. Indagavam-lhe sobre a aplicação da sua teoria sistêmica ao estudo do sistema internacional. Ele não sabia quase nada a respeito dele e tinha apenas noções vagas de como sua teoria poderia ser aplicada a esse sistema.

A Teoria dos Sistemas, mesmo com a dinâmica de Prigogine, fornecia uma explicação sofisticada, mas basicamente local de *como as coisas se relacionam e evoluem no mundo*. A dinâmica de sistema aberto da evolução se refere a sistemas particulares. Suas interações com outros sistemas e com o ambiente constituem aquilo chamado de *relações externas*.

No entanto, no mundo real todas as relações são internas: cada “entidade real” *é o que é* por causa de suas relações com todas as outras entidades reais. Com isso em mente, Laszlo passou a rever as mais recentes

descobertas na Física Quântica, na Biologia Evolutiva, na Cosmologia e nas pesquisas sobre a Consciência. Descobriu a ideia de as *relações internas* ser perfeitamente razoável. As coisas, no mundo real, estão de fato intensamente – “internamente”, “intrinsecamente” e até mesmo “não-localmente” – *conectadas e correlacionadas umas com as outras*.

As relações internas também ligam nossa própria consciência com a consciência de outros. Todas as coisas estão constante e permanentemente conectadas.

Laszlo apresenta um esquema baseado na Ciência para ligar conjuntamente os notáveis fatos da correlação, da conexão e da coerência vindo à luz nas linhas de frente das Ciências Físicas e Biológicas, e na disciplina emergente das pesquisas sistemáticas sobre a Consciência. Pesquisar e desenvolver um tal esquema seria tarefa da mais extrema importância para a Ciência, assim como para a Sociedade.

Isso nos levaria para mais perto do objetivo de Einstein, de descobrir o “esquema mais simples possível capaz de ligar entre si os fatos observados – e, portanto, de fornecer significado, cientificamente alicerçado, para a totalidade da nossa experiência, assim como para o lugar ocupado por nós no universo.”

Toda essa busca de Ervin Laszlo me lembra de Knut Wicksell, o mais revolucionário pensador neoclássico, na virada do Século XIX para XX. Wicksell estava então convencido: a formulação de algum *argumento lógico*, ainda sendo a partir de *premissas simples e esquemáticas*, transmite mais conhecimento real em lugar de qualquer discussão superficial acerca de “tudo existente sob o Sol”. Afirmava: “se a Economia Política algum dia vier a ser uma Ciência real e um guia para nossa ação prática, ela deve inevitavelmente progredir para certos *resultados positivos e princípios de aplicação universal*”.

Por isso, hoje, ainda no início do novo milênio, cabe-nos estudar economia como um Sistema Complexo, isto é, um dos seus componentes interativos com os demais: a Política, a Sociologia, a Psicologia Comportamental, o Institucionalismo, a Biologia Evolutiva, etc.

Estória da Física Social

Alex Pentland, no livro “*Física Social: como boas ideias são disseminadas - as lições de uma nova ciência*” (2014), pergunta: de onde vêm as novas ideias? Como eles são colocados em ação? Como podemos criar estruturas sociais cooperativas, produtivas e criativas? Essas são, talvez, as

questões mais críticas para qualquer sociedade, e são especialmente importantes no momento, devido à competição global, aos desafios ambientais e ao fracasso dos governos em agir.

Nos últimos séculos, o liberalismo clássico argumentava: a cultura ocidental teria prosperado, em grande parte por causa dos paradigmas herdados de pensadores do Iluminismo, como Adam Smith e John Locke. Suas estruturas intelectuais ofereciam respostas para aquelas questões críticas. No novo século, no entanto, observa-se o Capitalismo de Estado, onde se adota a regulação do mercado sem travá-lo, obter melhores resultados econômicos e também desenvolvimento tecnológico.

Antes, em países de capitalismo avançado e democracia liberal, criou-se uma sociedade pluralista na qual tanto a distribuição de bens quanto as políticas de governo eram determinadas pela concorrência e pela negociação social. A sociedade civil aberta superou em qualidade de vida as sociedades centralizadas de cima para baixo. Os mercados competitivos e as eleições políticas eram o modelo idealizado para serem experimentados pelos demais países do mundo.

A economia globalizou-se em fluxos de capital, mas os fluxos de trabalhadores ficaram restritos aos blocos regionais-comerciais. Quando uma nova revolução tecnológica (“4ª Revolução Industrial”) dispensa os trabalhadores de baixos salários do mundo subdesenvolvido, eles estão sendo impedidos de transpor as fronteiras nacionais de países com maior bem-estar social.

Nos últimos anos, as vidas pessoais foram transformadas por redes capazes de combinar gente e computadores. A Internet torna essas pessoas vez mais conectadas, a ponto de as entupirem de informações, cuja má qualidade não sabem filtrar. Não sabem em quais itens prestar atenção e quais ignorar.

Como resultado, o mundo parece estar à beira de ficar fora de controle, com posts nas mídias sociais, como o Twitter, causando colisões, tanto no mercado de ações quanto nos governos. Embora o uso de redes digitais já tenha convertido o funcionamento de nossa economia, negócios, governo e política, ainda não entendemos completamente a essência fundamental dessas novas redes de relacionamento humanos via transmissão digital. De repente, nossa sociedade se tornou uma combinação de humanos e tecnologia com poderes e fraquezas diferentes de tudo já vivido antes.

Infelizmente, *não sabemos o que fazer sobre isso*. Nossas formas de entender e administrar o mundo foram forjadas em um momento mais instável e menos conectado. A concepção liberal da sociedade foi forjada ao

longo do século XVIII, durante o Iluminismo, com a queda das Monarquias absolutistas e suas substituições por Monarquias parlamentaristas na Europa. As democracias presidencialistas cristalizaram suas hegemonias nas Américas.

Nas sociedades com hegemonia burguesa, era apenas um pequeno grupo de comerciantes, políticos ou famílias ricas capazes de realmente mover a economia e a sociedade. Daí o discurso sobre a regulação da economia e da sociedade se referia a “mercados competitivos” e “classes políticas eleitas”. Ambos constituem abstrações coletivas sem mudanças significativas no Poder.

Hoje, como se pressupõe todos cidadãos terem praticamente a mesma informação, as pessoas teriam capacidade para agir racionalmente. Ledo engano do autor: o *input* informacional pode ser o mesmo, porém o processamento mental ainda é muito diferenciado, logo o *output* individual é distinto.

No mundo hiperconectado da velocidade da luz de hoje, argumenta Pentland (2014), “multidões virtuais podem se formar em minutos e geralmente consistem em milhões de pessoas de todo o mundo - e a cada novo dia pode ser um conjunto diferente de milhões de pessoas contribuindo e comentando”.

Não há mais compra-e-venda de ações em pregões físicos e convenções políticas com conchavos para as diversas tendências chegarem a acordos mutuamente aceitáveis. Até a elegância no trato pessoal do Congresso Nacional está se alterando para violentos confrontos políticos, extrapolando o ambiente intolerante da rede social.

Para entender esse novo mundo virtual com altercação ou desinteligência presencial, devemos estender ideias econômicas e políticas saudáveis na rede social para tentar incluir seus efeitos socialmente benéficos sobre milhões de pessoas aprendendo umas com as outras e influenciando as opiniões de cada um. Não podemos mais pensar em nós mesmos como únicos indivíduos capazes de alcançar decisões cuidadosa e sabiamente consideradas.

Devemos considerar os efeitos sociais dinâmicos e influentes em nossas decisões individuais. Eles, além de impulsionar as bolhas econômicas e as revoluções políticas, configuram a economia da Internet.

Para os liberais, Adam Smith, considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico, teria entendido o tecido social guiar “a mão invisível do mercado” no sentido de um equilíbrio - e não apenas a competição sem fim. Antes do “Uma Investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações” (1776), em seu livro “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759), ele

argumentava ser da natureza humana trocar não apenas bens, mas também ideias, assistência e favores por simpatia. Além disso, ele achava essas trocas sociais criarem soluções para o bem da comunidade e daí para o mundo.

O *princípio da simpatia* sugere: se a pessoa atentar apenas para seus sentimentos, sua felicidade lhe parecerá muito mais importante em relação à de todos os outros homens. Mas ela deve ter consciência de, por causa dessa excessiva preeminência, os outros não poderão, de modo algum, simpatizar consigo. Para os demais, em contrapartida, ela parecerá apenas uma pessoa dentre a multidão, por quem não estão mais interessados do que por qualquer outro indivíduo. Se desejar, pois, conquistar simpatia e aprovação, os objetos de maior desejo da natureza humana, segundo Smith, é preciso considerar a felicidade não à luz do apresentado a si própria, mas à luz do apresentado à humanidade em geral.

Smith, porém, vivia em uma época quando quase todos os moradores de uma cidade (“burgueses”) se conheciam e eram constrangidos pela pressão social a serem bons cidadãos. Sem as obrigações proporcionadas por fortes laços sociais, o capitalismo muitas vezes se torna impessoal e a política (ação coletiva em busca do predomínio de certos interesses) se torna violenta. Em nosso novo mundo hiperconectado, a maioria dos laços interpessoais é fraca e “a mão invisível” para o equilíbrio econômico parece não funcionar mais.

O objetivo deste livro de Pentland (2014) é desenvolver uma Física Social de modo ela ampliar o pensamento econômico e político, incluindo não apenas forças competitivas, mas também trocas de ideias, informações, pressão social e status social, a fim de explicar melhor o comportamento humano. Para conseguir isso, ele explicará não apenas como as interações sociais afetam as metas e decisões individuais, mas, mais importante, como esses efeitos sociais produzem a auto-organização dinâmica da economia como sistema complexo e substitui o equilíbrio propiciado por “a mão invisível do mercado”, segundo a metáfora de Adam Smith. Apenas quando entendermos como as interações sociais e o mercado competitivo em todos os âmbitos funcionam em conjunto poderemos assegurar estabilidade e justiça em nossa sociedade hiperconectada em rede.

Estória da Teoria Computacional do Comportamento

Pentland (2014), define: Física Social é uma Ciência Social quantitativa. Ela é capaz de descrever conexões matemáticas confiáveis entre fluxo de informações e ideias, por um lado, e o comportamento das pessoas, por outro.

A Física Social nos ajuda a entender como as ideias fluem de pessoa a pessoa através do mecanismo de aprendizagem social e como esse fluxo de ideias acaba moldando as normas, a produtividade e a produção criativa de nossas empresas, cidades e sociedades. Isso nos permite prever a produtividade de pequenos grupos, desde departamentos dentro de empresas e até cidades inteiras. Também nos ajuda a sintonizar as redes de comunicação adequadas para podermos tomar melhores decisões de maneira confiável e mais produtiva.

Todos os principais *insights*, obtidos com a Física Social, têm a ver com o fluxo de ideias entre as pessoas. Esse fluxo de ideias pode ser visto no padrão de chamadas telefônicas ou mensagens de mídia social, mas também avaliando quanto tempo as pessoas passam juntas e se elas frequentam os mesmos lugares e têm experiências semelhantes.

Os fluxos de ideias são centrais para entender a sociedade porque a disseminação e a combinação de novas ideias é aquilo capaz de impulsionar a mudança de comportamento e a inovação. A informação oportuna é essencial para a eficiência de sistemas. Refere-se ao poder ou a capacidade de uma causa produzir um efeito real através de uma boa relação entre o rendimento e o esforço mental.

Esse foco no fluxo de ideias é o motivo pelo qual Alex Pentland escolheu o nome “Física Social”. Assim como o objetivo da Física Tradicional é entender como *o fluxo de energia* se traduz em mudanças no movimento, a Física Social procura entender como *o fluxo de ideias e informações* traduz-se em mudanças no comportamento humano e social.

Como um exemplo de Física Social em ação, considere o comportamento dos operadores do mercado de capitais. Eles compartilham dicas em uma rede social. Há momentos quando muito poucos *traders* lucram muito, resultados ruins para os demais *traders* e seus corretores. Eles perdem seus negócios quando desistem. Para melhorar os resultados, os corretores tentam soluções padrão, como tentar melhorar o conhecimento e a experiência dos *traders*.

Os resultados melhoraram quando um corretor concordou em permitir o laboratório de pesquisa do MIT tentar uma abordagem de Física Social, recorrendo aos seus modelos matemáticos de como as ideias se espalham pelas redes sociais. Analisando as milhões de mensagens detalhadas entre os *traders*, em uma rede social, Alex Pentland descobriu *os efeitos da influência social dentro da rede* serem muito fortes. Causam o fenômeno bastante conhecido, chamado de “comportamento de manada”, no qual os *traders*

tendem a adotar a mesma estratégia de negociação “segundo a tendência (de alta ou de baixa) ou o líder”. Daí a profecia é autorrealizada.

A matemática da Física Social indicou a melhor abordagem para corrigir esse problema ser a mudança da rede social a fim de retardar a disseminação de novas estratégias dentro dela. Quando se implementou essa mudança, ela dobrou o retorno médio do investimento.

“Diminuir a disseminação de ideias não é algo encontrado em um manual de gerenciamento padrão. Esse resultado não foi acidental, porque tivemos análises matemáticas baseadas em milhões de bits de dados. Elas nos permitiram planejar intervenções precisas e prever com precisão qual seria o resultado. Essas equações fazem parte da Matemática da Física Social.”

O nome “Física Social” tem uma longa história. Seu uso original foi no início de 1800, quando, usando uma analogia com a Física newtoniana, a sociedade foi conceituada como uma vasta máquina. Mas a sociedade simplesmente não é tão maquinal ou mecânica.

Em meados do século XX, houve uma segunda onda de interesse pela Física Social, quando se descobriu muitos indicadores sociais possuírem regularidades estatísticas. Sua distribuição normal parece ser infalível como a Lei da Gravidade.

Mais recentemente, surge uma nova *onda de “sociofísica”*, através da qual foram descobertas regularidades estatísticas no movimento e na comunicação dos humanos, além de correlações interessantes com indicadores econômicos. Como consequência desses novos tipos de dados, as teorias das Ciências Sociais tornaram-se muito mais quantitativas.

Nenhum desses esforços, no entanto, realmente atinge *o mecanismo impulsionador das mudanças sociais*. Ele é a causa dessas regularidades estatísticas. Tanto a teoria quanto a descrição matemática permanecem fragmentadas e difíceis de aplicar a problemas práticos. Precisamos ir além da mera descrição dos fenômenos sociais para construir uma *teoria causal da estrutura social*.

O progresso no desenvolvimento representa passos em direção ao chamado de uma Teoria Computacional do Comportamento, isto é, uma explicação matemática de:

1. por que a sociedade reage da maneira como ela faz e
2. como essas reações podem (ou não) resolver problemas humanos.

Esse tipo de Teoria Computacional do Comportamento se concentra no *processo gerativo humano*. É o necessário conhecê-lo para construir sistemas sociais melhores. Tal teoria poderia unir mecanismos de interações sociais com os recém-adquiridos dados massivos de comportamento, a fim de projetar sistemas sociais melhores.

Entre os exemplos do mundo real descritos no livro de Pentland (2014) se incluem:

1. a tomada de decisão financeira (incluindo fenômenos como “bolhas”);
2. o “ponto de inflexão” - estilo de mudança de comportamento com recrutamento de milhões de pessoas para ajudar em uma busca, para economizar energia, ou para sair e votar;
3. a influência social e seu papel na formação de visões políticas, comportamento em compras e escolhas de saúde.

O teste final de uma teoria prática é se ela pode ou não ser usada para moldar os resultados. É boa o suficiente para moldar uma Engenharia Social?

Quase exclusivamente entre as Ciências Sociais, essa nova estrutura de Física Social fornece resultados quantitativos em escalas múltiplas: variam de pequenos grupos a empresas, cidades e até mesmo sociedades inteiras. Atualmente, a Física Social está em uso diário em várias implantações comerciais, atendendo a milhares de pessoas em tarefas como investimento financeiro, monitoramento da saúde, *marketing*, melhoria da produtividade da empresa e aumento da produção na economia criativa.

A importância da Física Social não se deve apenas à sua utilidade em fornecer previsões matemáticas precisas e úteis. Se a Física Social for apenas matemática complexa, então, seu uso será restrito a especialistas especialmente treinados.

Seu impacto final também dependerá de ela oferecer a outras pessoas, por exemplo, líderes do governo e da indústria, acadêmicos e cidadãos comuns, uma linguagem melhor em relação ao antigo vocabulário de mercados e classes sociais, capital e relações de produção. Palavras como “mercados”, “classes políticas” e “movimentos sociais” moldam nosso pensamento sobre o mundo. Dada a maior complexidade do mundo contemporâneo, elas representam um pensamento excessivamente simplório. Elas, portanto, limitam nossa capacidade de pensar com clareza e eficácia.

Neste livro sobre Física Social há um novo conjunto de conceitos com os quais podemos discutir com mais precisão nosso mundo e planejar o futuro. Se a vida está difícil, lidamos melhor com ela através de um novo conhecimento.

Estória do Uso de Grandes Dados (*Big Data*)

Pentland (2014), afirma: o mecanismo impulsionador da Física Social é o *big data*. Os grandes e novos dados digitais sobre todos os aspectos da vida humana estão agora disponíveis. São *onipresentes*. Permitirão os humanos serem *oniscientes* com saber absoluto, pleno e conhecimento infinito sobre todas as coisas? Com isso serão *onipotentes*? Poderão tudo, tal como um ente todo-poderoso capaz de dispor de autoridade ou poder absoluto, cujo alcance é ilimitado, irrestrito? Nesse caso, se transformarão em um *Homo Deus*, Altíssimo, Todo-Poderoso.

A Física Social funciona analisando padrões de experiência humana e troca de ideias dentro das “pegadas digitais”, isto é, sinais, vestígios, pistas deixadas por todos nós enquanto nos movemos pelo mundo - registros de chamadas, transações com cartões de crédito, localizações de GPS, entre tudo aquilo indicador da possível existência de alguma coisa. Esses dados contam a história da vida cotidiana dos humanos ao registrar o que cada um de nós escolheu fazer.

Isso é muito diferente do colocado no Facebook. As postagens no Facebook são o que as pessoas escolhem para dizer umas às outras, editadas de acordo com os padrões do dia. Quem nós realmente somos é mais precisamente determinado por onde passamos nosso tempo e quais coisas compramos, não apenas por “o que dizemos que fazemos”. Uns são dados, outras são narrativas inventadas.

O processo de analisar os padrões, dentro dessas “pegadas digitais”, é chamado de *mineração de dados da realidade*. Através dela podemos dizer muito a respeito de *quem são os indivíduos*. Há a possibilidade de dizer quais as pessoas têm probabilidade de ter diabetes ou se alguém é o tipo de pessoa capaz de não pagar os empréstimos tomados.

Analisando esses padrões em comportamentos de muitas pessoas, estamos descobrindo a possibilidade de começar a explicar muitas coisas - colisões, revoluções, bolhas - anteriormente com aparências de ser aleatórias ou “atos de Deus”. Por essa razão, a revista MIT Technology Review chamou esse desenvolvimento de *mineração de realidade* como uma das dez tecnologias capazes de mudar o mundo.

O método científico usado na Física Social é diferente daquele usado na maioria das Ciências Sociais, porque se baseia principalmente em “laboratórios vivos”. O que é um *laboratório vivo*?

Vamos imaginar a capacidade de colocar uma câmera de imagem em torno de uma comunidade inteira e, em seguida, registrar e exibir todas as facetas e dimensões de comportamento, comunicação e interação social entre seus membros. Agora pense em fazer isso por vários anos, enquanto os membros da comunidade cuidam de suas vidas cotidianas. Esse é um *laboratório vivo*.

Durante a última década, a equipe de Pentland desenvolveram a capacidade de construir e implantar esses laboratórios vivos, medindo organismos sociais inteiros - grupos, empresas e comunidades inteiras - em uma base de segundo a segundo por anos. O método é simples: as medições são feitas coletando “pegadas digitais”, entre outras, dos sensores de telefones celulares, postagens em mídias sociais, compras com cartões de crédito.

Para conseguir isso, Pentland desenvolveu ferramentas jurídicas e de *software* para proteger os direitos e a privacidade das pessoas nesses laboratórios, garantindo elas estarem totalmente informadas sobre o que estava acontecendo com seus dados. Elas mantiveram o direito de desativá-los a qualquer momento.

Todos esses bilhões de registros de chamadas telefônicas, transações com cartões de crédito e localização de GPS forneceram aos cientistas uma nova lente. Ela nos permite examinar a sociedade em detalhes minuciosos.

Assim como quando os fabricantes holandeses de lentes criaram as primeiras lentes práticas de modo a construir os primeiros microscópios e telescópios, o laboratório de pesquisa de Alex Pentland criou ferramentas capazes de coletar todas “as pegadas digitais” deixadas como rastros de uma comunidade inteira, permitindo-lhes construir alguns dos primeiros “socioscópios” práticos.

Essas novas ferramentas dão uma visão da vida em toda a sua complexidade - e são apontadas como o instrumento para esboçar o futuro da Ciência Social. Assim como o microscópio e o telescópio revolucionaram o estudo da Biologia e da Astronomia, os socioscópios nos laboratórios vivos irão revolucionar o estudo do comportamento humano.

A maioria das Ciências Sociais atuais é baseada na análise de fenômenos de laboratório ou em pesquisas, ou seja, em descrições de médias ou estereótipos. Essas abordagens não levam em conta *a complexidade da vida*

real, quando todas as nossas peculiaridades mentais operam ao mesmo tempo.

Elas também sentem falta do *fato crítico*: os detalhes sobre as pessoas com quem interagimos e como interagimos com elas importam tanto quanto as forças de mercado e as estruturas de classe. Os fenômenos sociais são, na verdade, compostos de bilhões de pequenas transações entre indivíduos. Essas pessoas negociam não apenas bens e dinheiro, mas também informações e ideias - ou dizem apenas fofocas.

Há padrões nessas transações individuais geradoras de fenômenos como *colisões financeiras*. Precisamos entender esses micros padrões, porque eles não apenas medem a maneira clássica de entender a sociedade. O *Big Data* nos dá a chance também de examinar a sociedade em toda a sua complexidade, através das milhões de redes de trocas pessoa a pessoa.

A Física Social reúne grandes dados sobre comportamento humano. Esses novos fundamentos das Ciências Sociais propiciam uma *ciência prática*. Ela pode ser - e, na verdade, já está sendo - aplicada em muitos cenários do mundo real.

Os dois conceitos mais importantes da Física Social são:

1. *o fluxo de ideias dentro das redes sociais*: como elas podem ser separadas em *exploração* (encontrar novas ideias / estratégias) e *engajamento* (fazer todos coordenarem seu comportamento);
2. *a aprendizagem social*: como novas ideias se tornam *hábitos* e como a aprendizagem pode ser acelerada e moldada pela *pressão social*.

Podemos usar “pegadas digitais” para produzir medidas práticas e precisas de conceitos como influência social, confiança e pressão social. Essa técnica nos permite medir o fluxo de ideias nas redes sociais e implantar incentivos capazes de moldar o padrão de aprendizagem social em situações do mundo real. Pentland usa exemplos de redes sociais *on-line* em saúde, política, finanças e comportamento de compra do consumidor para ilustrar o funcionamento da Física Social.

Pentland usa também vários tipos de exemplos do mundo real para demonstrar como a Física Social tem sido usada para tornar as organizações mais flexíveis, criativas e produtivas. Os exemplos incluem laboratórios de pesquisa, departamentos de publicidade criativa, operações de suporte de sala de apoio e *call centers*.

Podemos usar a Física Social para reestruturar nossas cidades de modo elas se tornarem mais eficientes, além de mais criativas e produtivas. Além disso, a Física Social se aplica às nossas instituições sociais. Explora o papel do governo e a estrutura do Direito e da regulação em uma sociedade baseada em dados. Sugere mudanças na privacidade e na regulação econômica.

Quanto ao modo de pensar da Física Social, em muitos aspectos, essa nova abordagem é semelhante à Economia, devido ao seu caráter quantitativo e preditivo. De fato, muito da linguagem usada por Pentland é extraída da Economia.

Mas, em vez de estudar como funcionam os agentes econômicos e como as economias funcionam, a Física Social busca entender *como o fluxo de ideias se transforma em comportamento e ação*. Ela versa sobre como o comportamento humano é impulsionado pela *troca de ideias* - como as pessoas cooperam para descobrir, selecionar e aprender estratégias e coordenar suas ações - em vez de como os mercados são movidos pela *troca de dinheiro por bens e serviços e/ou ativos*, ou seja, formas de manutenção de riqueza.

A Física Social também compartilha alguma semelhança superficial com outros domínios acadêmicos, como as Ciências Cognitivas. O contraste entre a maioria das Ciências Cognitivas e a Física Social é, no entanto, bastante importante. Em vez de se concentrar em *pensamentos e emoções individuais*, a Física Social se concentra na *aprendizagem social* como a principal impulsionadora de hábitos e normas.

Uma suposição fundamental é *aprender com exemplos de comportamento de outras pessoas* - e os recursos contextuais relevantes. Este é um mecanismo dominante para apontar uma provável mudança no comportamento de humanos. Por não tentar capturar processos cognitivos internos, a Física Social é inerentemente *probabilística*, com um núcleo de incerteza irreduzível, causado por evitar a natureza geradora do pensamento humano consciente.

Estória da EconoFísica

Ignazio Licata & Ammar Sakaji (2010), no Prefácio do livro *Crossing In Complexity: Interdisciplinary Application Of Physics In Biological And Social Systems*, anunciam: “alguém disse: *a Física é o que os físicos fazem*. São capazes de ler (ou até mesmo reler) temas tratando de tópicos normalmente não relacionados ao campo ‘tradicional’ da Física como: DNA e dobramento das proteínas, organização de ecossistemas, flutuações de mercado, topologia web, evolução da linguagem, sistemas biológicos e agentes cognitivos.

Recentemente, uma nova Física da Emergência está em desenvolvimento. Ela visa investigar as hierarquias entrelaçadas da evolução de sistemas complexos”.

O conceito de *emergência* surgiu, pela primeira vez, no estudo das transições de fase em processos coletivos. Desde então, mudou-se para novos problemas e sugeriu novas ferramentas matemáticas. Elas estão redefinindo os temas e o próprio estilo da Física teórica.

A velha abordagem reducionista está agora, lado a lado, com uma nova sensibilidade metodológica (*holística*), onde o conhecimento não é uma cadeia teórica ascendente (com “causação de baixo para cima” como no *individualismo metodológico*), mas sim a partir da análise dos “tijolos do mundo” (*os múltiplos componentes de um sistema complexo*) e, progressivamente, incluindo escalas mais amplas. Ao lidar com sistemas complexos, é necessário adotar uma pluralidade de abordagens complementares e fazer uma utilização dinâmica de modelos ligados às características múltiplas do sistema em consideração. A grande maioria dos sistemas interessantes permanece invisível quando é investigada segundo a visão reducionista e os métodos formais tradicionais.

A ideia chave é: *quanto mais um sistema é complexo, mais as perspectivas para observá-lo terão de aumentar*. Através de tais perspectivas, o sistema mostrará os recursos e os níveis de organização impeditivos de serem claramente “separados”. Sua complexidade não será interpretada pela simplicidade de um único modelo, baseado naquele tradicional de elaboração de uma boa equação “fundamental” por parte da Física teórica. O resultado é o chamado, metaforicamente, de “Física das Portas Deslizantes”.

O objetivo desse livro é apresentar alguns tópicos particularmente importantes para explorar o arquipélago da Complexidade, prometendo uma nova visão interdisciplinar da *Physis*. Passou a ser conhecida como Física Social - ou Econofísica pelos economistas.

Como amostra dessa fronteira de conhecimento, o capítulo “*A Desafortunada Complexidade da Economia*” foi publicado pela primeira vez em 2009. Ele é da autoria de J.P. Bouchaud.

Para o autor, está cada vez mais claro a dinâmica errática dos mercados ser principalmente endógena e não devido ao processamento racional de notícias exógenas. Essa ideia foi baseada no problema da Física denominado *spin-glass*: um sistema magnético no qual, no conjunto, os acoplamentos entre os momentos magnéticos dos distintos átomos são aleatórios nas interações de troca de sinal variável, tanto ferromagnético como

antiferromagnético. Apresenta um forte grau de frustração, aumentado por desordem estocástica.

Nessa dinâmica errática dos mercados a combinação de concorrência e heterogeneidades, genericamente, leva a longas épocas de estados interrompidos por crises e hipersensibilidade a pequenas mudanças do ambiente. Essas figuras da Física poderiam ser metáforas para *a complexidade dos sistemas econômicos*.

Bouchaud argumenta a contribuição mais valiosa da Física para a Economia pode acabar sendo de *natureza metodológica*. Modelos simples de simulações numéricas, baseadas em Física do agente, embora altamente estilizadas, são mais realistas em lugar dos modelos tradicionais de Economia. Estes assumem agentes racionais com previsão infinita e habilidades de processamento computacional também infinitas.

A atual e terrível crise coloca o pensamento neoclássico de Economia sob enorme pressão. Em teoria, mercados desregulados deveriam ser eficientes, agentes racionais corrigiriam rapidamente qualquer erro de cálculo ou erro de previsão. O preço refletiria, fielmente, a realidade subjacente e garantiria uma ótima alocação de recursos. Estes mercados “equilibrados” deveriam ser estáveis: as crises só poderiam ser desencadeadas por distúrbios exógenos agudos, como furacões, terremotos ou distúrbios como agitações político-sociais, mas certamente não precipitadas pelo próprio mercado.

Isto tudo está em contraste gritante com a maioria dos acidentes (*crashes*) financeiros, incluindo o mais recente em 2008. A teoria do equilíbrio econômico e expectativas racionais, como formalizado desde os anos 50 e 60, tem influenciado profundamente tomadores de decisão no topo das agências governamentais e instituições financeiras. Alguns deles estão agora “em estado de descrença chocada”, como declarou Alan Greenspan, quando admitiu ele ter colocado muita fé no poder de autocorreção dos mercados livres e não conseguira antecipar o poder autodestrutivo dos empréstimos hipotecários devassos.

As teorias econômicas acabam tendo um impacto significativo em nossa vida cotidiana. Os últimos vinte anos de desregulamentação foram motivados pelo argumento de as restrições de todos os tipos serem obstáculos para os mercados, impedindo-os de alcançarem seu equilíbrio supostamente perfeito, um estado eficiente. A Teoria das Expectativas Racionais permeou a Economia Política Internacional, a Sociologia, o Direito, etc.

Infelizmente, nada é mais perigoso do que “dogmas revestidos com penas científicas”. A crise atual pode oferecer uma excelente ocasião para uma mudança de paradigma, inclusive porque, no passado, economistas como

John Maynard Keynes e outros heterodoxos enfatizaram fortemente as deficiências e contradições das economias de mercado, mas o progresso teórico tem sido lento por causa da resistência ideológica dos neoliberais.

Claro, é tudo mais fácil dizer em lugar de fazer. A tarefa parece ser tão formidável a ponto de alguns economistas argumentarem ser melhor ficar com uma teoria implausível, baseada na premissa agentes perfeitamente racionais, em vez de se aventurar em modelar *o número infinito de maneiras pelas quais os agentes podem ser irracionais*.

O primeiro evento “econofísico” foi a conferência de Santa Fé, realizada em 1987, embora a primeiros trabalhos científicos tenham sido escritos só em meados dos anos 90. A Econofísica é ainda vista por muitos, ainda, como um equívoco, porque a maior parte de seu escopo diz respeito aos mercados financeiros. Para alguns economistas “industrialistas”, no entanto, o financiamento (e as Finanças Corporativas ou Pessoais, não as Finanças Públicas) é assunto de importância relativamente menor. Assim, qualquer contribuição nessa atividade, mesmo significativa, só pode ter um impacto limitado sobre os economistas em geral.

Bouchaud discorda totalmente deste ponto de vista: os recentes acontecimentos confirmam “os soluços dos mercados financeiros poderem prejudicar toda a economia”.

De um ponto de vista mais conceitual, os mercados financeiros representam um laboratório ideal para testar vários conceitos fundamentais de Economia, por exemplo: o preço é realmente estabelecido de maneira tal a oferta corresponder à demanda? Ou o preço se move principalmente devido às notícias ou aos rumores?

As respostas para ambas perguntas parecem ser claramente *não*. As notícias parecem jogar um papel menor na explicação de um grande salto em preço. Confirmou-se também a inadequação da ideia de a oferta e a demanda serem compensadas instantaneamente nos mercados financeiros.

Os terabytes de dados espalhados todos os dias por mercados financeiros permitem um (na verdade, obrigam um) economista comparar em detalhe as teorias com suas observações. Essa proliferação de dados deve preocupar em breve outras esferas da Economia e Ciência: *big data* com registro de usos de cartões de crédito e *e-commerce* permitirão monitorar o consumo em tempo real e testar teorias do comportamento do consumidor em grande detalhe.

Então, devemos nos preparar para lidar com enormes quantidades de dados [*big data*]. Precisamos aprender a examiná-los com tão pouco

preconceito quanto possível, ainda fazendo perguntas relevantes, começando pelas mais óbvias - aquelas quase sem necessidade de algum teste estatístico porque as respostas estão claras a olho nu - e só então mergulhando em questões mais sofisticadas.

A própria escolha das questões relevantes é mais uma Arte em lugar de uma Ciência. Essa intuição, parece a Bouchaud, está bem alimentada por uma educação em Ciências Naturais, onde a ênfase é colocada em mecanismos e analogias, em vez de axiomas e prova de teoremas.

Enquanto a força motriz exógena é regular e constante, a dinâmica endógena resultante é complexa e nervosa. Nesses casos, a natureza não-trivial (os físicos dizem “crítica”) da dinâmica vem dos efeitos coletivos: componentes individuais têm um comportamento relativamente simples, mas as interações levam a novos fenômenos emergentes.

O todo é fundamentalmente diferente de qualquer um dos seus elementares componentes ou subparte. Como esse comportamento intermitente parece ser genérico para os sistemas físicos com *heterogeneidades e interações*, é tentador pensar se a dinâmica da mercados, e mais geralmente a dos sistemas econômicos, refletem os mesmos mecanismos.

Vários modelos inspirados economicamente demonstraram exibir essas características críticas. Uma é a transposição de modelo de campo aleatório da Física à Economia contribui para descrever situações onde existe um conflito entre opiniões pessoais, informação pública e pressão. Imagine uma coleção de *traders*, tendo opiniões diferentes a priori, umas otimistas (comprar), outras pessimistas (vender). Os operadores de mercado são influenciados por algumas variações macroeconômicas, por exemplo, taxas de juros, inflação, lucros, previsões de dividendos, etc. Mesmo não havendo diretamente nenhum choque a partir desses fatores exógenos na dinâmica endógena, isto é, saltos de preços relativos no mercado, postula-se cada operador também ser influenciado pela opinião da maioria. As cotações oscilam não por mudanças diárias ou instantâneas, nos fundamentos econômicos mais solidamente ancorados, mas simplesmente devido ao *mercado de rumores*, estes fomentados por um imaginário coletivo manipulável.

Cada operador estará de acordo com isso se a força de sua opinião a priori for mais fraca face à sua tendência de rebanho em “seguir a manada”. Se todos os agentes pensassem isoladamente, a tendência de rebanho ou comportamento de manada seria zero, e a opinião coletiva seguiria fielmente às influências externas e, por suposição, evoluiria suavemente.

Mas, surpreendentemente, se seguir a tendência (“comportamento de manada”) ultrapassa algum limiar finito, a evolução da opinião massiva salta, descontinuamente, de otimista para pessimista, embora os fatores globais só se deterioreem lenta e suavemente. Além disso, aparece alguma *histerese*.

A *histerese* é a tendência de um sistema de conservar suas propriedades mesmo na ausência do estímulo gerador, ou ainda, é a capacidade de preservar uma deformação efetuada por um estímulo. Podem-se encontrar diferentes manifestações desse fenômeno na Economia, por exemplo, quando a causa primária da inflação (um choque nos preços relativos provocado por quebra de oferta ou choque de demanda monetário, fiscal ou cambial) desaparece, mas a inércia inflacionária permanece. A *histerese* mais conhecida entre os físicos ocorre no magnetismo, mas também pode ocorrer em diversas áreas como mecânica clássica, tráfego, biologia, epidemiologia, entre outras.

Analogamente a um vapor supersaturado se recusar a se transformar em líquido, o otimismo é mantido de forma consistente. Para acionar o *crash*, fatores globais têm de degradar o ambiente muito além do ponto normal, quando então o pessimismo passará a prevalecer. Para o caminho de volta ao crescimento, esses fatores devem melhorar muito além do ponto de inflexão, para ser reinstalado o otimismo global, novamente um pouco abruptamente.

Embora o modelo seja altamente simplificado, é difícil não ver alguma semelhança com todas as bolhas na história financeira. O progressivo cálculo do montante de alavancagem utilizado pelos bancos para acumular dívidas podres deveria direcionar racionalmente todos os participantes dos mercados para um pouso suave e autocorretivo - assim seria a dedução da Hipótese do Mercado Eficiente. Em vez disso, a euforia coletiva exclui todos os maus presságios até se tornar totalmente insustentável o próprio otimismo. Aí, então, qualquer evento pequeno, anedótico ou notícias insignificantes é suficiente para a fusão - ou o *crash* - gerador de pânico.

O quadro acima também ilustra, de uma forma vívida, a quebra de uma pedra angular economia neoclássica: *quem é ou o que faz o indivíduo assumido como agente representativo?* Assim como na Física, na Estatística ou na Ciência dos Materiais, um dos principais desafios teóricos em Economia é o *elo entre o micro e o macro*.

Como se infere o comportamento agregado (por exemplo, a demanda agregada) do comportamento dos indivíduos elementares se eles forem heterogêneos em suas racionalidades e emoções? A teoria do agente representativo equivale a substituir um conjunto heterogêneo e interativo de agentes por um único representante, mas na Econofísica, isso não é apenas

impossível: o *comportamento da multidão* é fundamentalmente diferente de qualquer *comportamento individual*.

Parte III -
ATÉ QUE EM UM DIA
(TRANSIÇÃO
HISTÓRICA)

História do Amanhã

Yuval Noah Harari nasceu em 1976, em Israel. É autor de *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*, best-seller internacional publicado em mais de 35 países. É Ph.D. em história pela Universidade de Oxford e professor na Universidade Hebraica de Jerusalém. O segundo best-seller de Harari é *Homo Deus: Uma breve história do amanhã* (2015) e o terceiro é *21 Lições para o Século 21* (2017).

Fome, pestes e guerra sempre estiveram entre as principais dificuldades enfrentadas pela humanidade. Geração após geração os humanos rezaram para todos os anjos, deuses e santos e inventaram um sem-número de ferramentas, instituições e sistemas sociais – mas seguiram morrendo aos milhões de inanição, epidemias e violência.

Entretanto, no alvorecer do terceiro milênio, a humanidade chegou a uma incrível constatação. Nas últimas poucas décadas demos um jeito de controlar a fome, as pestes e a guerra. Esses problemas não foram completamente resolvidos, no entanto, foram transformados de forças incompreensíveis e incontroláveis da natureza em desafios possíveis de ser enfrentados.

Pela primeira vez na história, hoje morrem mais pessoas obesas demais em lugar de quem come insuficiente; mais pessoas morrem de velhice do que de doenças infecciosas; e mais pessoas cometem suicídio em comparação a todas somadas mortas por soldados, terroristas e criminosos.

Por isso, apesar de presidentes, executivos e generais ainda terem suas agendas preenchidas por crises econômicas e conflitos militares, na escala cósmica da história o gênero humano pode erguer os olhos e começar a perscrutar novos horizontes. Se realmente a fome, a peste e a guerra estão sob controle, o que irá substituí-las como prioridade na agenda humana?

Essa pergunta torna-se duplamente urgente em razão dos novos e imensos poderes que a biotecnologia e a tecnologia da informação estão nos oferecendo. O que vamos fazer com todo esse poder?

Antes de responder a essa pergunta, Harari se estende um pouco mais sobre a fome, a peste e a guerra. Para abordar esses temas preocupantes, examina de perto o mundo no início do século XXI, antes de explorar a agenda humana para as próximas décadas.

Começa pela fome, há milhares de anos o pior inimigo da humanidade. Até recentemente, a maioria dos seres humanos vivia no limite mesmo da

linha da pobreza biológica, abaixo da qual as pessoas sucumbem à desnutrição e à fome.

Durante os últimos cem anos, desenvolvimentos tecnológicos, econômicos e políticos criaram uma rede de segurança cada vez mais robusta. Ela separa a humanidade da linha biológica da pobreza. Ondas maciças de fome ainda atingem algumas regiões de tempos em tempos, mas são exceções, quase sempre provocadas por políticas humanas e não por catástrofes naturais. Não ocorrem mais surtos de fome por causas naturais; há apenas *fomes políticas*. Se pessoas na Síria, no Sudão ou na Somália morrem de fome, é porque alguns políticos não se importam delas morrerem.

Na verdade, na maioria dos países, o hábito de comer demais tornou-se um problema muito pior em relação ao da fome. Em 2014, mais de 2,1 bilhões de pessoas apresentavam excesso de peso em comparação com 850 milhões que sofriam de subnutrição. Prevê-se que metade da humanidade estará com excesso de peso em 2030. Em 2010, fome e subnutrição combinadas mataram cerca de 1 milhão de pessoas, enquanto a obesidade matou 3 milhões.

Depois da fome, Harari (2015) trata de apresentar o segundo maior inimigo da humanidade, representado pela peste e pelas doenças infecciosas.

Além epidemias (peste bubônica, doenças infecciosas transmitidas a nativos por colonizadores, gripe, etc.) capazes de atingir o gênero humano, houve as chamadas “doenças infantis”. Até o início do século XX, cerca de um terço das crianças morria de uma combinação de desnutrição e doença.

Durante o último século, a humanidade ficou ainda mais vulnerável a epidemias, graças à combinação de dois fatores: aumento da população e meios de transporte mais eficientes. No entanto, tanto a incidência como o impacto das epidemias decresceram dramaticamente nas últimas décadas. Particularmente, a mortalidade infantil global é a mais baixa de todos os tempos: menos de 5% das crianças morrem antes de chegar à idade adulta. No mundo desenvolvido, a taxa é de menos de 1%.

Esse avanço se deve às conquistas sem precedentes da Medicina no século XX. Ela nos proveu de vacinas e antibióticos, com higiene e infraestrutura médica muito melhores. Por exemplo, a vacinação contra a varíola erradicou essa doença.

Houve a irrupção de uma nova praga potencial, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (na sigla em inglês, Sars) em 2002-3, a gripe aviária em 2005, a gripe suína em 2009-10, e o Ebola em 2014. Mas, graças a contramedidas eficientes, esses incidentes resultaram, até agora, em um número comparativamente menor de vítimas.

O câncer e as doenças cardiovasculares não são doenças novas – elas remontam à Antiguidade. No passado, contudo, era relativamente reduzido o número de pessoas capazes de viverem tempo bastante para morrer por causa delas.

Embora não se tenha dúvida de, em 2050, ainda vamos ter de enfrentar germes muitos mais resistentes, a Medicina naquele ano estará capacitada a lidar com eles com mais eficiência. As grandes epidemias vão continuar a pôr a humanidade em perigo no futuro se, e somente se, a própria humanidade as criar, a serviço de alguma ideologia brutal.

Harari (2015), anuncia: *as guerras estão desaparecendo também*.

No decorrer da História, para a maior parte dos seres humanos a guerra era algo certo, garantido, enquanto a paz era um estado temporário e precário.

Enquanto nas antigas sociedades agrícolas a violência humana foi a causa de 15% de todas as mortes, durante o século XX a violência provocou apenas 5% dos óbitos. No início do século XXI foi responsável por cerca de 1% da mortalidade global.

Em 2012, aproximadamente 56 milhões de pessoas morreram no mundo inteiro; 620 mil morreram em razão da violência humana (guerras mataram 120 mil pessoas, o crime matou outras 500 mil). Em contrapartida, 800 mil cometeram suicídio, e 1,5 milhão morreram de diabetes. O açúcar é mais perigoso face à pólvora.

As armas nucleares tornaram uma guerra entre superpotências um ato louco de suicídio coletivo e com isso forçaram as nações mais poderosas da Terra a encontrar meios alternativos e pacíficos de resolver conflitos. Simultaneamente, a economia global abandonou as bases materiais para se assentar no conhecimento. Antes, as principais fontes de riqueza eram os recursos materiais, como minas de ouro, campos de trigo e poços de petróleo. Hoje, a principal fonte de riqueza é o conhecimento.

Desde quando o conhecimento se tornou o mais importante recurso econômico, a rentabilidade da guerra declinou. Então, as guerras tornaram-se cada vez mais restritas àquelas regiões do mundo – como o Oriente Médio e a África Central – nas quais as economias ainda são antiquadas, baseadas em recursos materiais.

Fome, pestes e guerra provavelmente continuarão a reivindicar milhões de vítimas nas próximas décadas. No entanto, não são mais tragédias inevitáveis, além da compreensão e do controle de uma humanidade

impotente. Em vez disso, tornaram-se desafios possíveis de serem enfrentados e vencidos.

Se as ocorrências de fome, pestes e guerra estão decrescendo, algo está destinado a tomar seu lugar na agenda humana. Harari (2015) se pergunta: quais são os projetos substituirão a fome, as pestes e a guerra no topo da agenda humana no século XXI?

Um projeto central consiste em proteger a humanidade e o planeta como um todo dos perigos inerentes ao nosso poder. Conseguimos controlar a fome, as pestes e a guerra graças, enormemente, a um fenomenal crescimento econômico. Ele nos provê de alimento, medicina, energia e matérias-primas abundantes. Mas esse mesmo crescimento desestabiliza o equilíbrio ecológico do planeta.

A despeito de todos os discursos sobre poluição e ameaça global de mudança climática, a maioria dos países ainda terá de fazer sérios sacrifícios econômicos e políticos para melhorar a situação. Quando chega o momento de optar entre crescimento econômico e estabilidade ecológica, políticos, executivos e eleitores sempre preferem o crescimento. Aumento o risco da catástrofe ambiental.

O desenvolvimento vertiginoso de campos como a engenharia genética, a medicina regenerativa e a nanotecnologia estimulam profecias ainda mais otimistas. Alguns especialistas acreditam os homens poderem vencer a morte por volta de 2200. Outros antecipam isso para 2100.

Assim, os seres humanos seriam *amortais* - e não *imortais*. Os futuros super-homens poderão morrer em alguma guerra ou em um acidente de trânsito. Contudo, diferentemente de nós, mortais, suas vidas não teriam “data de vencimento”.

No século XX, no Brasil, houve a duplicação da expectativa de vida de 33 anos para mais de setenta anos. Embora a duração média de vida tenha duplicado nos últimos cem anos, não é razoável extrapolar e concluir sobre a possibilidade de duplicá-la novamente para alcançar 150 anos no século seguinte.

Em 1900, a expectativa de vida global não excedia os quarenta anos, na média dos países avançados, porque jovens morriam de subnutrição, doenças infecciosas e violência. Porém, quem escapava à fome, à peste e à guerra podia viver até quase os oitenta anos. Esta é, hoje, a duração de vida natural do *Homo sapiens*.

Na verdade, até o presente a Medicina não prolongou o tempo de vida natural do ser humano em um ano sequer. Sua grande conquista foi nos salvar da morte prematura e permitir usufruirmos da plenitude da existência.

Para nos levar aos 150 anos de idade, a Medicina terá não só de realizar a reengenharia das estruturas e dos processos fundamentais do corpo humano como também descobrir como regenerar órgãos e tecidos. Não está claro se seremos capazes de fazer isso até 2100.

Mesmo sem tornarmos amortais, a guerra contra a morte ainda será o projeto emblemático do próximo século. Acrescente à nossa crença na santidade da vida humana a dinâmica do estamento científico, e a estas as necessidades da economia capitalista, então a continuidade da guerra contra a morte parece inevitável.

História da Transição de Humanos para *Homo Deus*

Harari (2015) avalia: depois do fim da morte, o segundo grande projeto na agenda humana será provavelmente encontrar *a chave para a felicidade*. Ninguém gostaria de viver para sempre em um tormento eterno.

Ninguém sofre porque perdeu o emprego, porque se divorciou ou porque o governo deu início a uma guerra. O que faz as pessoas infelizes são as sensações desagradáveis verificadas no próprio corpo. Perder o emprego certamente pode desencadear uma depressão. Esta é, em si, um tipo de sensação corporal desagradável.

Inversamente, de acordo com a ciência ninguém fica feliz ao conseguir uma promoção, ganhar na loteria ou encontrar o amor verdadeiro. As pessoas ficam felizes com uma coisa, e uma coisa apenas – sensações de prazer no corpo em reação ao êxtase [*flow*]. As partes mais profundas de sua mente conhecem apenas sensações.

Infelizmente, as sensações agradáveis passam rapidamente e mais cedo ou mais tarde tornam-se desagradáveis com a habituação. Nada garante felicidade eterna.

A busca bioquímica da felicidade é também a principal causa do crime no mundo. Pessoas consomem bebidas alcoólicas para esquecer, fumam baseado para se sentirem em paz, fazem uso de cocaína e metanfetaminas para ficarem espertas e confiantes, enquanto o Ecstasy proporciona uma sensação de êxtase, e o LSD faz o usuário ir ao encontro de *Lucy in the sky with diamonds*.

O que algumas pessoas esperam alcançar estudando, trabalhando ou criando uma família, outras tentam obter muito mais facilmente por meio da dosagem correta de moléculas. Essa é uma ameaça existencial à ordem social e econômica, motivo pelo qual os países estão travando uma obstinada, sangrenta e desesperada guerra contra o crime bioquímico, ou seja, o tráfico de drogas.

Ao buscar a felicidade e a imortalidade, *os humanos estão na verdade tentando promover-se à condição de deuses*. Não só porque esses atributos são divinos, mas igualmente porque, para superar a velhice e o sofrimento, terão de adquirir primeiro um controle de caráter divino sobre o próprio substrato biológico. Se algum dia detivermos o poder de excluir a morte e a dor de nosso sistema, esse poder provavelmente será suficiente para estruturar nosso sistema do jeito desejado e para manipular nossos órgãos, emoções e inteligência de várias maneiras.

A elevação dos humanos à condição de deuses pode seguir qualquer um dentre estes três caminhos:

1. engenharia biológica,
2. engenharia cibernética e
3. engenharia de seres não orgânicos.

A *engenharia biológica* começa com a noção de que estamos longe de constatar todo o potencial dos corpos orgânicos. Durante 4 bilhões de anos, a seleção natural vem fazendo ajustes e correções nesses corpos. Passamos de amebas a répteis, a mamíferos e a Sapiens. Contudo, não há motivo para pensar o Sapiens ser o último estágio.

A *bioengenharia* não vai ficar esperando, pacientemente, a seleção natural realizar a sua mágica. Bioengenheiros vão pegar o velho corpo do Sapiens e reescrever intencionalmente seu código genético, reconectar seus circuitos cerebrais, alterar seu equilíbrio bioquímico e até mesmo provocar o crescimento de novos membros. Disso resultarão novas entidades divinas. Poderão ser tão diferentes de nós, *Sapiens*, quanto somos diferentes do *Homo erectus*.

A *engenharia cibernética* dará um passo a mais, ao fundir o corpo orgânico com dispositivos não orgânicos, como mãos biônicas, olhos artificiais ou milhões de nanorrobôs. Eles navegarão na corrente sanguínea com o propósito de diagnosticar doenças e corrigir danos. Um ciborgue poderia dispor de capacidades muito além daquelas comuns a qualquer corpo orgânico.

Mas mesmo a engenharia cibernética é relativamente conservadora ao assumir os cérebros orgânicos continuarem a ser os centros de comando e controle da vida. Uma abordagem mais ousada dispensa totalmente as partes orgânicas, com a expectativa de dominar a engenharia de seres completamente não orgânicos.

Redes neurais serão substituídas por *softwares* inteligentes, capazes de surfar em mundos virtuais e não virtuais, livres das limitações da química orgânica. Depois de 4 bilhões de anos perambulando no reino dos compostos orgânicos, a vida eclodirá na vastidão do reino inorgânico e assumirá formas não possíveis de vislumbrar mesmo em nossos sonhos mais loucos. Afinal, esses sonhos ainda são produto da química orgânica.

Sair fora do reino orgânico poderia permitir que a vida finalmente sair do planeta Terra também. Durante 4 bilhões de anos a vida permaneceu confinada a este minúsculo fragmento de planeta porque a seleção natural fez todos os organismos serem totalmente dependentes de condições exclusivas desta “rocha voadora”. Nem mesmo as bactérias mais resistentes podem sobreviver em Marte.

Uma inteligência artificial não orgânica, em contraste, vai achar ser muito mais fácil colonizar outros planetas. A substituição da vida orgânica por seres inorgânicos pode, portanto, ser a semente de um futuro império galáctico.

Não sabemos para onde esses caminhos poderão nos levar, nem qual será a aparência de nossos *descendentes divinoides*. Predizer o futuro nunca foi fácil, e biotecnologias avançadas podem dificultar essa empreitada. Embora seja difícil prever o impacto de novas tecnologias em campos como transportes, comunicação e energia, tecnologias para o aprimoramento de seres humanos representam um tipo de desafio totalmente distinto. Como podem ser usadas para transformar mentes e desejos humanos, as pessoas com mentes e desejos atuais não podem, por definição, compreender suas implicações.

Por milhares de anos reviravoltas tecnológicas, econômicas, sociais e políticas fizeram parte da história. Mas algo permaneceu constante: a humanidade em si mesma. Nossos instrumentos e instituições atuais são muito diferentes daqueles dos tempos bíblicos, mas *as estruturas mais profundas na mente humana não se alteraram*.

No entanto, quando a tecnologia permitir a reengenharia das mentes humanas, o *Homo sapiens* vai desaparecer, a história humana caminhará para seu fim, e um tipo de processo completamente novo vai surgir, incompreensível para pessoas como você e eu.

Qualquer previsão do futuro em um ou dois séculos, para ser válida, deve levar em conta *a capacidade de reengenharia das mentes humanas*. Isso é impossível.

No século XXI, segundo Harari (2015), o terceiro grande projeto da humanidade será:

1. adquirir poderes divinos de criação e destruição e
2. elevar o *Homo sapiens* à condição de *Homo deus*.

Esse terceiro projeto obviamente engloba os dois primeiros e é por eles alimentado. Queremos ter a capacidade de fazer a reengenharia de nosso corpo e mente acima de tudo para escapar à velhice, à morte e à infelicidade, mas, uma vez dispondo disso, o que mais poderíamos fazer com tal capacidade? Assim, a nova agenda humana na realidade consiste em um só projeto (com muitos ramos): *alcançar a divindade*.

Se isso não soa científico, é porque as pessoas entendem mal o sentido da divindade. Divindade não é o mesmo de onipotência, onipresença e onisciência. Quando se fala em *elevar humanos à condição de deuses*, a ideia diz mais respeito aos deuses gregos, ou aos devas hindus, em lugar de um pai celestial bíblico - e onipotente.

Nossos descendentes ainda teriam seus pontos fracos, suas imperfeições e limitações, assim como os deuses gregos e hindus tiveram os seus. Mas seriam capazes de amar, odiar, criar e destruir numa escala muito maior em relação à nossa.

Em um futuro não tão distante poderíamos criar super-humanos capazes de exceder os deuses antigos não em criação de ferramentas de transporte rápido ou comunicação longínqua, mas sim em suas faculdades corporais e mentais. Se e quando chegarmos lá, no entanto, a divindade terá se tornado tão corriqueira quanto o ciberespaço – algo inesperado já considerado como existente.

Os humanos se esforçarão para atingir a divindade, pois têm muitos motivos para querer essa atualização. Talvez descubram o genoma humano ser complicado demais para ser manipulado, mas isso não impedirá o desenvolvimento de interfaces entre cérebro, computador, nanorrobôs ou inteligência artificial.

O *Homo sapiens* não vai ser exterminado por um levante de robôs. É mais provável essa sua atualização ocorrer passo a passo, fundindo-se no processo com robôs e computadores. Na busca de saúde, felicidade e poder,

os humanos modificarão primeiro uma de suas características, depois outra, e outra, até não serem mais humanos.

Transição da Previsão do Passado à Previsão do Futuro

Harari (2015) pergunta: se a história não segue regras estáveis, e se não somos capazes de prever seu curso futuro, por que estudá-la? Parece, para muitos, o principal objetivo de a ciência ser *prever o futuro*. Logicamente, com quebra da regularidade, a ciência não diz respeito só à previsão do futuro. Nosso mundo foi criado também por uma cadeia de eventos acidentais.

O estudo da história não dirá qual deve ser nossa escolha, mas ao menos nos dará mais opções. Movimentos em busca de mudar o mundo, frequentemente, começam com a reescrita da história, permitindo imaginar o futuro ou um novo mundo ser possível. O primeiro passo é recontar a história a partir do ponto de vista dos sofrendores ou vencidos. A repulsão à uma dada situação mobiliza corações e mentes.

A nova narrativa histórica vai explicar: “nossa situação atual não é nem natural nem eterna. O mundo injusto conhecido hoje foi criado apenas por uma série de eventos ocasionais. Se agirmos com sabedoria, poderemos mudar este mundo e criar um muito melhor”.

Por isso, marxistas recontam a história do capitalismo, feministas estudam a formação das sociedades patriarcais e afro-americanos rememoram os horrores do tráfico negreiro. O objetivo não é perpetuar o passado, e sim libertar-se dele.

O que é verdadeiro para as grandes revoluções sociais é igualmente verdadeiro para o micro nível da vida cotidiana. A história da vida privada diz a respeito da evolução dos costumes sociais das famílias.

Este é o melhor motivo para estudar história: não para poder prever o futuro, e sim para se libertar do passado e imaginar destinos alternativos. É óbvio não ser uma liberdade total – não há como evitar “dependência de trajetória”, isto é, sermos moldados pelo passado –, mas alguma liberdade é melhor em lugar de nenhuma.

Todas as previsões aparecidas neste livro, “*Homo Deus: Uma breve história do amanhã*”, são uma tentativa de discutir os dilemas da atualidade e um convite para mudar o futuro. Ousa prever: a humanidade tentará alcançar a imortalidade, a felicidade e a divindade. Mas, uma vez ditas essas previsões em voz alta, pode-se começar a pensar em alternativas.

O futuro aqui resumido é o futuro do passado – isto é, um futuro baseado nas ideias e esperanças dominantes no mundo nos últimos trezentos anos. O futuro real – isto é, um futuro nascido das novas ideias e esperanças do século XXI – pode ser completamente diferente.

Para se equiparar à inteligência humana e suplantá-la, computadores terão de desenvolver consciências. Mas a ciência real conta uma história diferente. Poderá haver vários caminhos alternativos capazes de levarem à superinteligência, e apenas parte deles passam pelo estreito da consciência.

Durante milhões de anos a evolução orgânica tem navegado lentamente pela rota da consciência. A evolução de computadores inorgânicos pode ter superado completamente essas passagens estreitas, tomando um caminho diferente e muito mais rápido para a superinteligência.

Isso levanta uma nova questão: o que é realmente importante, *a inteligência* ou *a consciência*? No século XXI, isso está se tornando uma questão política e econômica premente. É sensato dar-se conta de, ao menos para exércitos e corporações, a resposta ser simples e direta: *a inteligência é mandatória, mas a consciência é opcional*. Exércitos e corporações não podem funcionar sem agentes inteligentes, mas não precisam de consciência nem de experiências subjetivas.

Alguns economistas predizem: cedo ou tarde, humanos não melhorados serão completamente inúteis. Robôs e impressoras 3-D já estão os substituindo em trabalhos manuais, e algoritmos altamente inteligentes farão o mesmo com as ocupações de colarinho-branco.

Funcionários de banco e agentes de viagem, que até pouco tempo estavam totalmente imunes a uma possível automação, tornaram-se espécies em perigo. De quantos agentes de viagem vamos precisar quando pudermos usar nossos smartphones para comprar passagens aéreas de um algoritmo?

Corretores da bolsa de valores também estão em perigo. A maior parte das transações na atualidade já é gerenciada por algoritmos de computador, que podem processar em um segundo mais dados do que um humano em um ano e que podem reagir aos dados mais rapidamente do que um humano é capaz de piscar.

Harari (2015), afirma a questão mais importante na economia do século XXI poder bem ser *o que fazer com todas as pessoas supérfluas*. O que os humanos conscientes farão quando tivermos algoritmos não conscientes e sumamente inteligentes para fazer quase tudo melhor?

Até por volta de 1800, a ampla maioria das pessoas trabalhava na agricultura e apenas uma minoria estava empregada na indústria e em serviços. Em 2010, somente 2% dos americanos trabalhavam na agricultura, 20% trabalhavam na indústria, e 78% trabalhavam como professores, médicos, web designers, e assim por diante.

Quando algoritmos desprovidos de mente forem capazes de ensinar, diagnosticar e projetar melhor do que os humanos, o que sobrar para fazermos?

Essa pergunta não é inteiramente nova. Desde a Revolução Industrial já se temia a mecanização pudesse resultar no desemprego em massa. Isso nunca aconteceu porque, quando as velhas profissões se tornaram obsoletas, novas profissões se desenvolveram. Sempre havia algo para os humanos serem capazes de fazer melhor em lugar das máquinas.

Mas isso não é uma Lei da Natureza, e nada garante essa situação perdurar. Os humanos têm dois tipos básicos de aptidão: as físicas e as cognitivas. Enquanto as máquinas competiam conosco meramente nas aptidões físicas, sempre haveria trabalhos cognitivos, em que os humanos apresentam melhor desempenho. O que vai acontecer quando algoritmos nos suplantarem nas ações de lembrar, analisar e reconhecer padrões?

Imaginar os humanos sempre com uma aptidão exclusiva, além do alcance de algoritmos não conscientes, é auto ilusão. A atual resposta da ciência a esse sonho impossível pode ser resumida em três princípios simples:

1. Todo animal — inclusive o *Homo sapiens* — é uma montagem de algoritmos orgânicos modelada pela seleção natural durante milhões de anos de evolução.
2. Cálculos algorítmicos não são afetados pelos materiais com os quais se constrói a calculadora.
3. Não há razão para pensar algoritmos orgânicos poderem fazer cálculos impossíveis de algoritmos não orgânicos (em carbono ou silício) serem capazes de igualar ou de superar.

De fato, com o passar do tempo torna-se cada vez mais fácil substituir humanos por algoritmos de computador, não só porque estes estão ficando mais espertos, como também porque os humanos estão se profissionalizando. Quando se especializam em um nicho muito mais estreito se comparado ao de um caçador-coletor, facilita sua substituição por inteligência artificial (IA). Para pôr humanos para fora do mercado de trabalho, a IA só precisa nos superar nas limitadas aptidões exigidas por nossas profissões específicas.

Como os algoritmos estão tirando os humanos do mercado de trabalho, a riqueza e o poder poderão se concentrar nas mãos da minúscula elite proprietária desses algoritmos todo-poderosos, criando uma desigualdade social e política jamais vista.

Por exemplo, quando milhões de motoristas humanos forem substituídos por um único algoritmo, toda a riqueza e todo o poder no mercado de transporte estarão acudados pela corporação dona do algoritmo, e daí pelo punhado de bilionários donos da corporação.

Alternativamente, os algoritmos poderiam tornar-se eles mesmos os proprietários. A lei dos humanos já reconhece entidades intersubjetivas, como corporações e nações, como “pessoas jurídicas”.

No século XIX, a Revolução Industrial criou uma classe imensa de proletariado urbano. O socialismo se disseminou porque ninguém mais conseguia dar uma resposta às necessidades, esperanças e temores da nova classe trabalhadora. Posteriormente, o liberalismo só logrou derrotar o socialismo ao adotar as melhores partes do programa socialista em governos socialdemocratas.

No século XXI, poderíamos assistir à criação de uma maciça classe não trabalhadora: pessoas destituídas de qualquer valor econômico, político ou artístico. Em nada contribuirão para a prosperidade, o poder e a glória da sociedade. Elas não estarão simplesmente desempregadas – elas serão *não empregáveis*.

Em setembro de 2013, dois pesquisadores de Oxford, Carl Benedikt Frey e Michael A. Osborne, publicaram *The Future of Employment*, obra na qual investigam a probabilidade de diferentes profissões serem assumidas por algoritmos de computador nos próximos vinte anos. O algoritmo desenvolvido por Frey e Osborne estimou 47% dos empregos nos Estados Unidos correrem alto risco.

Por exemplo, há 99% de probabilidade de, em 2033, operadores de telemarketing e corretores de seguros perderem seus empregos para algoritmos. Há 98% de probabilidade de o mesmo acontecer com árbitros de modalidades esportivas, 97% com caixas e 96% com chefs. Garçons – 94%. Assistentes jurídicos – 94%. Guias de turismo – 91%. Padeiros – 89%. Motoristas de ônibus – 89%. Operários na construção civil – 88%. Assistentes de veterinária – 86%. Seguranças – 84%. Marinheiros – 83%. *Bartenders* – 77%. Arquivistas – 76%. Carpinteiros – 72%. Salva-vidas – 67%. E assim por diante.

Evidentemente, há alguns empregos seguros. A probabilidade de algoritmos de computador desempregarem arqueólogos em 2033 é de apenas 0,7%, porque seu trabalho requer o reconhecimento de padrões altamente sofisticados e não produz grandes lucros. Daí é improvável corporações ou governos fazerem o investimento necessário para automatizar a arqueologia durante os próximos vinte anos.

Evidentemente, é provável até 2033 surgirem muitas profissões novas, por exemplo, *designers* do mundo virtual. Mas essas profissões irão exigir muito mais criatividade e flexibilidade em lugar de seu trabalho atual e rotineiro. Não está claro se aqueles de profissões em via de desaparecimento já em crise de meia idade serão capazes de se reinventar como designers do mundo virtual.

Mesmo se o fizerem, o ritmo do progresso se apresenta de tal maneira a ponto de mais uma década após eles teriam de se reinventar novamente. Afinal, algoritmos podem suplantar humanos também no projeto de mundos virtuais.

O problema crucial não é criar novos empregos. É criar novos empregos nos quais o desempenho dos humanos seja melhor comparado ao dos algoritmos.

A bonança tecnológica provavelmente resultará em produtividade factível de alimentar e sustentar essas massas inúteis mesmo sem nenhum esforço por parte delas. Mas o que vai mantê-las ocupadas e satisfeitas? Humanos têm de fazer alguma coisa, senão enlouquecem. O que vão fazer o dia inteiro? Ora, atividade criativa na área de todas as artes originais!

Assim quando a inteligência artificial suplantar a inteligência humana, ela se tornará capaz de exterminar o gênero humano. A inteligência artificial provavelmente faria isso ou por temer o gênero humano se voltar contra ela e tentar desligar a tomada, ou por estar em busca de um objetivo insondável propriamente seu. Seria extremamente difícil para os humanos controlar um sistema mais esperto em relação a eles mesmos. Harari (2015) parece se inspirar no filme de Stanley Kubrick, produzido em 1968, “*2001: Uma Odisseia no Espaço*”, para criar essa imagem do HAL (nome do computador formado a partir das letras anteriores de IBM) como uma ameaça ao animal humano.

História do Futuro Político

Harari (2015) identifica várias ameaças práticas ao liberalismo democrático. A primeira é a de humanos se tornarem militar e economicamente inúteis. A segunda ameaça política é, no futuro, o sistema

de Inteligência Artificial (e aprendizagem de máquinas) vai compreendê-los melhor em relação a como eles compreendem a si mesmos - e tomará a maioria das decisões em seu nome. Portanto, o sistema vai destituir indivíduos de sua autoridade e de sua liberdade.

Essas duas ameaças práticas à democracia liberal - a primeira, humanos perderem totalmente seu valor, e a segunda, humanos ainda continuarem a ter valor coletivamente, mas perderem sua autoridade individual e passarem a ser manejados por algoritmos externos - significa o sistema vai conhecer melhor o humano em relação ao próprio autoconhecimento. Portanto, tomará em seu lugar a maioria das decisões importantes - e o humano ficará perfeitamente feliz com isso. Não será necessariamente um mundo ruim. Será, contudo, um mundo pós-liberal.

A terceira ameaça ao liberalismo é *algumas pessoas continuarem a ser indispensáveis e indecifráveis*, porém constituírem uma *elite* diminuta e privilegiada de humanos elevados a um grau superior. Esses *super-humanos* serão dotados de aptidões ainda desconhecidas e de uma criatividade sem precedente. Isso permitirá elas tomarem muitas das decisões mais importantes no mundo.

Os humanos em geral não teriam esse *upgrade* e, conseqüentemente, se tornariam uma *casta inferior*, dominada pelos algoritmos computacionais e pelos novos super-humanos.

Dividir o gênero humano em castas biológicas destruirá os fundamentos da ideologia liberal. O liberalismo pode coexistir com brechas socioeconômicas. Realmente, como privilegia a liberdade em detrimento da igualdade, ele aceita essas brechas como um fato. Porém, o liberalismo ainda pressupõe todos os seres humanos terem *igual valor e autoridade*.

Como poderão as crenças liberais sobreviver ao surgimento de super-humanos com aptidões físicas, emocionais e intelectuais excepcionais? O que acontecerá quando se constatar esses super-humanos terem experiências fundamentalmente diferentes das do *Sapiens*?

Os grandes projetos humanos do século XX - vencer a fome, a peste e a guerra - visavam salvaguardar uma norma universal de abundância, saúde e paz para todas as pessoas, sem exceção. Os novos projetos do século XXI - alcançar a imortalidade, a felicidade e a divindade - também esperam servir a todo o gênero humano.

No entanto, como esses projetos têm o propósito de superar e não de salvaguardar a norma, eles podem resultar na *criação de uma nova casta super-humana*. Esta abandonará suas raízes liberais e tratará os humanos

normais de maneira não melhor da do tratamento dos europeus do século XX face aos africanos.

Se descobertas científicas e desenvolvimentos tecnológicos dividirem o gênero humano em uma massa de humanos inúteis e uma pequena elite de super-humanos aprimorados, ou se a autoridade passar totalmente das mãos humanas para as de algoritmos altamente inteligentes, então, o liberalismo entrará em colapso. Que novas religiões ou ideologias poderão preencher o vácuo resultante e orientar a evolução de nossos descendentes divinoídes?

História do Futuro: Desemprego Tecnológico

Yuval Noah Harari, no livro “21 lições para o século 21” (São Paulo: Companhia das Letras; 2017), afirma: não temos ideia de como será o mercado de trabalho em 2050. O aprendizado de máquina e a robótica vão mudar quase todas as modalidades de trabalho. Contudo, há visões conflitantes quanto à natureza dessa mudança e sua iminência. Talvez, dentro de uma ou duas décadas, bilhões de pessoas serão economicamente redundantes. Mesmo no longo prazo a automação continuará a gerar novos empregos e maior prosperidade para todos?

Estariamos à beira de uma convulsão social assustadora, ou essas previsões são mais um exemplo de uma histeria ludista infundada? É difícil dizer.

Os temores de a automação causar desemprego massivo remontam ao século XIX, mas até agora nunca se materializaram. Desde o início da Revolução Industrial, para cada emprego perdido para uma máquina pelo menos um novo emprego foi criado. Além disso, o padrão de vida médio subiu consideravelmente. Mas há boas razões para pensar desta vez ser diferente. Quebrará essa regularidade uma mudança estrutural: *o aprendizado de máquina*.

Humanos têm dois tipos de habilidades – *física* e *cognitiva*. No passado, as máquinas competiram com humanos principalmente em *habilidades físicas*, enquanto os humanos se mantiveram à frente das máquinas em *capacidade cognitiva*. Por isso, quando trabalhos manuais na agricultura e na indústria foram automatizados, surgiram novos trabalhos no setor de serviços. Eles requeriam o tipo de habilidade cognitiva e só os humanos a possuíam: aprender, analisar, comunicar e, acima de tudo, *compreender as emoções humanas*.

No entanto, a IA está começando agora a superar os humanos em um número cada vez maior dessas habilidades, inclusive a de compreender as

emoções humanas através de alterações físicas, por exemplo, volume de voz. Não sabemos de nenhum terceiro campo de atividade – além do físico e do cognitivo – no qual os humanos manterão sempre uma margem segura.

É crucial entender: a revolução da IA não envolve apenas tornar os computadores mais rápidos e mais inteligentes. Ela se abastece de avanços nas Ciências da Vida e nas Ciências Sociais também.

Quanto mais compreendem os mecanismos bioquímicos acompanhantes das emoções, dos desejos e das escolhas humanas, melhores podem se tornar os computadores na:

1. análise do comportamento humano,
2. previsão de decisões humanas,
3. substituição de motoristas e outros profissionais humanos.

Nas últimas décadas, a pesquisa em áreas como a Neurociência e a Economia Comportamental permitiu cientistas *hackearem* humanos e adquirirem uma compreensão muito melhor de como os humanos tomam decisões. Constatou-se todas as nossas escolhas, desde comida até parceiros sexuais, resultarem não de algum misterioso livre-arbítrio, e sim de bilhões de neurônios. Eles calculam probabilidades em uma fração de segundo. A tão propalada “intuição humana” é, na realidade, *a capacidade de reconhecer padrões*.

Por exemplo, bons motoristas, profissionais de finanças e advogados não têm intuições extraordinárias sobre trânsito, investimento ou negociação – e sim, ao *reconhecer padrões recorrentes*, eles localizam e tentam evitar pedestres desatentos, tomadores de empréstimo ineptos e trapaceiros.

Os algoritmos bioquímicos do cérebro humano estão longe de ser perfeitos. Eles se baseiam em *heurística*, atalhos e circuitos ultrapassados, adaptados mais à savana africana e menos à selva urbana. Por isso, experientes profissionais também cometem erros bestas - e recorrentes.

Logo, a IA pode superar o desempenho humano até mesmo em tarefas onde, supostamente, se exige “intuição”. Se a IA tivesse de competir com os pressentimentos místicos da alma humana, talvez possa parecer impossível. Mas como a IA, na realidade, tem de *competir com redes neurais para calcular probabilidades e reconhecer padrões* – isso soa muito menos surpreendente.

Em especial, a IA pode ser melhor em tarefas demandantes de intuições sobre outras pessoas. Muitas modalidades de trabalho – como dirigir um

veículo em uma rua cheia de pedestres, emprestar dinheiro a estranhos e negociar um acordo – requerem *a capacidade de avaliar corretamente as emoções e os desejos de outra pessoa*.

Quando se pensava essas emoções e esses desejos serem gerados por um espírito, ou seja, a parte imaterial do ser humano, parecia os computadores nunca serem capazes de substituir humanos. Como poderia um computador compreender o divinamente criado espírito humano? Hoje, se reconhece essas emoções e esses desejos não serem apenas *algoritmos bioquímicos*. Logo, não há razão para os computadores não decifrarem esses algoritmos – e até melhor em lugar de qualquer Homo sapiens.

Os humanos não se valem de adivinhação ao terem empatia com outros. Sem eles terem plena consciência do ato, o cérebro deles está reconhecendo padrões bioquímicos ao analisar expressões faciais, tons de voz, movimentos das mãos e até mesmo odores corporais. Uma IA equipada com os sensores certos poderia fazer tudo isso com muito mais precisão e confiabilidade se comparado a um humano.

Por isso, a ameaça de perda de emprego não resulta apenas da ascensão da tecnologia da informação, mas de sua confluência com a biotecnologia. O caminho entre o escâner de ressonância magnética e o mercado de trabalho será longo e tortuoso, mas ainda assim poderá ser percorrido em poucas décadas. O conhecimento dos neurocientistas poderá permitir os computadores superarem muitos profissionais humanos até 2050.

A IA não só está em posição de *hackear* humanos e superá-los em suas, até agora, *habilidades exclusivamente humanas*. Ela também usufrui de modo exclusivo de *habilidades não humanas*, tornando a diferença entre a IA e um trabalhador humano uma questão *qualitativa* e não apenas *quantitativa*.

Duas habilidades não humanas especialmente importantes da IA são:

1. a conectividade permitida pela substituição de humanos desconectados por uma rede integrada de informações e processamento de cálculos em sequência programada e
2. a capacidade de atualização com facilidade e exatamente no mesmo momento de toda a inteligência artificial em rede.

Essa vantagem potencial de *conectividade e capacidade de atualização* é tão enorme a ponto de, ao menos em algumas modalidades de trabalho, talvez ter sentido substituir todos os humanos por computadores, embora, individualmente, alguns humanos sejam melhores em seu trabalho comparados com as máquinas.

Um argumento contraposto é, ao se trocar indivíduos humanos por uma rede de computadores, perderemos *as vantagens da individualidade*. Por exemplo, se um médico humano fizer um diagnóstico errado, ele não vai matar todos os pacientes do mundo e não vai bloquear o desenvolvimento de todos os novos medicamentos. Em contraste, se todos os médicos são na verdade um único sistema, e se esse sistema comete um erro, os resultados podem ser catastróficos. Isso diz respeito à diferença entre diversificação de riscos e risco sistêmico.

No entanto, um sistema integrado de computadores pode maximizar as vantagens da conectividade sem perder os benefícios da individualidade. Podem-se rodar muitos algoritmos alternativos na mesma rede. Seria espécie de competição entre as inteligências artificiais, onde “a vencedora” sempre seria a escolhida - até ela errar e seus clientes se prejudicarem.

Da mesma forma, veículos autodirigidos poderiam oferecer às pessoas serviços de transporte muito melhores e reduzir a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito.

Por isso seria loucura bloquear a automação em campos como o do transporte e o da saúde só para proteger empregos humanos. Afinal, *o que deveríamos proteger são os humanos – não os empregos*.

Harari (2017) adverte: ao menos no curto prazo, a IA e a robótica provavelmente não eliminarão por completo setores inteiros da economia. Apenas trabalhos requerentes de especialização em uma faixa estreita de *atividades padronizadas* seriam automatizados.

Seria muito mais difícil substituir humanos por máquinas em tarefas menos padronizadas:

1. exigentes do uso simultâneo de uma ampla variedade de habilidades, e
2. envolvendo lidar com cenários imprevisíveis.

Tomem-se os serviços de saúde, por exemplo. Muitos médicos concentram-se exclusivamente em processar informação: eles absorvem dados médicos, os analisam e fazem um diagnóstico. Enfermeiras, ao contrário, precisam também de boas habilidades motoras e emocionais para ministrar uma injeção dolorosa, trocar um curativo ou conter um paciente violento. Por isso, provavelmente, teremos um médico de IA, em nosso *smartphone*, décadas antes de termos uma enfermeira-robô confiável.

É provável as atividades de *cuidadores* – de enfermos, crianças e idosos – continuem a ser um bastião humano por muito tempo. Realmente, como as

peças estão vivendo mais e tendo menos filhos, a *área de cuidados geriátricos* provavelmente será a de crescimento mais rápido no mercado de trabalho humano.

Assim como o cuidado com humanos, a *criatividade* também coloca obstáculos especialmente difíceis para a automação. Já não precisamos mais de humanos para nos venderem música – podemos baixá-la da loja da iTunes ou escutá-la por *streaming* –, mas compositores, instrumentistas, cantores e DJs ainda são humanos criativos. Nós contamos com sua criatividade não só para produzir música totalmente nova, mas também para escolher entre uma imensa gama de possibilidades disponíveis.

Entretanto, em longo prazo, nenhuma atividade permanecerá totalmente imune à automação. Até mesmo artistas receberão aviso-prévio. No mundo moderno, a arte é comumente associada às emoções humanas. Tendemos a pensar: artistas estão direcionando forças psicológicas internas e todo o propósito da arte ser conectar-nos com nossas emoções ou inspirar em nós algum sentimento novo.

Como consequência, quando avaliamos arte tendemos a julgá-la segundo seu impacto emocional no público. Mas se a arte é definida pelas emoções humanas, o que acontecerá quando algoritmos externos forem capazes de compreender e manipular emoções humanas melhor se comparados a artistas sublimes?

Afinal, *emoções* não são um fenômeno místico – são *resultados de um processo bioquímico*. Daí, em um futuro não muito distante, um *algoritmo de aprendizado de máquina* será capaz de analisar dados biométricos de sensores em seu corpo e determinar o tipo de sua personalidade e suas variações de humor. Então, poderá calcular o impacto emocional de uma determinada canção – até mesmo uma certa tonalidade – sobre você.

História do Futuro: Destruição Criadora de Novas Atividades Ocupacionais

Harari (2017) afirma: a perda de muitos trabalhos tradicionais, da arte aos serviços de saúde, será parcialmente compensada pela criação de novos trabalhos humanos.

Um clínico geral capaz apenas de diagnosticar doenças conhecidas e administrar tratamentos de rotina, provavelmente, será substituído pela IA médica. Mas, justamente por causa disso, haverá muito mais dinheiro para pagar médicos e assistentes de laboratório humanos capazes de fazerem pesquisas inovadoras e desenvolverem novos medicamentos ou procedimentos cirúrgicos.

A IA poderia ajudar a criar novos empregos humanos de outra maneira. Em vez de os humanos competirem com a IA, poderiam concentrar-se nos serviços apoiados em sua alavancagem por IA. Por exemplo, a substituição de pilotos humanos por *drones* eliminou alguns empregos, mas criou muitas oportunidades novas em manutenção, controle remoto, análise de dados e segurança cibernética.

É possível o mercado de trabalho em 2050 se caracterizar pela *cooperação*, e não pela *competição*, entre humanos e IA. Em campos diversos, desde o policiamento à atividade bancária, equipes formadas por humanos e IA poderiam superar o desempenho tanto de humanos quanto de computadores.

O problema com todos esses novos empregos, no entanto, é eles provavelmente exigirem *altos níveis de especialização*. Eles não resolverão, portanto, *os problemas dos trabalhadores não qualificados* sofrendo de desemprego tecnológico. A criação de novos empregos humanos pode mostrar-se mais fácil em vez de treinar novamente humanos para preencher esses mesmos empregos.

Em ciclos de automação anteriores, as pessoas podiam passar de um trabalho padronizado de baixa qualificação a outro com facilidade. Em 1920, um trabalhador agrícola dispensado devido à mecanização da agricultura era capaz de achar um novo emprego em uma fábrica de tratores. Em 1980, um operário de fábrica desempregado poderia trabalhar como caixa em um supermercado. Essas mudanças de ocupação eram possíveis porque a mudança do campo para a fábrica e da fábrica para o supermercado só exigiam um novo treinamento bastante limitado.

Daqui a pouco, porém, um caixa ou um operário da indústria têxtil perderá seu emprego para um robô e dificilmente estará apto a começar a trabalhar como oncologista, como operador de *drone* ou como parte de uma equipe de humanos e IA em um banco. Não terão *as habilidades necessárias*.

Apesar do aparecimento de muitos novos empregos humanos, poderíamos assim mesmo testemunhar o surgimento de uma nova classe de “inúteis”. Poderíamos de fato ficar com o que há de pior nos dois mundos, sofrendo ao mesmo tempo de:

1. altos níveis de desemprego e
2. escassez de oferta de trabalhadores superespecializados ou qualificados.

Muita gente poderia compartilhar do destino não dos condutores de carroça do século XIX – passaram a ser taxistas –, mas dos cavalos do século XIX - foram progressivamente expulsos do mercado de trabalho.

Além disso, nenhum dos empregos humanos sobranes estará livre da *ameaça da automação*, porque o aprendizado de máquina e a robótica continuarão a se aprimorar. Um caixa do Walmart de quarenta anos de idade desempregado, graças a esforço sobre-humano poderá se reinventar como piloto de *drone*. No entanto, poderá ter de se reinventar novamente dez anos depois, quando a pilotagem de *drones* poderá também ter sido automatizada. Aí ele se aposentará.

Essa volatilidade também dificultará a organização de sindicatos e a garantia de direitos trabalhistas. Se hoje muitos novos empregos em economias avançadas já envolvem *trabalho temporário sem proteção*, trabalho de *freelancer* e tarefas isoladas realizadas só uma vez, como sindicalizar uma profissão, cuja característica é proliferar e desaparecer em uma década?

A criação de novos empregos e o novo treinamento de pessoas para ocupá-los serão um processo recorrente. A revolução da IA não será um único divisor de águas após o qual o mercado de trabalho vai se acomodar em um novo equilíbrio. Será, sim, uma torrente de rupturas cada vez maiores.

Já hoje poucos empregados esperam permanecer no mesmo emprego por toda a vida. Em 2050, não apenas a ideia de “um emprego para a vida inteira”, mas até mesmo a ideia de “uma profissão para a vida inteira” parecerá antediluviana.

Mesmo se fosse possível inventar novos empregos e novamente treinar a força de trabalho, constantemente, cabe a nós perguntar se um humano mediano terá a energia e a resistência necessárias para uma vida de tantas mudanças. Mudanças são sempre estressantes. O mundo frenético do início do século XXI está gerando uma epidemia global de estresse.

As pessoas serão capazes de lidar com a volatilidade do mercado de trabalho e das carreiras individuais? Provavelmente vamos precisar de técnicas de redução de estresse ainda mais eficazes – desde medicamentos, passando por psicoterapia e meditação – para evitar a mente do *Sapiens* entrar em colapso. Uma *classe “inútil”* poderá surgir, em meados do século XXI, devido não apenas à falta absoluta de emprego ou de educação adequada, mas também devido à falta de energia mental.

Harari é historiador e não economista. Parece desconhecer a Teoria do Emprego. Há desemprego tecnológico, é inegável, mas ele pode ser

compensado por investimentos público e privado em infraestrutura logística e/ou tecnológica, por exemplo. Novos produtos resultam em nova linha de produção não necessariamente automatizada. Emprego depende de demanda efetiva, isto é, expansão do consumo, investimento privado, gasto governamental e exportação líquida.

No século XXI, o desafio apresentado ao gênero humano pela tecnologia da informação e pela biotecnologia é, indubitavelmente, muito maior se comparado ao desafio representado por, em época anterior, os motores a vapor, as ferrovias e a eletricidade. Considerando o imenso poder destrutivo de nossa civilização, não podemos mais nos dar ao luxo de ter mais modelos fracassados, guerras mundiais e revoluções sangrentas. Desta vez, os modelos fracassados podem resultar em guerras nucleares, monstruosidades geradas pela engenharia genética e um colapso completo da biosfera. Portanto, temos de fazer melhor do feito ao enfrentar a Revolução Industrial.

As soluções potenciais cabem em três categorias principais:

1. o que fazer para *impedir a perda de empregos*;
2. o que fazer para *criar empregos novos*; e
3. o que fazer se, apesar de nossos melhores esforços, *a perda de empregos superar consideravelmente a criação de empregos*.

Impedir por completo a perda de empregos é uma estratégia pouco atraente e provavelmente indefensável, porque significa abrir mão do imenso potencial positivo da IA e da robótica. No entanto, os governos podem decidir retardar o ritmo da automação para reduzir seu impacto e dar tempo para reajustes.

A tecnologia nunca é determinista. O fato de algo poder ser feito não quer dizer ele dever ser feito de qualquer jeito. A legislação pode *bloquear com sucesso novas tecnologias* mesmo se forem comercialmente viáveis e economicamente lucrativas, mas não forem moralmente aceitas pela sociedade. Por exemplo, durante muitas décadas tivemos tecnologia para criar um mercado de órgãos humanos completo, com “fazendas de corpos humanos”, mas a lei proíbe o livre comércio de partes do corpo humano.

Retardar o ritmo das mudanças pode nos dar tempo para a criação de novos empregos capazes de substituir a maior parte das perdas. Porém, como já observado, o empreendedorismo econômico terá de ser acompanhado por uma revolução na educação e na psicologia.

Se os novos empregos não forem apenas sinecuras públicas, provavelmente exigirão altos níveis de especialização. Enquanto a IA continuar a se aperfeiçoar, os empregados humanos terão de adquirir constantemente novas habilidades e mudar de profissão. Governos terão de intervir, tanto no subsídio a um setor de educação vitalício quanto na garantia de uma *rede de proteção* para os inevitáveis períodos de transição.

Porém, mesmo se a ajuda do governo for suficiente, protegendo trabalhadores e não empregos, não sabemos se bilhões de pessoas serão capazes de se reinventar repetidamente sem perder o equilíbrio mental.

Se humanos não são necessários nem como produtores nem como consumidores, o que vai salvaguardar sua sobrevivência física e seu bem-estar psicológico?

Para lidar com as rupturas tecnológicas e econômicas inéditas do século XXI, é necessário desenvolver novos modelos sociais e econômicos o quanto antes. Esses modelos deveriam ser orientados pelo *princípio de ser preciso proteger os humanos e não os empregos*. Muitos empregos são uma faina pouco recompensadora ou alienante. Não vale a pena salvar. É mais adequado focar em prover as necessidades básicas das pessoas e em proteger seu *status* social e sua autoestima.

Um modelo novo em debate atrai cada vez mais atenção: o da *renda básica universal* (RBU). A RBU propõe:

1. os governos tributarem os bilionários e as corporações controladoras dos algoritmos e robôs, e
2. usarem o dinheiro para prover cada pessoa com um generoso estipêndio de modo a cobrir suas necessidades básicas.

Isso protegerá os pobres da perda de emprego e da exclusão econômica, enquanto protegerá os ricos da ira populista.

Uma ideia relacionada a isso propõe ampliar o âmbito de atividades humanas consideradas “empregos”, na verdade, *ocupações*. Atualmente, bilhões de mães e pais cuidam de seus filhos, vizinhos cuidam uns dos outros e cidadãos organizam comunidades sem qualquer dessas valiosas atividades ser reconhecida como emprego.

Talvez precisemos mudar uma chave em nossa mente e nos dar conta da importância maior em cuidar de uma criança e de um idoso com doença senil. É, sem dúvida, *o emprego mais importante e desafiador do mundo*.

Assim, não haverá escassez de trabalho mesmo quando computadores e robôs substituam todos os motoristas, gerentes de banco e advogados.

A questão-chave é: quem vai avaliar e pagar por esses empregos recém-reconhecidos? Supondo bebês de seis meses não pagarem salários a suas mães, o governo provavelmente terá de se responsabilizar por isso. Supondo também esses salários necessitarem cobrir as necessidades básicas de uma família, o resultado final será algo não muito diferente da *renda básica universal*.

Uma outra opção é o *subsídio público de serviços básicos universais*, no lugar da renda. Em vez de dar dinheiro às pessoas, para elas então poderem comprar o desejado, o governo poderia subsidiar educação, saúde e transporte gratuitos, entre outros serviços. Essa é, na verdade, a *visão utópica do comunismo*. O plano comunista de promover a revolução proletária se tornou obsoleto, inclusive porque o proletariado já deu adeus, mas quem sabe não ser possível realizar o objetivo comunista de “atender a cada humano segundo as suas necessidades” por meios gradualistas e pacíficos?

Pode-se discutir se é melhor fornecer às pessoas, indiretamente, uma renda básica universal (o *paraíso capitalista*) ou, diretamente, serviços básicos de acesso universal (o *paraíso comunista*). Ambas as opções têm vantagens e desvantagens. Mas não importa qual paraíso seja escolhido, o problema real está em definir o que “universal” e “básico” realmente significam.

Quando as pessoas falam de um auxílio básico *universal* – em forma de renda ou de serviços –, em geral estão se referindo a um auxílio básico *nacional*. Até agora, todas as iniciativas de RBU têm sido estritamente nacionais ou municipais de países mais civilizados.

No entanto, o problema com tais programas nacionais e municipais é *as principais vítimas da automação provavelmente não viverem nesses lugares avançados*. A globalização fez as pessoas em um país dependerem totalmente dos mercados de outros países, mas a automação poderia desfazer grande parte dessa rede global de comércio, com consequências desastrosas para as conexões mais fracas.

No século XX, países em desenvolvimento carentes de recursos naturais progrediram economicamente sobretudo baseados nos salários baixos de seus trabalhadores não qualificados. Mas com a ascensão da IA, de robôs e impressoras 3-D, o trabalho não qualificado e barato torna-se muito menos importante. Em vez de fabricar algo na periferia e necessitar despachá-lo, pode-se comprar o código *on-line* e imprimir via “internet das coisas” em uma impressora em casa.

Se os recém-desempregados na periferia não têm a instrução necessária para virarem estilistas ou programadores – então como vão sobreviver?

Em vez de um crescimento econômico capaz de melhorar as condições em todo o mundo, veremos uma nova e imensa riqueza criada em nichos de alta tecnologia, como o Vale do Silício, enquanto muitos países em desenvolvimento vão à ruína.

Qual será o destino dos retardatários? É possível os eleitores americanos aceitarem os impostos pagos serem usados para oferecer estipêndios (retribuições por serviços prestados) ou serviços gratuitos a desempregados em seu território. No entanto, aceitariam esses impostos serem enviados para sustentar pessoas desempregadas em lugares onde o presidente Trump definiu como “países de merda”?”

História do Futuro: Concentração da Riqueza e Ditadura Digital

Harari (2017) argumenta o objetivo de o auxílio básico universal ser o atendimento às necessidades humanas básicas, mas não existe uma definição aceita para isso. Acima da linha de pobreza biológica, toda cultura na história definiu necessidades adicionais como sendo “básicas”.

O que uma educação básica deve incluir: ler e escrever apenas, ou também programar computadores? Apenas o ensino fundamental ou até o doutorado?

E quanto à saúde? Se em 2050 os avanços da medicina possibilitarem retardar os processos de envelhecimento e estender significativamente a duração da vida humana, os novos tratamentos estarão disponíveis para 10 bilhões de humanos no planeta, ou só para uns poucos bilionários? Se a biotecnologia habilitar os pais a aprimorar seus filhos, isso será considerado uma necessidade humana básica, ou veremos o gênero humano dividir-se em diferentes *castas biológicas*, com *super-humanos ricos* desfrutando de capacidades que superam as de *Homo sapiens pobres*?

Se as massas de desempregados não dispuserem de ativos econômicos, é difícil ver como poderiam algum dia esperar obter luxos propiciados pela moderna tecnologia. Consequentemente, a brecha entre os ricos (diretores e acionistas empresas de alta tecnologia) e os pobres (dependentes da renda básica universal) poderia se tornar não apenas maior, mas intransponível.

Daí mesmo um programa de auxílio universal garantindo às pessoas pobres, em 2050, serviços de saúde e educação muito melhores em relação aos de hoje, elas ainda poderão estar *extremamente raivosas com a*

desigualdade global e a falta de mobilidade social. As pessoas sentirão o sistema [ainda capitalista?] estar contra elas e o governo só atender aos super-ricos. Logo, o futuro será ainda pior para eles e seus filhos.

O *Homo sapiens* simplesmente não é programado para se satisfazer. A felicidade humana depende menos de condições objetivas e mais de nossas próprias expectativas, daquilo esperado obter. As expectativas, contudo, tendem a se adaptar às condições, inclusive à condição de outras pessoas.

Quando as coisas melhoram, as expectativas inflam. Consequentemente, até mesmo uma melhora dramática das condições futuras em relação às atuais podem nos deixar tão insatisfeitos quanto antes.

Quando a IA e robôs puserem os humanos fora do mercado de trabalho, a vida de todas as pessoas em busca por um significado em sua vida e uma comunidade pode suplantar a busca por emprego. Se conseguirmos combinar uma rede de segurança econômica universal com comunidades fortemente cooperativas e ocupações dotadas de sentido (criativo, artístico ou espiritual), perder nossos empregos para os algoritmos pode na verdade mostrar-se uma bênção.

No entanto, a perda do controle sobre nossa vida é um cenário muito mais assustador. Não obstante o perigo de desemprego em massa, nossa maior preocupação deve ser com a transferência da autoridade de humanos para algoritmos. Isso poderia destruir qualquer fé remanescente na narrativa liberal e abrir o caminho para o surgimento de ditaduras digitais.

A narrativa liberal clássica preza a liberdade humana como seu valor número um. Alega toda autoridade, em última análise, ter origem no livre-arbítrio de indivíduos humanos, conforme expresso em seus sentimentos, desejos e escolhas.

Na política, o liberalismo acredita: *o eleitor sabe o que é melhor*. Por isso apoia eleições democráticas. Na economia, o liberalismo afirma: *o cliente sempre tem razão*. Por isso aclama os princípios do livre mercado. No aspecto pessoal, o liberalismo incentiva as pessoas a ouvirem a si mesmas, serem verdadeiras consigo mesmas e seguirem seu coração – mas sem infringirem as liberdades dos outros. Essa *liberdade pessoal* está consagrada nos direitos humanos.

No atual discurso político ocidental, especialmente no da esquerda norte-americana, o termo “liberal” é às vezes empregado em um sentido muito mais estreito e partidário. Designa aqueles apoiadores de causas específicas, como o casamento gay, o controle de armas e o aborto.

Porém, a maioria dos assim chamados conservadores também abraçam apenas uma raiz dessa visão de mundo: *o liberalismo econômico*. Em compensação, defende o conservadorismo em costumes sociais e políticos. Por isso, são conhecidos como adeptos do *neoliberalismo*.

Especialmente nos Estados Unidos, há ocasiões quando republicanos e democratas fazem uma pausa em suas acaloradas discussões para se lembrarem de todos eles concordarem em coisas fundamentais como eleições livres, um Poder Judiciário independente e Direitos Humanos.

Aqui, no conservadorismo brasileiro, os estúpidos bolsonaristas são anacrônicos anticomunistas da época da Guerra Fria (50 anos atrás), evangélicos submissos à casta de pastores-sabidos e violentos milicianos para extorsão dos pobres favelados. Acham “engraçadinho” dizer a esquerda defender “direitos humanos para desumanos”. Ora, desumanos têm falta de humanidade, são bárbaros, cruéis e desalmados contra “os diferentes” de si próprio. Os bolsonaristas demonstram sim desumanidade, isto é, um caráter anti-humano.

Heróis da direita, como Ronald Reagan e Margaret Thatcher, foram grandes paladinos de liberdades econômicas e não de liberdades individuais. Em 1987, Thatcher disse: “Não existe essa coisa chamada sociedade. Há uma trama viva feita de homens e mulheres... e a qualidade de nossa vida dependerá de quanto cada um de nós está preparado para assumir a responsabilidade por si mesmo”. Era uma pregadora do individualismo egoísta.

No entanto, os herdeiros de Thatcher no Partido Conservador concordam totalmente com o Partido Trabalhista quanto à autoridade política vir dos sentimentos, das escolhas e do livre-arbítrio de eleitores individuais. Mas aqui, no Brasil, a direita não civilizada assina um acordo ou contrato social em defesa desses valores democráticos?

Referendos e eleições sempre dizem respeito a sentimentos humanos, não à racionalidade humana. Se a democracia fosse questão de tomadas de decisão racionais, não haveria nenhum motivo para dar a todas as pessoas direitos iguais em seus votos – ou talvez nem sequer o direito de votar. Existe ampla evidência de algumas pessoas da casta dos sábios-intelectuais serem muito mais informadas e racionais em relação a outras castas, principalmente quando se trata de questões econômicas e políticas específicas, mas isso não lhes dá uma supremacia econômica ou política.

Por exemplo, pode faltar aos eleitores a formação necessária em Economia e Ciência Política para votar em referendo sobre uma questão econômica ou política. Alguns cientistas fazem analogia: “É como convocar um plebiscito nacional para decidir se a álgebra de Einstein estava correta, ou

deixar os passageiros votarem para decidir em qual pista um piloto deve pousar.” É um exagero. Cabe ao debate público se informar com especialistas e se posicionar a respeito com o esclarecimento.

No entanto, para o bem ou para o mal, eleições e referendos não têm a ver com *o que pensamos*, racionalmente. Têm a ver com *o que sentimos*, emocionalmente. Quando se trata de sentimentos, os membros da casta dos sábios-intelectuais não são melhores em relação ao homem comum. Apesar de algumas pessoas serem mais inteligentes e cultas, todos os humanos são igualmente livres e no dia de eleições seus sentimentos – representados por seu voto – contam tanto quanto os de qualquer outra pessoa.

Os sentimentos orientam não apenas os eleitores, mas também os líderes. Essa lealdade ao próprio sentimento pode acabar sendo a fragilidade da democracia liberal. Se algum candidato populista adquire capacidade tecnológica para *hackear* e manipular o sentimento humano, a política democrática vai se tornar um espetáculo emocional de fantoches ou marionetes, cujas mentes se ajustam, como uma luva, à mão de um manipulador oculto capaz de as fazerem representar algum papel teatral.

História das Redes, Hierarquias e Luta pelo Poder Global

Niall Ferguson, no livro “*A Praça e a Torre: Redes, Hierarquias e a Luta pelo Poder Global*” (2018), afirma a palavra *network* (rede) ter sido raramente utilizada antes do fim do século XIX. Hoje, é usada em excesso tanto como verbo quanto como substantivo na língua inglesa.

Para um jovem ambicioso vale sempre a pena ampliar a rede de contatos (*networking*). Por sua vez, para um idoso com triste memória, a palavra “rede” tem outra conotação ao suspeitar de o mundo ser controlado por redes poderosas e exclusivas: Os Banqueiros, A Elite Governante, O Sistema, O Mercado, Os Judeus, Os Maçons, etc. As teorias conspiratórias não seriam tão persistentes se essas redes de “caça às bruxas” ou “sacrifício de bodes-expiatórios” não existissem de nenhuma forma.

O problema em defender essas teorias conspiratórias é, se excluídos, sentem-se lesados. Daí eles tendem a partir do princípio de redes de elite controlarem em segredo e com facilidade as estruturas formais do poder.

A pesquisa de Niall Ferguson - assim como a sua própria experiência - indica não ser esse o caso. Pelo contrário, as redes informais costumam ter uma relação altamente ambivalente, às vezes até hostil, com as instituições estabelecidas.

Este livro é sobre *o fluxo e refluxo irregular da história*. Ele distingue as longas épocas quando *as estruturas hierárquicas* dominaram a vida humana das eras mais raras e dinâmicas quando *as redes* foram favorecidas, graças em parte às mudanças na tecnologia. Em termos simples:

- quando a *hierarquia* é a ordem do dia, o poder de cada um equivale ao do seu degrau na escada organizacional de um Estado, corporação, ou instituição sistematizada de modo similar;
- quando as *redes* têm a vantagem, o poder de cada um equivale ao da sua posição em um ou mais grupos sociais estruturados horizontalmente.

Essa dicotomia entre *hierarquias* e *redes* é uma simplificação exagerada. Ferguson pergunta: é melhor hoje fazer parte de uma rede influente em lugar de uma hierarquia poderosa? Qual descreve melhor a sua posição?

Todos nós somos necessariamente membros de mais de *uma estrutura hierárquica*. Somos quase todos cidadãos de pelo menos *um Estado*. Muitos de nós somos empregados de pelos menos *uma corporação* - e uma quantidade surpreendentemente alta das corporações do mundo é ainda controlada pelo Estado de maneira direta ou indireta.

A maioria das pessoas com menos de 20 anos de idade no mundo desenvolvido provavelmente está em algum tipo ou outro de instituição educacional. Não importa o que essas instituições aleguem, a estrutura delas é fundamentalmente hierárquica.

Um número significativo de jovens em todo o mundo, embora relativamente bem menor em lugar dos últimos quarenta séculos, está cumprindo serviço militar, por tradição a mais hierárquica das atividades. Sob a casta dos guerreiros-militares, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Se você “responde” a alguém, mesmo que seja apenas a um Conselho de Administração, então faz parte de uma hierarquia. Quanto mais pessoas respondem a você, mais longe você está da base da pirâmide.

Contudo, *a maioria de nós pertence a mais redes em lugar de a hierarquias*. Isso não se refere apenas às contas no Facebook, no Twitter ou em uma das outras redes de computador surgidas na internet nos últimos dez anos.

Temos *redes* de parentes (e poucas famílias no mundo ocidental de hoje são hierárquicas), de amigos, de vizinhos, de pessoas com compartilhamento dos nossos interesses. Somos ex-alunos de instituições educacionais. Somos torcedores de times de futebol. Somos membros de clubes e sociedades, ou apoiadores de instituições de caridade. Até a nossa participação nas atividades de instituições com estrutura hierárquica como igrejas ou partidos políticos têm maior relação com redes em vez de submissão ao trabalho, pois participamos como voluntários e não temos expectativa de compensação monetária.

Os mundos das hierarquias e redes se encontram e interagem. Dentro de qualquer grande corporação há redes bem distintas do “organograma” oficial. Quando um chefe é acusado de favoritismo por alguns funcionários, a insinuação é de ter alguns relacionamentos informais capazes de tomar precedência sobre o processo formal de promoções, administrado pelo “Departamento de Recursos Humanos”.

Quando funcionários de firmas diferentes se encontram para beber após o trabalho, eles passam da torre vertical da corporação para a praça horizontal da rede social. De modo crucial, quando um grupo de indivíduos se reúne, e cada um tem poder em uma estrutura hierárquica diferente, essa rede de contatos pode levar a consequências profundas.

Niall Ferguson quer demonstrar essas redes serem encontradas em quase toda a história humana. Elas são muito mais importantes se comparado ao sugerido pela maioria dos livros de história.

Antigamente, historiadores não primavam pela reconstrução de redes do passado. Elas eram negligenciadas em parte porque a pesquisa histórica tradicional utiliza sobremaneira como fonte de material os documentos produzidos por instituições hierárquicas como os Estados. As redes mantêm registros, mas estes não são tão fáceis de se encontrar.

Por muitos anos, como a maioria dos historiadores, Ferguson foi casual na maneira como pensava e escrevia sobre as redes. Em retrospecto, ele deveria ter prestado mais atenção àqueles historiadores de meados do século XX, pioneiros em *prosopografia* (biografia coletiva), sobretudo como um modo de diminuir o papel da ideologia como ator histórico autônomo. No entanto, os esforços deles não chegaram a constituir uma análise formal de rede.

Além disso, eles foram suplantados por uma geração de historiadores sociais (“socialistas”, na classificação do historiador liberal, em vez de “marxistas”) determinada a apontar as classes ascendentes e decadentes como propulsoras da mudança histórica. Ele havia aprendido pela Teoria das Elites, elaborada por Vilfredo Pareto, e considerava, em geral, as elites terem

mais importância em lugar do ensinado nas aulas, baseadas em Karl Marx, para análise do processo histórico. Na verdade, ele não aprendera bem como analisar as estruturas de elite.

Este livro é uma tentativa de se redimir desses pecados de omissão. Conta a história da interação entre redes e hierarquias desde a Antiguidade até o passado bem recente. Junta noções teóricas de inúmeras disciplinas. Elas vão da Economia à Sociologia, da Neurociência ao Comportamento Organizacional.

Sua *tese central* é: as redes sociais sempre foram mais importantes na história do concebido pela maioria dos historiadores, com sua fixação em organizações hierárquicas como os Estados - e especialmente em dois períodos.

- A primeira “Era Interconectada” seguiu à introdução da prensa tipográfica, na Europa, no fim do século XV e durou até o fim do século XVIII.
- A segunda - a nossa própria época - começou na década de 1970, embora Ferguson argumente a revolução tecnológica associada com o Vale do Silício ter sido mais consequência em vez de causa de uma crise das instituições hierárquicas.

O período intermediário, do fim da década de 1790 até o fim dos anos 1960, observou a tendência oposta: as instituições hierárquicas reestabeleceram o controle e conseguiram *fechar ou cooptar as redes*. O zênite do poder organizado de modo hierárquico ocorreu, na verdade, em meados do século XX: a Era dos Regimes Totalitários - e da guerra total.

Essa história contada por Ferguson é, em si, o produto de uma rede de autores.

Em resumo, tenta encontrar um meio-termo entre:

1. a historiografia convencional, com tendência a *atenuar* o papel das redes, e
2. os defensores de teorias conspiratórias, com o hábito de *exagerar* esse papel.

Ele propõe uma *nova narrativa histórica*, onde é possível mudanças importantes - desde a Era das Descobertas e a Reforma, se não antes - serem compreendidas, em essência, como *desafios desestabilizadores apresentados às hierarquias estabelecidas pelas redes*.

Ferguson também desafia as suposições confiantes de alguns comentaristas, feitas hoje em dia, de haver algo inerentemente benigno no distúrbio causadas pelas redes na ordem hierárquica. Estuda a experiência dos séculos XIX e XX para identificar modos como as energias revolucionárias transmitidas pelas redes podem ser contidas.

História do Presente: Era Interconectada

Ferguson (2018), acha as redes darem a impressão de estarem em todo lugar hoje em dia. São redes de televisão, redes de computador, redes políticas, redes de transporte, redes financeiras, redes terroristas, redes de assistência médica - sem deixar de mencionar as redes sociais, educacionais, criminais, elétricas, de telefone, de rádio e de inteligência.

Tudo isso dá a impressão de um mundo “onde tudo está conectado”, embora isso pareça ser um *clichê*. Algumas redes conectam militantes, outras conectam médicos, outras ainda conectam caixas automáticos. Há uma rede do câncer, uma rede dos guerreiros do jihad, entre outras.

Algumas redes - descritas por demasiadas vezes como “vastas” - são internacionais, enquanto outras são regionais. Algumas são etéreas, outras são subterrâneas. Há redes de corrupção, redes de túneis, redes de espionagem. Há até uma rede para fraudar os resultados de jogos de tênis. Vozes milicianas atacam as redes em batalha com vozes defensoras das redes. E tudo isso é coberto sem cessar por redes de cabos e satélites.

Nenhum relato da eleição presidencial norte-americana de 2016 estaria completo sem uma discussão dos papéis desempenhados pelas redes de mídia, desde a Fox News até o Facebook e também o Twitter, a rede preferida do candidato vitorioso. Uma das muitas ironias da eleição foi a campanha de Trump, impelida pelas redes, direcionar grande parte do seu poder de fogo contra a rede de elite de Clinton - uma rede a qual o próprio Trump havia pertencido no passado, como indica a presença dos Clinton no terceiro casamento dele.

Se Trump houvesse perdido a eleição, ele teria lançado a Trump TV como rede de televisão. Um dos muitos motivos por que ele não perdeu foi o fato de a rede de inteligência da Rússia ter feito todo o possível para prejudicar a reputação da rival de Trump, utilizando o website WikiLeaks e a rede de televisão RT como seus principais instrumentos.

Outro motivo pelo qual Trump venceu, porém, foi o fato de a rede terrorista muçulmana, conhecida como Estado Islâmico, ter perpetrado múltiplos ataques nos doze meses anteriores à eleição, inclusive dois nos

Estados Unidos (em San Bernardino e Orlando). Esses ataques aumentaram a atratividade das promessas de Trump de “remover uma a uma [...] as redes de apoio ao islamismo radical neste país”, além de “desmantelar totalmente a rede de terror global do Irã”.

Vivemos, em resumo, na “Era das Redes”. Joshua Ramo a chama de “a Era do Poder das Redes”. Adrienne Lafrance prefere “a Era do Enredamento”. Parag Khanna propõe até uma nova disciplina - a “Conectografia” - para mapear “a Revolução das Redes Globais”. “A sociedade das redes”, de acordo com Manuel Castells, “representa uma mudança qualitativa na experiência humana”.

As redes estão transformando a esfera pública e, com ela, a própria democracia. Para melhor ou para pior, porém? “A tecnologia das redes atuais [...] favorece de verdade os cidadãos”, escrevem Jared Cohen e Eric Schmidt, da Google. “Nunca antes tantas pessoas estiveram conectadas por uma rede de resposta instantânea”, com implicações capazes de realmente “mudar o jogo” da política em todos os lugares.

Uma visão alternativa é a de as corporações globais como a Google estarem obtendo de modo sistemático o “domínio estrutural” ao explorar as redes, a fim de erodir a soberania nacional e a política coletivista capaz de a tornar possível.

Pode-se fazer a mesma pergunta sobre o efeito das redes sobre o sistema internacional: para melhor ou para pior? Para Anne-Marie Slaughter, faz sentido reconfigurar a política global combinando o “jogo de xadrez” da diplomacia tradicional entre Estados com a nova “teia [...] de redes”, explorando as vantagens da última como transparência, adaptabilidade e escalabilidade. As estadistas do futuro, ela argumenta, serão agentes da teia brandindo poder e exercendo liderança com os governos em “estratégias de conexão”. “Se a “primeira guerra informática mundial” já começou, como alguns afirmam, então se trata de uma guerra entre redes.

A possibilidade mais alarmante de todas é uma única rede global acabar por tornar o *Homo sapiens* redundante e, a seguir, extinto. Em *Homo Deus* (2015), Yuval Noah Harari sugere a era das “redes de cooperação em massa” de grande escala e fundamentada na linguagem escrita, dinheiro, cultura e ideologia - produtos de redes neurais humanas à base de carbono - estar cedendo espaço para uma nova era de redes de computadores à base de silicone fundamentada em algoritmos.

Nessa rede, logo descobriremos sermos tão importantes para os algoritmos quanto os animais são para nós. A desconexão da rede se traduzirá na morte para o indivíduo, porque a rede cuidará da nossa saúde 24 horas por

dia. Contudo, a conexão acabará por significar a extinção da espécie: Com base no julgamento desolador de Harari do passado humano, isso seria bem o que merecemos.

Este livro de Niall Ferguson trata mais do passado em lugar do futuro. Para ser preciso, é um livro onde se busca *aprender sobre o futuro estudando sobretudo o passado*, em vez de entreter arroubos de imaginação ou de projeções casuais de tendências recentes naquilo antevisto.

Mesmo enquanto falamos sem parar sobre elas, a realidade é a maioria de nós ter apenas uma compreensão muito limitada de *como as redes funcionam*, e quase nenhum conhecimento *de onde elas vieram*. Em grande medida, não percebemos quão predominantes elas são no mundo natural, ou o papel vital a desempenharem na nossa evolução como espécie, ou como têm sido parte integral do passado humano.

Como resultado, tendemos a subestimar a importância das redes no passado. Isto a partir do pressuposto errôneo de a história não ter nada a nos ensinar sobre esse assunto.

Sem dúvida, nunca houve redes tão amplas como as vistas hoje em dia. E os fluxos de informação - ou de doença - nunca foram tão rápidos. Porém dimensão e velocidade não são tudo.

“Nunca compreenderemos as redes vastas e aceleradas de nosso próprio tempo - em especial, não teremos nenhuma ideia de se a Era das Redes será jubilosamente emancipadora ou horrivelmente anárquica - se não estudarmos as redes menores e mais lentas do passado. Pois essas também foram ubíquas. E, às vezes, eram mesmo muito poderosas.”

História das Redes do Passado

Na Pré-História, o *Homo sapiens* evoluiu como um primata cooperativo, com a habilidade singular de se conectar em redes - de se comunicar e agir de forma coletiva - capaz de nos distinguir de todos os outros animais. O homem, com a sua *rede neural* incomparável, nasceu para se conectar.

As *redes sociais*, portanto, são estruturas formadas pelos humanos de maneira natural, começando com o próprio conhecimento e as várias formas de representação utilizadas para comunicar esse conhecimento. Por exemplo, sobre as árvores genealógicas às quais todos nós necessariamente pertencemos, mesmo apenas alguns dentre nós tendo um conhecimento genealógico detalhado.

As redes incluem os padrões de assentamento, migração e miscigenação capazes de distribuírem a nossa espécie pela superfície do mundo, assim como os milhares de cultos e modismos produzidos, de tempos em tempos, com premeditação e liderança mínimas.

Como Ferguson (2018) mostra, as redes sociais se apresentam em todos os formatos e tamanhos, de sociedades secretas exclusivas a movimentos de código aberto. Algumas têm caráter espontâneo e auto organizador, outras são mais sistemáticas e estruturadas. O que aconteceu de novo - começando com a invenção da linguagem escrita - é novas tecnologias vêm cada vez mais facilitando o nosso impulso inato e antigo de nos conectarmos.

Entretanto, existe um mistério. Pela maior parte da história registrada, *as hierarquias dominaram as redes* em escala e em esfera de ação. Homens e mulheres se organizavam sobretudo em *estruturas hierárquicas*, com o poder concentrado no topo, nas mãos de um chefe, senhor, rei ou imperador.

Em contrapartida, a rede de um indivíduo regular era reduzida em tamanho. O típico camponês - e esse termo descreve a grosso modo a maioria dos humanos pela maior parte da história registrada - estava preso em um agrupamento chamado *família*, dentro de um agrupamento ligeiramente maior chamado *aldeia*, sem quase nenhuma conexão com o mundo mais amplo. Assim a maioria dos humanos vivia até recentemente, cerca de cem anos atrás.

Mesmo hoje em dia, os habitantes das cidades da Índia estão, no máximo, conectados em uma “colcha de retalhos social”, ou seja, uma união de pequenas congregações onde cada congregação é apenas grande o suficiente para receber cooperação de todos os seus membros e onde as congregações estão interligadas. Um papel importante nessas comunidades isoladas é desempenhado por indivíduos “centrais de difusão” chamados em geral de *fofoqueiros*.

Tão opressoras são as redes tradicionais de pequena escala a ponto de alguns indivíduos preferiam se retirar para o *isolamento absoluto*. Esse individualismo extremo, isto é, isolacionista, é a exceção.

O homem é, de fato, *um animal social*. O *misanthropo* - quem odeia a humanidade ou sente aversão às pessoas - é evitado tanto quanto ele mesmo evita os outros. O mistério é por que e como nós, interconectados por natureza, temos estado há tanto tempo sob o domínio de hierarquias com estruturas verticais e institucionalizadas com rigidez.

A palavra “*hierarquia*” deriva do grego antigo, literalmente, com o significado de “o governo do alto sacerdote”. Ela foi utilizada a princípio para

descrever as ordens celestiais dos anjos e, de forma mais geral, para caracterizar uma ordem estratificada de governança espiritual ou temporal.

Até o século XVI, em contraste, a palavra “*rede*” não significava nada além de uma trama feita com fios entrelaçados. Cientistas dos séculos XVII e XVIII discerniram haver *redes na natureza* - das teias de aranha ao sistema circulatório humano de veias e artérias -, mas foi somente no século XIX quando o termo passou a ser utilizado de modo mais metafórico, por geógrafos e engenheiros para descrever hidrovias e ferrovias, e por escritores para caracterizar os relacionamentos entre as pessoas.

Até em torno de 1880, era mais provável os livros publicados em inglês conterem a palavra *hierarchy* [“hierarquia”] em vez de *network*. Apenas no fim do século XX as “redes” começaram a proliferar: primeiro foram as redes de transporte e elétricas, depois as redes de telefone e de televisão, e finalmente as redes de computador e sociais *on-line*. E somente em 1980 a palavra *network* começou a ser usada como verbo para conotar o ato de se socializar de forma deliberada para o benefício da carreira profissional.

História do Efeito de Rede

Em Economia e Negócios, segundo a Wikipedia, um *Efeito de Rede*, também designado *externalidade de rede* ou *busca de economias de escala*, é o efeito de um utilizador de um bem ou serviço sobre o valor do produto para outros utilizadores. Quando o Efeito de Rede estiver presente, *o valor de um produto ou serviço depende do número de utilizações de outras pessoas*.

O exemplo clássico é o telefone. Quanto mais telefones têm as pessoas, mais valioso se torna o telefone para cada proprietário. Isso cria uma *externalidade positiva*, porque um utilizador pode comprar um telefone sem a intenção de criar valor para os outros utilizadores, mas acaba por fazê-lo de qualquer forma. As *redes sociais online* funcionam da mesma forma, com sites como Twitter, Facebook e Google+, tornando-se mais úteis quantos mais utilizadores aderirem.

A expressão “efeito de rede” é aplicada mais comumente a *externalidades positivas*, como no caso do telefone. *Externalidades de rede negativas* também podem ocorrer onde os utilizadores podem produzir maior quantidade de um produto de menor valor, mas são mais vulgarmente referidos como “*congestionamentos*”, como em congestionamentos de trânsito ou congestionamento de rede.

Ao longo do tempo, os efeitos positivos de rede podem criar um efeito de movimento quando a rede se tornar mais valiosa e mais pessoas se juntarem, em um *ciclo de feedback positivo*.

Os Efeitos de Rede tornam-se significativos depois de alcançada uma certa percentagem de assinaturas, a chamada *massa crítica*. No ponto de massa crítica, o valor obtido a partir do bem ou serviço é maior ou igual ao preço pago por esse bem ou serviço. Como o *valor do bem* é determinado pela *base de utilizadores*, isso implica, depois de um certo número de pessoas subscreverem o serviço ou comprarem o bem, mais pessoas subscreverão o serviço ou adquirirão o bem por causa de um valor potencial acima do preço.

Uma preocupação-chave dos negócios deve, então, ser *a forma de atrair utilizadores antes de atingir a massa crítica*. Uma forma é contar com a motivação extrínseca, como um pagamento, uma dispensa de taxa, ou um pedido de amigos para se inscrever.

Uma estratégia mais natural é a de construir um sistema com valor suficiente, mesmo ainda sem os efeitos de rede, pelo menos para os primeiros subscritores. Então, como o número de utilizadores aumenta, o sistema torna-se ainda mais valioso e é capaz de atrair uma ampla base de utilizadores.

Além de massa crítica, o aumento do número de assinantes em geral não pode continuar indefinidamente. Depois de um certo ponto, a maioria das redes tornam-se congestionadas ou saturadas, suspendendo uma futura captação. O *congestionamento* ocorre devido ao uso excessivo.

Uma analogia aplicável seria a de uma rede telefónica sempre ocupada ou uma banda-larga “carregando” por demasiado tempo. Enquanto o número de utilizadores está abaixo do ponto de congestionamento, cada utilizador adicional acrescenta valor adicional para cada outro cliente. No entanto, em algum momento da adição de mais um utilizador excede *a capacidade do sistema existente*. Após este ponto, cada utilizador adicional diminui o valor obtido por todos os outros utilizadores.

Em termos práticos, cada cliente adicional aumenta a carga total do sistema, levando a sinais de “ocupado”, a incapacidade de obter um tom de ligação e suporte ao cliente pobre. O próximo ponto crítico é o valor obtido novamente se tornar igual ao preço pago. *A rede deixa de crescer neste ponto e o sistema tem de ser aumentado*. O ponto de congestionamento pode ser maior em relação ao tamanho de mercado.

Novos modelos tecnológicos *ponto-a-ponto* desafiam sempre um congestionamento. *Ponto-a-ponto*, ou “sistemas P2P”, são redes projetadas para distribuir a carga entre a área do utilizador. Isso permite às verdadeiras

redes P2P *aumentarem indefinidamente*, pelo menos no nível teórico. O Skype, serviço P2P baseado em redes telefônicas, beneficia muito com este efeito, apesar de uma saturação do mercado ainda irá ocorrer.

Os *efeitos de rede* são comumente confundidos com *economias de escala*, porque resultam da *dimensão do negócio*, em vez de *interoperabilidade*. Para ajudar a esclarecer essa distinção, as pessoas falam do lado da procura e comparam com economias do lado da oferta de escala. *Economias de escala são clássicas no lado da produção*, enquanto *os efeitos de rede surgem do lado da procura*. Estas também são confundidos com *economias de escopo*.

A expressão “economia de escopo” indica uma situação onde o custo de produzir dois produtos diferentes é menor se esses dois produtos forem produzidos por uma só empresa. Isso pode ser explicado porque existem matérias-primas usadas na produção de várias mercadorias ou serviços, ou porque os processos de fabricação são complementares.

O Efeito de Rede tem muitas semelhanças com a descrição do fenômeno dito de “reforçar laços de *feedback* positivo”, descrito na dinâmica do sistema. Essa *dinâmica do sistema* poderia ser usada como um método de modelação para descrever fenômenos como “a propaganda boca-a-boca”, isto é, *modelo Bass de marketing*.

Por exemplo, uma característica importante no sistema de cartões de pagamento é a presença da chamada *externalidade de rede*. Um indivíduo só se interessa em adquirir um cartão se souber haver um número suficiente de lojas dispostas a aceitá-lo. Já um lojista só irá se interessar em se credenciar para determinada bandeira se souber haver um número suficiente de portadores de cartão daquela bandeira.

Portanto, quando um consumidor decide adquirir um cartão, além do benefício próprio, ele está beneficiando toda a rede associada àquele cartão. Da mesma forma, quando um lojista adere ao sistema, ele beneficia indiretamente todos os demais lojistas pois, ainda se for marginalmente, o fato de ter uma loja a mais afiliada ao sistema, estimula novos consumidores a adquirir o cartão daquela bandeira, o que, por sua vez, estimula novos lojistas a se credenciarem.

O benefício não precificado causado por um agente a outro é denominado *externalidade positiva*. Como um consumidor, ao adquirir um cartão, gera externalidade positiva, o preço pago pelo serviço deveria ser menor em relação ao custo acarretado por ele. Do contrário, ele tenderia a utilizar o serviço menos em lugar do considerado socialmente ótimo.

Era da Inteligência Artificial

De uma perspectiva mais ampla, humanos e máquinas inteligentes são entidades com compartilhamento de certas propriedades econômicas: em primeiro lugar, ambos absorvem recursos escassos. Esses recursos servem para atender suas necessidades de manutenção e garantir sua sobrevivência.

Embora a cesta de absorção dos dois tipos seja diferente - por exemplo, humanos consomem pão, enquanto máquinas absorvem eletricidade - a função econômica básica é a mesma. Além disso, ambos os tipos de entidades também fornecem seus serviços como fatores de produção para a economia - trabalho humano ou trabalho de máquinas -, e ambos seguem as leis-de-ação definidas.

Em um artigo recente sobre “*Ascensão de Agentes Artificialmente Inteligente (AIA)*” (2018), Anton Korinek observa como estamos entrando em um período quando cada vez mais máquinas inteligentes superarão as capacidades dos seres humanos em um crescente número de áreas. A concorrência por recursos escassos pode cada vez mais jogar os seres humanos para fora do processo de produção em favor de substituição por entidades artificiais.

A manifestação presente mais tangível dessas entidades são corporações de alta tecnologia. Elas absorvem uma parcela crescente dos recursos da economia, por exemplo, o trabalho humano empregado, as matérias-primas utilizadas em computação e *data centers*, e a eletricidade consumida, quando “fazendas de servidores” absorvem perto de 10% da produção mundial de eletricidade, segundo algumas estimativas. Elas também acumulam níveis crescentes de riqueza.

Embora elas sejam de propriedade de humanos, o nível de fato de controle exercido por seus proprietários é bastante baixo. Como AIAs podem ganhar cada vez mais *autonomia*, suas ações cada vez mais vão surpreender seus criadores e proprietários humanos. Elas estão frequentemente desalinhadas com os objetivos de seus proprietários, como por exemplo Mark Zuckerberg expressou surpresa quando ele descobriu sobre o papel do Facebook em eleições recentes.

Nesta perspectiva, a questão de “quem possui máquinas ou algoritmos inteligentes” é cada vez mais irrelevante. A propriedade sem controle estrito não tem sentido.

Os verdadeiros *mestres do universo*, como os do Vale do Silício, se referem aos fundadores das corporações com maior quantidade e mais

influyente alta tecnologia. Não são tanto os humanos a possuir suas ações, mas os próprios algoritmos. Um dos principais desafios para a humanidade, na Era da Inteligência Artificial, será garantir aos humanos a continuidade de suas prosperidades e redistribuir uma parte justa dos recursos produzidos por nossa economia de compartilhamento humano com a AIA.

Os temas e as políticas propostas, na área econômica da tecnologia, assumem ainda mais urgência quando vistos através dessas lentes. Desfazer a *redistribuição tecnológica de renda* e fazer um *redirecionamento do progresso tecnológico* é ainda mais importante quando eles se referem à distribuição de recursos entre humanos e entidades artificiais. Além disso, *reduzir o poder monopolista dos superstars digitais* ganha importância extra quando se trata de manter a parcela de consumo dos seres humanos em nossa economia comum.

Apesar de todas essas medidas, *o trabalho humano pode se tornar irrelevante no mercado de trabalho nas próximas décadas*. Satisfazendo as necessidades básicas de nós, seres humanos, então, exigiria renda de outras fontes não obtidas por trabalho, sejam elas rotuladas de:

1. um dividendo social,
2. uma alocação de renda de subsistência, ou
3. uma renda básica universal.

A dificuldade política de oferecer serviços gratuitos pode ser reduzida ao setor público fornecer muitos dos serviços nos quais nós humanos confiamos, tais como educação pública com qualidade de graça. Além disso, alguns podem achar a concessão de subsídios aos seres humanos ser desejável para eles realizarem tarefas de modo a lhes fornecer *significado*, mesmo sendo elas um desperdício ou mesmo redundantes do ponto de vista econômico.

A alternativa gritante seria deixar as “livres forças malthusianas” jogarem fora o animal humano. Isso levaria a um grande sofrimento desnecessário em um mundo da abundância crescente.

Era das Máquinas de Previsão

Ajay Agrawal, Joshua Gans e Avi Goldfarb, coautores de “Máquinas de previsão: a economia simples da inteligência artificial”, livro publicado em 2018, se concentraram *em como essa tecnologia afeta a estratégia de negócios*. A IA é uma *tecnologia de previsão*, as previsões são insumos para a

tomada de decisões e a economia fornece uma estrutura perfeita para entender os *trade-offs* subjacentes a qualquer decisão.

A nova onda de inteligência artificial, na verdade, não vai nos propiciar inteligência, mas sim um componente crítico da inteligência - *a previsão*. Cada inicialização no laboratório é baseada na exploração dos benefícios de uma melhor previsão.

A Economia fornece uma base bem estabelecida para entender a incerteza e o que isso significa para a tomada de decisões. Como uma previsão melhor reduz a incerteza, os coautores usam a Economia para dizer o que a IA significa para as decisões tomadas no curso do negócio. Isso, por sua vez, fornece *insights* sobre quais ferramentas de inteligência artificial provavelmente fornecerão o maior retorno sobre o investimento para os fluxos de trabalho dentro de uma empresa. Daí leva a uma estrutura para projetar estratégias de negócios, por exemplo, como se pode repensar a escala e o escopo de seu negócio para explorar as novas realidades econômicas baseadas na previsão barata. Finalmente, os coautores apresentam os principais *trade-offs* associados à IA no emprego, na concentração do poder corporativo, na privacidade e na geopolítica.

Máquinas de Previsão não é um livro com a receita para o sucesso na economia da IA. Em vez disso, enfatiza as compensações. Mais dados significa menos privacidade. Mais velocidade significa menos precisão. Mais autonomia significa menos controle. Os coautores não prescrevem a melhor estratégia para cada negócio. Esse é trabalho de estrategista. A empresa, a carreira ou o país, tudo dependerá de como cada qual avalia o custo de oportunidade nesses *trade-offs*.

A Economia oferece *insights* claros sobre as implicações comerciais da previsão mais barata. As máquinas de previsão serão usadas para tarefas de predição tradicionais (previsão de estoques e demanda) e novos problemas (como navegação ou tradução). A queda no custo da previsão afetará o valor de outras coisas, aumentando o valor dos complementos (dados, julgamento e ação) e diminuindo o valor dos substitutos (previsão humana).

As organizações podem explorar máquinas de previsão adotando ferramentas de inteligência artificial para auxiliar na execução de sua estratégia atual. Quando essas ferramentas se tornam poderosas, elas podem motivar a mudança da estratégia em si. Por exemplo, se um *marketing-place* consegue prever o que os compradores querem, ele pode passar de um “modelo de loja na hora” para um “modelo de loja em casa”, levando mercadorias para as casas antes mesmo de elas serem encomendadas. Tal mudança transformará a organização: em lugar de atender a encomenda da

demanda passa a ofertar de acordo com um algoritmo capaz de “adivinhar” as preferências do consumidor em casa.

Como resultado das novas estratégias buscadas pelas organizações para aproveitar a IA, nos depararemos com um novo conjunto de *trade-offs*, relacionado a como a IA impactará a sociedade. Nossas escolhas dependerão de levantamento do padrão de nossas necessidades e preferências. Certamente, serão diferentes em diferentes países e culturas.

Os coautores estruturaram este livro em cinco seções para refletir cada camada de impacto da IA. Além da análise dos *fundamentos da previsão*, revelam os *trade-offs* para a sociedade em termos de previsão, tomada de decisão, ferramentas, estratégia e sociedade.

A *previsão* é o processo de preenchimento de informações ausentes. A previsão usa as informações já de sua posse, geralmente chamadas de “dados”, e as usa para gerar informações não possuídas. Além de gerar informações sobre o futuro, a previsão pode gerar informações sobre o presente e o passado.

O processo aparentemente impossível de preencher informações não possuídas pode fazer as máquinas de previsão parecerem mágicas. Isso já aconteceu, por exemplo, quando as máquinas passaram a *ver* (reconhecimento de objetos), *trafegar* (carros sem motoristas) e *traduzir* (tradução automática via aplicativos).

A ciência de *aprendizado de máquina* tem objetivos diferentes das estatísticas. Enquanto as estatísticas enfatizam seus dados estarem corretos, em média, o aprendizado de máquina não exige isso. Em vez disso, o objetivo é a eficácia operacional.

As previsões podem ter preconceitos ou vieses, mesmo se forem melhores (algo possível com computadores poderosos) comparativamente aos humanos. Isso dá aos cientistas a liberdade de experimentar e conduzir melhorias rápidas. Eles aproveitam a maior disponibilidade dos grandes dados [*big data*] e os supercomputadores surgidos na última década.

Os *métodos estatísticos tradicionais* requerem a articulação de hipóteses ou pelo menos da intuição humana para a especificação do modelo. O *aprendizado de máquina* tem menos necessidade de especificar antecipadamente o que entra no modelo e pode acomodar o equivalente a modelos muito mais complexos, com muito mais interações entre variáveis.

Avanços recentes no aprendizado de máquina são frequentemente referidos como avanços na inteligência artificial porque:

1. os sistemas baseados nessa técnica aprendem e melhoram com o tempo;
2. esses sistemas produzem previsões significativamente mais precisas do que outras abordagens sob certas condições, o que é central para a inteligência; e
3. a maior precisão de previsão desses sistemas permite eles realizarem tarefas, como tradução e navegação, antes consideradas domínio exclusivo da inteligência humana.

As máquinas de previsão utilizam três tipos de dados:

1. dados de treinamento para treinar a inteligência artificial,
2. dados de entrada para previsão e
3. dados de *feedback* para melhorar a precisão da previsão.

A coleta de dados é um investimento caro. O custo da coleta de dados depende de quantos dados você precisa e de quão intrusivo é o processo de coleta. É essencial equilibrar o custo da aquisição de dados com o benefício de uma maior precisão de previsão. Determinar a melhor abordagem requer estimar o ROI (retorno sobre investimento) de cada tipo de dados: quanto custará adquirir e qual será o valor do aumento na precisão da previsão?

Razões estatísticas e econômicas determinam se ter mais dados gerará mais valor. Do ponto de vista estatístico, os dados têm retornos decrescentes. Cada unidade adicional de dados melhora sua previsão menos em relação aos dados anteriores. Em termos de economia, o relacionamento é ambíguo. Adicionar mais dados a um grande estoque existente de dados pode ter custo maior em lugar de adicioná-lo a um pequeno estoque.

Humanos, incluindo especialistas profissionais, fazem previsões ruins sob certas condições. Eles geralmente apresentam um excesso de informações importantes, mas são incapazes de observar as propriedades estatísticas essenciais por causa de preconceitos.

As máquinas de previsão são melhores comparadas aos seres humanos ao fatorar *interações complexas* entre diferentes indicadores, especialmente em ambientes com grandes dados [*big data*]. À medida que o número de dimensões para essas interações cresce, a capacidade mental dos humanos de fazer predições precisas diminui, especialmente em relação às máquinas. No

entanto, os humanos geralmente são melhores comparados às máquinas quanto a *entender o processo de geração de dados conferir uma vantagem em termos de previsão*, especialmente em configurações com dados finos ou particulares.

O custo unitário por previsão diminui à medida que a frequência aumenta como consequência da economia de escala das máquinas de previsão. A previsão humana não escala da mesma maneira. No entanto, os seres humanos têm modelos cognitivos de como o mundo funciona. A partir deles, podem fazer previsões baseadas em pequenas quantidades de dados.

Assim, os coautores deste livro preveem um *aumento na predição humana por exceção*, ao mesmo tempo enquanto as máquinas gerarão a maioria das previsões, porque são baseadas em dados rotineiros e regulares. Mas quando ocorrem eventos raros, a máquina reconhece não ser capaz de produzir uma previsão com confiança e, portanto, solicita assistência humana. O humano fornece *a previsão por exceção*.

Uma previsão não é uma decisão - é apenas um componente de uma decisão. Os outros componentes são julgamento, ação, resultado e três tipos de dados: entrada, treinamento e *feedback*.

Ao decompor uma decisão em seus componentes, podemos entender o impacto das máquinas de previsão no valor de seres humanos e outros ativos. O valor dos substitutos para as máquinas de previsão, ou seja, a previsão humana, diminuirá. No entanto, o valor dos complementos, como as habilidades humanas associadas à coleta de dados, julgamento e ações, se tornará mais valioso.

O *julgamento* envolve determinar o retorno relativo associado a cada possível resultado de uma decisão, incluindo aqueles associados a decisões corretas, bem como aqueles associados a erros, ambos face a contextos futuros desconhecidos. O julgamento exige especificar o objetivo realmente em busca. É um passo necessário na tomada de decisões.

Como as máquinas de previsão tornam as previsões cada vez melhores, mais rápidas e mais baratas, o valor do julgamento humano aumentará, quando precisarmos dele. Podemos estar mais dispostos a exercer esforço e aplicar o julgamento às decisões, quando previamente escolhemos não decidir, ou seja, aceitar o padrão maquinal.

As máquinas de previsão aumentam o retorno do julgamento porque, diminuindo o custo da previsão, aumentam o valor de compreender as

recompensas associadas às ações. No entanto, o julgamento é caro. Descobrir os *payoffs* relativos para ações diferentes em situações diversas requer tempo, esforço e experimentação.

Muitas decisões ocorrem sob condições de incerteza. Sob condições de incerteza, precisamos determinar a recompensa (ou o castigo) por tomar decisões erradas, não apenas certas. Assim, a incerteza aumenta o custo de julgar os *payoffs* de uma determinada decisão.

Pode ser muito caro codificar antecipadamente todos os pagamentos associados a cada combinação, especialmente os muito raros. Nesses casos, é menos custoso para um ser humano aplicar o julgamento após a predição da máquina de previsão.

As máquinas podem aprender a prever o julgamento humano. É impraticável para os seres humanos codificar seu julgamento sobre como lidar com todas as situações possíveis. No entanto, as máquinas podem prever o julgamento humano, recapitulando em sua memória o que um humano faria em tal situação e o grau de acerto.

Existem limites para a capacidade das máquinas de prever o julgamento humano. Os limites estão relacionados à falta de dados. Existem alguns dados não apresentados pelos humanos, como as diversas preferências individuais. Esses dados têm valor.

Máquinas são ruins na previsão de eventos raros. Os humanos usam analogias e modelos para tomar decisões em situações incomuns. As máquinas não podem prever o julgamento humano quando uma situação não ocorreu muitas vezes no passado. Nesse caso, *não há dados na memória.*

As máquinas de previsão permitem, por exemplo, os veículos autônomos operarem em ambientes não controlados, como em uma rua da cidade, porque em vez de codificar todos os possíveis “ses [ifs]”, antecipadamente, a máquina pode aprender a prever o que um controlador humano faria em qualquer situação específica. As máquinas de previsão fornecerão novos e melhores métodos para gerenciar riscos.

A introdução da IA em uma tarefa não implica necessariamente automação completa dessa tarefa. A previsão é apenas um componente. Em muitos casos, os humanos ainda são obrigados a aplicar julgamento e tomar uma ação.

A atribuição de responsabilidade é uma ferramenta comum usada por economistas para resolver problema, devido a acidentes, internalizando externalidades. Provavelmente, haverá uma onda significativa de

desenvolvimento de políticas relacionadas à atribuição de responsabilidade por acidentes, impulsionada por uma demanda crescente por muitas novas áreas de automação.

A implementação de *ferramentas de inteligência artificial* gera cinco implicações para trabalhos:

1. As ferramentas de AI podem *aumentar os trabalhos*, por exemplo, com planilhas e contabilidade.
2. As ferramentas de IA podem *contratar novos cargos*, como nos centros de atendimento.
3. As ferramentas de IA podem *levar à reconstituição de trabalhos*, com algumas tarefas adicionadas e outras retiradas como obsoletas.
4. As ferramentas de IA podem *mudar a ênfase nas habilidades específicas necessárias* para um trabalho específico, como acontece com os motoristas de ônibus escolar.
5. As ferramentas de IA podem alterar os retornos relativos a certas habilidades e, assim, *alterar os tipos de pessoas capazes de melhor se adaptarem a tarefas específicas*.

A IA pode levar a uma *mudança estratégica* se três fatores estiverem presentes:

1. há um *trade-off* principal no modelo de negócios (por exemplo, loja-depois-envio versus envio-depois-loja);
2. o *trade-off* é influenciado pela incerteza (por exemplo, as vendas mais altas do envio-depois-loja terem suas vantagens superadas pelos custos mais altos de itens devolvidos, devido à incerteza sobre o que de fato os clientes comprarão);
3. uma ferramenta de inteligência artificial ao reduzir a incerteza inclina o balanço do *trade-off* para a estratégia ótima de mudar de um lado para o outro (por exemplo, uma IA reduzir a incerteza ao prever determinado cliente irá comprar em tamanha escala de forma os retornos de um modelo de envio-depois-loja superarem os do modelo tradicional de loja-depois-envio).

As máquinas de previsão diminuem o incentivo para as empresas terceirizarem o trabalho com foco no julgamento. A qualidade do julgamento é difícil de especificar em um contrato e difícil de monitorar.

Se o julgamento pudesse ser bem especificado, então ele poderia ser programado e não precisaríamos de humanos para fornecê-lo. Como *o julgamento provavelmente será o principal papel do trabalho humano* à medida que a IA se difunda, o emprego interno aumentará e a contratação de mão-de-obra diminuirá.

A IA aumentará os incentivos para possuir dados. Ainda assim, a contratação de dados externos pode ser necessária quando as previsões fornecidas pelos dados internos não forem estrategicamente essenciais para sua organização. Nesses casos, pode ser melhor comprar previsões diretamente, em vez de comprar dados e, então, gerar suas próprias previsões.

A IA pode levar à *inovação disruptiva*, porque as empresas incumbentes costumam ter incentivos econômicos mais fracos se comparados aos das *startups* para adotar a tecnologia. Os produtos habilitados para IA geralmente são inferiores no início, porque leva tempo treinar uma máquina de previsão para executar sua tarefa, bem como um dispositivo codificado seguir instruções humanas, em vez de aprender sozinho. No entanto, uma vez implantada, uma IA pode continuar a aprender e melhorar, deixando para trás os produtos concorrentes não inteligentes.

O benefício de implantar mais cedo é o aprendizado da máquina mais rápido, e o custo é maior risco. Risco para a marca ou a segurança do cliente, caso esse seja exposto a IA imatura e não adequadamente treinada.

A IA carrega muitos tipos de *risco*. Resumo seis dos tipos mais importantes.

1. Previsões de IAs podem levar à *discriminação*. Mesmo que tal discriminação seja inadvertida, cria responsabilidade.
2. IAs são ineficazes quando os dados são escassos. Isso cria um *risco de qualidade*, particularmente do tipo “desconhecido conhecido”, no qual uma previsão é fornecida com confiança, mas é falsa.
3. Dados de entrada incorretos podem enganar as máquinas de previsão, deixando seus usuários *vulneráveis a ataques de hackers*.

4. Assim como na biodiversidade, a diversidade de máquinas de previsão envolve um *trade-off* entre resultados no nível individual e no nível do sistema. Menos diversidade pode beneficiar o desempenho em nível individual, mas aumenta o *risco de falha maciça na previsão sistêmica*.
5. As máquinas de previsão podem ser interrogadas, expondo-o ao *roubo de propriedade intelectual* e a atacantes sabotadores poderem identificar *pontos fracos*.
6. O *feedback* pode ser manipulado para as máquinas de previsão aprenderem o *comportamento destrutivo*.

O surgimento da IA apresenta a sociedade com muitas escolhas. Cada um representa uma troca. Nesse estágio, enquanto a tecnologia ainda está engatinhando, há três *trade-offs* particularmente salientes para a sociedade enfrentar.

O primeiro *trade-off* é *produtividade versus distribuição*. Economistas concordam a respeito do avanço tecnológico nos tornar melhores e aumentar a produtividade. IA irá melhorar a produtividade de forma inequívoca.

O problema não é criação de riqueza, mas sim a distribuição. A IA pode exacerbar o problema da desigualdade de renda por dois motivos.

Primeiro, assumindo certas tarefas, as IAs podem aumentar a competição entre os humanos pelas tarefas restantes, diminuindo os salários e reduzindo ainda mais a fração da renda obtida pelo trabalho versus a fração obtida pelos proprietários de capital.

Em segundo lugar, as máquinas de previsão, como outras tecnologias relacionadas a computadores, podem ser influenciadas por habilidades. Desse modo, as ferramentas de IA podem aumentar, desproporcionalmente, a *produtividade de trabalhadores altamente qualificados*.

O segundo *trade-off* é *inovação versus concorrência*. Como a maioria das tecnologias relacionadas a *software*, a IA tem *economias de escala*. Além disso, as ferramentas de inteligência artificial são frequentemente caracterizadas por algum grau de retornos crescentes (*efeito de rede*): uma melhor precisão de previsão leva a mais usuários, mais usuários geram mais dados e mais dados levam a melhor precisão de previsão.

As empresas têm maiores incentivos para construir máquinas de previsão se tiverem mais controle, mas, junto com as economias de escala, isso pode levar à *monopolização*. Inovação mais rápida pode beneficiar a

sociedade, sob uma *perspectiva econômica* em curto prazo, mas pode não ser ideal a partir de uma *perspectiva social* em médio e/ou longo prazo.

O terceiro *trade-off* é *desempenho versus privacidade*. As IAs funcionam melhor com mais dados. Em particular, elas são mais capazes de *personalizar suas previsões* se tiverem acesso a mais dados pessoais. A provisão de dados pessoais será muitas vezes à custa da *privacidade reduzida*.

Algumas jurisdições, como a Europa, optaram por criar um ambiente capaz de proporcionar aos seus cidadãos mais privacidade. Isso pode, por um lado, beneficiar seus cidadãos e até criar condições para um mercado mais dinâmico de informações privadas, onde os indivíduos podem decidir com mais facilidade se desejam negociar, vender ou doar seus dados privados. Por outro lado, isso pode criar atritos em locais onde a opção é dispendiosa. Aí prejudicará empresas e cidadãos europeus em mercados onde as IAs com melhor acesso a dados são mais competitivas.

“Tal qual a União Europeia tem se preocupado com *abusos nas redes sociais*, as instituições brasileiras precisam se atentar para esse fenômeno. O conjunto de dados, com a conclusão do inquérito sobre *fake News*, evidenciará o caminho escolhido ser o mais sensato, o mais contemporâneo, e o que mais resguarda a instituição. E por fim tudo será encaminhado aos órgãos competentes para as providências cabíveis”, disse José Antônio Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) (Valor - Eu&Fim-de-Semana, 26/04/2019).

Para todos os três *trade-offs*, as jurisdições terão de pesar ambos os lados da troca (custos de oportunidade) e as políticas de *design* mais alinhadas com sua estratégia global e as preferências de seus cidadãos.

Parte IV -
POR CAUSA DISSO
(POLÍTICA)

Fim da Era do Machismo

O livro “*Angry White Men: American Masculinity At The End Of An Era*” (NY: Nation Books; 2013) de autoria de Michael Kimmel, em seu Prefácio, esclarece seu propósito.

“Sempre quando as pessoas me perguntaram sobre o assunto do meu novo livro, eu mal consegui dizer-lhes as três palavras do título antes de me presentarem com *histórias de raiva cega* sendo dirigida a elas, incivilidade diária testemunhada ou experimentada. Elas se sentiram, ouviram ou expressaram indignação. Eu ouvi muitos xingamentos nos corredores do Congresso contra os caras entrevistados na TV ou em rádio. Eles falaram em terem ficado furiosos com essas manifestações, confrontados por contra-argumentos de moderadores igualmente enfurecidos.”

“Já ouvi falar de pessoas se comportando de forma assassina em estradas, de meus amigos terem medo de se sentar nas arquibancadas nos jogos de hóquei dos filhos ou entrarem nos bastidores de suas partidas de futebol. E quase todos se queixam de *trolls* da Internet. Os escondidos em anonimato se escondem em comentários de sites de notícias e blogs prontos para atacar violentamente qualquer um com quem possam discordar.”

As pessoas disseram a Michael Kimmel se acharem mais irritadas como jamais estiveram. Alguns sujeitos estavam preocupados por eles estarem muito mais irritados do quando se lembram de estarem com seus pais. Outros tentaram manter um limite entre a raiva política e a fúria contra suas famílias, embora até mesmo a fronteira pareça, para alguns, indescritível. “A pressão sanguínea nacional está elevada”, disse seu amigo Dan, um médico dado a metáforas fisiológicas. “É assustadoramente alto. Os betabloqueadores culturais estão em ordem.”

Esse *aumento na raiva americana* foi amplamente divulgado - e raivosamente! Os acusadores (e acusados de raiva doentia) colocam a culpa em corporações gananciosas, legislaturas impassíveis, governos locais e estaduais cruéis e furiosos, mudanças demográficas capazes de enfurecem os nativos norte-americanos, isto é, os descendentes dos WASP responsáveis pelo genocídio dos nativos indígenas.

WASP é o acrônimo em inglês com significado de “Branco, Anglo-Saxão e Protestante” (White, Anglo-Saxon and Protestant). É usado em sentido pejorativo. Presta-se a designar um grupo relativamente homogêneo de indivíduos de religião protestante e ascendência britânica. Eles, supostamente, detêm enorme poder econômico, político e social. Costuma ser empregada para indicar desaprovação ao poder excessivo gozado por esse grupo na sociedade norte-americana.

Salvo em tom jocoso, é incomum alguém se referir a si mesmo como um WASP. Em termos mais genéricos, a expressão pode ser aplicada a qualquer descendente de europeus ocidentais (não necessariamente britânicos), mas não a católicos, judeus, negros, latinos, nativos americanos e asiáticos.

Os descendentes dos WASP colocam também como bodes-expiatórios os grupos de interesse especial ao promoverem suas agendas de interesse especial, ou seja, de minorias. Principalmente, eles culpam “eles” - algum grupo, organização ou instituição capaz de agir tão notoriamente a ponto do ultrajado se sentir uma raiva justificada ou justa. Os grupos ou indivíduos mudam, porém, o sacrifício do bode expiatório se tornou um passatempo nacional.

Michael Kimmel admite também estar com raiva. Está indignado com a arrogante santidade religiosa das igrejas protetoras dos padres ou bispos pedófilos. Ele fica impaciente esperando no telefone falar com outro “menu de opções” para registrar uma queixa e providenciar um conserto ou um cancelamento de assinaturas. Fica justamente indignado quando motoristas enlouquecidos passam por três faixas de tráfego à direita para ultrapassar um carro lento na faixa da esquerda. Tudo isso é agravado por impasse político e políticos estúpidos. Ele fica chateado quando recepcionistas em escritórios ou anfitriões em restaurantes suspiram alto com sua inocente solicitação para eles realmente fazerem o trabalho deles e ligarem para a pessoa à espera do seu encontro se encontrar em uma mesa reservada para comer. Geralmente, não é uma pessoa mal-humorada, mas às vezes lhe parece todas as outras pessoas serem presunçosas, arrogantes, irritantes, incompetentes ou politicamente insanas - às vezes, todas as opções acima.

Muitas vezes fica com *raiva da política*. Como ele não pode?! Fica indignado com republicanos intransigentes e obstrucionistas no Congresso. Eles não admitem o mandato recebido pelo presidente Obama face sua ameaça de elegerem a alternativa Mitt Romney. Fica irritado com uma maioria democrata impotente e sem fôlego. Ela parece não conseguir assumir o mandato do eleito pelo seu partido. Fala da influência desmedida de um bando de defensores do armamentismo altamente organizados sobre a segurança pública, mesmo quando a opinião popular oscila para o outro lado.

Há outras emoções além da raiva, é claro. Fica *angustiado* quando lê sobre jovens negros assassinados pela polícia. Fica *solidário* com gays e lésbicas ainda alvos de violência por vizinhos odiosos por eles amarem quem amam. Fica *dilacerado* com histórias de mulheres estupradas, espancadas e assassinadas, muitas vezes pelos mesmos homens chorosos a dizerem as amarem. Fica *horrorizado* quando as pessoas são explodidas simplesmente por

correr em uma corrida ou as crianças são massacradas simplesmente por estarem na escola.

Por outro lado, também está ciente de, apesar de tudo, provavelmente nunca antes foi melhor ser uma pessoa de cor, uma mulher ou LGBT nos Estados Unidos. Sim, os velhos hábitos são difíceis de morrer e as suposições podem morrer mais duramente. Mas é um caso bem fácil de se afirmar, seja por raça, gênero ou sexualidade, a América nunca foi mais igual. Então, também está muito feliz por ter vivido tempo suficiente para ver um homem negro na Casa Branca, mulheres liderando governos nacionais e grandes corporações, assim como lésbicas e gays. Homens estão proclamando seu amor pelo mundo visto hoje.

Deixe-o ser claro: não está dizendo termos chegado a alguma utopia pós-feminista, pós-feminista e pós-civil; e menos ainda está dizendo alguma mudança ter sido acionada e agora homens, pessoas brancas ou pessoas heterossexuais são as novas vítimas de uma “agenda” confusa. Está simplesmente dizendo:

1. as mulheres estão mais seguras hoje em comparação a qualquer outra época de nossa sociedade,
2. os LGBT são mais aceitos e livres para amar quem amam e
3. as minorias raciais e étnicas enfrentam menos obstáculos em seus esforços para se integrarem plenamente na sociedade americana.

Para ter certeza, Michael Kimmel é temperamentalmente otimista. Como acadêmico e ativista, muitas vezes pensa em otimismo como parte da descrição do seu trabalho. Como ativista, acredita, através de uma luta constante, nossa sociedade pode e será moldada em uma sociedade capaz de melhor atender sua promessa de liberdade e justiça para todos. E como acadêmico, se ele puder inspirar seus alunos a se engajarem mais criticamente com o mundo deles, e ajudá-los a desenvolver as ferramentas com as quais eles podem fazer isso, suas vidas, independentemente de como eles as desejarem, com orientações éticas obterão melhor resultado.

Certamente, o arco da história aponta para uma *maior igualdade*. Lentamente sim e intermitentemente. Mas definitivamente.

Esse comentário lhe leva a uma discussão não sobre o título do livro, mas sobre o subtítulo do livro. Se este é um livro sobre a masculinidade americana “no fim de uma Era”. De qual Era, exatamente, está falando? E por que ela está acabando? E está terminando uma coisa boa ou ruim?

De certo modo, estas perguntas são feitas tarde demais. Ele não está narrando uma mudança a chegar. Está descrevendo uma mudança, em muitos aspectos, já acontecida. É um negócio já feito. *Acabou a Era do Direito Masculino Inquestionável e Incontestável*. Este é um livro sobre aqueles homens ainda não cientes disso - ou sentem “a mudança no vento” e estão determinados a “conter a maré”.

O fim dessa *Era do Machismo* (exagerado senso de orgulho masculino, virilidade agressiva, macheza e comportamento tendente a negar à mulher a extensão de prerrogativas ou direitos do homem) deixa aqueles de nós beneficiários da dramática desigualdade social, característica da sociedade americana por tantos anos - nós, homens brancos heterossexuais -, com uma escolha a fazer.

Sabemos como será o futuro daqui a vinte anos:

- o casamento entre pessoas do mesmo sexo será uma política nacional (e nem o casamento heterossexual nem a família nuclear tradicional terão evaporado),
- pelo menos um quarto de todos os membros da Diretoria corporativa serão mulheres,
- as universidades e até os militares terão descoberto como julgar a agressão sexual,
- ex-imigrantes ilegais terão um caminho para a cidadania, e
- todas as minorias raciais e étnicas (exceto talvez os muçulmanos, ainda, infelizmente, sujeitos a ódio vingativo) serão mais totalmente integradas.

Então, nossa escolha é simples: nós também podemos ser arrastados, chutando e gritando contra aquele futuro esperado de maior igualdade e, portanto, maior liberdade para todos, ou subir com a maré, descobrindo, ao longo do caminho, o futuro ser realmente mais brilhante para nós também. Os dados a respeito são abundantes para demonstrar *quanto maior o nível de igualdade de gênero em uma sociedade, seja em um relacionamento, seja em um casamento, menores são as taxas de depressão e maiores as taxas de felicidade*.

Este é um livro sobre aqueles homens esperneando por se recusarem a ser arrastados. Estão chutando e gritando contra aquele futuro inevitável. Eles são homens brancos e não estão nem um pouco felizes com a maneira

como os costumes sociais se transformaram. Eles veem um pequeno conjunto de ondas como um gigantesco tsunami prestes a passar sobre eles.

É um livro sobre como a sensação de pressuposto direito por raça ou sexo distorce a visão de uma pessoa.

Os direitos raciais e de gênero não conhecem nenhum *sistema de classe*: os homens brancos da classe trabalhadora podem experimentar essa sensação de direito diferentemente dos homens brancos da classe alta, mas também existem muitos pontos em comum, muitos pontos de contato. Homens brancos de todas as classes se beneficiam de um sistema baseado na desigualdade racial e de gênero. Não importa se somos encanadores da classe trabalhadora ou financistas associados às grandes corporações, crescemos para esperar o mundo ser justo. Esse trabalho duro e honesto e a disciplina trarão prosperidade e estabilidade. É difícil para muitos nós perceber: realmente estamos nos beneficiando unilateralmente de uma desigualdade dramática.

Pense nisso como se você estivesse correndo em uma corrida. Você esperaria todos jogarem segundo as mesmas regras: comecem na linha de partida e corram da melhor maneira possível, e o corredor mais rápido venceria a corrida. Você se irritaria se alguns grupos tivessem um *ponto de partida diferente*, permitissem entrar onde quisessem ou se pudessem amarrar os pés dos outros juntos - ou se algumas pessoas corressem em uma direção com o vento em suas costas, enquanto o resto de nós tenhamos e correr com um forte vento contrário.

Pode ser difícil para os homens brancos perceberem, independentemente de outros fatores, termos corrido com o vento em nossas costas todos esses anos. O que pensamos ser “justiça” para nós foi construído nas costas dos outros. Não abriguemos ilusões como “meritocracia” e “justiça”, se sabemos, desde o nascimento, o sistema estar contra “os outros”: mulheres, gays, lésbicas, negros, latinos, etc.

O “campo de jogo nivelado” tem sido tudo menos a manutenção do mesmo nível para todos - e nós temos corrido ladeira abaixo com o vento a favor - e não em direção oposta. Esforços para nivelar o campo de jogo podem parecer a tentativa de conseguir fazer a água subir a colina, como se fosse uma discriminação reversa contra nós.

Meritocracia é uma droga quando você é, de repente, um dos perdedores e não um dos vencedores. Na verdade, não parece ser uma meritocracia.

Nós não apenas herdamos o privilégio como um direito inato nunca examinado. É menos sobre o “ter” ou “não ter”, e mais sobre uma postura, um relacionamento com a “sorte do berço”. Mesmo quando não nos considerávamos privilegiados, pensávamos em nós mesmos como tendo direito ao privilégio, com direito a ocupar as posições de liderança.

Só porque todos no poder eram brancos e masculinos, não significava todo homem branco e heterossexual se sentir poderoso. Isso é uma falácia lógica e também politicamente imprecisa. (A *falácia composicional* sustenta: se todos forem Bs, não é necessariamente o caso de todos os Bs serem As. Um exemplo: “todos os membros da máfia são italianos; nem todos os italianos são membros da máfia”).

Homens brancos não se sentirem poderosos não torna menos verdade a comparação com outros grupos. Comparativamente, eles se beneficiam da desigualdade e são, de fato, privilegiados.

Essa Era do Machismo está chegando ao fim. Portanto, o “fim de uma Era” ao qual o subtítulo deste livro se refere não é o fim da Era dos “homens” - como no debate mal enquadrado recentemente sobre “a crise dos machos”. É o fim da Era do Direito Absolutista dos Homens, a Era machista quando um jovem poderia assumir, sem dúvida, não ser apenas “um mundo de homens”, mas um mundo de homens brancos e heterossexuais.

É o fim do mundo exclusivo de homem branco da elite. Hoje, isso é verdade, esses homens brancos têm de compartilhar algum espaço com os outros. Mas não é mais um mundo de privilégios masculinos inquestionáveis. Os homens podem ainda estar “no poder”, e muitos homens podem não se sentir poderosos, mas é o senso de direito: a sensação de, embora eu não esteja no poder no momento, eu mereço estar, e, se eu não estiver, algo está definitivamente errado - isso está chegando ao fim. É um mundo de expectativas diminuídas para todos os homens brancos. Eles se beneficiaram de um sistema desigual por tanto tempo.

Ainda há muitos, na atual geração masculina, sentindo-se *enganados* pelo fim do seu direito como prioritário. Eles ainda se sentem *habilitados* e, assim, identificam-se social e politicamente com aqueles acima deles, mesmo caso tenham se unido economicamente às fileiras daqueles historicamente abaixo deles.

Este é um livro sobre aqueles *homens brancos irados*, homens experimentando um senso do chamado aqui de “direito agravado”: aquele senso de direito não possível mais ser assumido e improvável ser cumprido. É sobre ações defensivas de amargura e raiva, sobre “dedos empurrados nos

diques em ruínas”, tentando, futilmente, conter a crescente onda de maior igualdade e maior justiça.

Mas se este é o fim de uma Era, a Era do senso de inquestionável direito dos homens, é o começo de outro, o começo do fim do *patriarcado* - forma de organização social onde predomina a autoridade paterna -, a suposição inquestionável sentida pelos homens para acessar posições de poder, para encurralar nos escritórios os corpos das mulheres. Essa suposição casual de todas as posições de poder, riqueza e influência estão reservadas para nós, homens. Logo, a presença das mulheres deve ser resistida, se possível, e apenas tolerada, se não for possível impedi-la.

Há uma saída para os homens brancos, crê Kimmel (2013), uma maneira de recusarmos baixar o volume e *redirecionar nossa raiva para alvos mais apropriados*. Neles encontraremos nosso caminho para vidas mais felizes e saudáveis. Os dados são convincentes: a maioria dos homens americanos, silenciosamente, e sem muita fanfarra ideológica, se acomodou a uma maior igualdade de gênero, tanto em suas relações pessoais, quanto em suas relações de trabalho, em situação melhor de qualquer geração anterior a eles. Quem o fez está realmente mais feliz com isso - mais feliz com suas vidas como pai, parceiro e amigo. *A igualdade de gênero e racial não é boa apenas para pessoas de cor e mulheres, mas também é boa para pessoas brancas e homens - e, acima de tudo, para nossos filhos.*

Talvez seja esse o sentimento do escritor de Greenwich Village, Floyd Dell, quando estava pensando em sua mesa na véspera de uma das grandes manifestações do sufrágio feminino na cidade de Nova York em 1916. Um conhecido escritor boêmio, Dell também foi um dos fundadores da revista “*Liga dos Homens para o Sufrágio Feminino*”. Ele marchou com as mulheres em apoio ao seu direito de voto. Em um artigo publicado, chamado “Feminismo para Homens”, ele apresentou uma linha capaz de captar o argumento de Kimmel (2013). “*O feminismo, pela primeira vez, permitirá aos Homens serem livres*”.

Talvez hoje possamos qualificá-lo mais um pouco e dizer “mais livre”, mas também adicionaremos mais felicidade e saúde... e menos raiva.

Era da Morte das Democracias

Democracias tradicionais entram em colapso? Essa é a questão a ser respondida por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, professores de Harvard, neste livro publicado nos Estados Unidos e na Inglaterra no começo de 2018, e no Brasil pela editora Zahar, durante a campanha eleitoral no mesmo ano. Logo

se transformou no trabalho com maior repercussão sobre o assunto. Tornou-se um *best-seller*.

Em analogia à teoria dos ciclos econômicos, os cientistas políticos passaram a usar a ideia de “recessão democrática”. Inicialmente, essa ideia estava associada às dificuldades de surgimento de novos governos democráticos desde meados da década de 2000. Nos últimos anos, porém, a preocupação dos estudiosos passou a ser *a crise das democracias consolidadas*.

Levitsky e Ziblatt dizem: “tendemos a pensar na morte de democracias: nas mãos de homens armados. Durante a Guerra Fria, golpes de Estado foram responsáveis por quase três em cada quatro colapsos democráticos. As democracias em países como Argentina, Brasil, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia e Uruguai morreram dessa maneira. Mais recentemente, golpes militares derrubaram o presidente egípcio Mohamed Morsi em 2013 e a primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra em 2014. Em todos esses casos, a democracia se desfez de maneira espetacular, através do poder e da coerção militares.

Porém, há *outra maneira de arruinar uma democracia*. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de *líderes eleitos* - presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. (...) as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis”.

É assim o modo como as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva - sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar - desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares.

Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Líderes eleitos subverteram as instituições democráticas em países como Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia, Ucrânia, Venezuela - e o Brasil assumiu esse risco a partir da eleição em 2018 sem debate público de um programa governamental e posterior anúncio de um programa ultraliberal dos *Chicago's Oldies*. A recessão democrática hoje começa nas urnas.

A via eleitoral para o colapso é perigosamente enganosa. Quando há um golpe de Estado clássico, como no Chile do general Pinochet, aconselhado por *Chicago's Boys*, a morte da democracia é imediata e evidente para todos. O

palácio presidencial arde em chamas. O presidente é morto, aprisionado ou exilado. A Constituição é suspensa ou abandonada.

Na via eleitoral, nenhuma dessas coisas acontece. Não há tanques nas ruas. Constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um “verniz de democracia” enquanto corroem a sua essência.

Muitos esforços do governo para subverter a democracia são “legais”, no sentido de serem aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais. Eles podem até mesmo ser retratados como esforços para aperfeiçoar a democracia - tornar o Judiciário mais eficiente, combater a corrupção ou limpar o processo eleitoral. Os jornais continuam a ser publicados, mas são comprados ou intimidados e levados a se autocensurar. Os cidadãos continuam a criticar o governo, mas muitas vezes se veem envolvidos em problemas de pressão via cobrança de impostos ou outras questões legais.

Isso cria perplexidade e confusão nas pessoas. Elas não compreendem imediatamente o que está acontecendo. Muitos continuam a acreditar estarem vivendo sob uma democracia por poderem se manifestar em rede social e comentários abaixo das notícias de jornais.

“Como não há um momento único - nenhum golpe, declaração de lei marcial ou suspensão da Constituição - em que o regime obviamente ‘ultrapassa o limite’ para a ditadura, nada é capaz de disparar os dispositivos de alarme da sociedade. Aqueles que denunciam os abusos do governo podem ser descartados como exagerados ou falsos alarmistas. A erosão da democracia é, para muitos, quase imperceptível”.

Nós podemos aprender com os erros cometidos por líderes democráticos do passado ao abrirem a porta para intenções autoritárias, mas também com as estratégias usadas por outras democracias para manter os extremistas fora do poder. Uma abordagem comparativa também revela como autocratas eleitos em diferentes partes do mundo empregam estratégias notavelmente semelhantes para subverter as instituições democráticas.

Demagogos extremistas surgem de tempos em tempos em todas as sociedades, mesmo em democracias saudáveis. O teste essencial para a democracia não é se essas figuras surgem, mas, antes de tudo, se líderes políticos e especialmente os partidos políticos trabalham para evitar eles acumularem poder. É necessário mantê-los fora das chapas eleitorais dos partidos estabelecidos, recusando-se a endossar ou a se alinhar com esses populistas e, quando necessário, juntando forças com rivais para apoiar candidatos democráticos.

Isolar extremistas populistas exige coragem política. Quando o medo, o oportunismo ou erros de cálculo levam partidos estabelecidos a trazerem extremistas para as correntes dominantes, a democracia está em perigo.

Por exemplo, nos Estados Unidos, houve mudança nas regras de escolha dos candidatos a presidente e isso teria “facilitado” a ascensão de um *outsider* como Trump. Durante décadas, os candidatos a concorrerem pelos dois partidos eram escolhidos por um pequeno grupo de dirigentes partidários em conversas de bastidores. A partir de 1972, a vasta maioria dos delegados das convenções dos partidos Republicano e Democrata passou a ser escolhida em eleições primárias. A decisão de quem será o candidato do partido deixou de ser feita por um pequeno grupo de dirigentes, isto é, a Nomenclatura, para ser feita por milhões de eleitores.

As primárias garantem cidadãos comuns influenciarem na escolha do candidato concorrente pelo partido, isto é, sua *popularidade*. Entretanto, elas podem ocorrer de modo os líderes tradicionais perderem o controle do processo de escolha do candidato e ser escolhido um *outsider* contra o *establishment*. Os dirigentes partidários acabaram por perder sua função de “guardiões da democracia”.

No Brasil, com um sistema partidário fragmentado em “legendas de aluguel”, candidaturas são praticamente compradas em troca de cargos, quando não por pagamento monetário em desvio de verbas doadas para campanha.

Se um aspirante a ditador consegue chegar ao poder, a democracia enfrenta um segundo teste crucial: irá ele subverter as instituições democráticas ou ser constrangido por elas?

As instituições isoladamente não são o bastante para conter autocratas eleitos. Constituições têm de ser defendidas - por partidos políticos e cidadãos organizados, mas também por normas democráticas. As instituições se tornam armas políticas, brandidas por quem as controla contra aqueles incapazes de as controlarem.

Desse modo, os autocratas eleitos subvertem a democracia - aparelhando tribunais e outras agências neutras e usando-os como armas, comprando a mídia e o setor privado (ou intimidando-os para eles se calarem) e reescrevendo as regras da política para “mudar o mando de campo” e virar o jogo contra os oponentes. O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é os assassinos da democracia usarem as próprias instituições da democracia - gradual, sutil e mesmo legalmente - para matá-la.

Fim da Era dos Freios e Contrapesos à Polarização Sectária Extrema

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, no livro “*Como as democracias morrem*” (2018), dizem: “as democracias funcionam melhor - e sobrevivem mais tempo - onde as constituições são reforçadas por *normas democráticas não escritas*”.

Duas normas básicas preservam os freios e os contrapesos a ponto de serem tomadas como naturais:

1. *a tolerância mútua*, ou o entendimento entre os partidos concorrentes se aceitarem uns aos outros como rivais legítimos, caso jogarem pelas regras institucionais, e todos terem o mesmo direito de existir, competir pelo poder e governar, e
2. *a contenção*, ou a ideia de os políticos deverem ser comedidos ao fazerem uso de suas prerrogativas institucionais, evitar as ações, embora respeitada a letra da lei, capazes de violarem claramente o seu espírito, necessitando de líderes capazes de conhecerem e respeitarem as regras informais da democracia.

Essas duas normas sustentaram a democracia dos Estados Unidos durante a maior parte do século XX. Os líderes dos dois maiores partidos se aceitaram como legítimos e resistiram à tentação de usar seu controle temporário das instituições em favor da máxima vantagem partidária. Normas de tolerância e comedimento serviam como grades flexíveis de proteção da democracia norte-americana, ajudando a evitar o tipo de luta sectária mortal. Ela destruiu democracias em outras partes do mundo, inclusive a Europa nos anos 1930 e a América do Sul nos anos 1960 e 1970. E, possivelmente, destruirá de novo a democracia no Brasil.

Hoje, contudo, as grades de proteção da democracia nos Estados Unidos estão se enfraquecendo. A erosão das normas democráticas começou nos anos 1980 e 1990 e se acelerou nos anos 2000.

A polarização sectária extrema vai além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura. Os esforços dos Estados Unidos para alcançar a igualdade racial, enquanto a sociedade norte-americana se torna cada vez mais diversa em termos étnicos, alimentaram uma reação insidiosa e a intensificação da polarização. A polarização extrema é capaz de matar democracias.

Portanto, há, sim, razões para alarme. Não apenas os norte-americanos elegeram um populista de direita em 2016 (e os brasileiros em 2018), mas o

fizeram em uma época quando as normas costumeiras de proteção da democracia já estavam perdendo suas amarras.

As experiências de outros países nos ensinam: *a polarização é capaz de matar as democracias*. Mas elas nos ensinam também: *esse colapso não é inevitável nem irreversível*. Tirando lições de outras democracias em crise, Levitsky e Ziblatt sugerem estratégias para os cidadãos seguirem e defenderem a democracia.

Enumeram quatro principais indicadores de comportamento autoritário:

1. Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)

Os candidatos rejeitam a Constituição ou expressam disposição de violá-la?

Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a Constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos?

Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extra-constitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo?

Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?

2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos

Descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente?

Afirmam seus rivais constituírem uma ameaça, seja à segurança nacional, seja ao modo de vida predominante?

Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos, cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política?

Sem fundamentação, sugerem seus rivais serem agentes infiltrados de estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro - com frequência um governo inimigo?

3. Tolerância ou encorajamento à violência

Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita?

Patrocinaram ou estimularam eles próprios ou seus partidários ataques de multidões contra oponentes?

Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica?

Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?

4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia

Apoiaram leis ou políticas capazes de restringirem liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis para impor restrições aos protestos e às críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas?

Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia?

Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado quanto em outros lugares do mundo?

Steven Levitsky, um dos coautores do livro *“Como as democracias morrem”*, quando veio ao Brasil para o lançamento de seu livro, durante o período eleitoral de 2018, deu diversas palestras e entrevistas. Analisando os candidatos então concorrentes deduziu o capitão depois eleito atender todos os indicadores de comportamento autoritário. Pior, 55% dos eleitores conservadores (em política e costumes) entraram em um processo de servidão voluntária e o elegeram mesmo assim. Já estamos colhendo o desastre anunciado. É uma Crônica da Morte Anunciada da Democracia Brasileira.

[Era de Revolução Tecnológica e Fim da Democracia](#)

David Runciman, autor do livro *“Como a democracia chega ao fim”*, publicado também em 2018, diz ter organizado o livro em torno de três temas:

1. o golpe de Estado;
2. a calamidade;

3. o triunfo da tecnologia da informação.

Começa pelos *golpes de Estado* – os sinalizadores-padrão da falência democrática – e pergunta se uma tomada das instituições democráticas pela via armada ainda é uma hipótese realista. Caso contrário, como a democracia pode ser subvertida sem o uso da força? Saberíamos, pelo menos, o que estaria acontecendo?

A escalada das Teorias da Conspiração é um dos sintomas da nossa crescente incerteza quanto à natureza real do que nos ameaça. Todo golpe parte de uma conspiração, pois precisa ser planejado em segredo por pequenos grupos. Quando ele não ocorre, porém, ficamos só com as teorias da conspiração. Elas nunca esclarecem nada.

Em seguida, discute *o risco de uma catástrofe*. A democracia entrará em colapso se todo o resto desmoronar: guerra atômica, mudança climática calamitosa, bioterrorismo, surgimento de inteligência artificial e robôs provocando desemprego tecnológico, qualquer desses fatores pode acabar com a política democrática. No caso, porém, este seria o menor dos problemas. Se alguma coisa der realmente muito e terrivelmente errado, quem sobrar estará ocupado demais com a luta pela sobrevivência para se preocupar muito com a mudança através do voto. Mas não será grande o risco de, ante essas ameaças, a vida da democracia se esgotar, de qualquer maneira, enquanto nos vemos paralisados pela indecisão?

Depois, David Runciman discute *a ameaça da tecnologia*. Robôs inteligentes ainda estão longe de existir. Mas máquinas semi-inteligentes de um alcance mais limitado, encarregadas de minerar dados ou tomar decisões invisíveis em nosso nome, aos poucos estão se infiltrando em boa parte das nossas vidas. Temos hoje uma tecnologia a prometer uma eficácia sem precedentes, controlada por empresas obrigadas a prestar menos conta de seus atos se comparadas a quaisquer outras na história política moderna. Iremos abdicar da nossa responsabilidade na democracia em favor dessas novas forças, sem nem mesmo pensar duas vezes?

Finalmente, ele se pergunta se faz sentido imaginar a troca da democracia por coisa melhor. Uma crise da meia-idade pode indicar realmente precisarmos de mudanças. Se estamos enalhados em um impasse, por que não rompemos de uma vez com o que nos deixa tão insatisfeitos?

A democracia, na famosa definição de Churchill, é a pior forma de governo que existe, à exceção de todas as outras experimentadas de tempos em tempos. Ele disse isso em 1947. Muito tempo atrás. Desde então, não tivemos realmente uma escolha melhor? David Runciman passa em revista

algumas das alternativas, do autoritarismo ao anarquismo em suas versões do século XXI.

Para concluir, ele se pergunta onde pode dar a história da democracia, no fim das contas. A seu ver, não haverá um ponto final único. Dada a grande diversidade das experiências, as democracias continuarão a seguir caminhos diferentes em diferentes partes do mundo.

O fato de a democracia dos Estados Unidos conseguir sobreviver a Trump não significa a democracia turca ser capaz de sobreviver a Erdogan. A democracia pode estar prosperando na África ao mesmo tempo começar a falir em várias partes da Europa. O destino da democracia no Ocidente não será necessariamente determinante para o destino da democracia em toda parte. Mas a democracia ocidental ainda é o modelo emblemático do progresso democrático. Sua falência teria implicações enormes para o futuro da política.

A sucessão por parte de algum outro regime será demorada. A experiência atual da democracia dos Estados Unidos está no cerne do seu relato, mas precisa ser entendida em contraste com a experiência mais ampla da democracia em outros tempos e lugares. Para os norte-americanos, ele adverte: “os Estados Unidos não são o mundo inteiro”.

Assim como a democracia está destinada a chegar ao fim em algum momento, as máquinas inteligentes também acabarão surgindo, talvez até repentinamente. Os computadores são capazes de fazer coisas inimagináveis vinte anos atrás, muito além do alcance da mente humana. Mas ainda não são capazes de pensar como nós.

A capacidade de aprendizado da máquina (*machine learning*) hoje faculta aos computadores minerar quantidades descomunais de dados à procura de padrões comportamentais aos quais nenhum humano teria como processar mentalmente de maneira direta. A IA está captando “as regras do jogo” em diversas atividades.

Não é um discernimento inteligente – falta às máquinas profundidade, percepção das nuances e ressonância emocional. Ainda assim, a *machine learning* permitirá a carros autodirigidos percorrer as ruas com mais segurança e firmeza se comparados a qualquer automóvel conduzido por um ser humano. A *machine learning* revela ao Google, ao Netflix e ao Spotify o que você quer encontrar, isto é, sua preferência, antes de você mesmo saber. Mesmo sem consciência de o que estão fazendo, as máquinas conseguem navegar e decidir melhor em relação a nós mesmos pelo mundo construído por nós.

Os comportamentos políticos serão autômatos e invariáveis o suficiente a ponto de serem previsíveis e captados pelos sensores de IA sem necessidade de eleições? A formação da maioria da opinião pública poderá captada previsivelmente? E se fatores aleatórios ou acidentes surgem na campanha eleitoral e alteram o resultado previsto?

Não é difícil imaginar uma versão distópica desse futuro. Ser capaz de empregar políticos mecânicos. Embora incapazes de pensar, seriam muito potentes e sofisticados.

Os *polibots* são robôs virtuais capazes de espalhar mensagens políticas conservadoras nas redes. Os robóticos humanos consultores contínuos de smartphones para atender à sua rede social, isto é, “câmara de eco”, não têm discernimento crítico para fazer as melhores escolhas não só para si e mas também para o restante da população?

Então, a pergunta-chave se torna: *por que não confiar todas as decisões eleitorais à inteligência artificial?* Ela não seria capaz de processar melhor, em lugar de humanos com burrice natural, as quantidades imensas de dados a respeito do melhor programa governamental apresentado pelos diversos candidatos?

A maioria dos eleitores pode abrir mão assim da democracia por decisão consciente, desejando simplesmente uma vida mais fácil sem tomar decisões difíceis e cruciais, capazes de mudar o contexto conjuntural de maneira irreversível. Ou pode fazê-lo inconscientemente, porque a dependência cada vez maior do automatismo os tornou incapazes de saber quando parar, por exemplo, de consultar celular inteligente.

Todos conhecemos os sinais. Os humanos robóticos passam horas enviando e respondendo e-mails ou postagens insignificantes em rede social, devido à obediência cega aos seus celulares, simplesmente porque lhes falta a capacidade de quebrar o encanto. A única coisa capaz de os libertar do desvio de atenção quanto ao de fato relevante para a memorização do cérebro seria o surgimento de outra tecnologia ainda mais acessível e imediata. Aí eles se viciam nela. A conveniência sem custo de refletir profundamente é sua própria maldição.

Na versão política do pesadelo, a dependência dessa tecnologia deixa os eleitores prontos para serem manipulados. Quem vai os escravizar não serão os robôs, mas sim indivíduos inescrupulosos, por exemplo, candidatos populistas de direita, capazes de usar as máquinas em seu benefício.

Em terra de dependentes da tecnologia, quem navega com esperteza é eleito. E essa é a história de terror hoje a assombrar a democracia ocidental.

Seus sinais visíveis são as *fake news* e o microdirecionamento de mensagens aos eleitores, com conteúdo gerado por máquinas e construído de modo a apelar aos preconceitos de cada um. Tem já caído em mãos erradas o poder da rede social manipular as mentes dos eleitores, assinalando *o fim da democracia*.

Mas essa história não precisa ser distópica. Por que não usar a inteligência artificial para aperfeiçoar a democracia em vez de destruí-la? As instituições políticas atravessam dificuldades por não conseguirem achar soluções viáveis para problemas aparentemente inabordáveis.

A capacidade de aprendizado da máquina poderia ser usada em benefício dos eleitores, em vez de os prejudicar. Máquinas não perdem o foco, devido a reações emocionais, e isso pode ser exatamente o necessário para os eleitores: julgamento mais racional e menos emocional ao ser movido por discurso de ódio, tipo uns contra outros.

Nas democracias, o foco se perde com extrema facilidade. As pessoas sentem as coisas deverem ser dessa ou daquela maneira, independentemente do lhes dito racionalmente. As máquinas, não. Seguem os fatos até onde eles as levarem.

A máquina soluciona o problema racionalmente. Os representantes políticos ajudam a entender o conflito entre interesses diversos, cuja solução implicará em favorecimento de uns em prejuízo de outros. A inteligência artificial antecipará a possível reação dos prejudicados? Quem sabe se assim a democracia funcionará melhor?

Porém, para isso ocorrer, outras coisas precisam acontecer antes. A política precisa recobrar certa medida de controle sobre essas máquinas de aprendizado e sobre as pessoas controladoras delas, seja na casta dos mercadores, seja na casta dos sábios.

De outro modo, corremos o perigo de, em vez de usar máquinas para resolver nossos problemas, nos limitarmos a enfrentar o tipo de problema de as máquinas serem capazes de resolver.

Chamar o acesso à rede social, via smartphone, de *democracia em ação* pode parecer absurdo. Mas é precisamente a ameaça presente: transformar a democracia em uma paródia de si mesma. O Twitter não é um meio viável para a prática política. Na melhor das hipóteses, proporciona aos usuários uma pálida imitação de democracia, onde as pessoas têm a oportunidade de dar vazão às suas frustrações sem precisar responder pelas consequências. É o feito pelo atual presidente dos Estados Unidos ou o do Brasil toda vez quando lhes dá na veneta. Comunicam-se com “câmaras de eco”.

Era do Populismo

Jan-Werner Muller, autor do livro “*O que é o populismo?*”, publicado em 2016, afirma o termo “populista” ser usado regularmente como sinônimo de “*antiestablishment*”, independentemente de qualquer ideia política em particular. O conteúdo, ao contrário da atitude, simplesmente não parece importar. O termo é, portanto, associado também a determinados humores e emoções: os populistas estão “zangados” e seus eleitores são “frustrados” ou sofrem de “ressentimento”.

O que todos esses novos atores políticos - potenciais déspotas eleitos - realmente têm em comum? Se concordarmos com Hannah Arendt de o julgamento político ser a capacidade de traçar distinções apropriadas, a fusão generalizada de direita e esquerda quando se fala em populismo deve nos levar a uma pausa para reflexão. A popularidade de diagnosticar todos os tipos de fenômenos diferentes como “populismo” não pode ser um fracasso do julgamento político?

Afinal de contas, todo político, especialmente em democracias dirigidas por pesquisas de opinião, quer apelar para “o povo”, todos querem contar uma história que possa ser entendida por tantos cidadãos quanto possível, todos querem ser sensíveis a respeito de como pessoas comuns pensam e, em particular, sentem. Pode um populista ser simplesmente “um político de sucesso de quem não se gosta”? Pode a acusação de “populismo” talvez ser populista? Ou poderia, no fim das contas, o populismo ser realmente “a voz autêntica da democracia”?

Este livro de autoria de Jan-Werner Muller procura nos ajudar a *reconhecer e lidar com o populismo*. Pretende fazê-lo de três maneiras.

Primeiro, relata o tipo de ator político qualificado como populista. Ele argumenta ser uma condição necessária, mas não suficiente, *criticar as elites* para contar como populista. Praticamente todos os candidatos à presidência nos Estados Unidos seriam populistas, se a crítica às elites existentes é tudo o que existe para o populismo: afinal de contas, todos marcham “contra Washington”. [E aqui, nestes Tristes Trópicos, “contra Brasília”.]

Além de serem antielitistas, os populistas são sempre contra minorias. Os populistas afirmam “eles, e somente eles, representam o povo”. Desafiam seus numerosos críticos nacionais: “Somos o povo. Quem é você?” Claro, ele sabe seus oponentes serem também naturais da mesma Nação. A reivindicação de representação exclusiva não é *empírica*, é sempre distintamente *moral*. Quando concorrem ao cargo, os populistas retratam seus concorrentes políticos como parte da *elite imoral e corrupta*. Quando estão no Poder Executivo, ao decidir qualquer coisa, eles se recusam a reconhecer qualquer

oposição como legítima. A lógica populista também implica em quem não apoia partidos populistas pode ser classificada como “uma parte inapropriada do povo” - sempre definido como justo e moralmente puro. Simplificando, os populistas não afirmam “somos os 99%”. O que eles sugerem é “somos 100%”, exceto dissidentes.

Para os populistas, essa equação sempre funciona: qualquer resto pode ser considerado imoral e não propriamente parte do povo em termos absolutos. Essa é outra maneira de dizer: *o populismo é sempre uma forma de política de identidade* (embora nem todas as versões de políticas de identidade sejam populistas).

O que se segue dessa compreensão do populismo como forma excludente de política de identidade é *o populismo tender a representar um perigo para a democracia*. Porque a democracia requer o pluralismo e o reconhecimento de precisarmos encontrar termos justos de vida juntos como cidadãos livres, iguais, mas também irreduzivelmente diversos. A ideia do povo único, homogêneo e autêntico é uma fantasia. Como o filósofo Jürgen Habermas disse certa vez: “o povo só pode aparecer no plural”.

Os populistas podem governar como populistas. Isso vai contra a sabedoria convencional. Ela sustenta os partidos de protesto populistas se cancelarem quando ganham uma eleição, porque, por definição, não se pode protestar contra si mesmo no governo.

A governança populista exibe três características:

1. tentativas de sequestrar o aparato estatal,
2. corrupção e “clientelismo em massa” (troca de benefícios materiais ou favores burocráticos para apoio político de cidadãos tornados “clientes” populistas) e
3. esforços sistemáticos para suprimir a sociedade civil.

Naturalmente, muitos autoritários farão coisas semelhantes. A diferença é os populistas justificarem sua conduta alegando reles, individualmente, representarem o povo. Isso permite os populistas declararem suas práticas abertamente. Também explica porque as revelações da corrupção raramente parecem afetar os líderes populistas. Aos olhos de seus seguidores, “eles estão fazendo isso por nós”, as pessoas autênticas. É tipo “rouba, mas faz”.

O segundo capítulo deste volume mostra como os populistas se igualam ao reescrever Constituições, seja totalmente como na Venezuela ou Hungria,

seja através de PECs (Propostas de Emenda Constitucional) como no Brasil. Ao contrário da imagem de líderes populistas preferindo ser totalmente livres de restrições, contando com massas desorganizadas abordadas, diretamente, a partir da varanda de um palácio presidencial, os populistas, na verdade, frequentemente querem criar restrições, se funcionarem de maneira inteiramente partidária. Em vez de servir como instrumentos para preservar o *pluralismo*, aqui as constituições servem para eliminá-lo.

O terceiro capítulo aborda algumas das causas mais profundas do populismo, em particular, ciclos socioeconômicos recentes em todo o Ocidente. Também levanta a questão de como se pode responder com sucesso tanto aos políticos populistas como aos seus eleitores.

Jan-Werner Muller rejeita a atitude liberal paternalista a qual efetivamente prescreve uma terapia para os cidadãos “cujos medos e raiva devem ser levados a sério”, bem como a noção de “os atores principais devem simplesmente copiar as propostas populistas”. Tampouco o outro extremo de “excluir os populistas do debate” é uma opção viável, pois simplesmente responde à vontade populista de “excluir excluindo o populista”. Como alternativa, sugere alguns termos políticos específicos sobre *como enfrentar os populistas*.

Constata nem tudo estar bem para a democracia. O perigo para as democracias hoje não é uma ideologia abrangente capaz de, sistematicamente, negar os ideais democráticos. O perigo é o *populismo* - uma forma degradada de democracia com promessa de cumprir os ideais mais elevados da democracia (“Deixe o povo governar!”). O perigo vem, em outras palavras, de dentro do mundo democrático - os atores políticos representantes do perigo falam a linguagem dos valores democráticos. Por o resultado final ser uma forma de política descaradamente antidemocrática deve perturbar a todos nós - e demonstrar a necessidade de um julgamento político com nuances capaz de nos ajudar a determinar precisamente *onde a democracia termina e o perigo populista começa*.

Em conclusão, Jan-Werner Muller lista *Sete Teses sobre o Populismo*.

1. *O populismo não é nem a parte autêntica da política democrática moderna nem um tipo de patologia causada por cidadãos irracionais. É a sombra permanente da política representativa. Há sempre a possibilidade de um ator falar em nome das “pessoas reais” como forma de contestar as elites realmente poderosas. Não havia populismo na antiga Atenas, talvez a demagogia, mas não o populismo, porque o último existe apenas em sistemas representativos. Os populistas não são contra o princípio da representação*

política. Eles apenas insistem em serem apenas eles mesmos os representantes legítimos.

2. *Nem todo mundo crítico das elites é um populista.* Além de serem antielitistas, os populistas são exclusivistas. Eles afirmam só eles representarem o povo. Todos os outros competidores políticos são essencialmente ilegítimos, assim, quem não os apoia não faz parte do povo. Quando em oposição, os populistas insistirão necessariamente em as elites serem imorais, enquanto as pessoas do povo configuram uma entidade moral e homogênea, cuja vontade coletiva não pode errar.

3. Muitas vezes, parece os populistas afirmarem “representar o bem comum como querido pelo povo”. Em uma inspeção mais próxima, verifica-se *o que importar para os populistas é menos o produto de um genuíno processo de formação de vontade ou de um bem comum.* Qualquer um com bom senso pode obter uma representação simbólica das “pessoas reais” a partir da qual a política correta é então deduzida. Isso torna a posição política de um populista imune à refutação empírica. Os populistas podem sempre jogar fora o “povo real” ou “maioria silenciosa” contra os representantes eleitos e o resultado oficial de uma votação.

4. Enquanto os populistas geralmente pedem *referendos*, tais exercícios não são sobre iniciar processos abertos de formação democrática da vontade entre os cidadãos. *Os populistas simplesmente desejam ser confirmados naquilo já determinado ser a vontade do povo real.* O populismo não é um caminho para mais participação na política.

5. Os populistas podem governar, e tendem a fazê-lo de acordo com seu compromisso básico com *a ideia de apenas eles representarem o povo.* Concretamente, eles se ocuparão em ocupar o Estado, clientelismo em massa e corrupção, e a supressão de qualquer coisa como uma sociedade civil crítica. Essas práticas encontram uma justificativa moral explícita na imaginação política populista e, portanto, podem ser declaradas abertamente. Os populistas também podem escrever Constituições. Estas serão Constituições partidárias ou “exclusivas” destinadas a manterem os populistas no poder em nome de perpetuar alguma suposta vontade popular original e autêntica. Eles provavelmente levarão a sérios conflitos constitucionais em algum momento ou outro.

6. *Os populistas devem ser criticados pelo fato de serem um perigo real para a democracia - e não apenas para o “liberalismo”.* Mas isso não significa não se dever envolvê-los no debate político. *Conversar com populistas não é o mesmo se comparado a falar como populistas.* Pode-se ter eles levantarem seriamente os problemas reais sem a oposição aceitar as

maneiras pelas quais eles estruturam esses problemas, por exemplo, a mitificada “reforma da Previdência Social” como panaceia para a retomada do crescimento econômico.

7. *O populismo não é um corretivo para a democracia liberal no sentido de aproximar a política do povo ou mesmo de reafirmar a soberania popular, como às vezes se afirma. Mas pode ser útil deixar claro a respeito de partes da população não estarem realmente representadas. A falta de representação pode dizer respeito a interesses ou identidade, ou ambos. Isso não justifica a afirmação populista de apenas seus apoiadores são pessoas reais e eles serem os únicos representantes legítimos. O populismo, então, deveria forçar os defensores da democracia liberal a pensar mais seriamente sobre quais falhas atuais de representação poderiam ser. Também deve empurrá-los para abordar mais apropriadamente as questões morais. Quais são os critérios para pertencer à Política? Por que exatamente o pluralismo vale a pena ser preservado? E como se pode abordar as preocupações dos eleitores populistas entendidos como cidadãos livres e iguais, não como casos patológicos de homens e mulheres movidos por frustração, raiva e ressentimento? A esperança deste livro de autoria de Jan-Werner Muller é sugerir pelo menos algumas respostas preliminares a essas perguntas.*

Era do Povo contra a Democracia

Yascha Mounk nasceu em 1982, na Alemanha. Doutorou-se em Harvard, onde também ministrou aulas. Hoje, é professor na Universidade Johns Hopkins. Traduzido para mais de dez línguas, “*O Povo Contra A Democracia*” é seu terceiro livro, eleito um dos melhores do ano de 2018 por diversas publicações, incluindo o *Financial Times*.

Enquanto dava os últimos retoques no livro, Mounk não pode deixar de se perguntar se seus prognósticos mais pessimistas sobre a perigosa ascensão do populismo não poderiam em pouco tempo se revelar equivocados. Assistiremos em breve a uma reversão do crescimento impressionante do *populismo autoritário* – a eleição de Donald Trump, a consolidação de Rodrigo Duterte no poder nas Filipinas ou a rápida ascensão da Alternativa (extrema-direita xenófoba) para a Alemanha – testemunhada desde 2016?

No devido tempo, é bem possível. Mas os eventos dos últimos anos, pelo mundo todo e especialmente no Brasil, sugerem outra conclusão: *por ora, a ameaça populista à democracia é mais séria como jamais foi.*

Nos Estados Unidos, Donald Trump continua a atacar abertamente as instituições democráticas. Após ameaçar de prisão sua principal adversária durante a campanha e pôr em dúvida se respeitaria o resultado da eleição, no

governo ele tem solapado a independência de instituições cruciais e ameaçado decretar estado de emergência nacional. Até o momento, a República americana resistiu a seus ataques erráticos. Mas, mesmo se Trump perder a eleição de 2020 e deixar a Casa Branca coberto de infâmia, sua presidência terá exposto a fragilidade da democracia mais antiga do mundo. A despeito de seu descarado desprezo pelas tradições democráticas e dos constantes escândalos em seu governo, ele consolidou o controle do Partido Republicano, furtou-se a prestar contas perante o Congresso e expandiu os poderes da presidência.

Com sua sociedade civil organizada, histórico de eleições livres e justas e PIB relativamente elevado, os cientistas políticos há muito proclamaram a Hungria uma “democracia consolidada”. Desde a eleição de Viktor Orbán, em 2010, o país marcha a passos largos rumo à *autocracia*: Orbán encheu de sectários o supremo tribunal da Hungria e sua poderosa comissão eleitoral, transformou os canais de televisão estatais em veículos de propaganda, entregou jornais importantíssimos nas mãos de seus aliados e causou graves danos ao sistema eleitoral do país. No ano de 2017, o governo recrudesciu ainda mais a repressão. Uma grande universidade foi forçada a deixar o país. Orbán foi rebatizado primeiro-ministro em eleições na maior parte livres, mas não mais justas. Segundo um painel de especialistas internacionais, o país não podia mais ser classificado como “livre”.

Seria tentador pôr os acontecimentos regressivos de lugares como a Hungria, a Polônia e a República Tcheca na conta de seu longo legado de governo totalitário ou do caráter recente de suas instituições democráticas. Mas a triste verdade é esses mesmos acontecimentos estarem rapidamente criando raízes em partes do continente antes democráticas por muito mais tempo.

Na Itália, os populistas abocanharam quase dois terços da votação nas eleições do ano de 2017. Movimento Cinco Estrelas e a Liga estão formaram um governo populista de esquerda-direita na tradição dos pactos vermelho-marrom.

A situação na Áustria não é muito melhor: embora Sebastian Kurz, o mais jovem chanceler do país, seja membro de um partido político tradicionalmente moderado, a agenda do governo é ditada sobretudo por seus parceiros de coalizão populista, o Partido da Liberdade, de extrema direita.

Como resultado desses e outros acontecimentos similares, a democracia prossegue em seu encolhimento global. Segundo novo relatório da *Freedom House*, adentramos o 13º aniversário de uma “*recessão democrática*”: em

cada um dos últimos treze anos, mais países se afastaram da democracia em relação aos encaminhados à sua direção.

As quatro democracias mais populosas do mundo são hoje governadas por *populistas autoritários*, inclusive a do Brasil. Durante a campanha, Jair Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Orbán. Como eles, Bolsonaro se pintou como o único representante verdadeiro do povo e chamou seus adversários de traidores ilegítimos. Também como eles, atacou as regras e normas mais básicas das instituições do país – chegando a ponto de elogiar a ditadura militar dominante no país por duas cruéis décadas.

O que define o *populismo* é essa reivindicação de representação exclusiva do povo – e é essa relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes. Por isso, com tamanha frequência ela põe os populistas em rota de colisão direta com a democracia liberal. Desse modo, a eleição de Jair Bolsonaro deve ser encarada como o evento mais significativo na história brasileira desde a queda da ditadura militar: *pelos próximos anos, o povo terá de lutar pela própria sobrevivência da democracia liberal.*

Os brasileiros conseguirão salvar a democracia brasileira? E terá o leitor deste livro algo a contribuir para esta luta política, a mais nobre das causas?

A resposta a ambas as questões é sim.

Mouk montou o primeiro estudo sistemático do impacto desses populistas do mundo todo sobre as instituições democráticas de seus países. Os resultados são desanimadores. A probabilidade de um populista causar um estrago duradouro ao grau pelo qual um país pode ser considerado democrático é quatro vezes maior em lugar de outros tipos de governantes eleitos.

Apenas uma pequena minoria de presidentes e primeiros-ministros populistas deixa o governo por perder eleições livres e justas ou chegar ao fim do mandato. Quase metade conseguiu mudar a Constituição para se conceder poderes expandidos. Muitos restringem significativamente as liberdades políticas e civis desfrutadas por aqueles sob seu governo. Embora na campanha não raro prometam erradicar a corrupção, os países governados por eles ficaram, em média, mais corruptos.

Mas, apesar das más notícias, a principal lição a tirar desse estudo está longe de ser fatalista. Afinal, ele demonstrou em muitos casos uma oposição disciplinada e atuante ter conseguido fazer frente às tentativas do governo de expandir seus poderes. Assim como há populistas autoritários, a ponto de

terem concentrado maior poder nas próprias mãos e minar as liberdades dos cidadãos de seus países, também há casos onde os cidadãos removeram aspirantes a autocrata do governo com uma vitória acachapante nas urnas ou por meio de *impeachment*, devido à corrupção generalizada.

As evidências sugerem fortemente a democracia brasileira correr grave perigo. Mas levam a crer também o destino do país depender hoje das ações de defensores da democracia. Mas o que eles – você – podem fazer?

A experiência de outros países sugere *três lições principais*.

Primeiro, *a oposição sempre subestima o populista*, deixando de enxergar a astúcia sob suas bravatas. Dos venezuelanos de classe alta convencidos de Chávez não ter a capacidade para continuar no poder aos italianos cultos com plena certeza de seus compatriotas em pouco tempo perceberem Silvio Berlusconi não passar de um charlatão ridículo, todos continuaram a menosprezar os falastrões eleitos, enquanto “a vaca ia para o brejo”. Com frequência, *esse desdém pela figura de proa do populismo vinha acompanhado de uma arrogante depreciação de seus partidários*.

É fundamental os brasileiros não cometerem o mesmo erro: Bolsonaro é o adversário mais poderoso enfrentado pela democracia brasileira em meio século. Seus partidários são cidadãos tais como todos os demais habitantes do País. Todos terão de compartilhar a Nação enquanto viverem no mesmo território. Não se deve o subestimar e nem depreciar essas pessoas eleitoras do populista de direita.

Segundo, *os opositores dos populistas muitas vezes deixam de trabalhar unidos até se verem juntos na impotência*. Na maioria dos países, os populistas só alcançam o cargo máximo porque seus adversários fracassam em concluir um pacto eleitoral. Embora seja natural presumir a ameaça autoritária poder nos ajudar a enxergar as coisas com mais lucidez, o oposto geralmente se mostra verdadeiro: *aflitos e apavorados, os adversários do populista começam a fazer o jogo político da pureza*, impondo testes ainda mais decisivos a seus potenciais parceiros e recusando-se a abraçar antigos aliados do populista dispostos a lhe dar as costas.

Todos os brasileiros capazes de reconhecerem o perigo representado por Bolsonaro e comprometidos tanto com a liberdade individual como com a autodeterminação coletiva *precisam trabalhar juntos*, a despeito de suas enormes diferenças políticas. Toda a oposição poderá voltar à luta por taxas de impostos mais justas ou debater os limites do Estado de bem-estar social depois desse perigo iminente tiver sido afastado. Por ora, *é preciso união – ou sujeitar-se à cisão*.

Terceiro, os oponentes dos populistas muitas vezes deixam de *planejar uma perspectiva positiva para um país melhor*. Em vez de tentar convencer seus colegas cidadãos de eles poderem *oferecer benefícios tangíveis*, concentram-se apenas nas falhas gritantes de seus inimigos. Se ao menos conseguissem chamar a atenção para suas mentiras, preconceitos e mau gosto, o país finalmente levaria um susto e acordaria do pesadelo, atônito – é o que parecem pensar.

Mas a maioria dos partidários dos populistas tem plena consciência de seu líder mentir, disseminar mensagens de ódio e não passar de um bronco. Convencidos de os políticos tradicionais nada terem a lhes oferecer, é precisamente essa postura antissistema [*anti-establishment*] o atraente nele. Sempre existe a chance, dizem a si mesmos, de o populista realizar uma fração de suas promessas irreais. Pelo menos, ele vai poupá-los da hipocrisia envaidecida da velha-guarda.

Jovens desqualificados pelo mercado de trabalho exigente de preparação mais adequada à atual revolução tecnológica se tornam *anti-establishment*. Designa um indivíduo, grupo ou ideia contra as instituições oficiais, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, da forma vigente da sociedade. Em português também se usa a expressão “contra a ordem estabelecida”. Esses eleitores podem votar na direita ou na esquerda.

É crucial os políticos da oposição evitem *a armadilha de deixar Bolsonaro determinar a agenda política, concentrando-se exclusivamente em suas falhas pessoais e políticas*: tipo factoides expressos em tuites a respeito de costumes conservadores. Em vez de denunciar as palavras afrontosas sempre saindo dos lábios dos populistas, eles deveriam propor uma estratégia própria. Somente quando os cidadãos se sentirem mais esperançosos em vez de aceitar o fatalismo, isto é, apenas quando recuperarem a confiança de políticos mais moderados lutarem e trabalharem por eles, mudarão seus votos. Para resgatar o país, os defensores da democracia liberal precisam provar para seus concidadãos não só Bolsonaro ser muito ruim para a nação, como também eles poderem fazer um trabalho melhor.

A batalha pela sobrevivência da democracia brasileira ainda não foi perdida. Ao contrário dos cidadãos da Turquia e da Hungria, o brasileiro ainda tem nas mãos a capacidade de brigar por seus valores. Um início de ação coletiva é protestar sempre quando o presidente tentar expandir seu poder. Afinal, nada melhor, para visualização por todos receosos do destino da democracia no Brasil, centenas de milhares de pessoas de todas as classes e etnias saírem às ruas em uma defesa da democracia e demonstração de Bolsonaro não falar em nome de todo o povo.

Afinal, ele obteve 55% dos votos no segundo turno, mas agora, no final do primeiro quadrimestre de governo, grosso modo, apenas 1/3 da opinião pública o aprova, outro 1/3 o considera regular e o 1/3 final, ruim/péssimo. Eleição presidencial não se dá no sistema “*the winner takes it all*”, ou seja, “o candidato mais votado leva tudo”, assumindo o papel de déspota eleito.

Se você se importa com a proteção de sua liberdade individual, é seu dever solene exercer seus direitos de minoria antes do capitão-miliciano os tirar de vez. Ele já emprega ou tenta empregar uma autoridade tirânica para dominar, revelando caráter autoritário inaceitável em democracia.

Era de Conflito entre Democracia e Liberalismo

Yascha Mounk, no livro “O povo contra a democracia”, comenta: “a desilusão do cidadão com a Política é coisa antiga. Hoje em dia, ele está cada vez mais inquieto, raivoso, até desdenhoso. Faz tempo que os sistemas partidários parecem paralisados; hoje, o populismo autoritário cresce no mundo todo, da América à Europa e da Ásia à Austrália. Não é de hoje os eleitores repudiarem esse ou aquele partido, político ou governo. Agora, muitos deles parecem estar fartos da democracia liberal em si.”

A eleição de Trump dificilmente pode ser considerada um incidente isolado. Na Rússia e na Turquia, déspotas eleitos conseguiram transformar democracias incipientes em ditaduras eleitorais. Na Polônia e na Hungria, líderes populistas rezam essa mesma cartilha para destruir a liberdade de imprensa, solapar as instituições independentes e calar a oposição. Mais países, inclusive o Brasil, seguiram o mesmo lamentável caminho.

Não resta mais a menor dúvida de estarmos em “um momento populista”. A questão agora é se esse momento populista vai se tornar uma Era Populista – e pôr em xeque a própria sobrevivência da democracia liberal.

Após a queda da União Soviética, a democracia liberal virou a forma de regime dominante no mundo. Um motivo para o triunfo da democracia liberal é não haver então alternativa consistente a ela. O comunismo fracassara. A teocracia islâmica contava com pouquíssimo apoio fora do Oriente Médio. O sistema singular chinês de capitalismo estatal sob a bandeira do comunismo dificilmente poderia ser copiado por países, devido eles não partilharem de sua história incomum. O futuro, assim parecia, pertencia à democracia liberal.

Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos das democracias liberais estava muito satisfeita com seus governos e o índice de aprovação de suas instituições era elevado. Hoje, durante uma Grande Recessão Mundial, a

desilusão é muito maior. Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver em uma democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo. Hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas. Hoje, candidatos que violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam grande poder e influência.

Pela pesquisa de Yascha Mounk, mais de dois terços dos idosos americanos acreditam ser extremamente importante viver em uma democracia. Entre os millennials, menos de um terço pensa o mesmo. O fim do caso de amor com a democracia também está deixando os americanos mais abertos a alternativas autoritárias.

O primeiro grande pressuposto do pós-guerra – a ideia de, *em países ricos, onde o poder repetidamente trocou de mãos por meio de eleições livres e justas, seguiriam democráticos para sempre* – permaneceu todo esse tempo enraizado em solo instável.

Se o primeiro grande pressuposto capaz de moldar nossa imaginação política ter se mostrado injustificável, temos motivo para reexaminar também o segundo grande pressuposto. *Liberalismo e democracia, assim pensamos por muito tempo, compõem um todo coeso*. A questão não é apenas nos preocuparmos com a vontade popular e com o Estado de direito, ambos ligados não só à autonomia de decisão das pessoas como também à proteção dos direitos individuais. Cada componente de nosso sistema político parece ser necessário para proteger os demais.

Há, de fato, um bom motivo para recear a democracia liberal talvez não sobreviver se um de seus elementos for abandonado. Um sistema onde as pessoas têm voz nas decisões assegura os ricos e poderosos não poderem passar por cima dos direitos dos desfavorecidos. Por esse mesmo motivo, um sistema onde os direitos de minorias impopulares são protegidos e a imprensa pode criticar o governo livremente assegura as pessoas possam mudar seus presidentes da República mediante eleições livres e justas. *Direitos individuais e vontade popular*, conforme sugere essa narrativa, andam juntos, tal como Twitter e Donald Trump - ou o capitão-miliciano tuiteiro.

Mas o fato de um sistema funcional precisar de ambos os elementos para prosperar significa um sistema sem ter as duas coisas necessariamente ser instável. Pelo contrário, *a dependência mútua do liberalismo e da democracia* mostra com qual rapidez a disfunção em um aspecto de nossa política pode gerar disfunção em outro. Assim, a democracia sem direitos sempre corre o risco de degenerar naquilo temido pelos chamados “País

Fundadores dos Estados Unidos”: *a tirania da maioria*. Entretanto, os direitos sem democracia não precisam se provar mais estáveis: depois do sistema político virar “um *playground* de bilionários e tecnocratas”, a tentação de excluir cada vez mais o povo das decisões importantes continuará aumentando.

Essa lenta divergência entre o liberalismo e a democracia talvez seja exatamente o que acontece neste momento - e um dos motivos fortes para “a vida estar difícil” – e as consequências decerto serão tão ruins quanto as nossas previsões mais pessimistas.

Se os problemas políticos de nosso tempo são tão fáceis de consertar, como dizem os demagogos populistas, por que persistem? Como os populistas não estão dispostos a admitir o mundo real ser complexo e emergente a partir de interações entre múltiplos componentes, as soluções podem se revelar esquivas até para pessoas bem-intencionadas. Logo, *as mentes simplórias precisam de alguém para culpar*. E *culpar* é o mais feito por populistas demagogos e apoiadores incultos em “caça às bruxas”.

Em geral, o primeiro culpado evidente é encontrado fora do país. Os populistas veem inimigos por toda parte e a maioria expressa seu ódio de maneira mais velada. A culpa é sempre dos estrangeiros parasitas se os salários ficam estagnados ou a identidade nacional é ameaçada por recém-chegados. E culpam o *establishment* político – dos burocratas de associações multilaterais à mídia falaciosa – por seu fracasso em cumprir com as promessas exageradas. Aquela *gente da capital* (Distrito Federal), afirmam populistas de todos os matizes, está ali em proveito próprio ou conspirando com os inimigos da Nação. Os políticos do *establishment*, alegam, têm um fetiche equivocado pela diversidade. Ou – a explicação mais simplória de todas – são de algum modo forasteiros, ou muçulmanos, ou as duas coisas.

Essa visão de mundo engendra dois desejos políticos, e a maioria dos populistas é suficientemente esperta para abraçar ambos. Primeiro, dizem os populistas, um líder honesto – capaz de partilhar da “opinião pura” das pessoas *tuiteiras* e esteja disposto a lutar em nome delas – precisa galgar os altos escalões do poder. E, segundo, depois desse “líder honesto” estiver chegado ao comando máximo, precisa acabar com os obstáculos institucionais impeditivos de ele cumprir a vontade do povo.

As democracias liberais têm muitos mecanismos de controle criados para impedir um partido de acumular demasiado poder de “maioria contra minoria” e para conciliar os interesses de grupos diferentes. Mas, na imaginação dos populistas, a vontade do povo não precisa ser mediada. Qualquer compromisso com as minorias é visto como uma forma de corrupção.

Nesse sentido, os populistas se sentem profundamente *democratas*: muito mais fervorosos em relação aos políticos tradicionais, eles acreditam *o demo* - conjunto de indivíduos vivendo coletivamente em um território, configurando um povo - deve governar. Mas também são profundamente *iliberais*: ao contrário dos políticos tradicionais, dizem abertamente nem as instituições independentes, nem os direitos individuais deverem abafar a voz do povo.

O medo de insurgentes populistas sabotarem as instituições liberais se chegarem ao poder pode soar alarmista. Mas está baseado em numerosos precedentes. Onde populistas iliberais foram eleitos, tomaram medidas surpreendentemente parecidas para consolidar seu poder: elevaram as tensões com supostos inimigos domésticos e no exterior; encheram de *cupinchas* os tribunais e comissões eleitorais; e assumiram o controle de certos veículos da mídia.

Então começaram os problemas depois de governos socialdemocratas enfrentarem a Grande Recessão após 2008. Muitos populares acharam estar recebendo uma fatia pequena demais do menor crescimento econômico nacional. Viram sua identidade ameaçada pela perspectiva (sem base na realidade) da imigração em massa. Quando um partido de centro-esquerda então no poder se envolveu em um grande escândalo de corrupção, o descontentamento popular culminou no completo repúdio ao governo socialdemocrata ou trabalhista.

A maioria dos observadores externos tende a denunciar o populista como antidemocrático. Mas, embora tenham razão em se preocupar com suas reformas iliberais lhe permitirem no fim das contas ignorar a vontade do povo, é um erro pensar todas as democracias deverem por natureza ser liberais ou se assemelhar a nossas atuais instituições políticas da maioria do mundo ocidental.

A *democracia hierárquica* permite a líderes popularmente eleitos cumprir a vontade do povo tal como a interpretam, sem ter de fazer concessões aos direitos ou interesses de minorias obstinadas em pautas identitárias ou outras. Sua alegação de ser um democrata não é necessariamente insincera. No sistema emergente, a vontade popular reina soberana - ao menos no início. O que o separa do tipo de democracia liberal à qual o mundo ocidental estava acostumado *não é a falta de democracia; é a falta de respeito pelas instituições independentes e pelos direitos individuais.*

O surgimento da *democracia iliberal*, ou da *democracia sem direitos*, é apenas um lado da política nas primeiras décadas do século XXI. Por conta de o homem comum estar cada vez mais cético quanto às práticas e instituições

liberais, as elites políticas tentaram se isolar de sua ira. O mundo é complicado, insistem – e elas têm se esforçado para encontrar as respostas corretas. Se a inquietação do povo crescer a ponto de ignorar o sábio conselho oferecido pelas elites, ele deve ser educado, ignorado ou intimidado a obedecer.

Sem que fosse notada pela maioria dos cientistas políticos, uma forma de *liberalismo antidemocrático* lançou raízes nas Américas e na Europa Ocidental. Nessa forma de governo, as sutilezas processuais são cuidadosamente observadas (na maior parte das vezes) e os direitos individuais são respeitados (muitas vezes). *Mas os eleitores concluíram há muito tempo sua influência nas políticas públicas ser pequena.*

Não estão de todo errados.

A ascensão dos populistas e o controle tecnocrático parecem ocupar polos opostos. Em um caso, a vontade do povo tirou do caminho as instituições independentes capazes de resguardar o primado da lei e os direitos das minorias. No outro, a força dos mercados e as convicções dos tecnocratas tiraram do caminho a vontade do povo.

Mas esses são apenas dois lados da mesma moeda. Nas democracias do mundo todo, dois acontecimentos aparentemente distintos estão ocorrendo.

Por um lado, *as preferências do povo são cada vez mais iliberais*: os eleitores estão cada vez mais impacientes com as instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas.

Por outro lado, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível: os poderosos estão cada vez menos dispostos a ceder às opiniões do povo.

Como resultado, *liberalismo e democracia*, os dois elementos centrais de nosso sistema político, começam a entrar em conflito. Os direitos individuais e a vontade popular nem sempre andam juntos. Quando as opiniões do povo tendem a ser iliberais e as preferências das elites se tornam antidemocráticas, liberalismo e democracia colidem. A democracia liberal, essa mistura única de direitos individuais e governo popular, há muito tem caracterizado a maioria dos governos na América do Norte e na Europa Ocidental, mas agora está se desmantelando. Em seu lugar, presenciamos a ascensão da *democracia iliberal*, ou democracia sem direitos, e do *liberalismo antidemocrático*, ou direitos sem democracia.

Era do Neofascismo

Madeleine Albright foi a 64ª secretária de Estado dos Estados Unidos, entre 1997 e 2001. Sua notável carreira inclui postos no Congresso americano e no Conselho de Segurança Nacional. Foi também embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas.

Albright publicou o oportuno livro *“Fascismo: Um alerta”* (São Paulo: Editora Planeta do Brasil; 2018).

No prefácio, ela informa o fascismo ter ganhado vida no início do século XX, um tempo quando o nacionalismo ressurgiu, somando-se à ampla decepção com o fracasso da democracia representativa em manter-se no compasso de uma revolução industrial impulsionada pela tecnologia.

As sufragistas apresentaram a noção revolucionária de as mulheres também terem direitos. Na política e nas artes, formadores de opiniões falavam abertamente sobre a possibilidade de se aperfeiçoar a espécie humana por meio de reprodução selecionada.

Enquanto isso, invenções como a eletricidade, o telefone, o automóvel e o navio a vapor aproximavam o mundo, mas essas inovações deixavam milhões de fazendeiros e trabalhadores manuais sem emprego. Por toda parte, pessoas estavam em movimento. Famílias de trabalhadores rurais se amontoavam nas cidades e milhões de europeus cruzavam o oceano em emigração.

Para quem ficava na terra natal, as promessas inerentes ao iluminismo e às Revoluções Francesa e Americana haviam se esvaziado. Muitas pessoas não conseguiam achar trabalho. Quem conseguia era explorado ou mais tarde sacrificado nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial.

Mas com a aristocracia desacreditada, a religião sob escrutínio e velhas estruturas políticas como os Impérios Otomano e Austro-Húngaro se dividindo, a busca por respostas não poderia esperar. A doutrina de autodeterminação ajudou a assegurar no pós-guerra a independência de um punhado de países europeus, geralmente pequenos, e seu plano de uma organização mundial deu frutos na forma da Liga das Nações.

“Muitos governos começaram liberais após a guerra. Mas se viram às voltas com explosivas tensões sociais que pareciam exigir políticas mais repressoras. Da Polônia à Áustria, da Romênia à Grécia, democracias incipientes alçaram voo e então voltaram a estagnar. No Leste, ideólogos soviéticos se arvoravam a falar pelos trabalhadores de todo o mundo, tirando o sono de banqueiros britânicos, ministros franceses e padres espanhóis. No

centro da Europa, uma amargurada Alemanha tinha dificuldades de se recolocar em pé. E na Itália uma fera indomada, cujo momento finalmente chegava, punha-se em marcha pela primeira vez.”

Albright traça breves e instrutivos perfis dos principais líderes fascistas surgidos na história desde então. Cita o historiador Robert: “o fascismo foi a principal inovação política do século XX, e a fonte de grande parte de suas dores”.

O fascismo é uma forma extrema de regime autoritário. Exige-se de os cidadãos eles fazerem exatamente o que dizem seus líderes, nada mais, nada menos. A doutrina é vinculada a *um nacionalismo fanático*.

Uma outra característica é *a reversão do contrato social*. Em vez de cidadãos darem poder ao Estado em troca da proteção de seus direitos, o poder emana do líder e as pessoas não têm direitos. Sob o fascismo, a missão dos cidadãos é servir; o trabalho dos governantes, ditar as regras.

Quando se discute esse assunto, é frequente haver confusão quanto à *diferença entre fascismo e conceitos semelhantes*, como totalitarismo, ditadura, despotismo, tirania, autocracia. Na condição de acadêmica, Madeleine Albright poderia se sentir tentada a se embrenhar por esse espinheiro, mas como ex-diplomata, a preocupação maior é com ações e não com rótulos.

A seu ver, um *fascista* é alguém com profunda identificação com um determinado grupo ou nação, em cujo nome se predispõe a falar, mas sem dar a mínima para os direitos de outros. Ele está disposto a usar todos os meios necessários, inclusive a violência, para atingir suas metas. A se julgar por esse prisma, um fascista provavelmente será um tirano, mas um tirano não necessariamente será um fascista.

É comum a diferença ser observada de acordo com o critério de *a quem se confia as armas*. Na Europa do século XVII, quando houve confrontos entre aristocratas católicos e protestantes quanto às Escrituras, os dois lados concordaram em não distribuir armas a seus camponeses, considerando mais seguro conduzir a guerra por meio de exércitos mercenários. Ditadores modernos também tendem à cautela quanto a *armar seus cidadãos*. Por isso, criam guardas reais e outras unidades de elite para garantir sua segurança pessoal.

Um fascista, contudo, espera o apoio do povo. Enquanto reis tentam acalmar seu povo, fascistas o instigam a ter suas tropas de infantaria (ou milícias paramilitares) dispostas a atacar com poder de fogo primeiro, logo quando a luta começar.

Era da Democracia contra Fascismo

Madeleine Albright, ex-secretária de Estado no governo Clinton (1997-2001), faz questão de salientar: democracia não é apenas a escolha de um líder via urna eleitoral. É essencial, mas nunca o suficiente. Não há erro mais comum na opinião desinformada: *presumir o vencedor de uma eleição ter o direito de fazer o que bem entender*.

O colégio eleitoral dos Estados Unidos é quem escolhe o presidente dos Estados Unidos ao final de cada eleição presidencial americana. Ele foi estabelecido pelo Artigo 2, Seção 1 da Constituição dos Estados Unidos. O colégio encontra-se a cada quatro anos com “grandes eleitores”, isto é, delegados eleitos pelos “pequenos eleitores”, compostos por cidadãos comuns de cada estado.

Cada estado possui direito a um certo número de delegados no colégio eleitoral, número variável de acordo com seus representantes no Congresso. Os delegados deste colégio elegem o presidente do país. Há, no total, 538 votos no colégio eleitoral. Um candidato vence a eleição presidencial se tiver pelo menos 270 votos colegiados, mesmo sendo *um número total de votos populares menor se comparado a outro candidato concorrente*, como aconteceu em cinco ocasiões: John Quincy Adams em 1824, Rutherford B. Hayes em 1876, Benjamin Harrison em 1888, George W. Bush em 2000 e Donald Trump em 2016.

A eleição dos delegados (ou “grandes eleitores”) é feita estado a estado. No sistema “*the winner takes it all*”, o candidato mais votado leva todos os delegados do estado, mesmo sendo o mais votado por apenas, por exemplo, 38% dos votos contra 37%, 21% e 4% de outros três candidatos. Apenas dois estados são exceção à filosofia de “o vencedor leva tudo”: o Maine e o Nebraska. Nestes estados, as eleições são proporcionais como as brasileiras para deputados e senadores, e os delegados são divididos por mais de um candidato.

Em uma verdadeira democracia, os líderes respeitam a vontade da maioria e também os direitos da minoria - não adianta olhar só para um lado. Isso significa as proteções constitucionais ao indivíduo precisarem ser defendidas, mesmo quando tornarem-se inconvenientes para o partido então no poder.

Os partidos democratas fazem o contraponto ao tipo de arrogância comum em ignorantes neofacistas eleitos: “sua caneta” ser uma arma para contrariar a Constituição democrática e moldar o Estado como lhes convier.

Seus esforços são vitais porque, quando governos livres fracassam, encoraja-se o surgimento de líderes autoritários - e porque mandatários em muitas regiões estão comprometidos com a luta constante para atender às expectativas de seus cidadãos.

Nos cinquenta países mais pobres do mundo, a população adulta mais que triplicará até chegarmos à metade do século. Em termos globais, mais de um terço da força de trabalho não tem emprego em tempo integral. Na Europa, o desemprego juvenil passa de 25% e a taxa aumenta quando se trata de imigrantes. Nos Estados Unidos, um em cada seis jovens está fora da escola e sem trabalho. Em termos práticos, salários estão estagnados desde os anos 1970.

Números assim seriam perturbadores em qualquer período, mas são particularmente preocupantes neste momento, quando a população de tantos países atinge a idade adulta na ânsia de dar início a suas carreiras, mas sem chances realistas de fazê-lo. Pense no candidato ao doutorado obrigado a se virar como motorista de Uber; no universitário diplomado cavando bicos temporários; no rapaz cuja evasão da escola lhe leva a não conseguir emprego algum. As pessoas querem votar, mas precisam comer. Em muitos países, o clima de frustração de “jovens brancos raivosos”, por estarem desempregados e com baixa autoestima, é semelhante àquele acontecido, há cerca de cem anos atrás, após a I Guerra Mundial, capaz de dar a luz ao fascismo italiano e alemão.

A inovação é o principal fator a gerar empregos, mas também a dar cabo deles. A tecnologia permitiu às companhias aumentar a produtividade - uma vantagem em preço possível de ser repassada para os consumidores, mas não para aqueles cujos trabalhos se tornam obsoletos.

Por isso, há cada vez menos mineiros de carvão, lavradores, rebitadores, soldadores, sapateiros, caixas de banco, costureiras, serralheiros, datilógrafas, jornalistas de mídia impressa, caixeiros-viajantes e telefonistas. Esse déficit de ocupações para os desempregados tanto pela crise conjuntural quanto pelo desemprego tecnológico estrutural não foi exatamente compensado pelo aumento da demanda por programadores, consultores, profissionais de saúde, inclusive *personal trainer* e fisiculturistas, terapeutas contra vícios e astros de *reality shows*.

O competidor mais ferrenho para qualquer trabalhador é uma máquina capaz de fazer o mesmo trabalho de graça. Essa disputa desigual entre invenções e força de trabalho baixou salários e roubou de milhões a dignidade de um emprego fixo - e com ela, a valiosa sensação de ser útil e o otimismo quanto ao aguardado.

Tal cenário dissipou o clima de celebração eclodido quando a Guerra Fria terminou. Em 2017, o Índice de Democracia da *The Economist* apontou o declínio da saúde democrática em setenta países, usando critérios como respeito ao devido processo legal, liberdade religiosa e o espaço dado à sociedade civil.

Pesquisas indicam: a maioria das pessoas continua a acreditar na democracia representativa por ela ter partes excelentes. No entanto, as mesmas amostragens registram uma curiosidade crescente pelas possíveis alternativas.

- Em média, uma em quatro pessoas vê com bons olhos um sistema onde um líder forte governe sem interferência do parlamento ou dos tribunais.
- Uma em cinco sente-se atraída pelo conceito de governo militar.

Como seria de esperar, o apoio a opções não democráticas, à direita ou à esquerda, é mais evidente entre *aqueles sem educação superior e insatisfeitos com as circunstâncias econômicas* - exatamente os grupos mais atingidos pelas transformações do mercado de trabalho. A crise financeira de 2008 reforçou essa tendência, levando muitos cidadãos a duvidar da competência de seus líderes e a questionar a justiça do sistema capitalista. Parece proteger os ricos e deixar todos os demais de lado.

Uma razão extra para o descontentamento com a democracia é a maior dificuldade enfrentada por autoridades para comunicar suas intenções e atos. Os velhos tempos quando uma pessoa transmitia sua mensagem a muitos foram superados por redes sociais capazes de conectar todos a todos. A cada dia, há mais gente com megafones na rua.

O aumento da conscientização traz benefícios, mas pode despertar também *ressentimento* nas pessoas ao verem o que os outros têm e elas não. O respeito pelos direitos de terceiros é um princípio elevado; a inveja é um desejo primal.

Enquanto isso, avanços tecnológicos nos legaram tanto a bênção de um público mais informado como a maldição de um desinformado. É assustadora a horda de homens e mulheres convictos da verdade simplesmente por causa do lido ou ouvido falar de maneira superficial nas redes sociais. O valor de uma imprensa livre diminui quando qualquer um pode posar de jornalista objetivo e disseminar narrativas extraídas do nada para fazer os outros acreditarem em sandices.

A tática dá certo, pois quem está sentado em casa ou à toa no bar, geralmente, não tem meios confiáveis para saber se a fonte do que está lendo é legítima. Não distingue se é um governo estrangeiro interferindo na eleição ou se é um impostor agindo por conta própria ou mesmo um robô plantado com intuito malicioso.

O que já tivemos a oportunidade de testemunhar, em termos de campanhas de desinformação, é só o início. Ano após ano, mais Estados lançam mão de esquadrões de formadores de opinião para invadir sites - Coreia do Norte, China, Rússia, Venezuela, Filipinas e Turquia já figuram entre os principais praticantes dessa sombria arte. Movimentos políticos extremistas, entre os quais grupos terroristas, se utilizam da mesma prática.

Muitos conseguem gerar conteúdos nos quais pessoas - entre elas, políticos democráticos - parecem fazer algo nunca feito e dizer algo nunca dito. Para maximizar o efeito, a informação fajuta é, então, distribuída a destinatários com base em perfis pessoais determinados a partir de posts em redes sociais.

Era da Desinformação em Redes Sociais (Feicebuque & Uotzap)

Madeleine Albright, no livro “*Fascismo: Um alerta*”, alerta: o custo de espalhar falsidades pela mídia social é mínimo, e o esforço exigido a quem é adepto da prática, idem. O uso de “checadores” de fatos, como meio de defesa, é útil, mas muito lento.

Esse cenário obriga operadores de plataformas de mídia social a reverem seus papéis. A visão de quem acha não ter a responsabilidade de monitorar conteúdo é conveniente e, quando articulada como defesa da liberdade, sedutora para muitos. Mas essa abordagem traz o risco de governos optarem por mudar totalmente de direção - como a China, por exemplo, rumo ao uso de *firewalls* -, o que não seria do interesse nem da democracia nem da liberdade.

O mínimo necessário aos internautas são ferramentas capazes de lhes possibilitarem identificar conteúdo gerado por robôs e outras fontes de notícias falsas. A regulação também é necessária para garantir fontes de mensagens políticas *on-line* serem tão transparentes como o financiamento de comerciais de campanha veiculados no rádio e na televisão.

A maioria de nós vivenciou o período quando o *spam* ameaçou destruir o *e-mail*. Hoje, a democracia é enfraquecida por mentiras surgidas em ondas artificiais capazes de martelar os sentidos continuamente. Líderes de acordo com o figurino democrático têm tido dificuldades para não serem atropelados

por um ciclo incansável de notícias e acabam por gastar energia demais na tentativa de contestar histórias. Elas parecem surgir do nada, criadas com o único propósito de liquidá-los.

Tudo isso tem consequências. Políticos de matriz democrática chegam ao poder prometendo mudanças e começam a perder popularidade no dia quando tomam posse. A globalização, por exemplo, não é questão de ideologia, mas um fato da vida. Virou um mal a ser combatido a qualquer custo por gente estúpida crítica ao “globalismo marxista cultural” - como diz o oportunista chanceler brasileiro, ecoando o guru dos olavetes. Este é o tipo de gente capaz de afirmar o nazismo ter sido um movimento de esquerda!

O capitalismo é visto como um palavrão por um número cada vez maior de pessoas, seja de esquerda, seja de direita. Se conhecessem história, perceberiam: não fosse pelos seus frutos, não teria comida, abrigo, roupas ou smartphones. Em um número cada vez maior de países, cidadãos professam descrença em toda e qualquer instituição pública e nos dados oficiais divulgados de maneira apriorística. Um político inglês pró-Brexit disse presunçosamente: o eleitor “não aguenta mais especialistas”. Um bolsonarista brasileiro apresenta o mesmo complexo de inferioridade e adota uma postura anti-intelectual.

Uma geração inteira já nasceu e chegou à maioria desde a desintegração do bloco comunista em 26 de dezembro de 1991. Não se julga mais democracias estabelecidas por meio de comparações com a alternativa soviética. Não se avalia democracias emergentes observando os regimes totalitários precedentes. Esses parâmetros usados na Guerra Fria não existem mais - exceto em mentes anacrônicas e estúpidas de gente da direita brasileira. Os ciclos de atenção são mais curtos e as expectativas mais altas. É menos provável relevar falhas governamentais cada vez mais fáceis de detectar.

Essa transição levou “nós, o povo” - aí incluídos editorialistas, colunistas, apresentadores de TV e blogueiros - a exigir mais de nossos governos. Seria ótimo se fôssemos igualmente capazes de exigir mais de nós mesmos. Em vez disso, tornamo-nos mimados. Até quem tem preguiça de votar e desonestidade para sonegar impostos se acha no direito de bombardear de todos os lados nossos representantes eleitos!

Queixamo-nos amargamente quando não conseguimos tudo o que queríamos, como se fosse possível obter mais serviços com impostos mais baixos, maior cobertura do sistema de saúde sem envolvimento federal, um meio ambiente menos poluído sem regulação, segurança contra o terrorismo sem violação de privacidade, bens de consumo mais baratos produzidos na

esfera local por trabalhadores com salários mais altos. Em resumo, queremos todos os benefícios da mudança sem nenhum dos custos.

Quando nos decepcionamos, nossa resposta é recolher-nos ao cinismo. Então, começamos a conjeturar se não haveria uma forma mais rápida, mais fácil e menos democrática de satisfazer nossos desejos.

Ignorar os êxitos da liberdade e desistir da democracia por não ser fácil obtê-la é a saída dos covardes.

Na visão de Madeleine Albright, país algum tem o direito de ditar aos outros como devem ser governados. Mas todos os democratas têm bons motivos para falar em defesa de valores democráticos. O apoio destes nem sempre fará diferença, mas, quando fizer, deve ser sempre na direção do maior respeito ao indivíduo e de um melhor governo para a sociedade.

Democracias são sujeitas a todo tipo de erro, de incompetência e corrupção a fetiches equivocados e impasses. É de certa forma espantoso, portanto, estarmos dispostos a submeter os rumos de nossas sociedades à sabedoria coletiva de um público imperfeito e tão frequentemente alienado. Como pudemos ser tão ingênuos?

A esta pergunta justa, precisamos responder: e como pode alguém ser tão crédulo a ponto de confiar em caráter permanente o poder - força inerentemente corrompedora - a um único líder ou partido?

Quando um ditador abusa de sua autoridade, não há meios legais de impedi-lo. Quando uma sociedade livre esmorece, ainda temos a opção - por meio do amplo debate e da escolha de novos líderes - de reparar-lhe os defeitos. Ainda nos resta tempo para selecionar um candidato melhor. Esta é a vantagem comparativa da democracia. É importante reconhecê-la e preservá-la.

Também depende de nós perceber: a democracia tem inimigos. Eles não se apresentam como tais.

Mussolini observou: ao se procurar concentrar o poder, cai bem fazê-lo pouco a pouco para todo o processo ocorrer da forma mais discreta possível. Suas táticas continuam vivas neste não-mais-novo século. Percebemos mundo afora os primeiros espasmos do fascismo:

1. o descrédito dos políticos tradicionais,
2. o surgimento de líderes que procuram dividir em vez de unir,

3. a busca da vitória política a qualquer custo contra adversários transformados em inimigos, e
4. a invocação da grandeza nacional por parte de pessoas cuja visão do que constitua grandeza é das mais distorcidas.

Frequentemente, os sinais do fascismo se apresentam de forma disfarçada:

1. Constituições alteradas a título de reforma,
2. os ataques à imprensa livre justificados pela segurança,
3. a desumanização de outros, mascarada como defesa da virtude, ou
4. o esvaziamento de um sistema democrático até só restar o rótulo.

O fascismo e as tendências em direção a ele estão sujeitos à imitação. Ao passar os olhos pelo mundo de hoje, vemos aprendizes de autocratas copiando táticas repressivas testadas por outros. Entre outros países, práticas antidemocráticas têm aumentado na Turquia, na Hungria, na Polônia, nas Filipinas, e no Brasil, todos signatários de tratados conjuntos com os Estados Unidos.

Movimentos nacionalistas radicais - alguns violentos, outros não - obtêm notoriedade enquanto chamam a atenção da mídia e fazem incursões pelo Legislativo, forçando os limites do debate público na direção da intolerância e do ódio. Os Estados Unidos, sob Trump, pode já ter começado a claudicar. Na Coreia do Norte, um fanático com acesso a armas nucleares se vangloria de seu poder.

Seria mais fácil dar o alerta contra essa tendência se partes do fascismo não fossem, também, excelentes - ao menos por algum tempo e ao menos para os privilegiados. Os italianos nos anos 1920 e os nazistas nos anos 1930, antes da II Guerra Mundial, eram, de maneira geral, povos otimistas. Uma mulher alemã, sem ter sido fascista, se recorda:

“Sob a vigência do nacional-socialismo, as vidinhas de meus amigos continuaram como sempre haviam sido, modificadas apenas para melhor, sempre para melhor, em pão e manteiga, habitação, saúde e esperança, onde quer que fossem tocadas pela Nova Ordem...”

Apesar do uso regular do termo, poucos chefes de governo atuais incorporam totalmente o espírito do fascismo. Mas isso não é razão para relaxar na vigilância. Cada passo rumo ao fascismo causa danos aos indivíduos e à sociedade. Cada um torna o passo seguinte mais curto.

Para conter seu avanço, é preciso reconhecer: déspotas raramente revelam suas intenções e líderes com inícios auspiciosos frequentemente tornam-se mais autoritários à medida que prolongam sua permanência no poder. Precisamos reconhecer também: medidas antidemocráticas muitas vezes serão bem-recebidas por parte da população em parte do tempo, especialmente, quando se acha elas serem favoráveis aos seus semelhantes.

Madeleine Albright, no fim do livro *“Fascismo: Um alerta”*, sugere haver uma razão para a popularidade do mito de justiceiros. Algo acontece com um cidadão respeitador da lei - um ente querido é assassinado, sua filha raptada, um estupro não chega a ir a julgamento - e a polícia não tem resposta. De repente, os eleitores incultos e desinformados se identificam com um agente da vingança. Toda aquela fúria mal contida é canalizada na captura de seu alvo e dane-se o devido processo legal. Quando os vilões são aniquilados, vibram. É a natureza desumana - ou ao menos parte dela.

O poder é um vício do qual somos propensos a abusar. Mesmo quem entra para a vida pública com as melhores intenções é suscetível à sua atração. Devemos, portanto, ficar atentos ao nosso próprio mau hábito - o de procurar e esperar respostas fáceis quando os problemas mais sérios que enfrentamos são tudo menos isso.

Talvez devamos nos lembrar da explicação de Hitler, em 1936, para sua popularidade: “Vou contar o que me levou ao posto que atingi. Nossos problemas políticos pareciam complicados. O povo alemão não conseguia entendê-los... eu, por outro lado... os reduzi aos termos mais simples. A multidão se deu conta disso e me seguiu”.

Madeleine Albright conclui seu livro *“Fascismo: Um alerta”* com uma confissão pessoal: “enxergo o fascismo e as políticas fascistas como ameaças mais violentas à liberdade, à prosperidade e à paz internacionais do que em qualquer outro momento desde a Segunda Guerra Mundial. Mais uma vez, sou levada à minha definição de um fascista como alguém que alega falar em nome de toda uma nação ou um grupo, não tem preocupação alguma com os direitos de terceiros e está disposto a lançar mão de violência e quaisquer outros meios necessários para atingir as metas que porventura tenha. Ao longo de minha vida adulta, sempre achei que poderíamos contar com os Estados Unidos para erguer obstáculos no caminho de qualquer líder, partido ou movimento com essas características. Nunca pensei que, aos 80 anos, começaria a ter dúvidas.”

Era da Mente Americana Mimada

Greg Lukianoff e Jonathan Haidt, coautores de "A Superproteção da Mente Americana" [*The Coddling of the American Mind*], afirmam: você pode encontrar muitas mentiras em campi universitários, em escolas secundárias e em muitos lares. Essas inverdades raramente são ensinadas explicitamente. Ao contrário, elas são transmitidas aos jovens pelas regras, práticas e normas lhes impostas, muitas vezes com as melhores intenções.

Este é um livro sobre três Grandes Inverdades, espalhadas amplamente nos últimos anos:

1. a Inverdade da Fragilidade: "O que não mata você deixa você mais fraco".
2. a Falsidade do Raciocínio Emocional: "Sempre confie em seus sentimentos".
3. a Mentira de Nós Contra Eles: "A vida é uma batalha entre pessoas boas e pessoas más".

Enquanto muitas proposições são falsas, a fim de ser classificada como uma Grande Mentira, uma ideia é considerada suspeita sob três critérios imediatos:

1. Ela contradiz a sabedoria antiga, isto é, ideias amplamente encontradas na literatura com sabedoria de muitas culturas.
2. Ela contradiz a moderna pesquisa psicológica sobre o bem-estar.
3. Ela prejudica os indivíduos e as comunidades, inocentemente, capazes de a adotarem.

Os coautores mostrarão como essas três Grandes Inverdades implicam as políticas e os movimentos políticos utilizadores delas com má fé. Elas estão causando problemas aos jovens, às universidades e, mais genericamente, às democracias liberais. Para citar apenas alguns destes problemas: a ansiedade adolescente, a depressão e as taxas de suicídio aumentaram acentuadamente nos últimos anos.

A cultura em muitos campi universitários tornou-se mais ideologicamente uniforme, comprometendo a capacidade dos acadêmicos de buscar a verdade científica e de os alunos aprenderem com uma ampla gama de pensadores. Extremistas proliferaram na extrema direita e na extrema esquerda, provocando uma à outra em níveis cada vez mais profundos de ódio.

A mídia social canalizou as paixões partidárias para a criação de uma “cultura de destaque”: qualquer um pode ser publicamente envergonhado por dizer algo bem-intencionado, se alguém interpretar sem caridade como isso fosse uma ignorância ou uma má-fé.

As plataformas digitais e as novas mídias sociais permitem os cidadãos se refugiarem em bolhas auto confirmatórias, onde seus piores temores sobre os males do outro lado podem ser confirmados e amplificados por extremistas e *trolls* cibernéticos. Eles pretendem semear a discórdia e a divisão.

As três Grandes Inverdades floresceram em muitos campi universitários, mas têm suas raízes em experiências anteriores de educação e infância. Agora eles se estendem do campus para o mundo corporativo e a praça pública, incluindo a política nacional.

Eles também estão se espalhando das universidades americanas para as universidades em todo o mundo de língua inglesa. Essas grandes inverdades são ruins para todos. Qualquer pessoa preocupada com os jovens, a educação ou a democracia deve se preocupar com essas tendências.

Nos anos passados, os administradores foram motivados a criar códigos de discurso no campus para restringir o que consideravam discurso racista ou sexista. Cada vez mais, no entanto, a justificativa para os códigos de discurso e os questionamentos dos lugares-comuns ditos por parte dos palestrantes foram se transformando em censura sob a alegação dos alunos de certos tipos de discurso - e até mesmo o conteúdo de alguns livros e cursos - interferirem em sua capacidade de pensar sem tensão. Eles queriam proteção contra esse material “subversivo”. Acreditavam eles poderem colocar em risco sua saúde mental, seja “provocando-os”, seja deixando-os “inseguros”.

Alguns alunos passaram a classificar certos como serem tão desconfortáveis para serem lidos e discutidos a ponto de os professores deverem emitir “alertas preventivos”. Deveriam fornecer apoio psicológico aos alunos com notificações verbais ou escritas para alertar aos alunos de “eles estarem prestes a encontrar material potencialmente angustiante”!

Dessa aversão ao contraditório se partiu para um esforço para adicionar mais mulheres, escritores de cor ou homossexuais em lugar de “homens brancos heterossexuais” dominantes nas listas de leitura. Biólogo darwinista de prestígio chegou a ser censurado por causa de seus escritos sobre como a evolução moldou o comportamento humano. Alguns líderes estudantis pensavam essa Teoria da Evolução poderia ser usada para justificar os papéis e as desigualdades de gênero existentes ainda hoje.

Em contrapartida, o “politicamente correto” virou discurso justificativo para os populistas de direita rejeitarem todo o discurso de esquerda. Esse mau argumento é conhecido como *Efeito Halo* (o círculo luminoso em torno de uma figura sagrada). Deixamo-nos ofuscar apenas por um aspecto e, a partir dele, supomos uma imagem completa. São fatos percebidos e extrapolados, devido à estereotipagem e/ou a um preconceito.

Uma atitude mais protetora em relação aos estudantes, protegendo-os da presença de certos autores incômodos parte da *premissa de os estudantes serem frágeis*. Mesmo aqueles não frágeis acreditam os outros estarem em perigo e, portanto, precisarem de proteção. Não há expectativa de os alunos se tornarem mais fortes a partir de seus encontros com a fala ou com os textos chamados por eles de “provocadores”. Essa é a Inverdade da Fragilidade: *o que não mata te deixa mais fraco*.

Greg Lukianoff e Jonathan Haidt temiam, se os alunos se considerassem frágeis, ficassem longe do estudo. Se os alunos não desenvolvessem habilidades ao aceitarem convites amigáveis para treinar no “ringue de prática”, e se evitassem essas oportunidades, porque “pessoas bem-intencionadas” os convenceram de eles serem prejudicados por tal treinamento, seria uma tragédia para todos em causa. Suas crenças sobre a própria fragilidade e a dos outros diante de ideias não apreciadas, aprioristicamente, se tornariam *profecias autorrealizáveis*.

Se os alunos conseguissem criar “bolhas de segurança” intelectual”, na faculdade, eles não se preparariam para uma ansiedade e um conflito ainda maiores, depois da formatura, quando certamente encontrariam muito mais pessoas com visões mais extremistas em relação às suas. Os estudantes estavam começando a exigir proteção da fala porque haviam aprendido involuntariamente a empregar as *distorções cognitivas*. Simplesmente, muitos estudantes universitários estavam aprendendo a pensar de maneira distorcida ou superprotegida. Isso aumentaria a probabilidade de se tornarem frágeis, ansiosos e facilmente magoados ou avessos às ideias questionadoras.

Um grupo cria uma matriz moral consensual à medida que só indivíduos como o mesmo pensamento interagem uns com os outros. Então, eles agem de maneira a serem ininteligíveis para pessoas de fora da “bolha consensual”. A mídia social é perfeitamente projetada para ajudar as “alucinações consensuais” a se espalharem nas comunidades conectadas em velocidade distorcida - no campus e fora dele, à esquerda e à direita.

Era da Ascensão e Queda do “Politicamente Correto”

Greg Lukianoff e Jonathan Haidt, coautores de “A Superproteção da Mente Americana” [*“The Coddling of the American Mind”*], enfatizam: como se mostrará neste livro, os adultos estão fazendo muito mais nos dias de hoje para proteger as crianças, e seu sentimento carinhoso excessivo pode estar tendo alguns efeitos negativos. As definições de dicionário de “*coddle*” enfatizam essa superproteção. Por exemplo, “excesso de gentileza ao tratar com cuidado extremo” ou “mimar”.

A falha está nos adultos e nas práticas institucionais, daí o subtítulo: “como boas intenções e más ideias estão configurando uma geração para o fracasso”. É exatamente sobre isso o objeto desse livro. Mostra como a superproteção bem-intencionada - das proibições do desconhecido no ensino fundamental até códigos de discurso “politicamente correto” nos campi universitários - pode acabar fazendo mais mal em vez de bem.

Problemas de progresso se referem a nos adaptarmos às nossas circunstâncias novas e melhoradas e, em seguida, diminuirmos o padrão para considerar, como níveis intoleráveis de desconforto e risco. Pelos padrões de nossos bisavôs, quase todos nós somos mimados. Cada geração tende a ver a seguinte como fraca, chorosa e carente de resiliência. As gerações mais velhas podem ter razão, face ao vivenciado por elas, embora essas mudanças geracionais reflitam um progresso real e positivo.

O argumento dos coautores é, em última instância, pragmático, não moralista: seja qual for sua identidade, histórico ou ideologia política, você será mais feliz, mais saudável, mais forte e mais propenso a alcançar seus próprios objetivos se fizer o oposto do aconselhado pelo atual lugar-comum superprotetor. Isso significa:

1. buscar desafios, em vez de eliminar ou evitar tudo “o que não é seguro”,
2. libertar-se de distorções cognitivas, em vez de confiar sempre em seus sentimentos iniciais,
3. ter uma visão generosa de outras pessoas, e procurar nuances, em lugar de assumir o pior sobre as pessoas, dentro de uma moralidade simplista de “nós contra eles”.

Por que as coisas mudaram tão rapidamente em muitos campi norte-americanos entre 2013 e 2017? Os coautores identificaram seis tópicos explicativos - e interativos:

1. a crescente polarização política e a animosidade entre o Partido Democrata (liberal de esquerda) e o Partido Republicano (conservador de direita), na política dos Estados Unidos, teve a capacidade de levar ao aumento de crimes de ódio e assédio no campus;
2. os níveis crescentes de ansiedade e depressão na adolescência tornaram muitos estudantes mais desejosos de proteção e mais receptivos às Grandes Inverdades;
3. as mudanças nas práticas parentais amplificaram os medos das crianças, mesmo quando a infância se torna cada vez mais segura com pais mais temerosos, protetores e intensivos em famílias de classe média e ricas, em geral, com um filho único herdeiro de toda a riqueza acumulada pelo pai e mãe inseridos no mercado de trabalho;
4. a perda de jogos antagônicos livres e a privação de enfrentamentos de riscos não supervisionados leva as crianças se tornarem adultos sem autogoverno;
5. o crescimento da burocracia do campus e a expansão de sua missão de proteção;
6. uma paixão crescente por justiça, combinada com um crescente compromisso de alcançar isonomia em todas as áreas, leva à ideia mutável sobre o que a justiça exige: tratar a diversidade com igualdade de direitos.

Essas seis tendências não influenciaram todos igualmente, mas todas começaram a se cruzar e interagir nos campi universitários nos Estados Unidos nos últimos anos.

Os coautores explicam: “este é um livro sobre sabedoria e seu oposto. É um livro sobre três princípios psicológicos e sobre o que acontece com os jovens quando pais e educadores - agindo com a melhor das intenções - implementam políticas inconsistentes com esses princípios. Podemos resumir o livro inteiro contrastando as três citações de abertura e as três Grandes inverdades”.

PRINCÍPIO PSICOLÓGICO	SABEDORIA	GRANDE INVERDADE
Os jovens são <i>antifrágeis</i> .	Prepare a criança para a <i>estrada da vida</i> , não para um <i>caminho exclusivo</i> .	O que não mata te deixa mais fraco.
Somos todos propensos ao <i>raciocínio emocional</i> e ao <i>viés de confirmação</i> .	Seu pior inimigo não pode prejudicá-lo tanto quanto seus próprios pensamentos desprotegidos. Mas, uma vez dominada sua mente, sem autodeterminação ninguém pode ajudá-lo, nem mesmo seu pai ou sua mãe.	Confie sempre nos seus sentimentos.
Somos todos propensos ao <i>pensamento dicotômico</i> e ao <i>tribalismo</i> .	A linha divisória entre o bem e o mal corta o coração de todo ser humano.	A vida é uma batalha entre pessoas boas e pessoas más.

Humanos são criaturas tribais. Eles prontamente formam grupos para competir com outros grupos. Os sociólogos mostram o modo como esses grupos se envolvem em rituais, incluindo a punição coletiva do desvio, para aumentar sua coesão e solidariedade. Grupos coesos e moralmente homogêneos são propensos à caça às bruxas, particularmente quando sofrem uma ameaça, seja de fora ou de dentro.

As *caças às bruxas* geralmente têm quatro propriedades:

1. elas parecem surgir do nada;
2. envolvem acusações de crimes contra o coletivo;
3. as ofensas possíveis de levar a essas acusações são frequentemente triviais ou artificialmente fabricadas; e
4. quando o acusado é inocente, quem sabe se omite em sua defesa ou, em casos extremos, se junta à multidão acusadora.

Alguns dos eventos e tendências mais intrigantes do campus, recentemente, combinam com o perfil de uma *caça às bruxas*. Os protestos no campus começam como reações a e-mails educados, porém todos demandam os autores dos e-mails serem censurados ou demitidos. As preocupações

capazes de fornecerem o contexto para uma caça às bruxas podem ser válidas, mas, iniciada a caça, os medos concomitantes são canalizados de maneiras injustas e destrutivas.

A nova tendência de os professores se juntarem em “cartas-abertas” ou assinarem petição virtual, denunciando colega e exigindo a retratação ou a condenação de seu trabalho, também se encaixa nesse padrão. Em todos esses casos, os colegas temerosos do acusado têm medo de defendê-lo publicamente.

A diversidade do ponto de vista reduz a suscetibilidade de uma comunidade às caças às bruxas. Um dos tipos mais importantes, a diversidade do pensamento político, diminuiu substancialmente entre professores e estudantes nas universidades americanas desde os anos 90. Esse declínio, combinado com a crescente polarização política dos Estados Unidos, ambos podem ser parte da razão pela qual a nova cultura de “segurança mental” se espalhou tão rapidamente desde seu surgimento recente.

A proporção da esquerda para a direita entre docentes norte-americanos, no início dos anos 90, era de cerca de dois para um. Os poucos estudos datados de meados do século XX, geralmente também mostram os professores se inclinarem para a esquerda ou votarem nos democratas, mas não por uma margem muito desigual.

As coisas começaram a mudar rapidamente, no final dos anos 90. Foi quando os professores da *Geração da Guerra* começaram a se aposentar, para serem substituídos por membros da *Geração Baby Boom*. Em 2011, o índice chegou a cinco para um.

Os professores da chamada “Grande Geração” eram predominantemente homens brancos, ex-guerreiros e submissos à hierarquia militar na Segunda Guerra Mundial. A partir de uma legislação destinada a ajudá-los no período do pós-guerra, obtiveram um incentivo para ingressarem no Ensino Superior. Essa onda de docentes incluiu muitos republicanos e muitos conservadores, em geral, “ex-militares patriotas”.

Os professores do *Baby Boom*, em contraste, eram mais diversificados por raça e gênero, mas menos diversificados em suas ideologias políticas. Muitos deles foram influenciados pela grande onda de protestos sociais na década de 1960. Muitos da “Geração Rebelde” entraram em carreiras acadêmicas nas Ciências Sociais e na Educação para continuar a lutar por justiça social e causas progressistas.

Por isso, a proporção muda muito mais dramaticamente quando olhamos para as profissões associadas à abordagem dessas preocupações. No

campo de Psicologia Social, a relação entre a esquerda e a direita era de dois para um a quatro para um, dos anos 1930 até meados dos anos 90, mas depois começou a disparar, atingindo dezessete para um até 2016.

Essa razão esquerda/direita em outros campos centrais das Ciências Humanas e Sociais está, em quase todos, acima de dez para um. O desequilíbrio é maior em universidades de maior prestígio acadêmico e na Nova Inglaterra. O único campo entre todas as Ciências Humanas e Sociais conhecido por ter diversidade política suficiente para permitir a desconformação institucionalizada é o da Ciência Econômica, onde a proporção entre a esquerda para a direita encontrada em um estudo sobre os registros de eleitores-professores foi comparativamente baixa de quatro para um.

A perda de diversidade política entre professores, particularmente em áreas que lidam com conteúdo politizado, pode minar a qualidade e o rigor da pesquisa acadêmica. Nesse caso, os pesquisadores tendem a se reunir em torno de questões e métodos de pesquisa geralmente capazes de confirmar a narrativa compartilhada, ignorando questões e métodos sem o oferecimento desse suporte.

A perda de diversidade política entre os professores também tem consequências negativas para os alunos, de três maneiras.

Primeiro, há o problema de muitos estudantes universitários têm pouca ou nenhuma exposição a professores de metade do espectro político. Muitos alunos se formam com um entendimento impreciso de conservadores, políticos e grande parte dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, a perda de diversidade de ponto de vista entre o corpo docente implica em quando os alunos devem aprender qual é o debate em tópicos politicamente controversos têm muitas vezes “deixadas de lado” certas verdades inconvenientes. A ciência exige pluralismo e teste de hipóteses por controvérsias. Às vezes, a visão de esquerda se mostra correta, de acordo com os fatos, às vezes é a visão de direita, mas, em média, os estudantes se aproximam da verdade se forem expostos a debates entre acadêmicos credenciados capazes de abordarem problemas difíceis de diferentes perspectivas.

Para agravar esse segundo problema, durante o mesmo período quando o corpo docente se tornava mais politicamente homogêneo, os estudantes também estavam mais monolíticos. Pesquisas de calouros ingressantes em Universidades, conduzidas pelo Instituto de Pesquisa de Educação Superior, mostram cerca de 20% dos estudantes ingressantes se identificarem como conservadores. Esse número se manteve estável desde o início dos anos 80.

Quem descreve a si mesmo como “moderado” compunha cerca de metade de todos os estudantes nas décadas de 1980 e 1990, mas esse número vem caindo desde o início dos anos 2000 em função da elevação da porcentagem de progressistas (auto descritos como “liberais”) acima dos já elevados 30%. A mudança acelerou desde 2012, ou seja, com o agravamento da crise mundial.

Os coautores não estão dizendo haver algo intrinsecamente errado com o crescente número de estudantes de esquerda no campus. Mas estão dizendo a diversidade de pontos de vista ser necessária para o desenvolvimento do pensamento crítico, enquanto a homogeneidade do ponto de vista, seja à esquerda, seja à direita, deixa a comunidade vulnerável ao pensamento de grupo sectário e à ortodoxia dogmática.

Se tanto o corpo docente quanto os estudantes vêm perdendo a participação de moderados e ganhando a de progressistas, desde os anos 1990, e se essa mudança entre os estudantes se acelerou desde 2012, então, houve mudanças na cultura e na dinâmica social das universidades americanas.

Este é o terceiro problema: o risco de algumas comunidades acadêmicas - particularmente aquelas nas regiões mais progressistas do país - possam atingir níveis tão elevados de homogeneidade política e solidariedade de modo a passarem por uma mudança de fase, assumindo propriedades de uma entidade coletiva antitéticas aos objetivos normais de uma universidade.

Uma entidade coletiva mobilizada para a ação é mais propensa a reforçar a ortodoxia política e menos propensa a tolerar desafios às suas principais crenças ideológicas. Comunidades politicamente homogêneas são mais suscetíveis à caça às bruxas, particularmente quando se sentem ameaçadas de fora.

Era de Polarização Político-Ideológica

Greg Lukianoff e Jonathan Haidt, coautores de “A Superproteção da Mente Americana” [*“The Coddling of the American Mind”*], enfatizam: contaram muitas histórias sobre alunos e professores intolerantes com as adversidades. Reagiram às palavras de maneira inadequada, exagerada e, em alguns casos, agressiva. Seja em uma resposta a um e-mail, um apelo contra um palestrante ou uma petição para denunciar um colega. Infelizmente, as matérias deste livro apresentaram, em sua maioria, problemas no campus surgidos de uma parte da esquerda política.

Um conjunto de novas ideias sobre discurso, violência e segurança emergiu na extrema esquerda nos últimos anos. O debate no campus é em

grande parte um debate dentro da esquerda, colocando (na maior parte) progressistas mais velhos, geralmente com uma noção expansiva de liberdade da fala, contra (na maior parte) progressistas mais jovens, mais propensos a apoiar algumas limitações na liberdade de expressão em nome da inclusão.

Às vezes os alvos estavam à direita, mas com mais frequência os alvos eram eles mesmos à esquerda. Se os coautores fossem limitar a análise aos eventos no campus, essa seria a maior parte da história.

Mas se recuarmos e olharmos para as universidades americanas como instituições complexas, aninhadas dentro de uma sociedade maior cada vez mais dividida, enfurecida e polarizada, começamos a ver *a esquerda e a direita presas a um jogo de provocação mútua e recíproca*. Indignação é uma peça essencial do quebra-cabeça, cujos coautores tentam resolver neste livro.

Eles concordam com o diagnóstico do contexto político nacional ser uma parte essencial de qualquer história sobre o que vem acontecendo nos campi universitários nos últimos anos. As coisas estão realmente em um “ponto de ebulição” nos Estados Unidos.

O *Pew Research Center*, em 1994, começou a pedir uma amostra nacionalmente representativa de americanos sobre seu nível de concordância com um conjunto de dez declarações de política e repetiu a pesquisa periodicamente. As declarações políticas incluem, por exemplo: “A regulamentação governamental dos negócios geralmente faz mais mal do que bem”, “Os imigrantes hoje são um fardo para nosso país porque assumem nossos empregos, moradia e assistência médica” e “A melhor maneira de garantir a paz é através das Forças Armadas”.

O *Pew* calcula o quão distantes os membros de grupos diferentes estão em cada questão, então toma a média dos valores absolutos dessas diferenças em todas as dez declarações. Em questão de “gênero”, homens e mulheres estão praticamente na mesma distância em 2017 (7 pontos) do que em 1994 (9 pontos). Duas questões mostram um claro aumento de divergência. As pessoas regularmente frequentadoras dos serviços religiosos estão agora a 11 pontos de distância dos ateus, em comparação com apenas 5 pontos em 1994. No entanto, esse aumento de 6 pontos é inferior ao aumento de 21 pontos na distância entre republicanos e democratas, no mesmo período, quase tudo ocorrendo desde 2004.

Por que isso está acontecendo? Há muitas razões, mas para dar sentido à situação atual da América, é preciso começar reconhecendo a metade do século XX ter sido uma *anomia histórica* - um período de polarização política anormalmente baixa e animosidade entre partidos, combinado com níveis geralmente altos de confiança social e da confiança no governo. Desde os

anos 1940 até por volta de 1980, a política americana era tão *centrista e bipartidária* como sempre foi.

Uma das razões é, durante e antes desse período, o país ter enfrentado uma série de *desafios e inimigos externos comuns*, incluindo a Grande Depressão, os Poderes do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial e os soviéticos durante a Guerra Fria. Dada a Psicologia do Tribalismo, pode-se esperar a perda de um inimigo comum após o colapso da União Soviética levar a um *conflito mais intratribal*.

Uma segunda razão principal é, desde a década de 1970, os americanos terem se auto segregado em *comunidades politicamente homogêneas*. Pesquisas subsequentes mostraram os norte-americanos viverem cada vez em comunidades econômica e politicamente segregadas até o nível de quarteirão da cidade.

Os dois principais partidos políticos se alinharam em perfis antagônicos: como o Partido Republicano se torna desproporcionalmente mais velho, branco, rural, masculino e cristão, o Partido Democrata é cada vez mais jovem, não branco. O resultado é, hoje, as diferenças na afiliação partidária estarem de mãos dadas com as diferenças de visão de mundo e o senso de identidade social e cultural dos indivíduos.

Uma terceira razão importante é *o ambiente de debate na mídia televisa e social*. Ele mudou de maneira a promover a divisão. Já se foi a época quando todos assistiam a uma das três redes nacionais de televisão. Na década de 1990, havia um canal de notícias a cabo para a maioria dos pontos de vista no espectro político e, no início dos anos 2000, havia um site ou grupo de discussão para todos os grupos de interesse.

Na década de 2010, a maioria dos americanos passou a usar sites de mídia social como o Facebook e o Twitter, o que torna fácil envolver-se em uma *câmara de eco*. Além disso, há o “filtro-bolha”, no qual os mecanismos de pesquisa e os algoritmos do YouTube são projetados para dar a você mais do antes demonstrado estar interessado, levando os conservadores e os progressistas a matrizes morais desconectadas e apoiadas por mundos informacionais mutuamente contraditórios. Tanto o isolamento físico quanto o eletrônico das pessoas discordantes permitem as forças do *viés de autoconfirmação e de pensamento grupal do tribalismo* as afastarem ainda mais.

Uma quarta razão é *a hostilidade cada vez mais desrespeitosa e intolerante no Congresso*. Os democratas controlaram a Câmara dos Representantes por cerca de sessenta anos, com apenas breves interrupções em meados do século XX, mas seu domínio terminou em 1994, quando os

republicanos venceram sob a liderança de Newt Gingrich. Quando este se tornou presidente da Câmara, impôs um conjunto de reformas destinadas a desencorajar seus novos membros de forjar o tipo de relacionamento pessoal entre os distintos adeptos das linhas partidárias. Havia sido o normal antes.

Por exemplo, houve mudança do horário de trabalho para garantir todos as votações serem concluídas em três dias úteis no meio da semana. Então, isso encorajou seus membros a não mudarem suas famílias de seus distritos de origem. Em vez disso, voam para Washington para ficar apenas alguns dias a cada semana. Lá como cá.

Com o controle da Câmara dos Representantes alternando várias vezes, desde meados dos anos 90, e com tantos interesses não sendo atendidos a cada mudança, normas de civilidade e possibilidades de bipartidarismo praticamente desapareceram. Como dizem os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, “os partidos [vêem] um ao outro não como *rivals legítimos*, mas como *inimigos perigosos*. Perder deixa de ser uma parte aceita do processo político e, em vez disso, torna-se uma catástrofe”.

Essas quatro tendências, mais muitas outras, combinaram-se para produzir uma mudança muito infeliz na dinâmica da política americana. Os cientistas políticos chamam de *partidarismo negativo*.

Em uma recente revisão de dados sobre “*polarização afetiva*” (o grau de animosidade dos membros de cada parte em relação à outra parte), a mudança pode ser resumida da seguinte forma:

“Antes da Era da Polarização, o *favoritismo interno*, isto é, o entusiasmo dos partidários por seu partido ou candidato, era a força motriz por trás da participação política. Mais recentemente, porém, é a *hostilidade em relação ao outro partido* o que torna as pessoas mais propensas a participar.”

Em outras palavras, os americanos agora estão motivados a deixar seus sofás para participar da ação política, não pelo amor pelo candidato de seu partido, mas pelo ódio contra o candidato da outra parte. O partidarismo negativo significa que a política americana é menos motivada pela esperança e mais pela *Untruth of Us versus Them* [Inverdade de Uns contra a de Outros]. “Eles” devem ser censurados a todo custo.

Esta é uma parte essencial da história. Os americanos agora têm tanta animosidade um com o outro como se estivessem segurando cartazes dizendo: “Por favor, me diga algo horrível sobre o outro lado, vou acreditar em qualquer coisa!” Agora os americanos são facilmente exploráveis por uma grande rede de sites da mídia. Os empresários políticos e as agências de

inteligência estrangeiras estão se aproveitando dessa vulnerabilidade e lucrando bastante.

A vulnerabilidade vem com uma assimetria intolerante: o corpo docente e os estudantes nas universidades mudaram predominantemente para a esquerda, desde os anos 90, enquanto a “indústria ultrajante” de programas de rádio, redes de TV a cabo e sites conspiratórios se fincaram à direita.

A mídia tradicional inclina-se para o liberalismo de esquerda, mas ela simplesmente nunca encontrou um formato ou fórmula capaz de igualar a influência de formadores de opinião de canais da direita. A manchete escandalosa afeta a Heurística da Representatividade, aquilo capaz de vir à mente mais rapidamente. A mídia de direita há muito tempo aprecia zombar de professores e provocar raiva nos militantes por práticas “politicamente corretas” encontradas em campi universitários.

Mas como o ativismo no campus aumentou, recentemente, e ofereceu um fluxo interminável de vídeos dramáticos para celulares (incluindo estudantes amaldiçoando professores e oradores apupando palestrantes), veículos de mídia de direita começaram a dedicar muito mais atenção aos eventos do campus. Antes, eles retratavam alegremente, geralmente despojados de qualquer contexto explicativo.

As expressões crescentes de raiva da esquerda no campus, às vezes dirigidas contra oradores conservadores, levaram a expressões crescentes de raiva da direita fora do campus. Às vezes são dirigidas de forma ameaçadora para professores e estudantes de esquerda, o que por sua vez provoca mais raiva de a esquerda no campus... e o ciclo se repete.

Em suma, os Estados Unidos experimentam um aumento constante em pelo menos uma forma de polarização desde os anos 80: *a polarização afetiva ou emocional*. As pessoas se identificam com um dos dois principais partidos políticos, odeiam e temem as pessoas adeptas do outro partido.

A polarização afetiva nos Estados Unidos é grosseiramente simétrica. Como os estudantes universitários e o corpo docente mudaram, em maior quantidade, para a esquerda, durante um período de crescente ódio entre partidos, as universidades começam a receber menos confiança e mais hostilidade de alguns conservadores e das organizações de direita.

A partir de 2016, o número de casos de alto perfil de professores sendo perseguidos ou assediados pela direita por algo dito em uma entrevista ou nas mídias sociais começou a aumentar. A crescente polarização política, acompanhada por aumentos na provocação racial e política da direita, geralmente direcionada de fora do campus para alvos dentro do campus, é

uma parte essencial da história de por que o comportamento está mudando no campus: de uma mente mimada para uma combativa em defesa da liberdade de expressão - e de cátedra.

Era da Morte da Verdade

Michiko Kakutani, no livro *A Morte da Verdade*, publicado em 2018, afirma: “dois dos regimes mais abomináveis da história da humanidade chegaram ao poder no século XX, e ambos se estabeleceram com base na violação e no esfacelamento da verdade, cientes de que o cinismo, o cansaço e o medo podem tornar as pessoas suscetíveis a mentiras e falsas promessas de líderes determinados a alcançar o poder incondicional. Como Hannah Arendt escreveu em seu livro de 1951, *Origens do totalitarismo*: ‘O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento)’.

O alarmante para o leitor contemporâneo é as palavras de Arendt soarem cada vez menos como um comunicado do século passado e mais como um terrível reflexo do panorama cultural e político vivido hoje – um mundo no qual as *fake news* e as mentiras são divulgadas em escala industrial por “fábricas” de *trolls* russos, lançadas em um fluxo ininterrupto pela boca e pelo Twitter do presidente dos Estados Unidos, e espalhadas pelo mundo todo na velocidade da luz por perfis em redes sociais.

O nacionalismo, o tribalismo, a sensação de estranhamento, o medo de mudanças sociais e o ódio aos estrangeiros estão novamente em ascensão à medida que as pessoas, trancadas nos seus grupos partidários e protegidas pelo filtro de suas bolhas, vêm perdendo a noção de realidade compartilhada e a habilidade de se comunicar com as diversas linhas sociais e sectárias.

Ao comentar as obras de George Orwell *1984* e *A revolução dos bichos*, a crítica Margaret Atwood as chamou de “sinais de alerta”. Advertem sobre o contexto capaz de tornar um povo suscetível à demagogia e à manipulação política. Transformam assim uma nação em uma presa fácil para os aspirantes a autocratas.

Michiko Kakutani quer examinar como o descaso pelos fatos, a substituição da razão pela emoção, e a corrosão da linguagem estão diminuindo o valor da verdade, e o que isso significa para os Estados Unidos e para o mundo.

O termo “declínio da verdade” descreve “o enfraquecimento do papel dos fatos e análises” na vida pública norte-americana. Entrou para o léxico da Era da Pós-verdade, que inclui também expressões agora corriqueiras como “*fake news*” e “fatos alternativos”. E não só as notícias são falsas: também existe:

1. a ciência falsa (produzida por negacionistas das mudanças climáticas e anti-vaxxers, os ativistas do movimento antivacina),
2. a história falsa (promovida por revisionistas do Holocausto e supremacistas brancos),
3. os perfis falsos de norte-americanos no Facebook (criados por *trolls* russos) e
4. os seguidores e “likes” falsos nas redes sociais (gerados por *bots*).

Trump, o 45º presidente dos Estados Unidos, mente de forma tão prolífica e com tamanha velocidade a ponto do jornal *The Washington Post* calcular ele ter feito 2.140 alegações falsas ou enganosas no seu primeiro ano de governo – uma média de quase 5,9 por dia. As mentiras dele – sobre absolutamente tudo, desde as investigações sobre a interferência russa nas eleições, passando por sua popularidade e suas conquistas, até o tempo que passa vendo TV – são apenas o mais espalhafatoso entre os vários sinais de alerta acerca de seus ataques às instituições democráticas e normas vigentes. Ele ataca rotineiramente a imprensa, o sistema de justiça, as agências de inteligência, o sistema eleitoral e os funcionários públicos responsáveis pelo bom funcionamento do governo norte-americano.

Entretanto, os ataques à verdade não estão limitados aos Estados Unidos. Pelo mundo todo, ondas de populismo e fundamentalismo estão fazendo com que as pessoas recorram mais ao medo e à raiva do que ao debate sensato, corroendo as instituições democráticas e trocando os especialistas pela sabedoria das multidões. Alegações falsas sobre as relações financeiras do Reino Unido com a União Europeia (em anúncios da campanha do partido *Vote Leave* em ônibus) ajudaram a mudar a votação em favor do Brexit; e a Rússia intensificou a propagação da sua *dezinformatsiya* durante as campanhas eleitorais na França, na Alemanha, na Holanda e em outros países, em esforços orquestrados de propaganda para desacreditar e desestabilizar democracias.

Como isso aconteceu? Quais são as raízes da falsidade na era Trump? Como a verdade e o bom senso se tornaram espécies ameaçadas de extinção, e o que sua morte iminente sugere para o futuro do nosso discurso público, da nossa política e dos nossos governantes? Esse é o tema deste livro.

Era da Pós-Verdade

Michiko Kakutani, no livro “*A morte da verdade*” (2018), argumenta: “com Trump, a esfera pessoal é política e, em muitos sentidos, ele é menos uma anomalia caricata e mais um bizarro epítome de uma série de atitudes mais amplas e interligadas que corroem lentamente a verdade nos dias de hoje, desde a mistura do noticiário e da política com o entretenimento até a polarização tóxica que tomou conta da política norte-americana, passando pelo crescente desprezo populista em relação ao conhecimento especializado”.

Essas atitudes, por sua vez, são símbolos das dinâmicas que foram ganhando corpo por anos a fio. Já faz décadas a objetividade – ou mesmo a ideia de as pessoas desejarem conhecer a melhor verdade disponível – estar fora de moda.

A polarização se tornou tão extrema nos Estados Unidos a ponto de os eleitores dos estados de maioria republicana e dos de maioria democrata estarem tendo dificuldades para *entrar em consenso sobre os mesmos fatos*. Isso vem acontecendo desde quando um verdadeiro sistema solar de sites de notícias de direita passou a orbitar a Fox News e o Breitbart News e consolidou sua força gravitacional sobre a base republicana.

Esse cenário vem sendo exponencialmente acelerado pelas redes sociais. Elas conectam usuários só capazes de pensarem da mesma forma e os abastecem com notícias personalizadas. Estas reforçam suas ideias preconcebidas, permitindo eles viverem em *bolhas*, ambientes cada vez mais fechados e sem comunicação com o exterior.

Quanto a isso, *o relativismo está em ascensão desde o início das guerras culturais*, na década de 1960. Naquela época, ele foi abraçado pela Nova Esquerda, ansiosa para expor os preconceitos do pensamento ocidental, burguês e primordialmente masculino. Aliou-se a acadêmicos pregadores do evangelho do Pós-modernismo. Este argumentava que não existem verdades universais, apenas pequenas verdades pessoais – percepções moldadas pelas forças sociais e culturais de um indivíduo.

Desde então, o *discurso relativista* tem sido usurpado pela direita populista, incluindo os criacionistas e os negacionistas climáticos. Estes insistem em suas teorias serem ensinadas junto com as teorias “baseadas na Ciência”.

O *relativismo*, é claro, combina perfeitamente com o *narcisismo* e a *subjetividade* em expansão, desde “A Década do Eu”, de Tom Wolfe, até a

autoestima na Era das Selfies. Não é nenhuma surpresa, portanto, o *Efeito Rashomon* – o ponto de vista de tudo depender do seu ponto de vista – venha permeando nossa cultura, desde livros de sucesso como *Destinos e Fúrias*, de Lauren Groff, até séries de TV como *The Affair*, baseados na ideia de realidades conflitantes e narradores em quem não se pode confiar.

Michiko Kakutani tem lido e escrito sobre muitos desses assuntos nas últimas quatro décadas, como:

- a ascensão do conceito de desconstrução e das batalhas acerca do cânone literário nos campi universitários;
- debates sobre a releitura ficcional de fatos históricos em filmes como JFK, de Oliver Stone, e A Hora Mais Escura, de Kathryn Bigelow;
- esforços feitos pelos governos Clinton e Bush para se furtar à transparência e definir a realidade em seus próprios termos;
- a guerra de Donald Trump contra a linguagem e seus esforços para normalizar o anormal; e
- a influência da tecnologia na forma como processamos e compartilhamos informações.

Neste livro, “*A morte da verdade*”, Kakutani recorre à leitura de livros e da realidade atual para ligar alguns pontos acerca dos ataques à verdade e situá-los em um quadro mais amplo de dinâmicas sociais e políticas. Elas vêm se infiltrando em nossa cultura há anos. Também chama a atenção para alguns livros e artigos proféticos do passado. Eles ajudam a entender melhor o dilema no qual nos encontramos hoje.

A verdade é um dos pilares da democracia. Como observou a ex-procuradora-geral interina Sally Yates, a verdade é uma das coisas capazes de nos separarem de uma *autocracia*: “Nós podemos – e devemos – debater políticas e questões, mas esses debates devem se basear em *fatos em comum*, e não em apelações baratas à emoção e ao medo na forma de mentiras e de uma retórica polarizante.”

“Não apenas existe *uma verdade objetiva*, como deixar de dizê-la é uma questão importante. Não temos como controlar se os agentes públicos mentem para nós. Mas temos como controlar se eles devem responder por essas mentiras ou se então, seja por exaustão ou para proteger nossos interesses políticos, vamos olhar para o outro lado e igualar a indiferença à verdade.”

Era Pós-Políticas Identitárias

Mark Lilla escreveu o livro “O progressista de ontem e o do amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias”, cujo título original é *The Once and Future Liberal: After Identity Politics*. Foi publicado em 2018.

Sua epígrafe é uma pertinente citação do Senador Edward M. Kennedy, dita em 1985: “Precisamos entender que há uma diferença entre ser um partido que se preocupa com o trabalho e ser um partido trabalhista. Há uma diferença entre ser um partido que se preocupa com as mulheres e ser um partido feminista. E podemos e devemos ser um partido que se preocupa com as minorias sem se tornar um partido das minorias. Em primeiro lugar, somos cidadãos”.

Em sua Introdução, intitulada *Abdicação*, Lilla comenta sobre a pendular alternância de poder entre liberais (Partido Democrata) e conservadores (Partido Republicano) nos Estados Unidos. “Quem dera a política americana fosse tão simples: perder terreno, conquistar terreno. Nós, liberais americanos, já brincamos disso antes e ganhamos algumas vezes. Tivemos presidentes democratas em quatro dos dez mandatos que se seguiram à eleição de Ronald Reagan em 1980, e houve significativas vitórias políticas durante os governos de Bill Clinton e Barack Obama. Mas basta perfurar a superfície das eleições presidenciais, que parecem seguir seu próprio ritmo histórico, para que as coisas logo comecem a ficar obscuras”.

Clinton e Obama foram eleitos e depois reeleitos com mensagens repletas de esperança e mudança. Mas sofreram bloqueios em quase cada curva do caminho por republicanos autoconfiantes no Congresso, por uma Suprema Corte de tendência direitista e um número cada vez maior de governos estaduais em mãos republicanas. As vitórias eleitorais desses presidentes nada fizeram para conter ou sequer desacelerar o aceno da opinião pública americana à direita.

Na verdade, graças em grande parte ao descarado e influentíssimo complexo midiático de direita, quanto mais tempo ficavam no cargo, maior era o desprezo do público pelo liberalismo como doutrina política. E agora nos deparamos com sites populistas de extrema direita que misturam meias verdades, mentiras, teorias da conspiração e invencionices em um caldo tóxico engolido com vontade pelos crédulos, pelos indignados e pelos perigosos.

Os liberais se tornaram o “terceiro partido” ideológico dos Estados Unidos, na retaguarda dos que se autoproclamam independentes e conservadores, mesmo entre eleitores jovens e certos grupos minoritários.

Sem nenhuma dúvida fomos completamente repudiados. A figura de Donald Trump em si não é, para falar a verdade, a maior das nossas preocupações. E se não olharmos para além dele, haverá pouca esperança para nós.

O liberalismo [esquerdismo] americano no século XXI está em crise:

1. uma crise de imaginação e ambição da nossa parte,
2. uma crise de adesão e confiança da parte do grande público.

A maioria dos americanos deixou muito claro: já não responde às mensagens que estivemos transmitindo nas últimas décadas. E, mesmo quando votam em nossos candidatos, são cada vez mais hostis à nossa maneira de:

1. falar e escrever (especialmente a respeito deles),
2. argumentar,
3. fazer campanha,
4. governar.

A famosa observação de Abraham Lincoln é mais uma vez oportuna: “O sentimento público é tudo. Com ele, nada fracassa; contra ele, nada dá resultado. Quem molda o sentimento público vai mais fundo do que quem promulga leis ou profere decisões judiciais”.

A direita americana entende intuitivamente essa lei básica de política democrática, razão pela qual de fato controlou a agenda política dos Estados Unidos por duas gerações. E por duas gerações os liberais têm se recusado a aceitá-la. “Preferem não o fazer”. A pergunta é: por quê? Por que aqueles que alegam falar em nome do povo americano se negam a despertar seus sentimentos e conquistar a sua confiança? Essa é a questão que Mark Lilla gostaria de explorar.

Ele escreve na condição de liberal americano frustrado. Sua frustração não está ligada aos eleitores de Trump, nem àqueles que explicitamente apoiaram a ascensão desse demagogo populista, àqueles que na imprensa azeitaram as engrenagens de sua campanha, ou aos medrosos washingtonianos que deixaram de resistir. Outros não de cuidar dessa gente.

Sua frustração tem origem em uma ideologia perniciosa à campanha eleitoral para conquistar a maioria. Ela, há décadas, impede os liberais desenvolverem uma visão ambiciosa dos Estados Unidos e seu futuro capaz de inspirar cidadãos de todas as classes sociais em todas as regiões do país.

É necessário apresentar uma visão a respeito do modo de vida norte-americano, capaz de orientar o Partido Democrata e o ajudar a ganhar eleições e a ocupar as instituições políticas no longo prazo, para realizar as mudanças desejadas e de necessárias para os Estados Unidos.

Os liberais trazem muitas coisas para as disputas eleitorais: valores, compromisso, propostas políticas. O que não trazem é uma imagem de como nossa vida comum poderia ser, o que a direita americana tem fornecido desde a eleição de Ronald Reagan. E é essa imagem – não o dinheiro, a propaganda enganosa, o alarmismo ou o racismo – que tem sido a fonte primordial de sua força. Os liberais abdicaram da disputa pelo imaginário americano.

O livro “*O progressista de hoje e o do amanhã*” é a história dessa abdicação. Sua tese pode ser resumida em poucas palavras. A ideia de Mark Lilla é: a história da política americana no último século pode com proveito ser dividida em duas “dispensações”, para invocar um termo da teologia cristã.

- A primeira, a *Dispensação Roosevelt*, estendeu-se da era do New Deal à era do movimento dos direitos civis e à Grande Sociedade nos anos 1960, até se exaurir nos anos 1970.
- A segunda, a *Dispensação Reagan*, teve início em 1980 e está sendo agora concluída por um populista oportunista e inescrupuloso.

Cada dispensação trouxe consigo:

1. uma imagem inspiradora do destino dos Estados Unidos e
2. um catecismo próprio de doutrinas que estabeleceu os termos do debate político.

A Dispensação Roosevelt apresentava uma América onde cidadãos se envolviam num empreendimento político para se protegerem mutuamente de riscos, de dificuldades e de ataques a direitos fundamentais. Suas palavras de ordem eram solidariedade, oportunidade e dever público.

A Dispensação Reagan apresentava uma América mais individualista, onde famílias e pequenas comunidades e empresas prosperariam quando estivessem livres dos grilhões do Estado. Suas palavras de ordem eram autoconfiança e governo mínimo.

A primeira dispensação era política. A segunda, antipolítica.

A grande abdicação liberal começou na era Reagan. Com o fim da Dispensação Roosevelt e o surgimento de uma direita unificada e ambiciosa,

os liberais americanos se viram diante de um sério desafio: desenvolver uma nova visão política do destino do país, adaptada às novas realidades da sociedade americana e aprendendo com os fracassos de velhas atitudes. Isso os liberais não souberam fazer.

Envolveram-se na política identitária, perdendo o sentido de:

1. o que compartilhamos como cidadãos e
2. o que nos une como nação.

Uma imagem do liberalismo de Roosevelt e dos sindicatos apoiadores era a de um aperto de mãos. Uma imagem recorrente do liberalismo identitário é a de um prisma que reflete um único raio de luz, produzindo um arco-íris. Isso diz tudo.

A política identitária certamente não representa nada de novo na direita americana. O mais impressionante durante a Dispensação Reagan foi o desenvolvimento da sua versão de esquerda. Pior, ela acabou se tornando a doutrina seguida por duas gerações de políticos, professores, jornalistas, militantes liberais e filiados ao Partido Democrata.

Não foi um acidente histórico. O fascínio (e em seguida a obsessão) pela identidade não desafiava o princípio fundamental do reaganismo, o individualismo! Ele o reforçava!

A política identitária da esquerda se tratava, a princípio, de grandes grupos de pessoas: afro-americanos e mulheres. Todos buscavam reparar grandes erros históricos se mobilizando e se valendo das instituições políticas norte-americanas para assegurar seus direitos.

Mas, nos anos 1980, essa política cedera lugar a uma pseudopolítica de autoestima e de autodefinição cada vez mais estreita e excludente, hoje cultivada nas faculdades e universidades. Seu principal resultado foi fazer os jovens se voltarem para a própria interioridade em vez de se abrirem para o mundo exterior. Isso os deixou despreparados para pensar no bem comum e no que deve ser feito, na prática, para assegurá-lo – especialmente a difícil e nada glamorosa tarefa de persuadir pessoas muito diferentes de si a participarem de um esforço comum. Todo progresso da consciência identitária liberal tem sido marcado por um retrocesso da consciência política liberal, sem a qual nenhuma visão do futuro americano pode ser imaginada.

Por isso não é de surpreender hoje o termo liberalismo deixar tantos americanos indiferentes, quando não hostis. Ele é visto, com alguma justiça, como uma doutrina professada basicamente pelas elites urbanas instruídas,

sem contato com o resto do país. A crítica é elas verem os problemas atuais sobretudo através das lentes da identidade, cujos esforços se resumem em zelar e alimentar movimentos hipersensíveis. Eles dissipam em vez de concentrar as energias do que resta da esquerda.

Ao contrário do que dirão os defensores de centro ideológico em eleições, o motivo de os democratas estarem perdendo terreno não é terem perdido demais para a esquerda. Nem, como os progressistas já afirmam, terem se inclinado demais para a direita, especialmente em questões econômicas. Estão perdendo porque se retiraram para as causas individualistas particulares de minorias. E elas pouco dizem a respeito dos interesses coletivos da maioria do eleitorado.

Não há prova mais clara dessa retirada do que o site do Partido Democrata. No momento em que escrevo, a página do Partido Republicano exibe com destaque um documento intitulado “Princípios para a renovação americana”, uma declaração de posições sobre distintas e abrangentes questões políticas. A lista começa com a Constituição (“Nossa Constituição deve ser preservada, apreciada e respeitada”) e termina com imigração (“Precisamos de um sistema de imigração que proteja nossas fronteiras, resguarde a lei e impulsione nossa economia”).

Não há documentos como esse no site do Partido Democrata. Em vez disso, quando descemos até o fim da página, encontramos uma lista de links intitulada “Povo”. E cada link leva a uma página concebida para atrair um grupo e uma identidade distintos: mulheres, hispânicos, “americanos étnicos”, a comunidade LGBT, indígenas, afro-americanos, asiático-americanos, ilhéus do Pacífico... Há dezessete grupos e dezessete mensagens distintas. Você pode até pensar que foi parar por engano na página da ONU – e não na de um partido com uma visão do futuro dos Estados Unidos.

O nacionalismo consiste em uma ideologia e movimento político, baseados na consciência da nação. Eles exprimem a crença na existência de certas características comuns em uma comunidade, nacional ou supranacional, e o desejo de modelá-las politicamente. Já o internacionalismo é uma ideologia ou doutrina política cujos preceitos se pautam na cooperação entre as nações. A posição da pessoa pregadora dessa ideologia e/ou doutrina ficou muito estereotipada por preconizar a associação internacional dos trabalhadores (proletariado) nas Internacionais Comunistas.

A Internacional Comunista (do inglês *Communist International* veio a sigla *Comintern* ou *Komintern* do alemão *Kommunistische Internationale*) é também conhecida como Terceira Internacional (1919-1943). Foi uma organização internacional fundada por Vladimir Lenin e pelo PCUS

(bolchevique), em março de 1919, para reunir os partidos comunistas de diferentes países.

A Quarta Internacional (QI) é uma organização comunista internacional composta por seguidores de Leon Trotsky (trotskistas), com o objetivo declarado de ajudar a classe trabalhadora a alcançar o socialismo. Historicamente, a Quarta Internacional foi fundada na França, em 1938, onde Trotsky e seus seguidores, após terem sido expulsos da União Soviética, consideraram a Comintern ou Terceira Internacional como “perdida para o stalinismo” e incapaz de levar a classe trabalhadora internacional ao poder político. Assim sendo, os trotskistas fundaram sua própria Internacional Comunista.

Mas provavelmente a acusação mais danosa realizada contra o liberalismo identitário é ele deixar os grupos, em cuja defesa alega batalhar e proteger, ainda mais vulneráveis do que de hábito. Há um bom motivo para os liberais darem atenção especial às minorias, sendo mais fácil desprovê-las de direitos civis. Mas, em uma democracia eleitoral, a única maneira de defendê-las a sério — e não fazer apenas gestos vazios de reconhecimento e “celebração” — é ganhar eleições e exercer o poder no longo prazo, em todos os níveis de governo. E o único jeito de conseguir isso é ter uma mensagem com apelo para o maior número possível de pessoas e assim uni-las. O liberalismo identitário faz exatamente o oposto.

Essa orientação equivocada tem consequências no mundo real. Uma coisa é garantir, em nível nacional, o direito constitucional ao aborto. Outra, bem diferente, é garantir barreiras espúrias para praticar um aborto não serem construídas em níveis estadual e local.

O mesmo vale para direitos eleitorais e outras questões. Se, por exemplo, quisermos proteger motoristas negros de abusos policiais ou casais gays de assédio na rua, precisamos de promotores de justiça dispostos a denunciar tais casos e juizes estaduais dispostos a aplicar a lei. E o único jeito de garantir isso é eleger governadores e legisladores estaduais liberais-democratas capazes de fazerem as nomeações.

Mas nem sequer estamos na disputa. Os republicanos convenceram a maior parte do público de:

1. eles são o partido da plebe de trabalhadores braçais e
2. os democratas são o partido das executivas alienadas e bem de vida.

O resultado é hoje algumas regiões do país estarem dominadas tão completamente pela direita radical republicana de modo a, ali, certas leis

federais e até proteções constitucionais são, do ponto de vista prático, letra morta. Se os liberais identitários pensassem politicamente, e não pseudo-politicamente, estariam concentrados em reverter esse quadro em nível local, e não em organizar mais uma marcha em Washington ou redigir mais uma petição.

O paradoxo do liberalismo identitário é ele paralisar a capacidade de pensar e agir da maneira adequada para conseguir o que se diz querer. Vive hipnotizado por simbolismos:

1. conquistar uma diversidade superficial nas organizações,
2. recontar a história de modo a deslocar o foco para grupos marginais e não raro minúsculos,
3. inventar eufemismos inócuos para descrever realidades sociais,
4. proteger os olhos e os ouvidos de adolescentes acostumados a filmes de terror contra qualquer encontro perturbador com pontos de vista alternativos.

O liberalismo identitário deixou de ser um projeto político e se metamorfoseou num projeto de evangelização. A diferença é a seguinte:

1. evangelizar é dizer verdades ao poder;
2. fazer política é conquistar o poder para defender a verdade.

Não pode haver política liberal sem uma consciência de coletividade. Isso implica em apresentar um projeto ao imaginário social predominante:

1. o que nós queremos ser como cidadãos e
2. o que cada um de nós deve ao outro.

Se os liberais esperam algum dia recapturar o imaginário dos Estados Unidos e se tornar uma força dominante em todo o país, não bastará serem melhores em relação aos republicanos em inflar o ego do mítico trabalhador braçal. Eles deverão oferecer uma visão do nosso destino nacional, baseada em um projeto capaz de fazer todos os americanos, de qualquer condição, de fato, compartilharem.

Essa coisa se chama cidadania. Precisamos reaprender a falar aos cidadãos como cidadãos e a formular nossos apelos — mesmo quando destinados a beneficiar grupos específicos — com princípios capazes de fazer

qualquer um possa proclamar. Nosso liberalismo deve se tornar um liberalismo cívico.

Um sinal do quanto nosso discurso político está poluído é qualquer menção ao termo cidadão levar as pessoas a pensar na demagogia hipócrita e racista. Ela, nos dias atuais, se traveste em “debate” sobre imigração e refugiados. Mark Lilla não discute esses assuntos neste livro. O que ele tem a dizer sobre cidadania nada tem a ver com:

1. quem deveria receber a cidadania ou
2. o tratamento que deve ser dispensado aos não cidadãos.

Isso não significa uma retomada do New Deal. Os liberais do amanhã jamais serão como os liberais de outrora: muita coisa mudou. Mas significa sim o feitiço da política identitária, adotado por duas gerações, precisa ser quebrado para podermos nos concentrar naquilo que compartilhamos como cidadãos.

Lilla espera convencer meus companheiros liberais de esquerda: seu jeito atual de olhar o país, de falar com ele, de ensinar os jovens e de se envolver no fazer político tem sido equivocado e contraproducente. Sua abdicação precisa acabar e uma nova atitude precisa ser adotada.

A verdade amarga, mas alentadora, é: em meio século nunca houve oportunidade melhor para os liberais começarem a recuperar o país. Os republicanos estão confusos e intelectualmente falidos desde a eleição de Trump.

A maioria dos americanos agora reconhece: a “cidade brilhante no alto da colina”, colocada no imaginário social norte-americano por Reagan, transformou-se em vilarejos desindustrializados com lojas sucateadas e fábricas abandonadas tomadas pelo mato, em cidades cuja água é insalubre e as armas estão por toda parte, onde famílias de todo o país vivem de bicos recebendo apenas o salário-mínimo e não oferecem plano de saúde. Trata-se de uma América na qual eleitores democratas, independentes e até republicanos se sentem abandonados pelo país. Todos eles querem “a América voltar a ser a América de antes”.

Mas não existe antes em política, só o depois. E não há razão para o futuro americano não ser liberal. Nossa mensagem pode e deve ser simples: somos uma república, não um acampamento. Cidadãos não são danos colaterais. Não são a cauda da distribuição. Um cidadão, só em virtude de ser cidadão, é um de nós.

No passado, permanecemos unidos para defender o país contra adversários estrangeiros. Agora, precisamos permanecer unidos internamente para ter certeza de nenhum de nós correr o risco de ser deixado para trás. Somos todos americanos e devemos isso uns aos outros. É isso o significado do liberalismo de esquerda nos Estados Unidos.

Na visão democrata, tem direitos da cidadania quem cumpre o dever dos cidadãos de pagar impostos. É o contrário da proposta republicana de cortar impostos a serem pagos por ricos.

O liberalismo americano tem uma reputação de, como diz o ditado, “jamais perder uma oportunidade de perder uma oportunidade”. Lilla espera essa profecia doravante não se cumprir. A eleição de Donald Trump liberou reservas de energia represadas cuja descoberta pareceu surpreender até os próprios liberais e progressistas.

Uma onda popular da esquerda se levantou para resistir a uma onda populista da direita, o que nos traz algum ânimo. Mas “resistência” não será suficiente. Como estratégia de curto prazo, devemos dirigir cada partícula dessa energia para a política eleitoral, a fim de podermos de fato promover a mudança que alegamos buscar.

Nossa ambição de longo prazo deve ser desenvolver uma visão da América surgida, autenticamente, de nossos valores liberais e, contudo, fale a cada cidadão, na qualidade de cidadão. Isso exigirá uma reorientação do nosso jeito de pensar e agir, mas acima de tudo significará deixar para trás a Era da Identidade. É hora – já passou da hora – de cair na real.

Em suma, o liberalismo norte-americano chegou ao limite do *individualismo de esquerda*.

Era de Reenquadramento Mental para Mudança Social

Emoldurar é colocar em moldura, no sentido de um 'caixilho' uma gravura. Significa enquadrar e arrematar com uma moldura. Tem sinônimos: emoldar, encaixilhar, enquadrar, moldurar.

Enquadramento é o conjunto de diretrizes fixadoras de quaisquer orientações. Refere-se à forma como uma mensagem é tornada pública, seguindo regras tradutoras das relações de poder e de controle em práticas interacionais e levando em conta princípios de comunicação.

Quadros [*frames*] são estruturas mentais. Estas moldam a maneira como vemos o mundo. Como resultado, elas moldam as metas buscadas, os

planos feitos, a maneira como agimos, e o que conta como um bom ou mau resultado de nossas ações. Na política, nossos enquadramentos moldam nossas políticas sociais e instituições formadas para executar políticas.

Para mudar nossos quadros mentais, George Lakoff, o principal especialista dos Estados Unidos no enquadramento do discurso político e um dos mais renomados linguistas e cientistas cognitivos do mundo, no livro *Don't Think of an Elephant!* ["Todos novos pensadores não pensam em um elefante: saiba os seus valores e faça um reenquadramento o debate"] (2004), diz: precisamos mudar tudo isso. Reenquadramento mental é mudança social.

Você não pode ver ou ouvir as molduras mentais. Eles são parte do chamado por cientistas cognitivos de estruturas "inconscientes cognitivas" em nossos cérebros. Não podemos os acessar, conscientemente, mas sabemos eles existirem por suas consequências: a maneira como raciocinamos, inclusive, o senso comum.

Também conhecemos quadros através da linguagem. Todas as palavras são definidas como relativas para os enquadramentos conceituais. Quando você ouve uma palavra, sua moldura (ou coleção de "quadros") é ativada em seu cérebro.

A reformulação - ou *reenquadramento* - está mudando a maneira como o público vê o mundo. Isto implica em mudança de o que conta como bom senso. Porque a linguagem ativa as molduras mentais, novo idioma é necessário para novos enquadramentos. Pensar de maneira diferente requer falar diferentemente. Fora da caixa mental anterior.

Atualmente, existe apenas um *think tank* progressista envolvido em um grande empreendimento de *ressignificação*: o Rockridge Institute (www.rockridge.org). É novo e crescente. Rockridge reúne cientistas cognitivos e linguistas com cientistas sociais para reformular toda a gama de questões de políticas públicas a partir de uma nova perspectiva democrática. A pesquisa de Rockridge é não partidária e é publicada abertamente em seu site. Este livro usa e amplia essa pesquisa.

É para atender uma demanda popular este livro ser curto e informal. Destina-se a ser um guia prático tanto para os cidadãos ativistas quanto para alguém com um sério interesse em política. Aqueles desejosos de mais tratamento sistemático e acadêmico deve ler o livro também de autoria de George Lakoff intitulado *Política Moral: como os liberais e os conservadores pensam*.

Este livro foi escrito e publicado a tempo da eleição norte-americana de 2004. Mas isso se tornou ainda mais importante desde então. As pesquisas

revelaram o que este livro previa: *os valores morais eram mais importantes em lugar de qualquer questão particular* - mais importante em vez de terrorismo, a guerra, a economia, a saúde ou a educação.

Progressistas se reuniram naquela eleição como nunca antes tinham feito em história recente. O que os uniu, em suas molduras mentais, não foi só o sentimento de George Bush ser pensado como imoral, mas também seus próprios valores progressistas.

É vital - para nós, para o nosso país e para o mundo - a permanência dessa aliança de progressistas de diversos matizes. *São nossos valores capazes de nos unir*. Precisamos aprender a articular esses valores morais de maior teor democrático. Se os democratas ganharem, no futuro, o partido deve apresentar uma visão moral clara para o país - uma visão moral comum a todos os progressistas.

George Lakoff não pode apresentar simplesmente uma lista de programas governamentais. Deve apresentar uma alternativa moral, uma moralidade mais tradicionalmente americana, um enquadramento por trás de tudo motivo de orgulho para os americanos. [*Mutatis mutandis* (mudando o que deve ser mudado), entre os brasileiros também.]

Este livro, *Don't Tink of an Elephant!* (2004), está escrito por George Lakoff a serviço dessa visão.

Era da Disseminação da Estrutura Mental de Direita

George Lakoff, no livro *Don't Tink of an Elephant!* (2004), apresenta como um conservador constitui seu enquadramento mental. O modelo do pai rigoroso e conservador começa com um conjunto das seguintes suposições.

O mundo é um lugar perigoso, e sempre será, porque lá fora da família está tudo de mal existente no mundo. O mundo também é difícil porque é onde predomina o instinto competitivo. Sempre haverá vencedores e perdedores.

Há um direito absoluto e um erro absoluto. As crianças nascem más, no sentido de elas só quererem fazer o que é bom para si, não o que é certo para manter a sociedade tal como é tradicionalmente. Portanto, elas devem ser educadas para serem boas transmissoras de valores conservadores.

O que é necessário neste tipo de mundo é um pai forte e rigoroso capaz de:

- proteger a família desse mundo perigoso,

- apoiar a família nesse mundo difícil e
- ensinar seus filhos a partir da punição do que é errado.

O que é exigido da criança é obediência, porque o pai estritamente adquire uma autoridade moral para saber distinguir o certo do errado. É assumido ainda a punição ser a única maneira de ensinar às crianças a obediência, isto é, desde cedo saber o que é o errado através da punição dolorosa, quando elas cometem erro. Esse sofrimento infringido pelo pai e/ou mãe deve transcorrer durante toda a infância, até acertá-las, recomendam alguns autores sobre a educação infantil conservadora. Chegam a recomendar bastões, cintos e remos de madeira para bater no(a) filho(a) nu(a)!

Alguns autores sugerem essa imposição de sofrimento educativo (ou domesticável) começar no nascimento, mas há autor mais liberal de “coração-mole”. “Não há desculpa para surrar bebês com menos de quinze ou dezoito anos meses de idade” (Dobson, *The New Dare to Discipline*).

A lógica por trás da punição física é esta: quando as crianças fazem algo errado, se elas são fisicamente disciplinadas, logo elas aprendem a não fazer isso de novo. Isso significa elas desenvolverem uma disciplina interna para deixarem de fazer o mal, para no futuro sejam obedientes e agir moralmente, destacadamente, quando se submeterem à hierarquia militar ao prestarem serviço às Forças Armadas. Sem essa punição, o mundo iria para o inferno. Não haveria moralidade de acordo com essa visão conservadora.

Essa disciplina interna tem um efeito secundário. Sugere ser o necessário para o sucesso no mundo difícil e competitivo. Isto é, se as pessoas são disciplinadas de modo a perseguir seu interesse próprio nesta terra de oportunidades [Estados Unidos]. Assim, elas vão se tornar prósperas e autossuficientes.

Assim, o modelo pai-conservador liga moralidade com prosperidade. A mesma disciplina punitiva, necessária para você se comportar de maneira moralmente correta, lhe permite você prosperar. O elo é a busca do próprio interesse.

Então, dada a oportunidade e a disciplina, buscar o auto interesse deve permitir você prosperar.

Agora, Dobson é muito claro sobre a conexão entre a rigorosa visão de mundo do pai e o capitalismo de livre mercado. A ligação é a moralidade de interesse próprio. É praticamente uma versão da visão liberal de Adam Smith do capitalismo.

Adam Smith disse: se todos buscarem seus próprios lucros, então o lucro de todos será maximizado pela mão invisível de O Mercado, isto é, pressupõe ser possível um equilíbrio entre todos os planos individuais a partir de decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas umas das outras, e com a disponibilidade de recursos!

Vá em busca de seu próprio lucro! Assim, você estará ajudando todo mundo!

Isso está ligado a uma metáfora geral onde se confunde o bem-estar com a riqueza.

Por exemplo, se eu te fizer um favor, você diz “eu te devo uma” ou “eu estou em dívida contigo”. Fazer algo de bom para alguém é, metaforicamente, igual a emprestar-lhe dinheiro. Ele “deve” algo a você. E ele diz: “Como posso eu já te posso recompensar?”

Aplicando esta metáfora à “Lei da Natureza” de Adam Smith, se todos perseguem seu próprio interesse, então pela mão invisível de O Mercado, por natureza, o interesse próprio de todos será maximizado. Logo, é boa moralidade perseguir seu interesse próprio. Há um nome para aquelas pessoas não capazes de o fazerem.

Altruísmo é o amor desinteressado ao próximo. Refere-se à filantropia ou à abnegação. Um doador é alguém em busca de ajudar outra pessoa em vez de si mesma. Mas ele está ficando no caminho daqueles “normais” em busca de seu interesse próprio. Os benfeitores estragam o sistema capitalista! Incentivam a preguiça! Quem não segue a norma conservadora é preguiçoso, malandro e não merecedor de nenhuma consideração!

Neste modelo conservador, há também uma definição de o que significa tornar-se uma boa pessoa. Uma pessoa boa, isto é, uma pessoa moralista, é alguém disciplinada o suficiente para ser obediente, para aprender o que é certo, fazer o que é certo e não fazer o que está errado, e perseguir seu interesse próprio para prosperar e tornar-se autossuficiente.

Uma boa criança cresce para ser assim. Uma criança má é aquela incapaz de aprender disciplina, não funcionar de maneira moralista, não fazer o que é certo e, portanto, não ser disciplinada o suficiente para se tornar próspera. Os dissidentes, militantes da esquerda crítica dos costumes conservadores, são ruins assim desde a infância!

“Os comunistas não podem cuidar de si mesmo e assim se tornam dependentes de ajudas comunitárias”, esta é a leitura individualista e conservadora da direita.

Quando as boas crianças estão maduras, elas aprenderam a disciplina, praticamente militar, e podem prosperar. Senão, por não ter aprendido, viram pessoas de esquerda.

A partir do ponto de “autonomia pessoal”, ao servir docilmente ao sistema, no modelo de pai conservador, não é mais para se intrometer em suas vidas pessoais. Os dóceis, adequados ao sistema, foram liberalizados.

Isso se traduz, politicamente, em não aceitar nenhuma intromissão do governo nos negócios particulares, sejam formais, sejam informais, como o negócio dos milicianos. Estes são apenas policiais em atividades extraoficiais... de extorsão da comunidade de pobres (“vagabundos” na expressão bolsonarista), cuja obrigação seria defender.

Considere o que tudo isso significa para programas sociais. É imoral para a direita dar às pessoas coisas o que não ganharam por esforço próprio, porque então elas não desenvolvem a disciplina e vão se tornar dependentes - e com comportamento imoral.

Esta teoria conservadora considera os programas sociais imorais, porque eles fazem as pessoas dependentes ou preguiçosas. Promover programas sociais, como a esquerda, os socialistas/comunistas ou os socialdemocratas fazem, é imoral para a direita.

E o que isso diz sobre orçamento geral da União? Bem, se houver muitos progressistas no Congresso, aprovando programas sociais, e se você acredita os programas sociais serem imorais, como você não pensa essas pessoas - “os políticos” - serem imorais?

É bem simples, tipo neurônio binário ou Tico-e-Teco. O que você tem de fazer é recompensar as boas pessoas - aquelas cuja prosperidade revela sua disciplina e daí a sua capacidade de moralidade -, com um corte de impostos. Daí torna o Orçamento Geral da União ajustado de modo a não haver dinheiro suficiente para programas sociais. Não é este o programa do banqueiro de negócios no comando de tudo no Ministério da Economia?

Por essa lógica, onde liberais e conservadores fiscais assumem o enorme déficit fiscal como ruim, os radicais de direita seguindo a moralidade do pai conservador tendem a vê-lo como coisa boa. Afinal, no discurso do Estado da União, o presidente conservador anuncia sempre reduzir o déficit pela metade cortando “gastos desnecessários”, isto é, gastos com programas sociais “ruins”.

Os conservadores são contra todo o governo? Não, eles não são contra a casta dos militares, eles não são contra a defesa da pátria, eles não são

contra o atual Ministério de Justiça, nem contra os tribunais, se submissos ao prejulgamento deles. Tampouco desdenham do Tesouro Nacional se ele cuidar da manutenção da estrutura de tributação regressiva. Há muitos aspectos do governo amados por eles.

Eles não são contra subsídios do governo para a indústria. Subsídios para as corporações, apenas se recompensarem as pessoas boas como os investidores. Essas corporações patronais são ótimas. Não há problema aí.

Mas eles são contra programa de “fome zero” e o cuidado com idosos pobres. Eles são contra os programas sociais, afinal elas cuidam das pessoas preguiçosas ou vagabundas, incapazes de obterem mobilidade social com base no esforço individual. Isso é o que eles veem como errado.

Por isso, eles estão tentando eliminar por razões moralistas os programas sociais do PT, para eles, “coisa de comunista”. Por isso, eles não são apenas um monte de malucos gananciosos ou pessoas estúpidas, como muitos liberais à esquerda acreditam. O que é mesmo mais assustador é os conservadores acreditarem piamente nisso. Eles acreditam no moralismo conservador porque suas estruturas mentais foram educadas assim: “certo, premiação; errado, punição”. Na vida dual, há apenas isso: “dois neurônio (sem S, sic)”. Pensar com mais, é errado, coisa de comunista ou petista!

E eles têm apoiadores em todo o país. Temos de ter empatia com essas pessoas educadas com a rigorosa moralidade do pai/mãe ignorante e/ou conservador(a). Se ele(a) teve alguma formação, muitas vezes foi no chicote do pai ou na prisão da caserna militar. Quer aplicar seu enquadramento mental à política porque acredita, fielmente, este ser o caminho correto para governar.

Era do Mito Iluminista dos Liberais de Esquerda

No mundo progressista, há tantas pessoas pensando que o que cada esquerdista faz é sempre certo a ponto de não ser inteligente ter tal raciocínio generalizante. É autodestrutivo.

O pior, segundo George Lakoff, no livro *Don't Think of an Elephant!* (2004), é um conjunto de mitos acreditados por liberais e progressistas, conforme a esquerda é autodenominada nos Estados Unidos. Esses mitos vêm de uma boa fonte histórica, mas acabam nos machucando muito.

Os mitos começaram com o Iluminismo. O principal é este: “A verdade nos libertará. Se nós apenas dissermos às pessoas os fatos, porque as pessoas são seres basicamente racionais, todas elas chegarão às conclusões certas.”

Mas nós sabemos pela Ciência Cognitiva as pessoas não pensarem desse jeito. As pessoas pensam sob forma de enquadramentos. O pai conservador e rigoroso, mas no fundo até carinhoso, no fundo, domestica uma estrutura mental de modo a forçar os filhos só pensarem dentro de uma certa lógica.

Para ser aceita, a verdade deve caber nessa moldura mental das pessoas. Se os fatos não se encaixam nesse quadro, o enquadramento fica e os fatos são repelidos. Por quê?

A Neurociência nos diz: cada um dos conceitos possuídos por nós - os conceitos permanentes, em longo prazo, e estruturantes do modo como pensamos - são instanciados nas sinapses de nossos cérebros. Conceitos não são coisas possíveis de serem mudadas apenas por alguém nos conta um fato novo.

Nós podemos ser confrontados com fatos, mas para podermos entendê-los, eles precisam já estar nas sinapses do cérebro. Caso contrário, os fatos entram e saem do nosso cérebro. Eles vão embora. Esquecemos deles. Eles não são ouvidos ou não são aceitos como fatos, porque eles nos mistificariam: por que alguém teria dito aquele “absurdo”? Então, nós rotulamos o fato como irracional, louco ou estúpido.

Isso é o que acontece *quando progressistas apenas confrontam conservadores com fatos*. Tem pouco ou nenhum efeito, a menos se os conservadores tiverem um enquadramento mental de modo a captar o sentido racional dos fatos.

Da mesma forma, muitos progressistas ouvem os conservadores falarem e não conseguem entendê-los porque eles não têm os enquadramentos conservadores. Eles assumem, simplesmente, os conservadores serem estúpidos.

Eles não são idiotas. Eles estão ganhando eleições porque são espertos.

Eles entendem como as pessoas pensam e como as pessoas falam. Eles chegam a conseguir pensar! Os *think tanks* conservadores cuidam de fomentar esse dom. Eles apoiam seus intelectuais. Eles escrevem todos esses livros encontrados na lista de best-sellers. [Não sabemos quem os lê, porque duvidamos de os “coxinhas” verde-e-amarelos serem alfabetizados.]. Eles colocam suas ideias em público em extensa rede social multiplicada por robôs com *fake News*.

Certamente há milhares de casos em que os conservadores mentiram. Isso é verdade. Claro, não é verdade somente os conservadores mentirem.

Mas isso também é verdade. Existem mentiras significativas, praticamente diárias, ditas pela administração Trump ou Bolsonaro.

No entanto, é igualmente importante reconhecer muitas das ideias com capacidade de afrontar progressistas são o que os conservadores veem como verdades apresentadas a partir do seu ponto de vista. Nós devemos distinguir casos de distorção total, mentira desavergonhada, e assim por diante, de casos onde os conservadores estão apresentando o que consideram a verdade.

É útil ir e dizer a todos quais são as mentiras? Não é inútil ou prejudicial para nós sabermos quando estão mentindo. Mas também se lembre: a verdade por si só não libertará a mente da direita de sua moldura.

Era de Ideias Progressistas na Esquerda

Para abordar o que une os progressistas, George Lakoff, no livro *Don't Tink of an Elephant!* (2004), prega: devemos primeiro levantar *o que nos divide*. Aqui estão alguns dos parâmetros comuns capazes de dividir os progressistas uns dos outros:

- interesses locais;
- idealismo versus pragmatismo;
- mudança radical versus mudança moderada;
- guerra total versus defesa moderada;
- tipos de processos de pensamento de identidade política, socioeconômico, ambientalista, libertário civil, espiritual e antiautoritário.

Os diversos programas partidários, quando há fragmentação dos partidos como no Brasil, cada qual com seu cacique, são um grande problema para as tentativas de união ou formação de uma Frente Ampla de Esquerda. Assim quando um programa é específico, as diferenças devem ser abordadas.

Progressistas tendem a falar sobre programas. Mas os programas não são o que a maioria dos americanos ou os brasileiros querem saber. A maioria dos eleitores só quer saber o que o candidato ou seu apoiador defende, se seus valores são os valores “certos” face ao seu moralismo, o que seus princípios são, em que direção você e seu candidato quer levar o país.

No discurso público, valores superam programas, princípios superam programas, direções políticas trunfam programas. Valores, princípios, e

direções políticas são exatamente as coisas possíveis de unir progressistas, se eles forem criados corretamente. A razão deles poderem nos unir é que eles estarem conceitualmente acima de todas as coisas capazes de nos dividir.

O que se segue é uma explicação detalhada de cada uma dessas ideias enquadradoras mentais de nós como progressistas:

- primeiro, valores saem de uma visão progressista básica;
- segundo, princípios realizam valores progressistas;
- terceiro, orientações políticas se ajustam aos valores e princípios;
- quarto, uma breve filosofia de dez palavras capaz de encapsular tudo acima.

A visão progressista básica é a de comunidade - a Pátria é vista como uma família, uma família atenciosa e responsável. Nós imaginamos uma América onde as pessoas se preocupam umas com as outras, não apenas com elas mesmas, e agem, responsabilmente, com força e eficácia para apoiar o outro.

Estamos todos no mesmo barco. Estados vermelhos e estados azuis, progressistas e conservadores, republicanos e democratas. Unidos, como fomos por um breve momento logo após o 11 de setembro de 2001, e não divididos por uma guerra cultural desprezível realizada por milicianos da rede social.

A lógica dos valores centrais progressistas é constituída por valores familiares - as dos responsáveis por essa imensa família carinhosa e patriótica: cuidar de todos é a responsabilidade a ser assumida com força. Estes valores centrais implicam na gama completa de valores progressistas.

Aqui estão esses valores progressistas, juntamente com a lógica capaz de os ligar aos valores principais:

Proteção, realização na vida, justiça. Quando você se importa com alguém, você quer que eles sejam protegidos do mal, você quer que eles tornem seus sonhos uma realidade, e você quer que eles sejam tratados de forma justa.

Liberdade, oportunidade, prosperidade. Não há cumprimento do dever dos cidadãos sem liberdade, sem oportunidade e sem prosperidade.

Comunidade, serviço, cooperação. As crianças são moldadas por suas comunidades. A responsabilidade requer servir e ajudar a moldar sua comunidade. Isso requer cooperação.

Confiança, honestidade, comunicação aberta. Não há cooperação sem confiança, sem honestidade e sem comunicação aberta.

Assim como esses valores decorrem do cuidado e da responsabilidade, todos os outros valores progressivos se seguem. Igualdade segue da justiça, a empatia faz parte do cuidado, a diversidade é parte da empatia e igualdade.

Os progressistas não apenas compartilham esses valores, mas também compartilham princípios de onde surgem esses valores.

Princípios Progressistas:

Capital próprio. O que os cidadãos e a nação devem uns aos outros. Se você trabalha duro, deve-se jogar de acordo com as regras, servir a sua família, comunidade e nação. Então, a nação deve fornecer um padrão decente de vida aos seus cidadãos, assim como liberdade, segurança e oportunidade.

Igualdade. Faça todo o possível para garantir a igualdade política e evitar desequilíbrios de poder político.

Democracia. Maximizar a participação cidadã; minimizar concentrações do poder político, corporativo e da mídia. Maximizar padrões jornalísticos de excelência [e não uma mídia partidária e golpista]. Estabelecer eleições financiadas pelo governo. Investir na educação pública. Trazer as corporações sob controle de todas as partes interessadas, não apenas sob o controle acionário.

Governo para um futuro melhor. Governo faz o que o futuro da América exige e o que o setor privado não pode ou não está a fazer de forma eficaz, ética ou de forma global. É o trabalho do governo promover e, se possível, fornecer proteção suficiente, maior democracia, mais liberdade, melhor ambiente, maior prosperidade, melhor saúde, maior realização na vida, menos violência, e a construção e manutenção de infraestrutura pública.

Negócios éticos. Nossos valores se aplicam aos negócios. No decorrer das atividades para ganhar dinheiro, fornecendo produtos e serviços, as empresas devem não prejudicar o bem público, conforme definido pelos valores acima.

Política externa baseada em valores. Os mesmos valores orientadores da política interna devem aplicar-se à política externa sempre quando possível.

Aqui estão alguns exemplos onde a política interna progressiva se traduz em política externa civilizada ou diplomática:

- A proteção se traduz em um efetivo militar para defesa e manutenção da paz.
- Construir e manter uma comunidade forte traduz por construir e manter fortes alianças e engajar-se em diplomacia efetiva.
- O cuidado e a responsabilidade se traduzem em preocupação e agilidade de forma satisfatória para as pessoas de todo o mundo em termos de saúde, fome, pobreza e ecologia; controle demográfico da população (e o melhor método anticoncepcional, a educação das mulheres); e direitos para mulheres, crianças, prisioneiros, refugiados e minorias étnicas.

Todas estas seriam preocupações de uma política externa baseada em valores.

Diretrizes da Política para Aliança dos Progressistas:

Dados os valores e os princípios progressistas, os progressistas podem concordar em certas direções políticas básicas. As orientações políticas estão em um nível mais alto em relação a políticas específicas. Progressistas dividem-se em detalhes específicos da política pública, mas concordam com suas direções estratégicas. Aqui estão algumas das muitas direções das políticas públicas com as quais eles concordam:

Economia. Uma economia centrada na inovação capaz de criar milhões de empregos bem remunerados e fornece a todos os cidadãos uma oportunidade justa de prosperar.

Segurança. Através de força militar, fortes alianças diplomáticas, e sábia política externa e interna, todos os cidadãos serão salvaguardados em casa. O papel do país no mundo será fortalecido ao ajudar as pessoas ao redor do mundo a viverem melhor.

Saúde. Todo cidadão deveria ter acesso a um sistema de saúde pública acessível.

Educação. Uma educação pública estimulante, bem financiada e em expansão do sistema gratuito, com os mais altos padrões para cada criança na

escola, onde os professores alimentam as mentes das crianças e muitas vezes o as próprias crianças, e onde as crianças aprendem a verdade sobre sua nação, suas maravilhas e suas imperfeições.

Primeira infância. O cérebro de todas as crianças é moldado crucialmente em suas primeiras experiências de socialização. A educação infantil de alta qualidade é laica e científica.

Meio Ambiente. Um ambiente limpo, saudável e seguro para nós mesmos e nossos filhos: a água potável para se beber e o melhor ar possível de respirar. Os poluidores devem pagar pelos danos causados.

Natureza. Os recursos naturais do nosso país devem ser preservados para as gerações futuras.

Energia. Precisamos fazer um grande investimento em recursos renováveis energia, por causa de milhões de bons empregos gerados, da independência em relação ao petróleo do Oriente Médio, melhorias na saúde pública, preservação de nosso meio ambiente e o esforço para deter o aquecimento planetário.

Acesso às informações da coisa pública. Um governo aberto, eficiente e justo, baseado na apresentação da verdade para os cidadãos e consequente ganho a confiança geral.

Direitos iguais. Progressistas apoiam direitos iguais em todas as áreas que envolvem raça, etnia, gênero e orientação sexual.

Proteções sociais. Apoiam também manter e estender as proteções para consumidores, trabalhadores, aposentados e investidores.

Estas e muitas outras orientações políticas seguem a partir de nossos valores e nossos princípios progressistas.

Filosofias em 10 Palavras:

Os conservadores descobriram ter seus próprios valores, princípios e direções. Eles os têm intrometidos na mente do público, efetivamente, nos últimos anos. Eles podem evocá-los todos em uma filosofia política composta de dez palavras, contando os substantivos e seus adjetivos:

1. Defesa Forte,
2. Mercados Livres,
3. Baixos Impostos,

4. Governo Menor,
5. Valores Familiares.

Nós, progressistas, possuímos uma filosofia diferente também composta de dez palavras. Será ela tão significativa? Vai demorar um pouco para obter nossos valores, princípios e direções adotadas pela maioria da sociedade de maneira estável. A nomeação para nossa filosofia de dez palavras versus deles é o seguinte:

PROGRESSISTAS	CONSERVADORES
América mais forte	Defesa Forte
Ampla prosperidade	Mercados Livres
Futuro melhor	Tributos baixos
Governo eficaz	Governo menor
Responsabilidade Mútua	Valores de família

Uma América mais forte não diz apenas em relação à Defesa, mas sobre cada dimensão das Forças Armadas: nossa eficácia no mundo, nossa economia, nosso sistema educacional, nosso sistema de saúde, nossas famílias, nossas comunidades, nosso ambiente e assim por diante.

Ampla prosperidade é o efeito dos mercados sob o pacto social de gerar ocupações e renda para todos. Mas todos os mercados são construídos para o benefício de alguém; logo, os mercados não são totalmente livres da ganância por seus domínios. Os mercados deveriam ser construídos de modo competitivo, igualitário em reconhecimento de méritos individuais, para a prosperidade mais ampla possível, e eles não foram constituídos assim.

Os americanos querem e merecem um futuro melhor - economicamente, educacionalmente, ambientalmente e em todas as outras áreas da vida - eles e seus filhos. Redução de impostos, principalmente para a elite super-rica, teve o efeito de desfazer programas que possibilitariam um futuro melhor em todas essas áreas. O bom objetivo é um futuro melhor para todos os americanos - e não apenas para essa elite.

O governo menor visa, na propaganda conservadora, supostamente, eliminar desperdício. Corte de gastos realmente diz respeito sobre como eliminar programas sociais e tornar possível cortar impostos sobre a renda dos mais ricos. Um governo com política social ativa e eficaz é o necessário para criar um futuro melhor.

Valores conservadores são os mesmos de uma família patriarcal rigorosa, autoritária, hierárquica, onde cada homem aprende a cuidar de si mesmo, baseado em educação punitiva com disciplina e castigo. Progressistas vivem pelos melhores valores, adotados tanto nas famílias como nas comunidades: responsabilidade mútua, antiautoritária, igualitária, bidirecional, baseada em carinho, além de provedora de dotação da responsabilidade individual e social.

O notável é o quanto os progressistas concordam entre si.

Estas são apenas as coisas com as quais os eleitores tendem a se preocupar mais:

1. nossos valores,
2. nossos princípios e
3. a direção a seguir pela nação segundo nossa pregação ideológica.

George Lakoff, no livro *Don't Tink of an Elephant!* (2004), diz acreditar os valores progressistas serem os valores tradicionais americanos nos quais os princípios progressistas são fundamentais. As orientações políticas progressistas apontam o caminho para onde a maioria dos americanos, certamente, quer levar o país. O trabalho dos unificadores progressistas é realmente o trabalho de trazer o país, em conjunto, para se unir em torno de seus melhores valores tradicionais - e não conservadores.

Finaliza aconselhando como conversar com os conservadores.

Evite os erros habituais. Lembre-se, não negue apenas o dito pela pessoa conservadora, busque reformular sua mente. Os fatos sem moldura (enquadramento mental) não a libertarão. Você não pode ganhar apenas declarando os fatos verdadeiros e mostrando eles contradizerem as proposições do seu oponente. Os quadros mentais superam os fatos reais. Suas molduras vão ficar e os fatos vão ricochetear. Sempre reformule e ajuste os fatos ao seu enquadramento mental.

Se você não se lembrar de mais nada sobre o enquadramento, lembre-se disso: uma vez quando seu quadro mental é aceito no discurso, tudo dito por você se torna apenas senso comum. Por quê? Porque isso define *o senso comum*: raciocinar dentro de um quadro comum e aceito.

Nunca responda a uma pergunta emoldurada do ponto de vista do seu oponente. Sempre reformule a pergunta para a ajustar aos seus valores e seus quadros mentais. Isso pode deixá-lo desconfortável, pois os estilos de discurso normais exigem você responder diretamente às perguntas feitas. Isso é uma

armadilha. Pratique a mudança de quadros mentais. *Seja sincero*. Use quadros mentais nos quais você realmente acredita, com base nos valores realmente compartilhados por você.

Parte V -
FINALMENTE
(POLÍTICA PARA EVITAR
POLARIZAÇÃO
DESTRUTIVA)

Reuni aqui diversas narrativas, estórias, histórias e parábolas sobre eras. A literatura recém-publicada de não-ficção aborda um sistema complexo possível de inspirar a escrita de um grande romance histórico contemporâneo. Constitui uma boa prosa, mais ou menos longa, na qual se narram fatos imaginários, às vezes inspirados em histórias reais, cujo centro de interesse pode estar no relato de aventuras, no estudo de costumes ou tipos psicológicos, na crítica social, etc.

A vida está difícil. Para lidar com ela, inicialmente, é necessário a entender.

Finalmente, apresento *contos sobre o futuro*, distintos de ficção científica. *Conto* é uma narrativa breve e concisa, contendo um só conflito, uma única ação, em um espaço geralmente limitado a um ambiente, unidade de tempo, e número restrito de personagens. Ele pode ser lido como um relato intencionalmente falso e enganoso. Pode ser uma mentira, um embuste ou uma treta ideológica. Confira o que pode nos esperar no futuro incerto justamente por ser resultante de múltiplas decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas umas das outras.

Conto da Automação e Inteligência Artificial: Pós-Trabalho

Anton Korinek (*Labor in the Age of Automation and Artificial Intelligence* in Economists for Inclusive Prosperity. Research Brief; jan 2019) descreve como a tecnologia avançou nas últimas décadas e, cada vez mais, deixou os trabalhadores para trás e resultou em aumentos acentuados da desigualdade. A atual onda de progresso na inteligência artificial provavelmente acelerará essas tendências. Seu texto em ECONFIP apresenta três abordagens complementares para contrariar estes desenvolvimentos.

Em primeiro lugar, como o progresso tecnológico gera ganhos líquidos para a sociedade como um todo, os vencedores poderiam, em princípio, compensar os perdedores - e ainda assim a sociedade irá para uma situação melhor.

Em segundo lugar, o progresso deve ser direcionado para minimizar as perdas dos trabalhadores.

Em terceiro lugar, há um papel importante para a intervenção governamental na tecnologia de informações para impedir o surgimento de monopólios capazes de extrair rendas da sociedade.

Seu texto conclui com algumas especulações sobre o impacto da inteligência artificial, cada vez mais rivalizando com o trabalho humano.

A partir de cerca de quatro décadas atrás, o progresso tem deixado cada vez mais os trabalhadores de fora. Isso é refletido em uma série de

estatísticas desanimadoras. Desde a Segunda Guerra, a taxa de participação na força de trabalho dos homens em idade ativa diminuiu de 98% para 89%; e a participação trabalhista na renda - o ganho pelos trabalhadores ao invés de capitalistas - diminuiu de 66% para 58%.

O salário real médio de trabalhadores, de fato, diminuiu ao longo das últimas quatro décadas, durante um período quando o rendimento total nos EUA foi quase triplicado! Ao mesmo tempo, enquanto os trabalhadores regulares ficaram para trás, os chamados “*superstars* da economia” se apropriaram de uma parcela crescente de renda, com o top 1% dobrando sua parcela para cerca de 20% de toda a renda, e os 0,1% do topo triplicando sua parcela para perto de 10%. Olhando para a riqueza em lugar da renda, algumas estimativas sugerem os três americanos mais ricos agora possuem ativos mais valiosos do que 50% da população dos EUA possui.

Embora as forças tecnológicas fossem inegavelmente uma força por trás desses desenvolvimentos, havia também outros fatores envolvidos. Por exemplo, a liberalização do comércio colocou pressão sobre os trabalhadores norte-americanos a competirem com a mão de obra mais barata no exterior. Mudanças institucionais, como diminuição de políticas redistributivas, o poder decrescente sindicatos e as políticas fiscais regressivas favoráveis aos ricos reduziram a renda dos trabalhadores regulares. Muitos desses fatores foram, de fato, parcialmente impulsionados por livres forças de mercado. Sem travas institucionais, elas aumentam a exploração da força do trabalho.

Esta história contada por Korinek enfoca diretamente as implicações da mudança tecnológica e como gerenciá-las. A abordagem tradicional dos economistas tem sido a de ver a tecnologia como uma força motriz fora âmbito de suas análises - a tecnologia é desenvolvida por engenheiros. Os economistas tomam ela como um dado e estudam apenas as implicações para a economia. Mas a tecnologia não é destino.

De fato, uma melhor compreensão das forças tecnológicas por trás do declínio do trabalho é crucial para moldar a agenda sobre a melhor forma de proteger os trabalhadores daqui para frente. Korinek discute as forças contributivas para o aumento da desigualdade nos últimos décadas e como contrapor a elas. Coloca um zoom sobre as implicações dos bens e tecnologias digitais de informações para a economia. E especula sobre como a ascensão da inteligência artificial afetará os trabalhadores e a economia nas próximas décadas. Ele também inclui uma discussão sobre as opções de políticas disponíveis.

O progresso tecnológico substituirá os trabalhadores?

Tem sido verdade desde o advento da Revolução Industrial: o progresso tecnológico substituiu empregos, na época, por fiações e tecelões. Mas, depois de um período de ajuste, a economia criou novos empregos para os deslocados trabalhadores que acabaram pagando melhor. Se a perturbação foi severa, o ajuste levou mais tempo, mas pelo menos os filhos de trabalhadores deslocados encontraram melhores empregos.

Muitos economistas, portanto, proclamam o progresso ser, inequivocamente, bom para os trabalhadores. No entanto, não é uma lei natural o progresso tecnológico levar a salários mais altos e melhorar os meios de subsistência.

O fato de os salários reais dos trabalhadores regulares declinarem nas últimas quatro décadas, sugere fortemente o efeito global da mudança tecnológica (em vez de a chamar de “progresso tecnológico”), nesse período tem sido reduzir os salários de mercado de trabalhadores regulares não qualificados. Do modo como a tecnologia avançou nas últimas décadas, a economia simplesmente parece ter cada vez menos necessidade de trabalho não qualificado.

À primeira vista, a imagem parece melhor para trabalhadores qualificados. Eles viram seus salários crescerem significativamente, nos anos 80 e 90, embora menos nas últimas duas décadas.

No entanto, existe também uma interpretação mais sombria desse fenômeno: o trabalho pode ser interpretado como *trabalho não qualificado pela educação*, ou seja, é um composto de mão de obra não qualificada e capital humano. O salário de trabalhadores qualificados pode, nessa visão, ser decomposta nos salários dos trabalhadores não qualificados mais os retornos do capital humano. Se os salários dos não qualificados não aumentaram, todo o aumento de salários de trabalhadores qualificados refletiu, na verdade, o retorno sobre o investimento em capital humano.

Quando se decompõe qual fração do rendimento foi ganha por trabalho não especializado face ao capital, isto é, o composto por capital tradicional e humano, de 1967 a 2017, a participação do “capital humano”, calculada como os retornos adicionais obtidos pelos graduados universitários, aumentou de 5,6% para 18,2% da renda total. Por outro lado, a participação do trabalho não especializado caiu de 57% para menos de 40%. De acordo com essa interpretação, o capital combinado da casta de mercadores e da casta dos trabalhadores ganha mais de três quintos de toda a produção na economia.

Deste ponto de vista, as últimas quatro décadas levaram a uma realocação ainda mais rígida dos retornos do trabalho para o capital, incluindo neste o capital humano. As questões de diferença para os trabalhadores,

refletindo o retorno do trabalho humano sem maior qualificação, enquanto os retornos sobre capital humano são retornos sobre os investimentos na educação, estão se tornando cada vez mais claras. O capital humano, isto é, a capacidade pessoal de ganho, de fato, absorve uma grande parte desses retornos.

Conto da Redistribuição Tecnológica e Redistribuição Social

Segundo Korinek, o progresso tecnológico significa a economia produzir mais para uma determinada quantidade de insumos, implicando haver mais renda total a ser distribuída. Se um dos fatores de produção, por exemplo, mão de obra não qualificada, ganha menos como resultado de uma inovação, significa alguém não só ganhar os frutos adicionais desse progresso, mas também se apropriar de parte antes chamada de “o salário de mão de obra (não qualificada)”.

Geralmente, podemos decompor os efeitos econômicos do progresso tecnológico em duas partes.

Primeiro, *o progresso aumenta a produção global*, ou seja, aumenta o tamanho da renda produzida. Esta saída extra é obtida por alguém na economia, por exemplo, pelo inovador. Ele colhe os frutos de sua inovação.

Em segundo lugar, *o progresso também gera uma redistribuição da renda*, pois altera os preços de mercado pelos quais as pessoas transacionam na economia. Por exemplo, pode reduzir os salários de alguns trabalhadores e aumentar os salários de outros trabalhadores. Esta redistribuição por meio de mudanças de preço é sempre *soma zero*: os aumentos de preços beneficiam vendedores em desfavor da despesa de compradores, e vice-versa para reduções de preço.

Podemos chamar isso de *redistribuição tecnológica de renda*, uma vez por ser gerado por forças tecnológicas ao dispensar força do trabalho na economia de mercado.

Considere, por exemplo, um novo sistema de IA capaz de substituir humanos em “máquinas de previsão” ou imagens para diagnósticos:

- o primeiro efeito de tal sistema pode levar a um melhor diagnóstico e aumento do uso de seus serviços, aumentando o tamanho da renda produzida;
- o segundo efeito pode ser reduzir os salários de mercado de humanos especializados na interpretação de imagens, mas para aumentar os

salários de outros, beneficiários desses exames mais apurados em suas profissões, agora podendo fazer mais sem exigir a entrada de dados antes mais caros, produzidos por humanos.

Portanto, o progresso tecnológico deixa para trás alguns membros da sociedade. A *redistribuição social* teria como objetivo desfazer a *redistribuição tecnológica* descrita, para compensar os perdedores da inovação, mantendo o aumento do tamanho da renda. Aqueles beneficiários da redistribuição realizada pela tecnologia acumularão ganhos inesperados, ou seja, ganhos não baseados em seus próprios esforços, mas mais na sorte da inovação.

De uma perspectiva política, torna-se importante ser explícito sobre quem são os beneficiários da tecnologia geradora de redistribuições de renda, para procurar formas de tributar seus ganhos inesperados de modo a compensar os perdedores. Às vezes, pode ser possível eliminar esses ganhos inesperados sem introduzir as distorções geradas pelos impostos.

Nesses casos, desfazer a redistribuição tecnológica pode ser viável sem perdas de eficiência para a economia. Por exemplo, se uma inovação aumenta o valor em determinadas áreas, maiores impostos sobre a propriedade beneficiada poderiam eliminar esses ganhos extraordinários. Esta pode ser uma solução mais eficiente se comparada com, por exemplo, os “impostos sobre robô”, propostos por vanguardistas.

No entanto, existem muitas redistribuições bastante difíceis de desfazer na prática. Seria a necessidade de eliminar os ganhos salariais de outros especialistas para compensar as perdas dos desempregados por tecnologia.

Esta é uma proposição impraticável por causa de uma variedade de problemas de informação. Seria necessário um sistema de impostos e transferências muito mais bem ajustado, talvez além do possível, politicamente. Introduziria um número de problemas de risco moral, por exemplo, reduzindo *os incentivos ao trabalho* para os beneficiários de redistribuição ao enfrentarem maiores encargos tributários. Além disso, alguns podem também considerá-lo *injusto*, se só alguns são tributados para compensar aqueles com maiores perdas decorrentes da redistribuição tecnológica.

Em todos esses casos, um *sistema fiscal progressivo* geral - cobra taxas mais elevadas para os indivíduos com maior ganho -, juntamente com uma rede de segurança social, ambos limitam a desvantagem para os perdedores do progresso tecnológico. Pode ser uma das melhores soluções disponíveis ou, pelo menos, a segunda melhor.

A política de tecnologia deve, portanto, orientar o progresso tecnológico, de modo a incentivar a inovação desejável por suas propriedades distributivas e desencorajar as inovações capazes de aumentar a desigualdade. Tecnologias poupadoras de mão-de-obra evidentemente aumentam de imediato a desigualdade, mas em longo prazo talvez gere mais renda a ser redistribuída para os “perdedores” com aquela tecnologia.

Anton Korinek, no texto *Trabalho na Era da Automação e Inteligência Artificial*, delinea três diferentes caminhos para fazer isso.

A primeira avenida é *focar na distribuição das implicações de toda a pesquisa conduzida ou patrocinada pelo governo*. O governo é uma das maiores fontes de fundos de pesquisa em nossa economia. Ele deve orientar ativamente o progresso nas direções capazes de aumentar a contratação de trabalhadores em vez de substituí-los. Um exemplo disso veio a ser chamado de *assistência de inteligência*, isto é, sistemas AI projetados para complementar e melhorar as habilidades dos trabalhadores para eles poderem executar tarefas de maior valor agregado.

Tal assistência de inteligência pode tornar possível os trabalhadores fazerem trabalhos anteriormente fora de alcance para eles, aumentando muito a demanda por mão de obra não qualificada. Se a assistência de inteligência se deu a partir de sistemas financiados pelo setor privado, há risco de seus criadores colherem a maior parte do retorno. Se eles foram financiados pelo setor público, em contraste, eles podem ser disponibilizados gratuitamente ou a preço de custo - e a sociedade pode colher os retornos resultantes.

A segunda via é usar os poderes regulatórios, bem como regimes fiscais e de subsídios para *orientar o progresso tecnológico*, de forma semelhante a como outros tipos de externalidades como a poluição são abordados. Se é possível identificar se um tipo específico de inovação terá *efeitos distributivos positivos ou negativos*, então a própria atividade inovadora poderia ser *subsidiada ou tributada*. Ou a patente sobre as respectivas inovações poderia ser *alongada ou encurtada*.

Caso contrário, subsidiar o emprego de trabalhadores menos qualificados diminuiria o custo de tal emprego e forneceria socialmente sinais de preços desejáveis para os inovadores. Seria assim como um preço capaz de induzir a inovação se envolver em atividades com emprego desses trabalhadores. Se o trabalho não qualificado se torna mais barato, então é menos desejável desenvolver inovações poupadoras de mão de obra não qualificada.

Um terceiro caminho para guiar o caminho do progresso da tecnologia é simplesmente *criar mais consciência sobre as implicações distributivas de diferentes tipos de inovação*. Embora seja difícil prever qual será o impacto exato de uma inovação nos mercados de trabalho, existem algumas diretrizes gerais, por exemplo, o processo de *inovações redutoras de custos através da automatização do trabalho* é mais propenso a atingir os trabalhadores em lugar das *inovações de produtos geradores dos novos produtos* capazes de atender as necessidades desconhecidas anteriormente.

Muitos empreendedores estão preocupados com o impacto social de suas inovações na sociedade. Tornando-os mais conscientes das implicações de suas ações sobre a distribuição da renda gerada (ou o valor adicionado) poderá surgir uma diferença ao se pensar no bem-estar social futuro e/ou na segurança pública. Eles poderiam adotar como uma de suas prioridades investir em inovações como *a assistência de inteligência complementar ao trabalho dos trabalhadores não qualificados* em vez de deslocá-los.

Conto sobre Capitalismo para o Povo

Luigi Zingales, no Prefácio do livro “Um capitalismo para o povo: recapturando o gênio perdido da prosperidade americana” [*A capitalism for the people: recapturing the lost genius of American prosperity*], publicado em 2012, afirma: “os norte-americanos estão irritados. Eles estão irritados com os banqueiros. Contribuíram para a crise financeira, mas não pagaram por isso. Eles estão zangados com o sistema político ineficaz. Culpou os banqueiros, mas mereceu pelo menos tanta culpa por não os controlar. Eles estão zangados com um sistema econômico capitalista: torna os ricos mais ricos e deixa os pobres para trás. Eles estão com raiva porque o ideal de ‘um governo do povo, pelo povo, para o povo’ está em risco de perecer da terra”.

Essa raiva emergiu em muitos movimentos espontâneos: as manifestações em frente às casas dos executivos, o ativismo do *Tea Party*, o movimento *Occupy Wall Street*. Embora esses movimentos estejam unidos em sua oposição ao status quo, é uma busca em vão, entre seus escritos e plataformas, uma alternativa viável. Embora o *Tea Party* tenha canalizado com sucesso a raiva direitista contra o governo, não conseguiu fazê-lo pelo ressentimento contra os banqueiros. Enquanto o movimento *Occupy* proclama lutar pelo 99%, tem sido incapaz de descobrir como conduzir essa luta da esquerda.

O que Luigi Zingales pode trazer para essa discussão? Em teoria, ele é um deles: um professor de Finanças em uma universidade de ponta

(Universidade de Chicago) e com sorte suficiente para estar no top 1% da distribuição de renda.

No entanto, também está com raiva e com medo. Irritado porque a ideia de livre mercado tem sido cada vez mais dominada por interesses empresariais arraigados, alterando fundamentalmente o equilíbrio da democracia americana. Assustado com os americanos, em sua ira justificável sobre o modo como as coisas aconteceram, escolherem um caminho de modo a por fim ao capitalismo americano como o conhecemos.

Apesar de todos os seus defeitos, diz Zingales, “esse sistema capitalista oferece a melhor esperança para a maioria das pessoas. É um modelo onde os defensores da liberdade em todo o mundo buscam orientação”.

Enquanto a sua formação acadêmica lhe dá uma compreensão especial do capitalismo americano, incluindo o que está errado com isso, é outra parte da sua experiência a motivação para ele escrever este livro. Ele é um imigrante para os Estados Unidos, tendo como fator de repulsão o nepotismo ou favoritismo na Itália.

Ele alega, independentemente do seu lugar no espectro político, seja um republicano conservador, seja um democrata liberal, ou algum lugar no meio, um norte-americano não ter ideia de como é viver em um país onde virtualmente não há meritocracia e a competição é considerado um pecado. Brasil! Brasil! Brasil!

Os jovens, em vez de serem instruídos a estudar, são exortados a “carregar o saco” (*fare il portaborse*) - no Brasil é mais sexual: “puxar-o-saco” - para pessoas poderosas, na esperança de receber alguns favores. As mães empurram suas filhas para os braços dos ricos e poderosos, vendo-as como a única via de promoção social.

O processo de seleção de talentos está tão quebrado a ponto de você encontrar pessoas muito inteligentes empregadas em empregos muito inferiores e pessoas muito medíocres em posições poderosas. No Brasil, basta conferir a mediocridade intelectual da equipe ministerial do desgoverno do capitão. Aqui, como na Itália, a melhor maneira de ficar rico é estar politicamente conectado e receber um contrato do governo.

Muitos manifestantes contra esse sistema burlador da competição vieram da esquerda radical. Porém, estava menos interessada em mudar o sistema de uso de recursos ilícitos para alcançar objetivos pessoais, mas sim em substituí-lo por um sistema socialista. Em um país cheio de privilégios baseados na “sorte do berço”, a esquerda, em vez de lutar pela igualdade na

linha de partida, lutou para eliminar todos os mecanismos de seleção, considerando-os discriminatórios contra os sem posses.

Uma consequência disso é as universidades italianas não serem seletivas em admissões. Independentemente das suas notas, lá como aqui nas faculdades particulares, você pode entrar em qualquer uma desejada entre as niveladas pelos requisitos menores para seleção, caso consiga pagar as mensalidades. A consequência não intencional desse “igualitarismo” foi ter produzido uma massa indiferenciada de graduados ignorantes em sua maioria. Daí as empresas à procura de trabalhadores recorreram à contratação com base no único sistema capaz de funcionar na ausência de ordenação credível: *conexões pessoais*. No Brasil, impera o QI (Quem Indica) para ocupar cargos.

Zingales percebeu a Itália não ser para ele. Fez o doutoramento nos Estados Unidos e recebeu o cargo de docente na Universidade de Chicago. Conseguiu construir uma carreira profissional lá, em lugar de voltar para a Itália, onde precisaria negociar conexões familiares ou, pior ainda, lisonjear algum sênior. Diz: “Eu não teria sobrevivido às humilhações e frustrações do sistema italiano”.

Focado em sua carreira, antes de observar o *capitalismo de compadrio* também nos Estados Unidos, ele estava bastante desvinculado do debate político americano. Com todos os seus defeitos, o sistema norte-americano parecia muito melhor se comparado ao italiano. Ele não estava inclinado a fazer muito mais além de apreciar sua boa sorte. Achava poder acrescentar mais participando do debate público em seu país de origem, onde os problemas são muito maiores e o sistema prejudica as poucas pessoas competentes, caso ainda não tenham sido expulsas.

Mas não demorou muito após voltar aos Estados Unidos e logo perceber coisas parecidas mais com sua origem - como se estivesse assistindo a um filme já visto antes. O primeiro caso foi o resgate em 1998 do maior *hedge fund* da época: *Long Term Capital Management* (LTCM). Fundado por gênios “*quants*”, o fundo estava realmente jogando estratégias de arbitragem bastante simples, mas tinha tomado emprestado muito fortemente. Quando algumas dessas estratégias deram errado, o fundo explodiu.

Naquela época, Warren Buffett se ofereceu para resgatar a LTCM, embora de uma maneira a custar a seus proprietários todo o investimento. Em vez de permitir isso acontecer, o Fed interveio e coordenou um esforço público de resgate. Ele se mostrou mais generoso para os investidores e gerentes da LTCM - um grupo com David Mullins, ex-vice-presidente do Fed.

Ao contrário de muitos por vir, após 2008, este acordo mediado pelo Fed não custou nada aos contribuintes americanos. Mas o Fed usou a

persuasão moral para alterar as regras normais do mercado, pior ainda, para um amigo. Como o Financial Times escreveu na época, esse era *um caso de capitalismo de compadrio à americana*.

Depois veio a ascensão de George W. Bush, herdeiro de um ex-presidente. Sob ele, o Partido Republicano afastou-se dos *princípios pró-mercado*, defendidos por Ronald Reagan, e tornou-se cada vez mais *pró-grandes empresas*, colocando uma tarifa sobre o aço importado em 2002 para proteger os fabricantes americanos, por exemplo, e oferecendo às empresas taxas especiais para repatriar seus lucros. Ao mesmo tempo, os democratas estavam se tornando mais confortáveis com os interesses das grandes empresas, lançando “parcerias público-privadas”, uma maneira de sugar dinheiro do governo enquanto fingiam fazer o bem.

Quando a crise financeira chegou em 2008, Zingales sentiu ter algo a contribuir para o debate público dos EUA. Como o economista austríaco Friedrich Hayek colocou na introdução de seu livro de 1944, *The Road to Serfdom*: “Ao passar de um país para outro, às vezes podemos observar duas vezes fases similares de desenvolvimento intelectual.”

O que ele estava assistindo foi a transformação das finanças públicas americanas em *um sistema capitalista de camaradagem* à italiana. De fato, de certa forma, a situação americana era pior, porque os americanos, diferentemente dos italianos, não podiam colocar a culpa em um “cara mau” como Berlusconi. Antes de Trump...

Zingales alega: “através de nossos fundos de aposentadoria e investimentos em ações, somos os donos das mesmas empresas capazes de fazerem *lobby* para pegar nosso dinheiro dos impostos e dominar nossa vida política. Em jogo não está apenas o nosso dinheiro, mas a nossa liberdade. O *favoritismo* reprime a liberdade de expressão, elimina o incentivo para estudar e prejudica as oportunidades de carreira”.

O *nepotismo* roubou seu país de grande parte do seu potencial de crescimento econômico. Zingales não quer ele roubar os Estados Unidos também.

Este não é um livro acadêmico, nem um resumo das últimas descobertas econômicas. Pelo contrário, é uma descrição dos problemas do sistema econômico americano e um apelo apaixonado por mudança - um chamado vindo de um crente forte no sistema de livre mercado. Ele ama a América pelo princípio sempre defendido: *liberdade individual na busca de felicidade*.

Finaliza seu prefácio ao dizer: “felizmente, a América tem em seu DNA a capacidade de se reformar. Ao contrário dos cidadãos da maioria dos outros países, os americanos compartilham uma forte crença no poder da concorrência. Como explicarei neste livro, a *competição* é uma enorme fonte para o bem. Para melhorar o sistema econômico, nós precisamos de mais competição, não menos”.

“Ao contrário de muitos outros países, onde populismo significa demagogia e ditadores autocráticos, a América tem uma tradição populista positiva de proteger os impotentes. Como explicarei, essa veia populista contribuiu muito para tornar o capitalismo americano melhor do que todas as outras formas de capitalismo - e pode continuar a fazê-lo. *O capitalismo para o povo não é um paradoxo, mas uma esperança*: a esperança de que, ao fundir o melhor da tradição populista americana com sua forte *orientação pro-mercado*, possamos combater a degeneração do nosso sistema”.

Conto sobre Capitalismo da Meritocracia contra Capitalismo de Compadrio

Sintetizo os principais argumentos de Luigi Zingales, no livro “*Um capitalismo para o povo: recapturando o gênio perdido da prosperidade americana*”.

Os benefícios conferidos pelo *capitalismo meritocrático* - em princípio, o norte-americano - não são nem tão grandes nem tão difundidos como antes. Essa mudança enfraquece *o apoio político ao sistema de mercado*. Mas o que mais prejudica o sistema de livre mercado é a percepção de as regras não se aplicarem igualmente a todos, porque *o sistema é fraudulento*.

Essa frustração é semelhante ao sentido por muitas pessoas cada vez mais a respeito do sistema dos EUA como um todo: *o jogo parece manipulado*. A maioria das pessoas não entende como é manipulada, muito menos como consertar isso. Alguns críticos de esquerda acham a resposta ser “parar o capitalismo”. Eles não entendem, ao rejeitar todo o sistema, tornam mais difícil mudá-lo. A fim de restaurar a justiça ao sistema, eles - na verdade, todos nós - precisam entender o que deu errado, em primeiro lugar.

Na Introdução a este livro, Luigi Zingales mencionou 51% dos americanos concordarem com a afirmação “As grandes empresas distorcem o funcionamento dos mercados em benefício próprio”. Essa convicção é compartilhada não apenas por aqueles costumeiramente desconfiados do livre mercado, mas também por aqueles apoiadores dele, “porque o livre mercado é o melhor sistema para gerar riqueza”.

A distinção entre uma *agenda pró-mercado* e uma *agenda pró-negócios* não escapou à atenção da maioria dos americanos. Embora as duas agendas às vezes coincidam - como no caso da proteção dos direitos de propriedade, direito humano representativo da conquista republicana contra o monopólio da riqueza por parte da nobreza dinástica e do clero - elas geralmente estão em desacordo:

- uma agenda *probusiness* visa maximizar os lucros das empresas existentes;
- uma agenda *promarket*, ao contrário, visa incentivar as melhores condições de negócios para todos.

Adam Smith foi *promarket* em vez de *probusiness*, como deveriam ser todos os economistas crentes em seus princípios. Mercados livres e competitivos são os criadores da maior riqueza já vista na história da humanidade. Mas para os mercados regularem a economia com uma auto-organização emergente a partir de interações dinâmicas de múltiplos componentes, o campo de jogo deve ser mantido nivelado e aberto a novos participantes.

Quando essas condições fracassam, os mercados livres degeneram em monopólios ineficientes - e quando esses monopólios estendem seu poder à arena política, entramos no reino do *capitalismo de compadrio*. Infelizmente, uma indústria na qual o capitalismo de compadrio ganhou uma tremenda influência na última década é o financeiro. Luigi Zingales é crítico à regra "*too big to fail*": proteger banco grande demais para bancarrota, devido ao risco sistêmico de propagação pelo *efeito demonstração*.

Como alimentar animais selvagens, ajudar uma grande empresa ou um país a evitar dificuldades financeiras parece caridoso, mas a longo prazo prejudica o receptor. Um país ao proteger os animais selvagens da corrupção da comida fácil deve também proteger as empresas da corrupção de subsídios.

Quando a divisão do trabalho aumenta a especialização, os interesses da elite especializada e tecnicamente competente divergem dos interesses do resto do povo. Os interesses dos especialistas se alinham cada vez mais com os dos poderosos titulares (proprietários acionistas), ou pelo menos começam a divergir dos do resto da população.

Isso vale para todos os especialistas, inclusive economistas acadêmicos, especialmente os como Zingales, professor da Escola de Chicago com demanda potencial para atender consultorias empresariais. Assim, têm um

incentivo para serem influenciados pelos próprios agentes de negócios - afinal, constituem seu “objeto de estudo”.

Essa divergência não apenas leva a uma má tomada de decisão, com os interesses dos negócios entrincheirados superando o apoio ao mercado competitivo. Também gera desconfiança pública em relação aos especialistas e sistemas baseados em mérito. E um senso de justiça e confiança é essencial para o capitalismo de livre-mercado prosperar.

Uma divisão entre a elite intelectual e o povo pode facilmente alimentar as formas mais perigosas de populismo, especialmente quando a percepção da corrupção e o conseqüente ressentimento contra Washington (ou Brasília) são crescentes. Se a elite intelectual não pode ser confiável, o anti-intelectualismo prevalece e a qualidade do debate político se deteriora. Essa deterioração, por sua vez, dá à elite intelectual outra razão para se sentir superior. Esse sentimento esnobe exacerba o pensamento de grupo e estimula reações ainda mais populistas.

A solução não é se livrar de especialistas como os economistas. Essa cura seria pior se comparada à doença. A solução é entender os possíveis vieses e criar um sistema de verificações e contrapesos. Somente com um alto grau de controle popular um sistema baseado em mérito pessoal evita a degeneração em uma oligarquia.

A solução também é os especialistas - especialmente aqueles, como Luigi Zingales, com extensas conexões com o mundo dos negócios - reconhecerem esses riscos e lutarem contra eles. O perigo da captura torna ainda mais importante os dados estarem prontamente disponíveis para todos. Desse modo, o debate intelectual entre as diversas opiniões de especialistas necessita ser explicado didaticamente para a opinião pública, por meio de uma mídia plural e não ideológica.

A concorrência típica da abstração construída com a ideia do livre-mercado necessita ser como ocorre na maioria das Universidades americanas. E não como ocorre com a falta de debate ou mesmo de diálogo entre economistas ortodoxos e heterodoxos da academia brasileira. Aqui, a mídia boicota a opinião divergente quanto aos seus interesses de favorecimento a certos financiadores.

Conto sobre Igualdade de Oportunidades e (e não “ou”) Igualdade de Resultados

Luigi Zingales, no livro *“Um capitalismo para o povo: recapturando o gênio perdido da prosperidade americana”*, afirma: transferir a culpa toda de

a vida estar difícil à revolução tecnológica não resolve nossos problemas. O aumento da desigualdade de renda está minando o consenso popular em favor de um sistema de livre mercado.

Quanto a isso, há um ponto de vista comum entre os igualitários de oportunidades (*neoliberais*) e de resultados (*socialdemocratas*) a respeito do necessário a ser feito. Não basta tentar equalizar os pontos de partida, reformando o sistema educacional de maneira a aumentar a qualidade do ensino. Para reduzir o efeito pernicioso de uma “economia de super-astros” - com “celebridades” (atletas ou artistas) ganhando mensalmente uma quantia não ganha anualmente, por exemplo, por Professores Titulares - precisamos promover a concorrência nos mercados onde ela é deficiente: no mercado de talentos?!

Diz Zingales: “há uma inépcia temporária natural da fase da vida conhecida como adolescência. Os EUA e a economia mundial estão agora nesta *fase adolescente*, crescendo de economias em sua maioria locais para uma totalmente global. Embora este processo [de proteção e/ou reserva de mercado] tenha trazido uma melhoria tremenda para o mundo, também criou dificuldades”.

Este *Chicago's modern economista*, distintamente de oportunista *Chicago's Old*, tem ponto de vista oposto ao do velho guru do Messias, o astrólogo morador em Richmond, capital do estado da Virgínia (EUA), desde 2005. Ao contrário do dito por olavetes brasileiros, tentar parar a globalização ou “corrigir” as escolhas de mercado seria uma negligência econômica. No entanto, intervir para minimizar os efeitos colaterais e assegurar um nível saudável de competição em todos os setores não é apenas uma boa política: é uma condição necessária. Zingales destaca as áreas de intervenção necessárias, como “não furar fila”, colocar um limite ao *lobby*, evitar o tráfico corrupto de influências, etc.

Ele argumenta: para superar a captura do Estado por grupos de interesses privados, precisamos de regulamentação limitada e simples, preferencialmente imposta por um sistema de recompensas de denúncias. A melhor maneira de impedir o *lobby* é introduzir uma lei de modo a eliminar os subsídios à indústria, apoiada por dar aos cidadãos o direito de processar para recuperar o custo dos subsídios pagos injustamente.

Essas medidas reduziriam o poder do governo a ponto de se tornar completamente ineficaz? Não. Como Zingales argumenta, tudo o que pode ser feito com *subsídios* também pode ser feito com *impostos*. Na verdade, isso pode ser feito melhor, porque a economia política dos impostos é mais favorável aos cidadãos comuns.

“Qualquer leitor cuidadoso seria rápido em apontar uma grande diferença entre um subsídio à casa própria e um imposto sobre aluguel de casa: no primeiro, o governo está dando dinheiro para as pessoas, no outro, está tirando dinheiro. No entanto, o governo é [como fosse] nós: não cria riqueza, simplesmente a redistribui, destruindo parte dela no processo. Assim, uma comparação adequada entre essas duas políticas deve manter constante o orçamento geral do governo. Se a apólice for um subsídio, ela deve ser considerada em conjunto com algum outro imposto capaz de aumentar as receitas necessárias”.

No debate político, essa compensação nunca ocorre. Os subsídios ao etanol enriquecem os produtores de etanol e os impostos sobre a gasolina tornam os consumidores de gasolina mais pobres. Como resultado, a redistribuição de renda se torna não apenas um efeito colateral, mas também o objetivo da intervenção política.

Quando os produtores de etanol solicitam um subsídio ao etanol, estão tentando redistribuir a receita a seu favor: o benefício para o meio ambiente é apenas uma boa desculpa. Eles usam o argumento social para torná-lo atraente.

Esse design naturalmente leva a enormes incentivos de *lobby*. O benefício dos subsídios é concentrado, enquanto o custo é distribuído entre os contribuintes. Assim, fazer *lobby* a favor de subsídios será muito mais forte em vez de fazer *lobby* contra essa concessão.

A dinâmica política dos impostos deve ser exatamente o oposto para inverter a política perversa das subvenções. No caso, o ônus da tributação recair sobre um grupo concentrado e politicamente poderoso, enquanto o benefício ser desfrutado por um grupo disperso e politicamente não-influente: os contribuintes.

Politicamente, é preferível aumentar as receitas fiscais gerais. Como o ônus da tributação geral recai sobre um grande número de eleitores dispersos, aumentar um pouco o imposto de renda é mais fácil em vez de impor um imposto sobre um produto específico, como a poluição. Embora o imposto anterior distorça, tirando o incentivo para as pessoas trabalharem mais, o último elimina uma distorção. Mas esta é a razão pela qual esses tipos de impostos são tão raros.

Precisamente por isso, Zingales propõe a proibição de qualquer forma de subsídio e restrição da política do governo apenas a poucos impostos e realmente necessários para corrigir os incentivos distorcidos, e não só aumentar a receita. O imposto sobre o tabaco é um exemplo positivo, “se

considerarmos o custo assistência médica pública é um custo imposto ao resto da sociedade”.

Por fim, Zingales comenta: “um sistema financeiro capaz de ajudar os empresários sem dinheiro a transformar seus sonhos em realidade [BNDES] é um objetivo louvável, assim como é facilitar a aquisição de uma casa própria [Caixa]. Qualquer objetivo louvável, no entanto, pode ser abusado quando é usado como ‘folha de figueira’ [tampão] para cobrir o interesse próprio. A combinação de fortes interesses investidos e uma poderosa justificativa ideológica é irresistível: os intelectuais, quando querem dinheiro, são comprados, e aqueles íntegros são capturados pela ideologia. Para evitar um problema semelhante, tentei elaborar regulamentos financeiros favoráveis ao mercado. Eles começam por identificar as ineficiências do mercado.”

Infelizmente, lamenta-se Zingales, o mercado político é distorcido por assimetrias no poder e pela ignorância dos eleitores em questões econômicas. Se os eleitores não estiverem informados sobre quais políticas realmente promovem a concorrência, não pagará pelos políticos promover essas políticas. *O mercado político distorcido permite triunfar o capitalismo de compadrio.*

As normas sociais podem nos ajudar a lidar com as falhas do mercado. Este livro de Zingales espera “ajudar a criar consciência da necessidade de conceder prestígio social a qualquer esforço para *promover a competição e resistir ao capitalismo de compadrio*. A academia pode desempenhar um papel importante nesse aspecto. Se não o fizer, deve ser considerado parte do problema.”

Conto sobre Financiamento: Concorrência versus Relacionamento

Luigi Zingales, no livro “*Um capitalismo para o povo: recapturando o gênio perdido da prosperidade americana*”, publicado em 2012, diz: outra razão pela qual os grandes bancos são politicamente influentes é a sua morte criar uma ruptura catastrófica na economia - pelo menos, os políticos acreditam. Se eles estão certos ou não é irrelevante.

Ao reduzir o custo do crédito para grandes bancos considerados “grandes demais para falir”, esse subsídio também distorce a concorrência, prejudicando a capacidade dos pequenos bancos de competir. O resultado, naturalmente, é um aumento no número de grandes bancos - bancos que talvez precisem ser resgatados no futuro”.

Quando comparamos sistemas financeiros, seja historicamente, seja entre países, a distinção mais relevante não é entre bancos e mercados, mas entre:

1. financiamento baseado em relacionamentos e
2. financiamento baseado em condições de concorrência.

Como o termo sugere, os *sistemas baseados em relacionamentos* são baseados em interações repetidas. Estes favorecem a cooperação, por sua vez, permite o sistema funcionar mesmo quando falta proteção legal decente. Para se sustentar, no entanto, exige concentração de mercado, porque relacionamentos duradouros são difíceis de sustentar em um mercado fragmentado e competitivo.

Precisamente porque prospera em mercados não competitivos, o financiamento de relacionamentos é propenso ao conluio e pode facilmente degenerar em capitalismo de compadrio. De fato, o termo *capitalismo de compadrio* tornou-se popular quando foi usado para descrever as relações emaranhadas dos bancos da Ásia Oriental na época da crise financeira asiática de 1997.

Em contrapartida, o financiamento à distância baseia-se em transações ocasionais, geralmente em mercados de valores mobiliários anônimos ou quase anônimos. Investidores individuais fazem lances para ações de uma *startup* em sua oferta pública inicial são um bom exemplo.

Para funcionar bem, esses mercados de capitais precisam ser competitivos e regulados.

- Eles devem ser *competitivos*, porque só assim pequenos investidores serão protegidos contra o risco de receber um preço injusto.
- Eles devem ser *regulamentados*, porque, em mercados anônimos, a reputação não pode restringir a fraude e as práticas abusivas.

Quando essas condições estão em vigor, os *mercados de valores mobiliários* são melhores em comparação aos *mercados baseados em relacionamentos* para agregar informações e fornecer financiamento barato. Mas se as condições não se mantiverem e o risco de fraude se tornar alto, os mercados congelarão.

A importância relativa dos dois modos de financiamento mudou ao longo do tempo. Antes da Primeira Guerra Mundial, o financiamento à distância (mercado de capitais) era tão difundido na Europa e no Japão

quanto nos Estados Unidos. Foi a resposta à Grande Depressão a criadora de uma divisão.

Na Europa e no Japão, o domínio de alguns grandes bancos facilitou a formação de uma coalizão política entre governos mais intervencionistas e o sistema bancário. Como resultado, a infraestrutura legal necessária para suportar os mercados independentes nunca foi totalmente concretizada e o marco regulatório inclinou-se para os grandes bancos.

Em contraste, os Estados Unidos entraram na Grande Depressão com um setor bancário fragmentado. Em vez de favorecer a consolidação, a legislação do *New Deal* introduziu uma regulamentação de modo a criar a infraestrutura na qual os mercados de valores mobiliários poderiam funcionar. As consequências destas circunstâncias fortuitas foram a obtenção de mercados de títulos e valores mobiliários fortes até o fim do século XX.

O recente processo de consolidação bancária, no entanto, compromete o desenvolvimento de outras bolsas organizadas. Opções e futuros, inovações financeiras antes da consolidação, se organizaram em *mercados regulados*. Outros derivativos, no entanto, começaram a ser negociados principalmente em *mercados não regulamentados*, de balcão, dominados por alguns grandes bancos.

De acordo com um estudo do Banco Central Europeu, em 2009, os cinco maiores negociantes de *swaps* de crédito participaram de quase metade do total dos montantes nocionais, enquanto os dez maiores responderam por 72% dos negócios. Os mercados de outros derivativos são similarmente inclinados para essa concentração.

Quando a grande maioria dos negócios passa apenas por alguns intermediários, o mercado fica distorcido de várias maneiras. Primeiro, quando transacionam entre si, os grandes participantes do mercado não insistem em uma quantidade adequada de garantias. Em vez disso, eles confiam na capacidade creditícia geral da contraparte e nas garantias implícitas fornecidas pelos governos às grandes empresas: “risco moral”.

Essa distorção não apenas enfraquece severamente a capacidade das pequenas empresas de competir, mas também contribui para a instabilidade sistêmica do tipo experimentado em 2008, aumentando assim a probabilidade de os contribuintes intervirem com resgates. Enquanto isso, o papel benéfico dos derivativos de distribuição de risco se dissipa, porque a maior parte do risco, afinal, é suportada por apenas alguns atores.

Por fim, os mercados de balcão aumentam a instabilidade do sistema, porque sua negociação ocorre através de alguns bancos muito grandes. Os

viajantes aéreos sabem como a interrupção em um grande *hub* de companhias aéreas pode causar estragos em todo o país. O mesmo vale para os mercados de balcão: se um grande *hub* como o Lehman é derrubado pela falência, todo o sistema é severamente afetado.

Essa importância só aumenta o poder dos grandes bancos, como o governo vê isso. Mesmo eles não sendo “grandes demais para falir” do ponto de vista financeiro, eles certamente são “grandes demais para fracassar” do ponto de vista da estabilidade de mercado.

Conto sobre Populismo

Luigi Zingales, no livro “*Um capitalismo para o povo: recapturando o gênio perdido da prosperidade americana*”, publicado em 2012, afirma: fora dos Estados Unidos, o populismo é geralmente associado a dois extremos igualmente ruins.

Por um lado, há o *populismo reacionário*. Ele pode se desenvolver quando líderes maquiavélicos alimentam sentimentos primitivos - racismo, medo, intolerância religiosa - para construir apoio a um regime de nacionalismo corporativo, obscurecendo as distinções entre corporações e governo. Os movimentos fascista e nazista eram formas mais assustadoras de populismo reacionário.

Por outro lado, existe o *populismo de esquerda*. Ele joga com a inveja e com a luta de classes, colocando malsucedidos contra bem-sucedidos, em um esforço para destruir a meritocracia e introduzir uma nova alocação política de recursos.

A América também teve sua parcela de *populismo de direita*, incluindo o da Ku Klux Klan e do político segregacionista George Wallace. Mas há outra tendência populista, mais positiva na história americana, estendendo-se de volta à própria Revolução Americana, na qual a elite e os não-elites formaram uma aliança contra o poder colonial. Os elementos populistas na luta dos colonos contra a Coroa Britânica viam-no como um conflito entre a liberdade e o poder colonizador, satanizando este com um preconceito evangélico como fosse uma “guerra santa”.

Longe desses populistas, no entanto, os “pais fundadores” dos Estados Unidos projetaram um sistema de freios e contrapesos para impedir uma degeneração da nova república conduzida pela multidão.

Apesar dessa tradição legítima, o termo *populismo* ainda tem uma conotação negativa para muitos americanos. Em parte, isso ocorre porque

alguns dos movimentos populistas do país foram representados por personalidades defeituosas ou destrutivas.

Outra razão é os movimentos populistas, sobretudo na América Latina, terem um histórico econômico, segundo Zingales, “terrível”. Programas populistas com prioridade na redistribuição da renda, como muitos fora da América, podem ter um efeito positivo de curto prazo no consumo privado dos pobres. Naturalmente, eles tendem a consumir uma porcentagem maior de sua renda face à propensão a consumir dos ricos. Juntamente com os gastos maciços do governo, porém, os programas redistributivos criam enormes déficits fiscais. Esses déficits eventualmente forçam o governo a cortar despesas e aumentar impostos.

Então, enquanto a economia se reverte do crescimento econômico para o desemprego, o eleitorado populista, constituído em sua maioria pelos próprios trabalhadores, se encontra em situação pior. A redistribuição de renda também reduz o incentivo das empresas para investir, o que, por sua vez, reduz a produtividade dos trabalhadores e seus salários reais. Esta é a típica narrativa neoliberal, inclusive a referente ao ocorrido no Brasil após 2015, quando um golpe semiparlamentarista tirou a Presidenta eleita do Poder Executivo.

Se é bem compreendido as políticas econômicas populistas terem desencadeado tais problemas, por que os líderes populistas não mudam as políticas? Zingales levanta, em primeiro lugar, a hipótese dessas políticas serem necessárias para os líderes populistas serem eleitos.

Em sociedades divididas onde o poder da elite entrincheirada é grande, os políticos precisam sinalizar aos eleitores eles não estarem em conluio com essa oligarquia. Se não defenderem políticas beneficiárias, imediatamente, à classe mais baixa, mesmo com custos maiores, os líderes populistas não conseguirão se diferenciar da elite dominante. Em suma, as formas mais danosas de populismo se manifestam em sociedades onde uma elite fechada governa, separada do resto da população.

Mesmo nos Estados Unidos, segundo avaliação de Zingales, o populismo normalmente não tem sido *pró-mercado*.

Conto Pro Market, Não Pro Business

Luigi Zingales, no livro “*Um capitalismo para o povo: recapturando o gênio perdido da prosperidade americana*”, publicado em 2012, afirma: a tentativa de colocar os negócios e o governo uns contra os outros é cada vez mais uma demonstração secundária dos debates ideológicos do século XX.

Considere novamente a ideia de uma empresa tão grande enfrentando pouca concorrência no mercado de produtos e tendo grande influência sobre o processo político.

Existem muitas causas para isso, mas uma das principais é a confusão intelectual entre um sistema *pró-mercado* e um sistema *pró-negócios*. Enquanto as duas agendas coincidirem, frequentemente, encorajará o *capitalismo de compadrio*.

Esses são os contrastes reais enfrentados pelo liberal clássico:

1. entre meritocracia e privilégio herdado,
2. entre responsabilidade e discricção (arbítrio estatal),
3. entre liberdade e poder, seja estatal, seja de mercado, e
4. entre livre mercado e capitalismo de compadrio.

O verdadeiro *gênio do sistema capitalista* não é a propriedade privada, nem o lucro, mas *a competição*. A propriedade privada sem competição leva a monopólios abusivos, enquanto a concorrência pode fazer maravilhas para maximizar o bem-estar, mesmo quando a propriedade privada é menos segura. Quanto mais competição política houver, melhor será o resultado em termos de política e liberdade.

Como Adam Smith nos ensinou - e, como confirmam os 200 anos da história da Economia do *mainstream* -, a competição é a razão última pela qual os mercados livres trazem benefícios econômicos tão abundantes.

Para a competição funcionar com suas maravilhas, precisamos de regras. As empresas ao operarem sob regras ruins produzem resultados distorcidos.

Mas onde procuramos boas regras? Se acreditamos no perigo da captura regulatória, política e intelectual, é difícil ver como podemos usar o poder do Estado para limitar o uso político do poder econômico. A cura pode ser pior que a doença.

As numerosas propostas oferecidas neste livro de um autor da atual Escola de Chicago (distinta da Era do Monetarismo de Milton Friedman) tentam resolver esse enigma. Elas visam, cumulativamente, reduzir a intervenção governamental na economia somente nos casos quando isso provavelmente gere melhores resultados.

Por exemplo, uma proibição total dos subsídios do governo inverteria a dinâmica política de modo a combater o favoritismo. A indústria então faria *lobby* para manter os impostos sob controle, em vez de ganhar a ajuda do governo.

Quando um problema se torna suficientemente importante, como o papel desempenhado pelos bancos na recente crise financeira, uma demanda popular por intervenção do governo ainda surgirá. No entanto, a intervenção exigiu as 2.300 páginas do Dodd-Frank Bill e 67 estudos de acompanhamento?

E se o problema tivesse sido declarado ao público simplesmente sob forma de plebiscito: “devemos tributar o financiamento de curto prazo dos bancos ou não?” Uma política tão simples, se aprovada, eliminaria só as oportunidades de emprego de um exército de advogados e consultores políticos contratados para transitar no Congresso a nova lei.

Da mesma forma, se o Congresso mantivesse as taxas de impostos, mas se recusasse a aprovar o tratamento fiscal preferencial, isso minimizaria o risco de distorções políticas para a economia.

A presunção de Luigi Zingales, baseada em evidências históricas, é a governança democrática funcionar melhor quando não exige muito dos cidadãos. Os únicos votos do Congresso capazes de receberem qualquer escrutínio pela grande maioria dos eleitores envolvem questões simples. Elas são controversas o suficiente para exigir um plebiscito final. A pressão pública sobre esses votos pode superar a influência dos lobistas.

A prestação de contas [*accountability*] com base no acesso a dados governamentais e corporativos também é crucial para proteger os mercados livres. A maioria desses dados é proprietária e aqueles capazes de os controlarem lutam agressivamente para protegê-los: a informação é valiosa e a disseminação de dados pode ser uma forma de expropriação ilegítima.

Mas há uma saída fácil. A divulgação tardia de dados dificilmente prejudicaria alguém e lançaria luz sobre os padrões suspeitos e/ou o clientelismo.

O que também ajudaria a *minimizar o clientelismo* não é uma infinidade de novos reguladores do governo, porque eles são os primeiros a serem capturados, mas sim uma rede de possíveis denunciadores. Os denunciadores beneficiam a sociedade, mas, em média, perdem pessoalmente: eles se veem demitidos e frequentemente marginalizados. Encontrar formas de compensar os denunciadores pelas informações valiosas possíveis deles fornecerem no combate à fraude encorajaria mais deles a se apresentarem.

A melhor maneira de *limitar o capitalismo de compadrio* é nivelar o campo de jogo dos lobistas. Embora nunca seja perfeitamente nivelado, a divulgação de dados, os estatutos dos denunciantes (ou “delatores premiados”) e as ações coletivas certamente ajudariam a corrigir sua tendência atual.

Outro elemento importante da agenda avançada neste livro, “Um capitalismo para o povo”, diz respeito a uma redescoberta e renovação do fundamento moral do capitalismo. Parte de sua sustentação do sistema em seus primórdios foi a convicção generalizada de a competição permitir o surgimento do melhor.

Essa convicção proporcionou legitimidade moral ao sistema capitalista, bem como a uma norma social capaz de apoiar o funcionamento do próprio capitalismo. O dinheiro era uma manifestação de sucesso, mas não o único propósito da vida econômica. Quem conseguiu quebrar as regras não foi recompensado com prestígio social.

Para o capitalismo trabalhar dessa maneira, no entanto, quem acredita em mercados livres precisa promover normas sociais essenciais. Apesar de certos excessos, o politicamente correto contribuiu enormemente para grandes melhorias na América.

As lutas de igualdade de vários grupos não teriam progredido tão rapidamente se não fosse pelo fato de as atitudes discriminatórias não serem apenas processadas pela lei, mas também socialmente condenadas.

O mesmo é verdade para fumar. Apesar da ativa campanha de desinformação da indústria do tabaco, a verdade científica prevaleceu: o tabagismo é agora ativamente estigmatizado. Esta sanção social funcionou muito melhor em vez da proibição.

Uma batalha semelhante precisa ser travada na arena econômica. Ações oportunistas prejudiciais à sociedade em geral devem ser condenadas e as pessoas envolvidas nelas devem ser evitadas. A sociedade despreza os atletas usuários de medicamentos melhoradores de desempenho. Mas e as empresas ao fazerem *lobby* para extrair subsídios do governo, não é uma forma muito mais perniciosa de melhoria de desempenho?

Por último, mas não menos importante, este livro, “*Um capitalismo para o povo*”, destaca o importante papel da academia em tal batalha. A competição intelectual fomenta uma análise rigorosa e força a responsabilidade.

Conclui Luigi Zingales: “se este livro estimular um debate sobre o papel que os economistas acadêmicos podem desempenhar como ‘um cão de guarda para os mercados competitivos, ele terá alcançado seu objetivo de ajudar a recuperar o gênio da prosperidade americana: *um capitalismo para o povo*”.

Conto sobre Salvar o Capitalismo contra os Capitalistas

Luigi Zingales e Raghuram G Rajan, coautores do livro “*Saving Capitalism From the Capitalists: Unleashing the Power of Financial Markets to Create Wealth and Spread Opportunity*”, publicado em 2014, defendem o sistema capitalista como ele precisasse de defesa!

Um sistema complexo como é o capitalista se configura dinamicamente a partir de interações entre múltiplos componentes. Não é fruto de uma ou poucas mentes humanas. É auto organizado por autorregulação de uma economia de mercado limitada por instituições, estas sim criações humanas de caso pensado. Comunidade e Estado são seus criadores para evitar a superexploração por forças desiguais no mercado.

Os coautores afirmam: “após duas décadas de privatização maciça, ampla desregulamentação e ampla liberalização, pode parecer absurdo afirmar os mercados livres poderem estar em perigo”. Porém, eventos como o colapso de “bancos grandes demais para quebrar”, na crise de 2008, são interpretados como evidência de “os mercados se tornaram livres demais. Afinal, nos ‘bons e velhos tempos’ dos serviços públicos regulamentados, tais problemas não surgiram”.

Neste livro, os coautores adoradores da doutrina do livre-mercado, aprendida na Escola de Chicago, pregam seu credo de outra forma em relação aos “chicagões” brasileiros ou *Chicago’s Oldies*. Foram retirados da tumba intelectual no Brasil pela direita militar com “2 neurônio” (sem S). Afinal, os tucanos do MIT são muito sofisticados para prestar esse “serviço” oportunista.

Eles argumentam. “Não apenas os mercados não são livres demais, mas não podem se tornar livres demais: os mercados estão sempre algemados e suprimidos, porque se apoiam em fundações políticas muito frágeis. Enquanto todos se beneficiam de mercados competitivos, ninguém em particular obtém enormes lucros mantendo o sistema competitivo e o nível do campo de jogo. Mesmo os capitalistas não ganham em defendê-lo.

De fato, em sua *busca contínua pela proteção do governo contra a concorrência*, eles muitas vezes acabam sendo os piores inimigos do capitalismo. Sem um forte eleitorado político os apoiando, e sob a pressão

contínua dos interesses adquiridos, os mercados são sempre muito restritos, nunca muito livres”.

Isso não quer dizer: “os mercados não precisem de regras”. O ideal dos coautores italiano e indiano, imigrantes nos *States*, se define por: “mercados livres não é a anarquia da selva ou do Velho Oeste, mas um campo de atuação transparente e nivelado, onde todos têm uma boa chance de participar e aqueles que oferecem o melhor valor pelo dinheiro gasto prevalecem”.

Eles adotam algo possível de ser consenso com economistas antes taxados de heterodoxos: *o institucionalismo*. “Para se tornar um campo nivelado, os mercados precisam de regras. Frequentemente, essas regras emergem do processo competitivo - como na formação de associações autorreguladoras - mas, às vezes, elas precisam ser impostas e impostas por uma autoridade superior. Sem regras devidamente aplicadas, a lei da selva, e não a do campo de jogo, prevalece”.

Enquanto a ausência de regras torna desigual o campo de jogo, muitas regras do tipo errado podem torná-lo desigual, novamente, especialmente quando essas regras são introduzidas (como tantas vezes acontece) sob a pressão das firmas incumbentes.

Um mercado verdadeiramente livre e competitivo ocupa um meio termo muito delicado entre:

1. a ausência de regras e
2. a presença de regras sufocantes.

Esse meio termo é tão estreito a ponto de o capitalismo, em sua melhor forma, ser muito instável. Ele degenera facilmente em um sistema de operadores em benefício próprio, seja pelos titulares administradores, seja pelos proprietários, isto é, os capitalistas.

Durante a maior parte da história, essa é a forma de capitalismo vivenciada. Infelizmente, essa ainda é a forma de capitalismo prevalecente em muitas partes do mundo hoje. É conhecido como “capitalismo de compadrio”.

Aí os ideólogos contemporâneos da Escola de Chicago divulgam sua ideologia de outrora recauchutada. “Mas um mercado verdadeiramente competitivo não é apenas um ideal utópico; está ao nosso alcance. Com os melhores mercados financeiros, que dão às pessoas uma chance e intensa competição política, que mantêm os interesses investidos em xeque, nas

últimas duas décadas, experimentamos os benefícios de nos aproximarmos desse ideal”.

O argumento é “globalista” como diz a direita tupiniquim. “A maior disponibilidade de capital está lentamente corrigindo muitos dos males do capitalismo - a tirania do capital sobre o trabalho, a excessiva concentração da indústria, a distribuição desigual da renda em favor dos donos do capital, a falta de oportunidade para os pobres. As pessoas têm mais oportunidades sozinhas, e mesmo quando trabalham dentro de uma empresa elas são tratadas melhor, porque as empresas se tornaram lugares menos autoritários para se trabalhar”. Sim! Nem se compara com o tempo de escravidão!

“Mas todas essas conquistas estão longe de serem irreversíveis. Os mercados não são perfeitos, nem a superestrutura reguladora os supervisiona. Aberrações como a Enron ocorrem e algumas revisões no sistema de governança corporativa são necessárias. Mas a raiva dos trabalhadores e investidores, simplesmente por perderem tudo, não deve se tornar a desculpa para uma intervenção massiva: a experiência histórica sugere a intervenção nesses momentos ser invariavelmente mal direcionada. A atual tempestade vai explodir - esperançosamente, sem muitos danos - mas o que impediria uma crise séria de retardar o desenvolvimento dos mercados por mais cinquenta anos?”

Os ideólogos temem o destronamento de um sistema complexo por um ato-de-vontade de uma autoproclamada “vanguarda”. Ora, a sociedade mudará por um processo e não por um ato-de-força. Este só atrasa a mudança se for totalitária - ou estúpido como nos Estados Unidos e no Brasil - fora alhures fora das Américas.

“Somente nos últimos anos os economistas começaram a prestar atenção novamente às instituições capazes de sustentar os mercados. Portanto, talvez não surpreenda quão pouco o público esteja ciente de sua fragilidade política. Mas muitos economistas jogam com modelos elegantes de mercados perfeitamente competitivos sem fazer perguntas sobre como os mercados surgem, como eles prosperam e como eles morrem.

Talvez esse viés seja simplesmente porque os economistas acadêmicos mais proeminentes [falta o italiano e o indiano gritarem: eu! Eu! Eu!] vivem em países onde os mercados funcionam. Mas para eles se preocupam com o futuro de suas próprias economias de mercado. E isso impede eles terem mais impacto em países precisados, desesperadamente, de economia sólida”.

Continuam a discurso conservador: “quando, há dez anos, economistas do Ocidente foram chamados para aconselhar os países enfrentando a difícil transição do socialismo para o mercado, eles viram a tarefa deles

principalmente como a criação de instituições básicas. Por exemplo, eles achavam: uma vez os ativos estatais fossem transformados em propriedade privada, muitas das outras instituições necessárias para uma economia de mercado se seguiriam”.

Mas as instituições econômicas não surgem nem florescem, a menos sendo a vontade política de apoiá-las. E por vontade política, Luigi Zingales e Raghuram G Rajan não querem dizer “apenas apoio ao processo de privatização, mas também a criação de grupos beneficiários dos mercados livres e com o poder de apoiá-los politicamente”.

Os coautores imigrantes para os Estados Unidos oferecem um conjunto equilibrado de propostas sob o ponto de vista do liberalismo clássico. Acham: “juntas, fortalecerão os fundamentos políticos de O Mercado. As propostas asseguram os operadores históricos terem pouco incentivo para se oporem aos mercados. Mesmo os proprietários controladores ao pretenderem dificultar a concorrência, eles têm pouca habilidade para fazer isso. O público não deve ter medo ou se ofender excessivamente com O Mercado. O público em geral deve ver os interesses daqueles opostos a ele”. Ora, são eles os capitalistas, seus patrões exploradores!

Mas talvez o mais importante seja a síntese da mensagem do livro conservador ao transpor o antagonismo com patrões para com políticos. “Os políticos desconsideram o interesse público porque o público muitas vezes não sabe qual é esse interesse. Se livros como o nosso [de Luigi Zingales & Raghuram G Rajan] podem aumentar a conscientização do público, eles reduzem um custo importante da ação coletiva - o custo de compreender as questões - e forçam os políticos a prestar atenção. Se tivermos conseguido convencer o leitor - pelo menos em parte -, então este livro cumpriu seu objetivo”. Já deu, né? Basta!

Conto do Terceiro Pilar

Curiosamente, depois, um dos coautores lança um livro onde não coloca toda a ênfase na apologia do mercado competitivo, mas sim na comunidade. Em seu prefácio do livro “O Terceiro Pilar” (*The Third Pillar: How Markets and The State leave The Community Behind*), publicado em 2019, Raghuram Rajan comenta o estado atual do mundo.

“Estamos cercados por muita coisa. A humanidade nunca foi tão rica quanto as tecnologias de produção melhoraram constantemente nos últimos duzentos e cinquenta anos. Não são apenas os países desenvolvidos que se tornaram mais ricos; bilhões em todo o mundo em desenvolvimento passaram da pobreza estressante para uma confortável existência de classe média no

período de uma geração. A renda é distribuída mais uniformemente em todo o mundo do que em qualquer outro momento de nossas vidas. Pela primeira vez na história, temos o poder de erradicar a fome e a fome em todos os lugares.”

No entanto, mesmo o mundo tendo alcançado sucesso econômico inimaginável até algumas décadas atrás, alguns dos trabalhadores aparentemente mais privilegiados nos países desenvolvidos estão literalmente preocupados com a morte. Meio milhão de homens americanos brancos não hispânicos de meia idade morreu entre 1999 e 2013, embora suas taxas de mortalidade não tivessem seguido a tendência de outros grupos étnicos.

As mortes adicionais foram concentradas entre aqueles com um grau de ensino médio ou inferior e devido a drogas, álcool e suicídio. Para colocar essas mortes em perspectiva, é como se dez guerras do Vietnã estivessem ocorrendo simultaneamente, não em alguns lugares distantes, mas em casas na pequena cidade e na América rural. Em uma era de aparente abundância, um grupo síntese do sonho americano parece ter perdido a esperança.

As ansiedades do homem branco de meia idade moderadamente educado nos Estados Unidos são espelhadas em outros países desenvolvidos ricos do Ocidente, embora talvez com efeitos menos trágicos. A principal fonte de preocupação parece ser a perda rápida já ocorrida ou o risco de perder um bom emprego de “classe média” por parte dos trabalhadores com educação apenas até o Ensino Médio.

Isso tem sérios efeitos sobre eles, suas famílias e as comunidades onde vivem. É amplamente compreendido as perdas de emprego decorrerem dos efeitos do comércio global e da automação tecnológica sobre os empregos antigos. Menos bem entendido é o progresso tecnológico ter sido a causa mais importante.

No entanto, à medida que *a ansiedade pública se transforma em raiva*, os políticos nacional-populistas veem mais valor em atacar importações e imigrantes. Eles se propõem a proteger os empregos na indústria, transformando a ordem econômica liberal pós-guerra, baseada em regras propícias a facilitar o fluxo de mercadorias, capital e pessoas através das fronteiras.

[Na verdade, a liberdade do fluxo de capital e mercadorias não foi acompanhado pela mesma liberdade para o fluxo de migrantes. Quando houve o repatriamento do capital, o desemprego na periferia - África e América Latina - foi um fator de repulsão a morar na própria terra-natal e de atração para a migração com destino, respectivamente, à Europa e à América do Norte.]

Há tanto promessa quanto perigo em nosso futuro. A promessa vem de novas tecnologias. Elas podem nos ajudar a resolver nossos problemas mais preocupantes, como pobreza e mudança climática. Cumprir isso requer manter as fronteiras abertas para essas inovações poderem ser levadas para as partes mais subdesenvolvidas do mundo [caso não sejam tecnologias poupadoras de mão-de-obra], ao mesmo tempo em que atraem pessoas de terras estrangeiras para apoiar as populações ricas dos países em processo de envelhecimento [em trabalho manual ou doméstico como cuidadores de idosos].

O perigo reside não apenas em comunidades influentes não serem capazes de se adaptar e, ao invés disso, impedir o progresso, mas também no tipo de sociedade que pode surgir se nossos valores e instituições não mudarem à medida que a tecnologia empoderar-se e enriquecer de forma desproporcional o centro e enfraquecer e empobrecer a periferia.

Toda revolução tecnológica, no passado, foi perturbadora, provocou uma reação social e acabou resultando em mudanças sociais. Elas nos ajudaram a tirar o melhor proveito da tecnologia.

Desde o início dos anos 1970, experimentamos a revolução da Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC). Ele se baseou na disseminação da computação em massa possibilitada pelo microprocessador e pelo computador pessoal. Agora inclui tecnologias de automação digital. Elas vão da inteligência artificial à computação quântica, tocando e aprimorando áreas tão diversas quanto ao comércio internacional e terapia gênica.

Os efeitos da revolução das TIC são transmitidos em todo o mundo por mercados cada vez mais integrados de bens, serviços, capital e pessoas. Todos os países sofreram interrupções, pontuadas por episódios dramáticos como a Crise Financeira Global de 2007-2008 e a conseqüente Grande Recessão. Estamos vendo agora a reação nos movimentos populistas da extrema esquerda e direita.

O que ainda não aconteceu é a necessária mudança social. É por isso tanto desespero quanto ao futuro. Estamos em um momento crítico na história da humanidade, quando escolhas erradas poderiam inviabilizar o progresso econômico humano.

Este livro é sobre os três pilares de apoio à sociedade e como chegarmos ao equilíbrio certo entre eles, para a sociedade prosperar. Dois dos pilares sobre os quais Rajan se concentra são os suspeitos usuais: O Estado e O Mercado.

Muitas florestas foram consumidas para fazer livros impressos sobre a relação entre os dois, alguns favorecendo o Estado e outros ao Mercado. Rajan deseja reintroduzir no debate o terceiro pilar, antes negligenciado, A Comunidade, isto é, os aspectos sociais.

Quando qualquer um dos três pilares se enfraquece ou se fortalece, significativamente, seja como resultado do rápido progresso tecnológico seja resultante da terrível adversidade econômica como uma depressão, o equilíbrio fica abalado. Logo, a sociedade precisa encontrar um novo equilíbrio.

O período de transição pode ser traumático, mas a sociedade conseguiu superar, repetidamente, no passado. A questão central neste livro é como podemos restaurar o equilíbrio entre os pilares em face da mudança tecnológica e social disruptiva em curso.

[Este argumento do *equilíbrio* - conciliação de planos individuais entre si e com a disponibilidade de recursos através do mercado competitivo - é típico do *mainstream* da Economia. Quando se pensa a economia como um sistema complexo, observa-se uma auto-organização dentro de uma dependência de trajetória não linear e caótica ao se afastar das condições iniciais sem alcançar nenhum equilíbrio estável.]

Rajan argumentará no sentido muitas das preocupações econômicas e políticas de hoje em todo o mundo, incluindo a ascensão do nacionalismo populista e movimentos radicais de esquerda, podem ser atribuídas à diminuição da comunidade. O Estado e O Mercado expandiram seus poderes e alcance em conjunto, mas deixaram a comunidade relativamente impotente para enfrentar o peso total e desigual da revolução tecnológica.

É importante ressaltar: as soluções para muitos dos nossos problemas também são encontradas para trazer as comunidades disfuncionais de volta à saúde, não para reprimir os mercados. É assim o modo como vamos reequilibrar os pilares em um nível mais benéfico para a sociedade e preservar as democracias liberais de mercado onde muitos de nós vivem.

Conto da Razão da Importância da Comunidade

Para evitar confusão mais tarde, em seu prefácio do livro “O Terceiro Pilar”, publicado em 2019, Raghuram Rajan propõe superar rapidamente a questão tediosa, mas necessária, das definições.

De um modo geral, o Estado neste livro será referido à estrutura de governança política de um país. Em grande parte deste livro, ele se referirá

ao governo federal. Além do Poder Executivo, o Estado também incluirá o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Os Mercados incluirão todas as estruturas econômicas privadas capazes de facilitar a produção e o intercâmbio na economia. O termo abrangerá toda a variedade de mercados, incluindo o de bens e serviços, o de trabalhadores (o mercado de trabalho) e o de empréstimos, ações e títulos (capital ou mercado financeiro). Incluirá também os principais atores do setor privado, como empresários e corporações.

De acordo com o dicionário, uma Comunidade “é um grupo social de qualquer tamanho cujos membros residem em uma localidade específica, compartilham o governo e frequentemente têm uma herança cultural e histórica comum”.

Essa é a definição a ser usada como referência à vizinhança (ou à vila, ao município ou à pequena cidade), sendo a comunidade arquetípica dos tempos modernos, a mansão dos tempos medievais e a tribo dos tempos antigos. É importante ressaltar: Rajan se concentra em *comunidades cujos membros vivem em proximidade* - em contraste com as comunidades virtuais ou as submissas às denominações religiosas nacionais.

Ele vê o governo local, assim como o conselho escolar, o conselho de bairro, ou prefeito da cidade, como componentes da Comunidade. Um grande país tem camadas de governo entre o governo federal (parte do Estado) e o governo local (parte da Comunidade).

Em geral, Rajan tratará essas camadas como parte do Estado. Finalmente, usará os termos Sociedade, País ou Nação como sinônimos de Estado, Mercados, Comunidades, Pessoas, Territórios e muito mais. Eles compõem entidades políticas como a China ou os Estados Unidos.

Definições feitas, o conteúdo do livro parte da constatação de, para os primeiros humanos, *a tribo* ser a sociedade deles - O Estado, Os Mercados e a Comunidade reunidos em um só local. Era onde todas as atividades eram realizadas, incluindo a criação de crianças, a produção e troca de alimentos e bens, e o socorro dos doentes e idosos. O chefe tribal e/ou os anciãos estabeleciam a lei e a executavam, e comandavam os guerreiros da tribo em defesa de suas terras.

Com o tempo, tanto os Mercados quanto o Estado se separaram da Comunidade. O comércio com comunidades mais distantes, através dos mercados, permitiu a todos se especializarem naquilo onde eram relativamente bons, fazendo todo mundo mais próspero. O Estado, agregando o poder e os recursos de muitas comunidades dentro dele, não apenas

regulamentou os Mercados, mas também aplicou a lei dentro de suas fronteiras políticas, enquanto defendia o reino contra os agressores.

Os Mercados e o Estado se separaram da Comunidade nos últimos tempos. Não só isso, porque também assumiram atividades capazes de fortalecerem os laços dentro da Comunidade tradicional.

Considere algumas funções não realizadas mais por Comunidade. Nas comunidades afastadas, os vizinhos costumavam ajudar no nascimento de bebês; hoje, a maioria das mulheres faz o *check-in* em um hospital quando sentem o início do parto. Preferem naturalmente a experiência do especialista muito mais em lugar de valorizar a mão amiga, mas amadora, de vizinha.

Em um nível mais mundano, costumávamos nos oferecer para levar nossas compras para idosos porque eles não tinham carro. Hoje, pedem suas compras *online*.

Da mesma forma, a comunidade costumava se reunir para reconstruir a casa de uma casa se ela pegasse fogo. Hoje, o agregado familiar recolhe o seu pagamento de seguro de incêndio e contrata um construtor profissional. De fato, dados os códigos de construção na maioria dos países desenvolvidos, é improvável uma casa reconstruída por vizinhos em mutirão ser legal.

A comunidade ainda desempenha um número importante de papéis na sociedade. Ela ancora o indivíduo em redes humanas reais e dá a estas um senso de identidade. Nossa presença no mundo é verificada pelo nosso impacto nas pessoas ao nosso redor.

Ao permitir participarmos de estruturas de governança local, como associações de pais e professores, conselhos escolares, conselhos de bibliotecas e comitês de supervisão de vizinhança, bem como eleições locais para prefeitos, nossa comunidade nos dá um senso de autodeterminação, um senso de controle direto sobre nossas vidas, mesmo enquanto os serviços públicos locais funcionam melhor para nós.

É importante ressaltar: apesar da existência de estruturas formais, como educação pública, rede de segurança do governo e seguro comercial, a bondade dos vizinhos ainda é útil para preencher as lacunas. Quando um engenheiro vizinho ensina nosso filho em Matemática em seu tempo livre, ou o bairro se reúne em uma recessão para coletar alimentos e roupas para famílias carentes, a comunidade está ajudando onde as estruturas formais são inadequadas.

Dada a contínua importância da comunidade, comunidades modernas e saudáveis tentam compensar a invasão de Mercados e do Estado com outras atividades com o fortalecimento dos laços comunitários, como reuniões sociais e associações de bairro.

Talvez mais do que qualquer influência externa, além do país onde nascemos, a comunidade onde crescemos exercem influências nossas perspectivas econômicas. É importante ressaltar: a descoberta de uma criança se beneficiar enormemente se mudando para uma comunidade onde as crianças são mais bem-sucedidas se aplica a uma única criança em movimento. Porém, o movimento não é uma receita para o desenvolvimento de toda uma comunidade pobre.

Em vez disso, a comunidade carente tem de encontrar maneiras de se desenvolver em situação de precariedade quanto ao acesso a serviços públicos, enquanto mantém seu melhor espírito comunitário. Esse desafio de solidariedade será abordado no livro “O Terceiro Pilar”.

Existem outras virtudes para uma comunidade saudável. O governo da comunidade local age como um escudo contra as políticas do governo federal, protegendo as minorias contra uma possível tirania da maioria e servindo como um controle do poder federal.

Embora nenhum país possa funcionar se cada comunidade escolher e escolher as leis a serem obedecidas por elas, desdenhando de leis federais, alguma descentralização nos Poderes Legislativos para a comunidade pode ser benéfica, especialmente se houver grandes diferenças de opinião entre as comunidades.

Uma função crítica cumprida pela comunidade nas modernas democracias de mercado serve como um campo de treinamento para políticos aspirantes - lembre-se: o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, era um organizador comunitário - com a própria comunidade constituindo uma estrutura pronta para a mobilização política.

Além disso, são os movimentos comunitários contra a corrupção e o clientelismo capazes de, repetidamente, evitar o Leviatã de o Estado se sentir confortável demais como o gigantismo das grandes empresas.

De fato, comunidades saudáveis são essenciais para sustentar democracias de mercado competitivas. Talvez, por isso mesmo, movimentos totalitários como o fascismo e o comunismo estalinista tentam substituir a consciência da comunidade pela consciência nacionalista ou proletária.

Em suma, a comunidade próxima ainda é relevante hoje, mesmo em cidades cosmopolitas, onde os laços de parentesco e etnia são limitados, e até mesmo em sociedades individualistas como as dos Estados Unidos e da Europa Ocidental.

Quando compreendemos como a comunidade é importante, fica claro por que não basta um país experimentar um forte crescimento econômico - a medida favorita de desempenho econômico do economista profissional. Como esse crescimento é distribuído pelas comunidades do país também é imensamente importante.

As pessoas capazes de valorizar a permanência em sua comunidade não são muito móveis ou migrantes. Se não podem ir em busca de trabalho onde o crescimento ocorre, elas precisam de crescimento econômico em sua própria comunidade. Se nos preocupamos com a comunidade, precisamos nos preocupar com a distribuição geográfica do crescimento.

Qual é então a fonte dos problemas de hoje? Em uma palavra, desequilíbrio! Quando os três pilares da sociedade são adequadamente equilibrados, a sociedade tem a melhor chance de proporcionar o bem-estar de seu povo.

[A Física newtoniana de equilíbrio influencia até hoje os economistas do *mainstream*.]

O Estado moderno oferece segurança física, como sempre fez, mas também tenta garantir justiça nos resultados econômicos, exigidos pela democracia. Para fazer isso, o Estado estabelece limites para os Mercados e, ao mesmo tempo, assegura que ofereçam às pessoas condições equitativas. Ele também tem de se certificar de a maioria das pessoas ter a capacidade de participar em igualdade de condições no mercado, e estão protegidas contra suas flutuações.

Os Mercados competitivos garantem: quem obtém sucesso é eficiente e produz o máximo de produção com os recursos disponíveis. Os bem-sucedidos têm riqueza e alguma independência do Estado, portanto, têm a capacidade de verificar ações arbitrárias do Estado.

[Esta aversão ao Estado é típica do liberalismo canhestro norte-americano. Ainda é influenciada pelo pavor em relação a Leviatã ou Matéria, Palavra e Poder de um Governo Eclesiástico e Civil. *Leviatã*, é um livro escrito por Thomas Hobbes e publicado em 1651. Ele é intitulado em referência ao Leviatã bíblico.]

Finalmente, as pessoas nas democracias industriais, engajadas em suas Comunidades e assim organizadas social e politicamente, mantêm a necessária separação entre os Mercados e o Estado. Fazendo isso, permitem uma competição política e econômica suficiente para a economia não cair em favoritismo ou autoritarismo.

A sociedade sofre quando qualquer um dos três pilares enfraquece ou fortalece excessivamente em relação aos outros. Muito fraco, os Mercados e a Sociedade tornam-se improdutivos, uma Comunidade e uma Sociedade muito fracas tendem ao capitalismo de compadrio, muito débil o Estado e a Sociedade tornam-se temerosos e apáticos. Por outro lado, muito Mercado e Sociedade tornam-se injustos, demasiada Comunidade e Sociedade tornam-se estáticas, e muito Estado e Sociedade tornam-se autoritários. Um equilíbrio é essencial!

Conto dos Efeitos do Comércio e da Revolução Tecnológica na Comunidade

Raghuram Rajan, no livro “O Terceiro Pilar”, publicado em 2019, afirma: “os pilares estão seriamente desequilibrados hoje”.

Os efeitos diretos da revolução das TIC (Tecnologia de Informações e Comunicações) através da automação e os efeitos indiretos, mas mais localizados, através da competição comercial, levaram a grandes perdas de emprego em algumas comunidades em países desenvolvidos. Normalmente, esses empregos são de renda média e mantidos pelos moderadamente educados, isto é, até o Ensino Médio.

Com trabalhadores do sexo masculino menos capazes de se ajustar, as famílias têm sido tremendamente estressadas, com um aumento de divórcios, gravidez na adolescência e famílias monoparentais. Por sua vez, estes levaram a uma deterioração do meio ambiente para as crianças, resultando em:

1. baixo desempenho escolar;
2. altas taxas de evasão, o aumento da atratividade de drogas, gangues e crime; e
3. desemprego juvenil persistente.

É importante ressaltar: o declínio da comunidade tende a se alimentar de si mesmo, pois as famílias ainda funcionais emigram, para seus filhos não serem afetados pelo ambiente insalubre. A epidemia de opiáceos é apenas um sintoma do desespero e do desespero em consequência do colapso social de comunidades outrora saudáveis.

A revolução tecnológica tem sido perturbadora mesmo fora das comunidades economicamente angustiadas. Aumentou o prêmio salarial para aqueles com melhores capacitações, de forma significativa, com os melhores empregados de firmas *superstar*. Elas são melhores pagantes e dominam, cada vez mais, uma série de indústrias.

Isso pressionou pais de classe média alta, membros da casta de sábios qualificados para a revolução tecnológica, a se separarem de comunidades economicamente mistas e levarem seus filhos para escolas em comunidades mais ricas e saudáveis, onde aprenderão melhor com outras crianças bem apoiadas como elas.

A classe trabalhadora mais pobre é impedida pelo alto custo da moradia nos bairros mais abastados. Suas comunidades se deterioram uma vez mais, desta vez por causa da secessão do sucesso.

A mudança tecnológica criou esse nirvana para a classe média alta, uma meritocracia baseada na educação e nas habilidades. Através da classificação das classes econômicas e do declínio da comunidade mista, entretanto, ela também está se tornando hereditária, onde apenas os filhos dos bem-sucedidos são bem-sucedidos.

O “resto” é deixado para trás em comunidades em declínio, onde é mais difícil para os jovens aprenderem o que é necessário para bons empregos. As comunidades ficam presas em ciclos viciosos onde o declínio econômico alimenta o declínio social, o que alimenta o declínio econômico... e assim por diante.

As consequências são devastadoras. Indivíduos alienados, desprovidos da esperança em lugar de estarem ancorados em uma comunidade saudável, tornam-se vítimas de demagogos, tanto na extrema direita, quanto na esquerda. Estes exploram seus piores preconceitos. Políticos populistas têm um acorde receptivo quando culpam a elite da classe média alta e os partidos do *establishment*.

Quando a comunidade próxima é disfuncional, os indivíduos alienados precisam de alguma outra maneira de canalizar sua *necessidade de pertencimento*. O nacionalismo populista oferece uma visão tão atraente de uma comunidade imaginada mais ampla, seja a supremacia branca na Europa e nos Estados Unidos, seja o nacionalismo turco islâmico do Partido da Justiça e Desenvolvimento da Turquia, ou o nacionalismo hindu da Índia, Rashtriya Swayamsevak Sangh.

É *populista* quem culpa a elite corrupta pela condição do povo. É *nacionalista* (mais precisamente, *nacionalista étnico*) quem arbitra o grupo

majoritário nativo do país ser “o verdadeiro herdeiro do patrimônio e da riqueza do país”.

Nacionalistas populistas identificam minorias e imigrantes - “os favoritos do *establishment* de elite” - como usurpadores e culpam os países estrangeiros por manterem a nação em baixa. Esses adversários pré-fabricados são necessários para a *agenda populista nacionalista*, pois muitas vezes há pouco mais para unir o grupo majoritário. Não é realmente baseado em nenhum senso verdadeiro de comunidade, pois as diferenças entre vários subgrupos na maioria são geralmente substanciais.

O nacionalismo populista enfraquecerá o sistema democrático liberal de mercado competitivo. Este trouxe aos países desenvolvidos a prosperidade de desfrutada até então.

Dentro dos países, vai ungir alguns como cidadãos plenos e verdadeiros herdeiros do patrimônio da Nação, enquanto os demais são relegados a um status desigual de segunda classe.

Corre o risco de fechar os mercados globais através de protecionismo e conflito diplomático, justamente quando esses países estão envelhecendo e precisam da demanda internacional por seus produtos e de jovens imigrantes qualificados para preencher suas forças de trabalho em declínio.

É perigoso porque o nacionalismo populista oferece só “culpados” e nenhuma solução real. Precisa de um fluxo constante de vilões para manter sua base energizada. Sua crítica estúpida ao “globalismo marxista cultural” aproxima o mundo do conflito, em vez da cooperação em problemas globais. Embora os nacionalistas populistas possam levantar algumas questões reais importantes, o mundo não pode arcar com suas soluções míopes.

Conto do Nacionalismo Cívico com Restauração do Pilar Comunitário

Raghuram Rajan, no livro ““O Terceiro Pilar”, publicado em 2019, afirma: as escolas, a porta moderna para a oportunidade, são a instituição comunitária por excelência. As qualidades variadas das escolas, em grande parte determinadas pelas comunidades nas quais estão situadas, condenam alguns enquanto elevam os outros.

Quando o caminho para entrar no mercado de trabalho não é nivelado, e subitamente íngreme para alguns, não é de admirar algumas pessoas sentirem o sistema ser injusto. Elas então estão abertas às ideologias extremistas, cujas propostas vão no sentido do abandono do sistema de mercado liberal. Ele nos serviu muito bem desde a Segunda Guerra Mundial.

A maneira de resolver este problema, e muitos outros em nossa sociedade, não é principalmente através do Estado ou através dos Mercados. É revivendo a Comunidade e fazendo ela cumprir suas funções essenciais, como a escolarização, de maneira melhor. Só então temos a chance de reduzir o apelo de ideologias radicais.

Raghuram Rajan examina maneiras de fazer isso, mas talvez o mais importante seja retomar o poder assumido constantemente pelo Estado de volta à comunidade.

Enquanto os mercados se tornaram globais, os organismos internacionais, impulsionados por suas castas de sábios-tecnocratas ou pelos interesses de países poderosos, determinados por suas castas dos governantes oligarcas, atraíram o poder das Nações. Pretendiam ele ficar apenas em suas próprias mãos, ostensivamente, ao trabalharem em favor das castas dos mercadores, visando facilitar o funcionamento dos mercados globais. Os nacionalistas populistas exageram até o limite a respeito de como o poder migrou para organismos internacionais, mas isso não deixa de ser real.

Mais problemático, dentro de um país, o Estado tem usurpado muitos poderes da Comunidade para cumprir as obrigações internacionais, harmonizar as regulamentações nas comunidades domésticas, bem como garantir a comunidade usar bem o financiamento federal. Isso enfraqueceu ainda mais a Comunidade.

Nós devemos reverter isso. A menos sendo absolutamente essencial para a boa ordem mundial, o poder deve ser transferido dos organismos internacionais para os países. Além disso, dentro dos países, poder e finanças públicas devem passar do nível federal para as comunidades.

Raghuram Rajan propõe uma “desglobalização” e uma “desnacionalização” para o regresso a um “localismo tribal”, inspirado em aldeias da Índia, em um retrocesso histórico?!

Não. Felizmente, a revolução das tecnologia de informações e comunicações ajuda a fazer isso, como Raghuram Rajan argumenta em seu livro. Se efetuada com cuidado, essa descentralização preservará os benefícios dos mercados globais e, ao mesmo tempo, permitirá as pessoas terem mais senso de autodeterminação. *Localismo* - no sentido de centrar mais Poderes, gastos e atividades na Comunidade - será uma maneira de gerenciar as tendências centrífugas de desorientação dos mercados globais e novas tecnologias.

Em vez de permitir os instintos tribais naturais das pessoas serem atendidos por meio do *nacionalismo populista*, o que, combinado com os

poderes militares nacionais, gera um coquetel de riscos, seria melhor se eles fossem perseguidos no nível da comunidade.

Uma maneira de acomodar uma variedade de comunidades dentro de um grande país diverso é adotar uma *definição cívica inclusiva de cidadania nacional*. Nesse caso, é cidadão caso aceite um conjunto de valores, princípios e leis comumente acordados e definidores da Nação. É o tipo de cidadania oferecido por Austrália, Canadá, França, Índia e Estados Unidos.

Dentro dessa ampla estrutura inclusiva, as pessoas devem ter a liberdade de se reunir em comunidades com outras como elas. A Comunidade, e não a Nação, torna-se o veículo para quem aprecia *os laços de etnia* e quer alguma *continuidade cultural*.

É claro as comunidades deverem estar abertas para as pessoas poderem entrar e sair se quiserem. Alguns, sem dúvida, preferem viver em comunidades etnicamente mistas, enquanto outros preferem viver com pessoas de sua própria etnia. Todos eles devem ter a liberdade de fazê-lo.

A liberdade de associação, com *discriminação ativa proibida por lei*, tem de ser o futuro de grandes países diversamente étnicos. No final, aprenderemos a apreciar o outro, mas até lá vamos viver pacificamente, lado a lado, senão juntos.

Os Mercados também devem se tornar mais inclusivos. Grandes corporações dominam muitos mercados, cada vez mais fortalecidos pela posse privilegiada de dados, propriedade de redes e direitos de propriedade intelectual. Profissionais licenciados credenciados dominam muitos serviços, impedindo a concorrência daqueles sem as licenças necessárias. Esta é uma razão pela qual os vizinhos amigáveis não podem ajudar a reconstruir uma casa hoje em sistema de mutirão ou autoajuda comunitária.

Em todas as situações, devemos localizar as barreiras à competição e à entrada e removê-las para a igualdade de oportunidades estar disponível para todos. Assim, enquanto lutarmos por um Estado inclusivo e Mercados inclusivos, de modo a incorporar a comunidade empoderada na sociedade e mantê-la engajada e dinâmica, alcançaremos um *localismo inclusivo*. Este será essencial para o renascimento da comunidade e um reequilíbrio dos pilares.

Mesmo em tal cenário, porém, o próprio esforço da comunidade, para se recompor, será crítico.

Conto do Localismo Inclusivo na Comunidade

Raghuram Rajan, no livro “O Terceiro Pilar”, publicado em 2019, explica como o *localismo inclusivo* pode conter muitas das respostas necessitadas pelas grandes nações e o que podem fazer para alcançá-lo.

Rajan descreve o *localismo*: o processo de descentralizar o poder para o nível local, para as pessoas se sentirem mais capacitadas em suas comunidades. A Comunidade, e não a Nação, se tornará um possível veículo de coesão étnica e continuidade cultural.

Dentro das Nações, muitas decisões são centralizadas, quando há pouca razão para fazê-lo. O localismo significa *devolver o poder ao povo*, da esfera internacional às Nações e dentro das Nações, do nível federal ao regional e ao nível da comunidade. Significa seguir estritamente o *princípio da subsidiariedade* - os poderes devem permanecer no nível mais descentralizado, consistente com seu uso efetivo.

O empoderamento é a tomada de consciência dos direitos sociais desenvolvida pelos indivíduos ao poderem participar dos espaços de decisão. Forçará cada um a assumir alguma responsabilidade, tornando mais difícil sucumbir à apatia ou somente “apontar o dedo” acusatório. Isso permitirá aos grupos a possibilidade de manter a identidade, a continuidade cultural e a coesão.

Muitos temem as comunidades, ao se empoderar, poderem se tornar abrigos para racistas, facilmente sequestradas por comparsas corruptos e propensos ao tradicionalismo obscurantista opressivo. Tudo isso é possível até nas comunidades atuais, mas pode piorar se as comunidades tiverem mais poderes.

O *localismo inclusivo* não significa os poderes da comunidade não serem controlados - eles serão equilibrados pelos outros dois pilares, os Mercados e o Estado, o que forçará abertura e inclusão. A lei federal garantirá a comunidade estar aberta a bens e serviços de todo o país, embora a própria comunidade tenha voz substancial sobre as regulamentações da produção local. Além disso, o livre fluxo de pessoas, tanto dentro, quanto fora, será garantido por lei.

As comunidades ainda podem ser estreitas e paroquiais, mas os custos econômicos de ser assim, especialmente dada a possibilidade de se beneficiar dos fluxos de comércio e pessoas através de suas fronteiras, limitarão essa opção improdutiva e/ou opressiva.

Os esforços de desenvolvimento em comunidades economicamente mais fracas deverão ser impulsionados pela liderança da comunidade sempre quando disponíveis, mas também apoiados pelo Estado. A comunidade deverá ser auxiliada na construção de infraestrutura, ajudada na melhoria da qualidade de suas escolas e faculdades comunitárias e subsidiada para fornecer apoio adaptado baseado na comunidade para os necessitados.

A tecnologia ajudará o Estado a monitorizar, levemente, mesmo enquanto descentraliza muito para a Comunidade. Da mesma forma, a tecnologia ajudará os membros da comunidade a controlar o governo local. Muitas dessas soluções tecnológicas são escalonáveis e, uma vez desenvolvidas, podem ser reutilizadas em várias comunidades, com alguma personalização local sempre quando necessário.

Os mercados precisam se tornar mais acessíveis e as ações dos agentes de mercado mais aceitáveis para a comunidade. A primeira exige ações do Estado, e a segunda exige repensar os valores dos agentes do mercado, como corporações.

Os nacionalistas populistas vão se retirar de sua missão de tomar o país e refazê-lo à sua imagem? Eles aceitarão enclaves dentro do país se acharem poderosos a ponto de ter o país inteiro?

Qualquer análise séria de grandes países ricos sugere: mesmo a corrente nacionalista populista mais comprometida continuará a presenciar o aumento da diversidade étnica, apesar de uma restrição estrita à imigração, simplesmente porque as minorias mais pobres do país têm taxas de fecundidade mais altas. A menos que o grupo majoritário esteja disposto a impor um regime draconiano de *apartheid*, mantido pela violência, o caráter do país mudará naturalmente.

Se alguns na maioria realmente temem ser inundados culturalmente, o localismo inclusivo lhes dá uma maneira de manter sua cultura através de *comunidades monoculturais*, mesmo enquanto o resto do país celebra *múltiplas culturas*. Nos países em envelhecimento com as populações nativas minoritárias e as imigrantes em rápido crescimento, algumas acomodações como o localismo inclusivo podem ser a única opção civilizada.

Rajan espera o medo ou o ressentimento do outro não ser uma permanente característica de nossas sociedades. O localismo inclusivo não pretende ser uma condição final. Em vez disso, ajudará a aliviar as pressões, dando tempo a todos na sociedade para apreciar o valor da diversidade e descobrir maneiras de administrá-la.

Precisamos construir uma sociedade para o futuro, quando nossos povos estarão muito mais interligados em lugar do distanciamento de hoje. Nós não queremos esquecer nossas culturas, nossas tradições, nossas próprias identidades. Ao mesmo tempo, não queremos eles atrapalharem uma humanidade mais ampla. O localismo inclusivo é uma proposta para alcançar ambos.

Conto do *Flow*: A Psicologia da Felicidade

Descobri Mihaly Csikszentmihalyi, autor de vasta obra na área da Psicologia Positiva, entre as quais “*Flow: A Psicologia da Felicidade*” (2017), através de uma palestra TED em 2004. Não consegui até hoje memorizar e pronunciar seu sobrenome.

Ele é professor e ex-presidente do Departamento de Psicologia da Universidade de Chicago. Nos últimos vinte anos, ele esteve envolvido em pesquisas sobre tópicos relacionados ao fluxo. *Flow* apareceu pela primeira vez nos Estados Unidos em 1990.

Claramente, *Flow* tocou um nervo na psique coletiva. Por muito tempo a psicologia se concentrou quase exclusivamente nas sombras da existência humana. O comportamento de homens e mulheres era visto como determinado pela herança biológica e por forças externas, distorcidas pelo desejo frustrado. Pouca atenção foi dada ao que torna a vida suportável, agradável e gratuita. Nesse vácuo, *Flow* trouxe uma mensagem de a vida poder ser uma aventura emocionante, divertida e criativa.

A cada década, essa mensagem se torna mais e mais relevante. Enquanto as tecnologias esotéricas proliferam e os crescentes poderes de criação e destruição caem em mãos perigosas de nossa espécie, a responsabilidade pelo uso de tais poderes sabiamente está se tornando cada vez mais urgente. Vamos exaurir os recursos do planeta sem pensar enquanto podemos ter uma vida muito mais gratificante com menos desperdício? A ganância vai dividir a humanidade em obscenamente rica e abismalmente pobre? O que realmente faz as pessoas felizes por estarem vivas? Quais são as experiências internas capazes de fazerem a vida valer a pena?

Este trabalho já lido como um clássico sobre a felicidade apresenta os princípios gerais de modo a permitirem as pessoas reais transformarem vidas chatas e sem sentido em pessoas cheias de prazer. Introduce o fenômeno do “fluxo” ou *êxtase* - um estado de alegria, criatividade e envolvimento total, no qual os problemas parecem desaparecer e há um sentimento estimulante de transcendência.

Êxtase tem dois significados. Um se refere ao estado de quem se encontra como tivesse sido *transportado para fora de si e do mundo sensível*, por efeito de exaltação mística ou de sentimentos muito intensos de alegria, prazer, admiração, temor reverente, etc. Outro é crítico à absorção em uma *ideia fixa*, acompanhada de perda de sensibilidade ou mesmo motricidade.

Adotaremos aqui seu sentido original. Etimologicamente, a palavra “*êxtase*” se originou a partir do grego *ékstasis*. Este termo se refere à sensação de “tirar alguém de sua própria mente”, ou seja, um estado de transe motivado por uma perturbação mental. Esta pode ser benigna ou maligna.

Êxtase é o estado emocional quando o indivíduo se sente fora de si - ou fora de seu cotidiano rotineiro, morninho e chatinho - e entra em transe, caracterizado pela intensificação extrema de variados sentimentos, como o prazer, a alegria, o medo, etc.

O *estado de êxtase* costuma ser provocado em reação a um estímulo emocional bastante intenso. O ápice do orgasmo é considerado um exemplo dele.

Algumas doutrinas, como o budismo, por exemplo, utilizam técnicas de meditação e relaxamento para atingir o “nirvana”, ou seja, encontrar uma condição emocional capaz de despertar a sensação de grande paz e ausência total de tristeza ou sofrimento. O termo “nirvana” tem origem no sânscrito, podendo ser traduzido por “extinção” no sentido de “cessação do sofrimento”.

Nirvana é uma palavra do contexto do Budismo. Significa o estado de libertação atingido pelo ser humano ao percorrer sua busca espiritual. Indica um estado eterno de graça. Também é visto por alguns como uma forma de superação do *karma*.

É uma renúncia ao apego material. Este não eleva o espírito e apenas traz sofrimento. Através da meditação se consegue percorrer os passos fundamentais para chegar ao nirvana, considerado como a última etapa a alcançar pelos praticantes da religião.

Para os materialistas ateus - ateu sou, materialista tenho dúvidas -, nirvana é utilizado em um sentido mais geral para designar alguém em estado de plenitude e paz interior, sem se deixar afetar por influências externas. Também se emprega com o sentido de aniquilamento de certos traços negativos da própria personalidade, porque a pessoa consegue se livrar de tormentos como orgulho, ódio, inveja ou egoísmo. Estes sentimentos afligem o ser humano, impedindo-o de viver em paz. No entanto, em sentido figurado,

nirvana muitas vezes é uma palavra usada com um sentido depreciativo, indicando um estado de apatia ou inércia.

Baseando-se em extensa pesquisa, Mihaly Csikszentmihalyi explica como este estado prazeroso de “fluir” ou êxtase pode ser trazido por todos nós e não apenas deixado ao acaso. Cada um de nós tem o potencial de experimentar o fluir, seja no trabalho, no lazer ou em nossos relacionamentos. Através da compreensão do conceito de *fluir*, podemos aprender a viver em harmonia conosco, nossa sociedade e, finalmente, com o universo maior. Temos direito natural, desde o nascimento, ao estado de felicidade.

O verbo *fluir* tem significados figurados diversos:

1. ter origem; provir, derivar, emanar, como em “várias consequências fluem de certas premissas”;
2. diminuir de intensidade; desfazer-se;
3. percorrer distâncias (no espaço ou no tempo) com rapidez; correr, circular.

Vamos deixar fluir a leitura de *Fluir, a Psicologia da Felicidade*. Vamos usufruir, ou seja, ter o usufruto dela, estando na posse ou no gozo de algo inalienável: conhecimento. Fruição é o ato de aproveitar satisfatória e prazerosamente alguma coisa... como a vida. Mesmo ela estando dura de aguentar, lidemos com ela.

A felicidade pode mudar - e de fato muda - de acordo com a qualidade da sociedade na qual as pessoas vivem. A felicidade dos imigrantes depende dos mesmos fatores sociais que a dos nativos. Os países com a população mais feliz não são os mais ricos e sim os que apresentam um conjunto mais equilibrado de suporte social e institucional para uma vida melhor.

Ed Diener, pesquisador da Universidade de Illinois, descobriu: as pessoas muito ricas relatam ser felizes em média 77% do tempo, enquanto pessoas de riqueza média dizem ser felizes apenas 62% do tempo. Esta diferença, embora estatisticamente significativa, não é muito grande, especialmente considerando o grupo muito rico foi selecionado de uma lista dos quatrocentos americanos mais ricos.

Também é interessante notar nenhum entrevistado no estudo de Diener acreditava em o dinheiro por si só garantir a felicidade. A maioria concordou com a afirmação: “o dinheiro pode aumentar ou diminuir a felicidade, dependendo de como é usado”.

Em um estudo anterior, Norman Bradburn descobriu o grupo de renda mais alta relatar ser feliz $\frac{1}{4}$ a mais de tempo se comparado ao de menor renda. Novamente, a diferença estava presente, mas não era muito grande. Em uma pesquisa abrangente intitulada *A Qualidade da Vida Americana*, publicada há uma década, os autores relatam: a situação financeira de uma pessoa é um dos fatores menos importantes entre aqueles capazes de afetar a satisfação geral com a vida.

Dadas essas observações, em vez de se preocupar em “como ganhar um milhão de dólares” ou “como ganhar amigos e influenciar pessoas”, parece mais benéfico descobrir como a vida cotidiana pode ser mais harmoniosa e mais satisfatória, e assim alcançar por uma rota direta o que não pode ser alcançado através da busca de atalhos tortuosos para alcançar metas simbólicas, mas ilusórias.

Muitos indivíduos continuam a se esforçar para preservar o prazer em qualquer coisa a fazer. Sem gozo, a vida pode ser suportada e pode até ser agradável. Mas pode ser tão precária se depender só da sorte e da cooperação do ambiente externo... Para ganhar controle pessoal sobre a qualidade da experiência, no entanto, é preciso aprender a construir prazer naqueles acontecimentos do dia a dia.

Eu, Fernando Nogueira da Costa, digo a partir de minha experiência vivenciada: *o segredo para gozar a vida, embora ela esteja difícil, é, em vez de lidar com uma rotina entediante ou alienante, enfrentar desafios criativos a cada dia...* e ainda te pagarem para fazer isso!

BIBLIOGRAFIA

AGRAWAL, Ajay, GANS, Joshua & GOLDFARB, Avi. *Prediction Machines: The Simple Economics of Artificial Intelligence*. Boston-Massachusetts: Harvard Business Review Press; 2018.

ALBRIGHT, Madeleine. *Fascismo: Um alerta*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; 2018.

BOUCHAUD, J.P. *A Desafortunada Complexidade da Economia*. *PhysicsWorld*. Abril de 2009; pp 28-32.

BOWLES, Samuel. *Microeconomía: Comportamiento, Instituciones, y Evolución*. Santa Fe, New Mexico: <http://www.santafe.edu/~bowles>; edición virtual, Septiembre 2010.

CAMERER, C. (2007). The case for a ‘mindful’ economics. In A. Caplin & A. Schotter (Eds.), *Handbook of economic methodology*. Oxford: Oxford University Press; 2007.

CAMERER, C., LOEWENSTEIN, G., & PRELEC, D. Neuroeconomics: How neuroscience can inform economics. *Journal of Economic Literature*, XLIII(1), 9-64; 2005.

COLANDER, David; HOLT, Ric & ROSSER, Barkley Rosser. *The Changing Face of Mainstream Economics*. Department of Economics - Middlebury College Economics Discussion Paper No. 03-27, November 2003.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. *Flow: A Psicologia da Felicidade*. London: Rider; 2017.

EGIDI, Massimo, MARRIS, Robin e VALE, Riccardo. Herbert Simon (org.) *Economia, Racionalidade Limitada e Revolução Cognitiva*. Editora Edward Elgar; 1992.

FERGUSON, Niall. *A Praça e a Torre: Redes, Hierarquias e a Luta pelo Poder Global*. São Paulo: Planeta do Brasil; 2018. 608 p.

GLIMCHER, P. W., & RUSTICHINI, A. Neuroeconomics: The consilience of brain and decision. *Science*, 306, 447; 2004.

GUL, F., & PESENDORFER, W. *The case for mindless economics*. In A. Caplin & A. Schotter (Eds.), *Handbook of economic methodology*. Oxford: Oxford University Press; 2005.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras; 2017.

HARARI, Yuval Noah. *Homo Deus: Uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.

KAKUTANI, Michiko. *A Morte da Verdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2018.

KIMMEL, Michael. *Angry White Men: American Masculinity At The End Of An Era*. NY: Nation Books; 2013.

KIRMAN, Alan P. Comportamento individual e agregado: de formigas e homens. In edited by Geoffrey M. Hodgson. *The evolution of economic institutions: a critical reader*. Edward Elgar; 2007

KORINEK, Anton. *Labor in the Age of Automation and Artificial Intelligence in Economists for Inclusive Prosperity*. Research Brief; jan 2019.

LAKOFF, George. *Don't Tink of an Elephant!* [Todos novos pensadores não pensam em um elefante: saiba os seus valores e faça um reenquadramento o debate]; 2004.

LASZLO, Ervin. *A ciência e o campo Akáshico: uma teoria integral de tudo* (tradução Aleph Teruya Eichenberg, Newton Roberval Eichenberg). São Paulo: Cultrix, 2008.

LASZLO, Ervin. *A Strategy for the Future: The Systems Approach to World Order* (Uma Estratégia para o Futuro: A Abordagem Sistêmica para a Ordem Mundial); 1974.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar; 2018.

LIBET, B.. Unconscious cerebral initiative and the role of conscious will in voluntary action. *Behavior and Brain Sciences*, 8, 529-566; 1985.

LICATA, Ignazio and SAKAJI, Ammar, *Crossing In Complexity: Interdisciplinary Application Of Physics In Biological And Social Systems*. New York: Nova Science Publishers, Inc.; 2010.

LILLA, Mark. O progressista de ontem e o do amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias [*The Once and Future Liberal: After Identity Politics*] (tradução Berilo Vargas. 1ª ed.) São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LUKIANOFF, Greg e HAIDT, Jonathan. *The Coddling of the American Mind: How good intentions and bad ideas are setting up a generation for failures*. New York: Penguin Press; 2018.

MIAN, Atif. How to Think About Finance. *Economists for Inclusive Prosperity*. jan. 2019.

MINSKY, Hyman. *Stabilizing an Unstable Economy*. New York: McGraw Hill; 2008.

MOUNK, Yascha. *O Povo Contra A Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras; 2018.

MULLER, Jan-Werner. *What is Populism?* Philadelphia, University of Pennsylvania Press; 2016.

NAUDU, Suresh, RODRIK, Dani & ZUCMAN, Gabriel. *Economics for Inclusive Prosperity: An Introduction*. Econfip: Economists for Inclusive Prosperity; jan. 2019.

PENTLAND, Alex. *Social Physics: How Good Ideas Spread -The Lessons from a New Science*. New York: The Penguin Press; 2014.

RAJAN, Raghuram G. *The Third Pillar: How Markets and The State leave The Community Behind*. New York: Penguin Press; 2019.

RIZZOLATTI, G., & SINIGAGLIA, C. *So quel che fai. Il cervello che agisce e i neuroni a specchio*. Milano: Cortina; 2006.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim* (Título original: *How Democracy Ends*. Tradução: Sergio Flaksman). São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

SHILLER, Robert J. *Narrative Economics*. Cowles Foundation For Research In Economics - Yale University. Cowles Foundation Discussion Paper No. 2069 - Discurso Presidencial proferido em Chicago na 129ª reunião anual da American Economic Association no dia 7 de janeiro de 2017.

STIGLITZ, Joseph & GREENWALD, Bruce. *Rumo a um Novo Paradigma em Economia Monetária*. São Paulo: Francis; 2004.

VALE, Riccardo. *Methodological Cognitivism Vol. 1: Mind, Rationality, and Society*. Berlim: Springer; 2012.

YADAVENDU, Vijay Kumar. *Shifting Paradigms in Public Health: From Holism to Individualism*.

ZAHLE, Julie & COLLIN, Finn (ed.). *Rethinking the Individualism-Holism Debate - Essays in the Philosophy of Social Science*. Springer International Publishing; 2014.

ZINGALES, Luigi & RAJAN, Raghuram G. *Saving Capitalism from the Capitalists: Unleashing the Power of Financial Markets to Create Wealth and Spread Opportunity*. HarperCollins Publishers India - Nova York: Crown Business, 2014.

ZINGALES, Luigi. *A capitalism for the people: recapturing the lost genius of American prosperity*. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data; 2012.

XAVIER, Adilson. *Storytelling: Histórias que deixam marcas*. Rio de Janeiro: Best.Bussiness; 2015.

SOBRE O AUTOR

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – todos estão com edição esgotada –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018), entre outros dezoito livros eletrônicos, capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com mais de duzentas palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos, etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Brasil Debate e CartaMaior.

Seu blog Cultura & Cidadania, desde 22/01/2010, recebeu mais de 7,7 milhões visitas.

(<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>)